



**100**  
SMC  
ANOS

**DE LUTAS**

**HISTÓRIAS DO SINDICATO  
DOS METALÚRGICOS  
DA GRANDE CURITIBA**

Rafael Faraco Benthien  
Rosane Kaminski  
(organizadores)

intermeios



| 100 ANOS DE LUTAS |  
HISTÓRIAS DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DA GRANDE CURITIBA



**Editora Intermeios**  
Rua Cunha Gago, 420 / casa 1 – Pinheiros  
CEP 05421-001 – São Paulo – SP – Brasil  
Fones: [11] 2365-0744 – 94898-0000 (Tim) – 99337-6186 (Claro)  
www.intermeioscultural.com.br

100 ANOS DE LUTAS: HISTÓRIAS DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DA GRANDE CURITIBA

© Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba

1ª edição: julho de 2021

*Editoração eletrônica, produção* Intermeios - Casa de Artes e Livros  
*Capa* Rodrigo Ferraes  
*Revisão* Guilherme Ochika

#### CONSELHO EDITORIAL

Vincent M. Colapietro (Penn State University)  
Daniel Ferrer (ITEM/CNRS)  
Lucrecia D'Alessio Ferrara (PUCSP)  
Jerusa Pires Ferreira (PUCSP)  
Amálio Pinheiro (PUCSP)  
Josette Monzani (UFSCar)  
Rosemeire Aparecida Scopinho (UFSCar)  
Walter Fagundes Morales (UESC/NEPAB)  
Izabel Ramos de Abreu Kisil  
Jacqueline Ramos (UFS)  
Celso Cruz (UFS) – *in memoriam*  
Alessandra Paola Caramori (UFBA)  
Claudia Dornbusch (USP)  
Barbara Arisi (Unila)  
Nikita Paula (Ancine)

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

B476 Benthien, Rafael Faraco, Org.; Kaminski, Rosane, Org.  
100 anos de lutas: histórias do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba /  
Organização de Rafael Faraco Benthien e Rosane Kaminski.  
Prefácio de Sérgio Butka. – São Paulo: Intermeios: Curitiba: SMC, 2021.  
198 p.; Il.

**ISBN 978-65-86255-48-5**

1. Sociologia. 2. Sociologia Urbana. 3. Sindicalismo. 4. Sindicato. 5. Movimento Operário.  
6. História do Brasil. 7. História do Movimento Operário em Curitiba. 8. História do Sindicato dos Metalúrgicos. 9. Curitiba. 10. Paraná. I. Título. II. Histórias do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba. III. 100 anos de histórias dos metalúrgicos da Grande Curitiba: seleção de imagens. IV. 100 anos de lutas e conquistas: um convite à história do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba. V. História oral e memória do sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba. VI. Saúde, dinheiro e assédio nos desenhos do “A voz do metalúrgicos” (1986-2020). VII. Os trabalhadores e o tempo presente: o novo sindicalismo nas páginas do jornal “A voz do metalúrgico”. VIII. Lugar de mulher é no sindicato: um olhar sobre a história das mulheres no Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba. IX. O futebol no Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba: muito além das quatro linhas. X. Rituais celebrativos e as liturgias da recordação. XI. Benthien, Rafael Faraco, Organizador. XII. Kaminski, Rosane, Organizadora. XIII. Butka, Sérgio. XIV. Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba. XV. Intermeios– Casa de Artes e Livros.

CDU 331  
CDD 322

RAFAEL FARACO BENTHIEN  
ROSANE KAMINSKI  
(Organizadores)

# *100 ANOS DE LUTAS*

*HISTÓRIAS DO SINDICATO  
DOS METALÚRGICOS  
DA GRANDE CURITIBA*

## SUMÁRIO

PREFÁCIO .....	8
100 ANOS DE HISTÓRIAS DOS METALÚRGICOS DA GRANDE CURITIBA SELEÇÃO DE IMAGENS.....	11
40 ANOS DE LUTAS E CONQUISTAS DOS METALÚRGICOS DA GRANDE CURITIBA .....	15
Aposentados .....	24
Futebol .....	28
Saúde como prioridade .....	31
Lutas nacionais e no estado .....	39
Melhores salários e condições de trabalho .....	44
“Deus é Metalúrgico” .....	46
Instalação das montadoras.....	55
100 ANOS DE LUTAS E CONQUISTAS: UM CONVITE À HISTÓRIA DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DA GRANDE CURITIBA.....	68
Um convite para ir além.....	72
Preservar a história para proteger o futuro.....	74
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>HISTÓRIA ORAL E MEMÓRIA DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DA GRANDE CURITIBA.....</b>	<b>76</b>
A reconstrução do SMC no pós-ditadura militar .....	76
O lugar social do Sindicato .....	82
Do interior para a capital: em busca de uma colheita de sonhos .....	89
A greve como instrumento de luta e reivindicações .....	94
O futuro do sindicalismo .....	100
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>SAÚDE, DINHEIRO E ASSÉDIO NOS DESENHOS DO “A VOZ DO METALÚRGICO” (1986-2020) .....</b>	<b>107</b>
CIPA e saúde.....	111

Dinheiro .....	116
Assédio .....	126
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>OS TRABALHADORES E O TEMPO PRESENTE: O NOVO SINDICALISMO NAS PÁGINAS DO JORNAL “A VOZ DO METALÚRGICO” .....</b>	
	129
Novo sindicalismo, novos personagens em cena.....	130
Mas de que se trata, afinal, o “novo sindicalismo”? .....	131
Os primeiros anos e a transição democrática .....	132
O avanço neoliberal e os anos de crise .....	135
Considerações finais: “A Voz do Metalúrgico” e o novo milênio .....	138
<b>CAPÍTULO 4</b>	
<b>LUGAR DE MULHER É NO SINDICATO: UM OLHAR SOBRE A HISTÓRIA DAS MULHERES NO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DA GRANDE CURITIBA .....</b>	
	142
Sobre a relação entre o mercado de trabalho e as demandas de gênero .....	144
Lugar de mulher é no sindicato: o Departamento Feminino do SMC .....	152
“Era bem doidinha mesmo, viu, gente” .....	158
Considerações Finais.....	160
<b>CAPÍTULO 5</b>	
<b>O FUTEBOL NO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DA GRANDE CURITIBA: MUITO ALÉM DAS QUATRO LINHAS.....</b>	
	162
Primeiras relações entre futebol e classe trabalhadora .....	162
O futebol no SMC .....	165
<b>CAPÍTULO 6</b>	
<b>RITUAIS CELEBRATIVOS E AS LITURGIAS DA RECORDAÇÃO .....</b>	
	174
Introdução .....	174
Comemoracionismo: da mitologia à memória coletiva.....	177
Entre a memória e a história: a rememoração de eventos do passado .....	179
Fragmentos da memória e da história: as celebrações do centenário do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba.....	183

## ▣ *Prefácio* ▣

É preciso lutar  
É possível vencer

100 anos de lutas e conquistas dos Metalúrgicos e Metalúrgicas da Grande Curitiba

É com muito orgulho que aceitei o desafio de escrever o prefácio do livro mais importante da história dos trabalhadores metalúrgicos da Grande Curitiba: a obra que conta os 100 anos da nossa história. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, que através de convênio assinado com o nosso Sindicato, se propôs a contar essa história. Trabalho sério, dedicado e, sobretudo, com compromisso em deixar registrado 100 anos de vida de uma das entidades sindicais mais importantes do país. Queria agradecer aos professores e os alunos que fizeram parte deste projeto. Não poderia deixar de agradecer, como presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos da Grande Curitiba, aos ex-presidentes Orlei Lopes da Silva e Francisco Gorges, o Chico, aos atuais e ex-diretores da entidade, bem como aos funcionários, assessores e parceiros, que juntos ajudaram a construir o que somos hoje. Nós, metalúrgicos da Grande Curitiba, sabemos muito bem que não se constrói nada sozinho. Só chegamos aonde chegamos com a participação de todas e todos.

Aproveito a oportunidade para agradecer também aos imigrantes italianos, alemães, suecos, poloneses, suíços, lituanos e russos, que ajudaram a criar a Liga dos Fundidores, em 1920, que deu origem à nossa entidade. Trabalhadores que vieram da Europa trazendo não só seus sonhos e experiência de luta, mas sobretudo o sentido de organização. Nosso muito obrigado a todos estes países.

Esse trabalho de contar nossos 100 anos, trouxe para mim uma satisfação muito grande. Raros são os momentos na vida em que podemos parar, olhar para trás e analisar nossa caminhada. Infelizmente, não temos em nossa sociedade esse costume. Mas esse projeto me deu esse presente. Poder olhar e relembrar nossa caminhada. Dizem que relembrar é trazer as nossas memórias de volta ao coração. E como não passar pelo coração a lembrança de quando saí do Rio Grande do Sul, ainda menino, vindo de uma família pobre? Criado com dificuldades, chegando em Curitiba, sem experiência, mas com vontade de crescer. E fomos logo procurando trabalho para ajudar no sustento da família.

Assim é a realidade da maioria dos brasileiros. Uma luta diária para se manter de pé. Foi isso que aprendi com meus pais.

E foi no trabalho que percebi as injustiças sociais. As estratégias dos patrões para impedir a organização dos trabalhadores e, com isso, manter seus privilégios. Lá no Rio Grande, durante minha adolescência e juventude, na minha comunidade, aprendi a planejar, a organizar. E tudo era feito assim. Planejar, organizar nossas lutas. Aprendi que precisávamos muito mais que compromisso e boa vontade. Precisávamos de planejamento e foco. Isso era novidade no movimento sindical. Geralmente os sindicatos atuavam como bombeiros, apagando fogo. Sempre agindo depois que a realidade estava posta, depois das demissões já consumadas. Era preciso mudar esta realidade. Nossa humilde experiência, acredito que fez enorme diferença em nossa entidade.

Estávamos saindo de uma ditadura. Tempos difíceis, de muita repressão. Os sindicatos perseguidos. Nas grandes empresas era comum a segurança ser comandada por coronéis aposentados do exército. O objetivo era claro: impedir, através da repressão, da violência, qualquer movimento grevista. Muitos companheiros foram presos ou apanharam da polícia na tentativa de inibir a luta por melhores salários ou condições de trabalho, e a chamada grande imprensa tratando os trabalhadores como delinquentes.

Tempos difíceis. Mas como diz o ditado, “é melhor acender uma vela que amaldiçoar a escuridão”. Mais do que nunca, a realidade nos impunha a necessidade de se organizar, estruturar, buscar novos caminhos. Tendo essa compreensão, o nosso Sindicato passou a investir em uma imprensa própria. Contar a história pelo nosso olhar. Investimos na área de saúde, para organizarmos a luta por melhores condições de trabalho. De nada adianta aumento de salário às custas da saúde do trabalhador. Passamos a investir no departamento da mulher, organizando essas trabalhadoras que sofriam todo tipo de discriminação, quando não assédio sexual. Foi fantástico o retorno desse trabalho.

Jamais fugimos das grandes lutas do Brasil. Os metalúrgicos estiveram presentes em um dos momentos políticos mais ricos da nossa nação. Participamos ativamente do processo constituinte. Ajudamos a criar a Intersindical, movimento que agregava sindicatos, federações e organizações estudantis do Paraná. Organizamos dezenas de caravanas a Brasília para pressionar os parlamentares a votar a favor dos direitos dos trabalhadores, a favor da Educação Pública, da criação do *Sistema Único de Saúde*, dentre outras pautas sociais. Foi assim que ajudamos a construir a Constituição “Cidadã”.

Assim fomos crescendo, até chegarmos na década de 1990, quando conseguimos importantes avanços na redução de jornada de trabalho. Nos anos 2000, depois de muitas greves, começamos a conquistar as PLRs – Participação nos Lucros das Empresas - garantindo com isso aumento considerável na renda dos trabalhadores. Isso foi tão expressivo, que no Brasil inteiro passou-se a se falar do “Custo Paraná”. O que seria isso? Era o reconhecimento por parte do empresariado que para se instalar aqui, teria que dividir seus lucros com os trabalhadores. Os melhores salários, as menores

jornadas de trabalho e as maiores PLRs do Brasil. Os metalúrgicos, através das PLRs, são responsáveis por injetar todos os anos mais de 430 milhões de reais em nossa economia. Dinheiro esse que, sem a luta dos trabalhadores e trabalhadoras, ao invés de ficar aqui, iria engordar as contas bancárias dos acionistas estrangeiros.

Sem exagero algum, estamos vivendo hoje em nosso país um dos períodos mais sombrios da nossa história. A extrema direita chegou ao poder através de um processo eleitoral completamente contaminado, que resolveu se chamar “fake news”: nome mais sofisticado para a mentira. E a maior vítima, sem dúvida nenhuma, é a classe trabalhadora. Como uma das suas primeiras ações, o governo inicia aprovando uma reforma na Previdência, condenando as futuras gerações de brasileiros à miséria, e, ainda por cima, ampliando privilégios das elites. Mas não parou por aí. O governo impôs uma série de reformas trabalhistas, tentando criminosamente acabar com a organização dos trabalhadores e trabalhadoras. O objetivo é claro: aumentar os ganhos do capital às custas dos trabalhadores. Embora o cenário desenhado pelo governo federal é de terra arrasada, estamos resistindo e, por que não dizer, até avançando. Em greve histórica em julho de 2020, 747 trabalhadores e trabalhadoras da Renault, aqui da nossa base, foram sumariamente demitidos. Isso em meio à maior crise sanitária vivida no mundo, no Brasil e em nossa cidade. Em uma atitude desumana, animada pela “cartilha” da extrema direita, a montadora francesa demitiu metalúrgicos com estabilidade no emprego, contaminados por Covid 19 e até companheiros internados em UTI. Mostrando maturidade política, o movimento sindical brasileiro se uniu. Pela primeira vez uma greve em nosso país contou com o apoio de todas as centrais sindicais. Unidade na luta. Na Justiça obtivemos a vitória mais importante. Vencemos! A Justiça reconheceu a legalidade da greve, obrigando a empresa a recontratar todos os demitidos e pagar os dias parados. Mais uma vitória da luta, com organização.

Podemos falar com orgulho que aquela Liga dos Fundidores, criada há 100 anos, se tornou uma das maiores entidades sindicais do Brasil. Fruto, como você verá, de muita luta, muito sacrifício e determinação. No que depender dos metalúrgicos e metalúrgicas da Grande Curitiba, os brasileiros e brasileiras podem ter certeza de continuar contando com nosso compromisso na construção de um mundo melhor, mais solidário e mais justo, pois essa é a energia que nos move.

Boa leitura a todas e a todos.

Sérgio Butka  
Presidente do Sindicato dos Trabalhadores  
e Trabalhadoras Metalúrgicos da Grande Curitiba

▣ *100 anos de histórias  
dos Metalúrgicos  
da Grande Curitiba* ▣

*Seleção de Imagens por Paulo Pedron*



Waldemar Reikdal, metalúrgico e presidente da Federação dos Operários do Paraná, foi eleito para participar da Constituição de 1934, no Rio de Janeiro. Deputado constituinte, representou os trabalhadores brasileiros. Criou o jornal "A Barricada", com o apoio do nosso SMC, para defender os direitos dos trabalhadores. Waldemar escrevia, por exemplo, sobre o direito à greve, melhor remuneração, diminuição da jornada de trabalho. Nesse jornal costumava denunciar os deputados que votavam contra os trabalhadores. Nessa Constituinte, graças à atuação de parlamentares como Waldemar Reikdal, foi criada a Justiça do Trabalho. Nossa homenagem a esse grande metalúrgico. Fonte: GOMES, Angela de Castro. Sessão plenária Assembleia Nacional Constituinte de 1933/34. Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região e a Justiça do Trabalho no Brasil disponível em <http://portal.trt1o.gov.br:7777/pls/portal/docs/PAGE/IMAGENS/1%20ASSEMBLEIA%20GERAL%20CONSTITUINTE%201.2.PDF> . Acesso em: 10/02/2021

| 100 ANOS DE LUTAS |  
HISTÓRIAS DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DA GRANDE CURITIBA



Campanha salarial de 1991. Grandes mobilizações visando aumento de salário e melhores condições de trabalho. No destaque, presidente Sérgio Butka fala da importância da unidade na luta: “Lutar para Fortalecer”. Fotografia de Alice Varajão/Voz do Metalúrgico



Metalúrgicos lotam assembleias – “Lutar para Fortalecer”. Os empresários sentiram a pressão e a força dos trabalhadores. 1991. Fotografia de Alice Varajão/Voz do Metalúrgico.



Metalúrgicos da Grande Curitiba presentes nas lutas nacionais. No destaque, lutando pela Previdência, em Brasília. Fotografia disponível em acervo do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba.



As mulheres sempre estiveram presentes nas lutas da categoria. Na foto, metalúrgicas protestam no Centro Cívico, em Curitiba, contra a discriminação. “Função igual, Salário Igual”. (1991). Foto: Paulo Pedron / Voz do Metalúrgico



O Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos da Grande Curitiba presente na mobilização que resultou no impeachment do então presidente Collor. Luta contra a corrupção na política e contra a retirada de direitos dos trabalhadores. 1992. Foto disponível em acervo do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba.

| 100 ANOS DE LUTAS |  
HISTÓRIAS DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DA GRANDE CURITIBA



Mobilização por melhores condições de trabalho foi uma das prioridades. Foto: Bosch – 2000. Imagem disponível em acervo do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba.



Protesto contra “o assalto” aos direitos trabalhistas. Os metalúrgicos da Grande Curitiba entraram em greve, mostrando toda a força e união da categoria. No destaque, paralisação na Volkswagen Audi. 1995. Foto disponível em acervo do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba.



Assembleia na porta de fábrica para mostrar a força da categoria. No detalhe, trabalhadores e trabalhadoras da CNH-New Holland, aprovam pauta de reivindicações. 2001. Foto disponível em acervo do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba.



Solidariedade. Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos organiza o 1º de Maio Solidário, reunindo mais de 110 mil pessoas. No ato, foi sancionado o “Piso Regional” – salário mínimo no Paraná, o maior do Brasil. Garantia de renda maior para os trabalhadores com menos capacidade de organização. 2011. Foto disponível em acervo do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba.

| 100 ANOS DE LUTAS |  
HISTÓRIAS DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DA GRANDE CURITIBA



Luta pela saúde do trabalhador. “Reunião Pública Internacional – Municípios contra o amianto”. O evento, realizado em Curitiba pelo Ministério Público do Trabalho, com o apoio do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba, denunciou os malefícios do amianto para a saúde do trabalhador. 2013. Foto disponível em acervo do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba.



Danny Glover conhece luta dos metalúrgicos da Grande Curitiba. “Justiça na Nissan!”. O astro de Hollywood e ativista norte americano Danny Glover participa de assembleia na Renault- Nissan e se surpreende com a luta dos metalúrgicos da Grande Curitiba. 2013. Foto disponível em acervo do Sindicato dos Metalúrgicos de Curitiba.



30 mil trabalhadores metalúrgicos da Grande Curitiba entraram em greve. Em manifestação histórica, paralisaram fábricas e estradas, exigindo aplicação de 10% do PIB em saúde e educação, fim dos pedágios no Paraná, entre outras pautas. Essa manifestação se somou a milhares de outras que ocorreram em todo o Brasil. 2013. Foto disponível em acervo do Sindicato dos Metalúrgicos de Curitiba.



Dia 29 de maio de 2015 foi marcante para os trabalhadores da Volvo. Acabava a maior greve da história da empresa em todo o mundo. Foram 24 dias de paralisação. E terminou com uma grande vitória: maior PLR – Participação no Lucro das Empresas - do Brasil inteiro, pelo quarto ano consecutivo. Foto disponível em acervo do Sindicato dos Metalúrgicos de Curitiba.



2015 foi um ano de muitas lutas. Os metalúrgicos conquistaram as maiores PLRs do Brasil. Isso representou a injeção de mais de 5 bilhões de reais na economia do Paraná, nos últimos 10 anos. Dinheiro esse que deixou de engordar as contas bancárias dos investidores estrangeiros e serviu para desenvolver nossa economia. Foto disponível em acervo do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba.



Em 2020, durante a maior crise sanitária que o mundo já viu - Covid 19-, a Renault demitiu arbitrariamente 747 trabalhadores. O Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba foi à luta. Greve e vitória na Justiça. A empresa foi obrigada a readmitir os metalúrgicos. Foto disponível em acervo do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba

## ▣ *40 anos de lutas e conquistas dos Metalúrgicos da Grande Curitiba* ▣

Paulo Cezar Pedron<sup>1</sup>

1978 é o ano que inicia as grandes transformações no Brasil. Estávamos em plena ditadura militar. A resistência se aprofunda com as greves iniciadas pelos metalúrgicos da Scania, no ABC paulista, em São Bernardo do Campo. Foi a primeira importante greve após 1968. Mais de dois mil trabalhadores param suas atividades reivindicando vinte por cento de aumento salarial. Logo a luta se espalha. Trabalhadores da Ford, Mercedes-Benz e Volkswagen seguem o mesmo caminho. No ano seguinte, foi a vez dos metalúrgicos de Osasco e Guarulhos. Toda essa luta “contaminou” a sociedade brasileira. Outras categorias como os bancários, médicos, operários da construção civil, funcionários públicos, lixeiros e professores, também entram nesse movimento. É o nascimento do chamado “Novo Sindicalismo”, tendo como grande líder Luis Inácio Lula da Silva, que anos depois foi eleito duas vezes presidente do país. Esse “Novo Sindicalismo”

---

<sup>1</sup> Jornalista formado pela Universidade Federal do Paraná em 1989, coordenador do setor de comunicação do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos da Grande Curitiba de 1998 a 2008, colunista político do “Jornal do Estado” de 1989 a 1996, presidente do Instituto de Defesa dos Direitos Humanos de 1996 a 2018, Diretor de Comunicação da Anistia Internacional de 1997 a 1999, diretor geral e apresentador do primeiro programa no Brasil de direitos humanos de tv em canal aberto, “ARENA”, transmitido pela TV Bandeirantes e TV Record em 1996 e 1998. Especialização “El Papel do Sindicalismo em la Lucha Contra el Trabajo Infantil”, OIT - Organização Internacional do Trabalho - em Turin, Itália e Genebra, Suíça. Pós Graduação em Gestão em Políticas Sociais, Faculdades Integradas Espírita, 1999 e 2000. Coordenador do projeto “Escola Participativa: Construindo Segurança”, premiado pela Unesco como uma das três melhores experiências de governabilidade local da América Latina. Selecionado pelo PENUD e Ministério da Justiça como uma das melhores experiências de combate à violência do país. Consultor e pesquisador da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, em 2002. Fundador e membro do Conselho Permanente de Direitos Humanos do Estado do Paraná, de 2005 a 2015. Conselheiro do Programa de Proteção à Testemunha do Estado do Paraná, desde 2005. Coordenador Geral de Mídia do Ministério da Justiça no programa de ensino à distância para as forças de segurança do país. Membro da coordenação organizadora da Conferência de Segurança Pública do Estado do Paraná, 2008 e membro do Comitê de Implementação da Coordenação Contra o Tráfico de Seres Humanos, em 2013. Fez parte do Comitê Contra a Tortura do Estado do Paraná, 2012 a 2013. Coordenador do projeto “100 Anos” do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos da Grande Curitiba em parceria com o Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, de 2019 a 2021 e presidente da AVIS -Associação pela Vida e Solidariedade-, executora do programa de Proteção à Testemunha do Estado do Paraná, 2021.

veio substituir um modelo sindical forjado na repressão, no medo. Novas lideranças para um novo momento, foi fundamental para a redemocratização do país.

Diante dessa força que brotava do chão das fábricas, nascem duas centrais sindicais: CUT- Central Única dos Trabalhadores- e CGT – Central Geral dos Trabalhadores. No mesmo ano acontece a grande greve no ABC. Desta vez 300 mil trabalhadores entraram em greve, dando um recado claro e firme à ditadura, mostrando para os militares que a democracia era um caminho inevitável. Já não tinha mais espaço para a propaganda oficial do “Brasil Grande”, “Milagre Econômico”, “Brasil, ame-o ou deixe-o”. Chegou o momento do enfrentamento. Do “Brasil, ame e lute”.

O novo movimento sindical inspira e ajuda a unir as forças democráticas. O ápice do “Novo Sindicalismo” é o instrumento da greve, que atinge o “coração” do capital: o lucro. Elemento revolucionário após décadas de repressão e arrocho econômico. Como não poderia deixar de ser, toda essa realidade não demorou para chegar ao Paraná. Na década que se segue, a de 90, metalúrgicos e bancários são a expressão desse “Novo Sindicalismo”. Assim como aconteceu no ABC, essas manifestações repressadas por anos de ditadura, começam a dar cara às lutas no estado. No Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânica e Material Elétrico no Estado do Paraná – depois viria a ser Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba, o SMC - jovens lideranças começam a forçar e pressionar por avanços. O sindicato tinha fragilidades, uma delas era o baixo número de associados, detectado rapidamente por essa juventude que começa a participar das atividades sindicais. Uma categoria com aproximadamente 35 mil trabalhadores, como era o caso dos metalúrgicos, tinha apenas 400 associados. Reflexo do medo e da repressão que dominava o país. Pesquisa que realizei no Arquivo Público do Paraná, em conjunto com o Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, nas fichas do extinto DOPS - Delegacia de Ordem Pública e Social – mostrou um pouco dessa história. Militares participavam infiltrados das reuniões, assembleias, manifestações, produziam “relatórios” que poderiam acabar em prisões e torturas dos participantes. Isso intimidou as antigas lideranças que viveram nos anos mais duros e sanguinários da ditadura, mas já não intimidava essa nova geração. Iraci Borges, advogado contratado em 1979 para assessorar a diretoria do SMC e que atua na entidade até hoje, nos conta que “era proibido trabalhadores metalúrgicos se reunirem com os do comércio, por exemplo. Tinha uma portaria do Ministério do Trabalho que proibia. Se houvesse uma reunião de duas categorias, que não fossem correlatas, isso era considerado crime”.

Na década de 80 parte dessas novas lideranças começam a participar da vida da entidade e renovam a direção do Sindicato, o que traz a necessidade de planejamento e organização. Luta por melhores salários e melhores condições de trabalho passaram a ser prioridade. O Sindicato não poderia mais “servir de bombeiro, só apagando fogo. Precisava prever, se preparar para a luta”, relata Sérgio Butka, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos da Grande Curitiba, o SMC, e um dos mais importan-

tes representantes desse “Novo Sindicalismo”. Ele se sindicalizou em 1977 e ingressou na diretoria em 1980. “Quando entrei para o sindicato, sabia que era um caminho sem volta. Que não retornaria mais para a empresa. A gente fica marcado”, diz. Butka assumiu a presidência do sindicato pela primeira vez em 1990, com a renúncia do presidente Francisco Gorges. Chico estava com a saúde debilitada por conta da diabetes e além de ser presidente do SMC era também presidente da recém criada Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos do Paraná. “Nos anos 90, nós tínhamos greve praticamente toda semana. Muito estresse. Muita luta. Era uma época de transformação. Ele preferiu se dedicar à Federação”. Na eleição de 1992, Sérgio Butka disputa e vence com 72% dos votos.

Pois bem, aos poucos essa juventude vai dando a linha política da entidade, enfrentando resistência dos diretores que estavam há mais tempo e de parte da categoria, mais conservadora. Embates eram frequentes entre os que estavam chegando e os que representavam os metalúrgicos há anos. Essa juventude que até então participava modestamente da administração, passa cada vez mais a exigir novas formas de luta. Vem a eleição do sindicato de 1984 e a situação vence, mas já com outro perfil de diretoria. Essa mudança na direção com esse novo pensamento passa a ser hegemônico. Em agosto de 1986, ocorre a primeira greve, na Müller Irmãos. Os trabalhadores se mobilizaram e conquistaram reposição salarial de 15%. Um mês depois, foi a vez dos trabalhadores da Equitel, a maioria mulheres, paralisarem as atividades e garantirem 6% de aumento nos salários. Novos tempos.

E é nesse momento que começa uma transformação mais clara e profunda. “Não bastava mais força de vontade e coragem para enfrentar os patrões. Tínhamos que nos qualificar mais. Precisávamos de apoio, de assessoria. Aprender com quem já tinha feito uma caminhada”, relata Butka. Foi nesse momento que Iraci Borges trouxe uma novidade. Ele apresentou a Oboré, uma empresa sediada em São Paulo, capital, especializada na área sindical. Rapidamente foram contratados João Guilherme Vargas Netto, economista, o jornalista Sérgio Gomes e Marise Egger, socióloga, sócios da empresa. Assessoravam várias entidades importantes em São Paulo e no Rio de Janeiro, além da Federação dos Trabalhadores Bancários do Paraná e Sindicato dos Professores do Paraná. “Eles nos ajudaram a entender a conjuntura política e econômica. Isso foi importante para organizarmos nossas lutas. Saber a hora de avançar e a hora de recuar”, destaca Butka. Marise, João e Sérjão, como era conhecido, ajudaram na direção política sindical e a estruturar o sindicato. “Eu me especializei no que chamo de estratégia sindical”, diz João Guilherme. Uma das prioridades defendidas por eles foi a criação do departamento de imprensa. “*Sindicato sem jornal é um grito que ninguém escuta*”, era o lema desse novo departamento. Para iniciar esse trabalho, a professora do Departamento de História da Universidade Federal (UFPR), Alcina de Lara Cardoso, trouxe três estudantes de Comunicação da Universidade Federal do Paraná.

Eu, Paulo Pedron, e Thomas Traumann éramos estudantes de jornalismo e militantes do movimento estudantil. Gilcinéia Martins, Gilce, era estudante de relações públicas.

Sérgio Gomes ministrava aulas no curso de jornalismo da Universidade de São Paulo, USP. Mais precisamente na área de comunicação popular, contribuindo muito para a formação profissional da equipe. Nos propiciou formação na área de comunicação sindical que era uma deficiência no curso de Comunicação. Antes de algum evento importante passávamos literalmente 24 horas na entidade preparando o jornal *Voz do Metalúrgico* e boletins – assuntos por empresa, ou temas específicos como saúde, aposentados e da mulher - e muitas vezes indo para a porta de fábrica participar de mobilização e sentir como os materiais de comunicação eram compreendidos pela categoria.

Iraci Borges destaca que a nova diretoria entendeu rapidamente que a entidade necessitava de uma comunicação profissional. “Nós partimos da seguinte análise: se você pegasse o número de pessoas alfabetizadas no Brasil, que assinavam jornal, revistas, e confrontasse esse número com a imprensa sindical, o número de exemplares era infinitamente superior à imprensa regular. Nós tínhamos que fazer com que a nossa imprensa se desenvolvesse de uma forma que fosse mais formadora de opinião do que a Folha de S. Paulo, Estado de São Paulo, por exemplo”. Segundo Iraci, a chamada grande imprensa sempre priorizou a notícia da perspectiva do empresário, e não do trabalhador. “Quando dava cobertura, era negativa. Sempre foi assim e continua sendo”. Mas indica outro motivo, para ele não menos importante, da necessidade do profissionalismo nesta área. “Para o dirigente sindical ir para a porta de fábrica, com o jornal na mão, e conversar com o trabalhador. É uma das formas de romper a timidez e se aproximar da categoria”, analisa. Sérgio Gomes, reforça a observação, e na época usava um exemplo facilmente compreendido pela diretoria. Ele dizia que um jornal, um boletim, era uma espécie de “bombardeiro”. Que um “bombardeiro” é muito importante, mas para vencer uma “guerra” era necessário ocupar o “território”. E para isso era fundamental ter uma boa infantaria. Nesse caso, a infantaria seriam os dirigentes sindicais. Ele destacava com isso que, além dos jornais, era importante investir na qualificação dos dirigentes. O SMC fez isso criando vários espaços de formação, como a Escola Sindical 1º de Maio, na sede campestre em São José dos Pinhais, na Colônia de Férias, em Matinhos, e no Centro de Formação, em Guaraqueçaba, ambas no litoral do estado.

João Guilherme corrobora com a fala de Iraci e Serjão. Avalia que nesse período os sindicatos precisam se renovar, modernizar. “Para isso necessitavam de uma comunicação eficaz. A Oboré prestava esse serviço”. Gomes dizia que um jornal sindical tinha que ser tão profissional como qualquer outro. Dentro destas características, ele destacava a importância de ter pauta -definição dos assuntos que estariam presentes na publicação-, regularidade e linguagem acessível aos trabalhadores. “Essas lições o Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba aprendeu rapidamente”, diz João. Importante também a presença de ilustrações para tornar as publicações mais “leves”, aumentando com isso o índice de leituras. O sindicato assim se utilizou muito do livro de ilustrações do cartunista Laertes Coutinho. Livro editado pela Oboré, com quase

uma centena de ilustrações, foram disponibilizadas gratuitamente para as entidades sindicais brasileiras, que podiam usá-las à vontade. O SMC levou isso tão a sério que contratou seu próprio cartunista, um dos mais famosos do Paraná, Carlos Noviski - falecido em 2015.

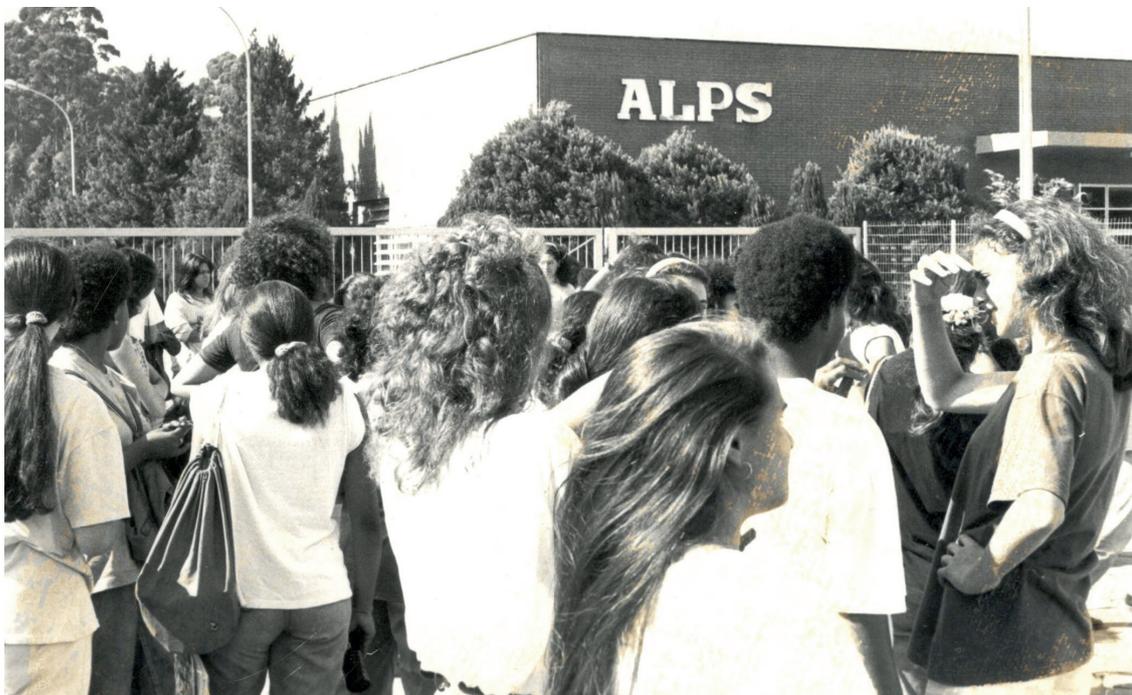
A assessoria foi evoluindo. O SMC foi aprimorando suas lutas e com isso necessitando ampliar sua comunicação com a categoria. Foi assim que conseguiu algo inédito. Pela primeira vez uma entidade sindical de trabalhador garantiu espaço na TV Educativa, canal de tv pública, de sinal aberto. Isso ocorreu no governo Roberto Requião, no ano de 1993. Durante uma hora, todos os domingos de manhã, o programa *Metalúrgico Repórter* ia ao ar, trazendo informações, direitos e a agenda das lutas da categoria. Inicialmente esse programa foi apresentado por mim, Paulo Pedron, e depois Gilce passou a dividir a apresentação. Dirk Lopes e Carlos Alberto da Rocha, eram os repórteres. Mais tarde Dirk foi trabalhar na Tv Paranaense, afiliada à rede Globo e hoje se encontra na TV Bandeirantes. Carlos fez doutorado em Portugal e assumiu a coordenação do curso de Comunicação da UFPR. Porém, em represália a greve na Britânia, em maio de 1995, o programa foi sumariamente tirado do ar pelo governador Jaime Lerner, PFL – Partido da Frente Liberal, falecido em 2021. Outro espaço nas mídias tradicionais foi a edição de uma coluna no jornal diário *Tribuna do Paraná*, o mais popular junto aos trabalhadores. Durante seis anos, todas as quintas-feiras, o SMC se comunicava com a categoria através desse jornal. Nele eram publicados assuntos relativos a direitos, agendas de seminários, greves, cursos, informações sobre os acordos coletivos, individuais e sobre os campeonatos de truco e futebol. Em parceria com a Secretaria do Trabalho, no governo Álvaro Dias, no ano de 1988, O SMC liberou Gilcinéia para organizar o primeiro cadastro de entidades sindicais em nosso Estado. A publicação inédita ajudou a conhecer o tamanho das organizações de trabalhadores em todo o Paraná.

Outro departamento criado diante da nova organização sindical inspirado pela assessoria da *Oboré* foi o *Departamento da Mulher*. Uma greve ocorrida anos antes na empresa Equitel foi o estopim para a mudança na direção da entidade. A mão de obra nessa empresa era composta na sua maioria por mulheres. Elas estavam sofrendo todo tipo de discriminação e até assédio. Marise era importante quadro do movimento feminista em nível nacional. Sua ação era de contribuir com a organização. E foi essa experiência e expertise que trouxe para as lutas das mulheres metalúrgicas. Rapidamente foi organizando encontros, seminários e ajudando na formação. Várias trabalhadoras começaram a se destacar e ajudaram a construir o *Departamento da Mulher*. Diva Lima da Silva foi a verdadeira alma dessa luta.

Diva começou seu trabalho sindical como cipeira na Inepar, empresa instalada na Cidade Industrial de Curitiba. Foi a mais votada, conta com orgulho. Ela nos fala da importância desses cursos e seminários, além dos materiais educativos produzidos pelo Sindicato. “Comecei a trabalhar na Cipa mas não tinha a menor ideia de como fazer.

Vinha para o Sindicato e conversava com o Francisco Gorges - falecido em 2017, com o Sérgio Butka, que foram me orientando. Seguiu a cartilha do Sindicato direitinho”, brinca. Relata que na época a empresa tinha sérios problemas. Não existia refeitório nem sequer local adequado para “esquentar as marmitas”. Algo mais impressionante é o seu relato emocionado de que não existia banheiro para os trabalhadores, quanto mais para as trabalhadoras usarem. “O pessoal acabava tendo que fazer as coisas no pátio da empresa. Tinha um matinho lá, sabe”. A luta não foi fácil, mas a líder metalúrgica fala com satisfação que conseguiram resolver todas estas injustiças e outras que foram aparecendo.

Acabou sendo convidada para assessorar o sindicato, mas com um diferencial. Junto à luta das mulheres somava-se a luta pela melhoria das condições de trabalho. Atuava ao lado de José da Silva, o “Negão” – falecido em 2006 -, Salvador Vatrim, Dinizar Airton Pan – falecido em 1999 - e Diamiro da Fonseca – falecido em 2017, diretores da entidade. Ela fala que na época a relação entre as empresas e os trabalhadores era “medieval”. Conta que os jornais da entidade eram deixados na portaria das fábricas. Isso porque os trabalhadores tinham medo de serem vistos lendo os jornais ou falando com um dirigente sindical. Medo de demissão mesmo, ainda reflexo da ditadura militar, dos anos de repressão. “Muitos patrões simplesmente demitiam esses companheiros se fossem vistos com a gente”. Mas como não fazia muito sentido deixar para os seguranças entregarem os jornais, essa resistência foi quebrada rapidamente. “O sindicato foi crescendo e o trabalhador, as trabalhadoras, foram perdendo o medo”. Dionéia Carvalho, também foi uma das mais importantes lideranças das mulheres na categoria. Ela reforça essa fala. “Cheguei depois da Diva e as coisas já tinham mudado bastante. A gente entregava os jornais na mão do peão. Essa era uma desculpa para conversar e saber das coisas. Da questão salarial e das condições de trabalho”. Ela entrou no Sindicato em 1988, depois de ter cumprido dois anos como vice-presidente da Cipa na Metalúrgica Trevisan, em São José dos Pinhais. Ela conta que o dono da metalúrgica que ela trabalhava não gostava do presidente do sindicato, Sérgio Butka. Dizia que a entidade iria acabar com ele na direção. “Fiquei pensando. Mas ele não tinha que gostar mesmo. Que tem que gostar do nosso presidente, da nossa entidade, é o trabalhador e não o patrão. Não é mesmo?” E ela disse que logo entendeu isso. “Eu sempre ouvia dele (Butka) que dirigente sindical não é para ficar sentado no Sindicato tomando cafezinho. Tem que ir para a porta de fábrica, conversar com o trabalhador. Saber o que acontece nas fábricas e organizar as lutas”. Por isso ela destaca a importância dos jornais, dos boletins para que pudessem “quebrar o gelo” na porta de fábrica.



Mobilização das trabalhadoras da ALPS do Brasil serviu de exemplo para toda a categoria.

Dentre muitos dos relatos, elas destacam as condições de trabalho da Alps do Brasil, na Cidade Industrial de Curitiba - CIC. As mulheres eram a maioria da mão de obra. Boa parte delas menores de idade. Eram submetidas a todo tipo de violência, até assédio sexual. Só tinha direito de usar o banheiro as trabalhadoras que estivessem menstruadas. Eram obrigadas a usarem uma fita vermelha para terem acesso. “Certa vez uma trabalhadora pediu para ir para casa, não estava passando bem, mas a chefia não permitiu. Ela decidiu ir embora assim mesmo. Como não abriram o portão, resolveu pular a cerca da empresa”, conta Diva. Sem medir consequências, o segurança simplesmente sacou a arma e atirou na jovem pelas costas. “Graças a Deus o tiro pegou de raspão”. Diva, Angela Teminski e Elisete Esmanhoto, diretoras do SMC, funcionárias da Cid Informática, apanharam alguns jornais da entidade e foram para a porta da Alps para mostrar para as trabalhadoras que aquele fato não ficaria impune. “Chegamos lá bem na hora da saída delas. Fomos entregando material e conversando sobre a situação. Estávamos com um carro de som pequeno e a Ângela pegou o microfone e começou a falar. Ela falava bonito. Todo mundo ouvia. A direção da Alps nos ameaçou. Mandou um guincho retirar o nosso carro de som. Foi aí que aconteceu uma coisa linda. As trabalhadoras deram as mãos e cercaram o carro de som do sindicato para nos proteger. Não conseguiram guinchar”, fala com orgulho. Ela conta que quando a coisa começou a ficar complicada, ligaram para o SMC e pediram ajuda. “Não demorou muito e o Moisés chegou, mas felizmente tudo já estava sob controle”, relata. Moisés Raimundo era funcionário antigo da entidade e era responsável por um dos carros de som, o maior que a entidade possuía. “As coisas complicavam, a gente chamava o Moisés”,

brinca. Diva conta que após a assembleia, “aquela demonstração de força, tudo mudou na empresa. As trabalhadoras organizadas conquistaram o respeito. Até o assédio sexual acabou”. Conta que essas notícias se espalhavam pela categoria e empoderavam as trabalhadoras. Além da discriminação, os acidentes de trabalho envolvendo as mulheres eram frequentes. Ainda citando a Alps como exemplo, contam que as amputações de dedos aconteciam com certa frequência. Uma prensa com defeito continuava sendo usada, mesmo resultando em amputação de dedos. O sindicato fez várias publicações denunciando a questão e cobrando fiscalização do Ministério do Trabalho. No dia da fiscalização, a empresa tentou esconder a máquina, mostrando outra que não tinha problema. Mas as trabalhadoras já haviam informado o Sindicato da manobra. “Graças ao trabalho de porta de fábrica com essas mulheres, conseguimos resolver isso. Tudo é uma questão de confiança. Mas para isso tem que ter trabalho, tem que ter luta. Isso só se constrói na porta de fábrica” completa Diva.

Dentre todas as publicações feitas para apoiar e ajudar na organização das trabalhadoras da Alps, a mais veemente foi publicado no jornal “Voz do Metalúrgico nº 12”, de março de 1989. Lembro como se fosse hoje quando Diva entrou na sala, angustiada e relatou para mim, Paulo Pedron, toda aquela situação. “Mais respeito cara”, esse era o título da matéria. Nessa publicação o SMC pede mais respeito para com as trabalhadoras, denunciando o chefe responsável pelas atitudes citadas acima. Para tentar se segurar no cargo, ele se disse ofendido por ser chamado de “chefete”, “machão”, “chefinho pé no saco” e sobretudo porque a entidade cobrava providências da Alps: “Se a empresa não tomar providências, nós vamos tomar”. Para tentar cessar as denúncias, o chefe processou o Sindicato por injúria e difamação. Na ação, o reclamante acabou por complicar mais ainda a situação da Alps, no momento que afirma no processo que, tudo que fez, foi por orientação da direção da empresa. Enfim, pode se dizer que nesse caso o ‘tiro saiu pela culatra’. Mas porque a publicação gerou essa reação? É que o jornal a “Voz do Metalúrgico” não era só distribuído na categoria, mas nas universidades, em ONGs e era enviado para todos os deputados estaduais e federais do Paraná, além dos três senadores. Era uma forma de ampliar a voz dos trabalhadores. Essa ação do sindicato foi tão importante que este processo acabou sendo destaque no livro do advogado paulista João Carlos Menezes, “Crimes de Imprensa”.

Como estratégia para aproximar as trabalhadoras da entidade, Dionéia destaca a realização de eventos e cursos. “O primeiro evento que eu participei foi o da comemoração aos 100 anos da abolição da escravatura. Mas a empresa não podia ficar sabendo, senão mandava a gente para a rua”. Em 1990 entrou para o SMC como assessora e começou a ajudar na organização dos eventos, cursos e atividades de lazer. Lembra com entusiasmo que o departamento começou a trabalhar com um tema muito significativo para as mulheres: o câncer de mama. “Fizemos uma parceria com a Associação dos Amigos do Hospital Erasto Gaetner. Eles vinham nos ajudar com palestras e informações”. Até hoje o Erasto é referência no tratamento de vários tipos de câncer. Para realizar

os eventos dentro das empresas, o departamento convidava muitos palestrantes, autoridades da área, para levar informação às metalúrgicas. “A gente aproveitava a semana do SIPAT – Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho - para dar mais visibilidade para o tema”. Relata que com isso acabavam conversando e cadastrando as trabalhadoras e depois as convidavam para outras atividades da entidade. “Era uma forma da gente trazê-las para o sindicato e conhecer a realidade delas”. Dionéia e Diva lembram que esse trabalho foi pioneiro: “Com o tempo a sociedade entendeu a importância desse tipo de trabalho. A própria ONU – Organização das Nações Unidas - reconheceu isso e acabou por criar o “Outubro Rosa”, que acontece todos os anos, envolvendo todos os países associados à organização. “Bem mais estruturado. Todos os anos mobiliza o departamento da mulher e o de saúde. Virou uma das campanhas mais importantes da categoria”, afirma Diva. Elas contam que outras atividades como futebol feminino, vôlei e aeróbica também ajudava na presença das mulheres na entidade. Segundo Dionéia, muitas vezes, ela e a Diva acabavam sendo uma espécie de psicólogas dessas mulheres. “Elas vinham e relatavam todo tipo de violência que sofriam não só no trabalho, como também dentro de suas próprias casas. Diva completa: “Se hoje ainda existem muitas mulheres que sofrem violência e ficam caladas por medo, imagina só naquela época”. Contam que elas mantinham sigilo sobre as vindas na entidade para falar de suas vidas. “Nem a empresa e nem a família sabiam disso”, diz Diva. Mas isso não impedia a entidade de agir. Muitas dessas denúncias trazidas eram encaminhadas de forma anônima para as autoridades da área e mesmo para a diretoria da entidade. “A prioridade era proteger essas mulheres”, ressalta.

## Aposentados

O ano de 1992 foi estruturante, muito importante para a construção do que a entidade é hoje. Mudanças importantes no estatuto garantiram maior participação dos trabalhadores. Foram criados os delegados de base, que eram lideranças eleitas pelos trabalhadores para representá-los nos problemas cotidianos, com apoio e assessoria do Sindicato. Com isso a entidade conseguiu aumentar sua representatividade. Estrategicamente passou a ter mais presença no chão de fábrica. Nesse mesmo período os aposentados brasileiros começaram a enfrentar grandes dificuldades. O governo federal passou a penalizá-los, com medidas econômicas que causaram perdas consideráveis no pagamento dos benefícios. Devido a esse arrocho nas pensões previdenciárias a entidade sentiu a necessidade de organizá-los. Foi daí que nasceu o Departamento dos Aposentados. E foi no 1º Encontro dos Aposentados Metalúrgicos da Grande Curitiba, em 1999, que a criação se deu. Dinizar Airton Pan acabou sendo o primeiro diretor desse novo departamento. O objetivo era organizar as lutas desses

metalúrgicos, somando-se às lutas de aposentados de outras categorias em todo o Brasil. Foram inúmeros seminários, palestras, congressos e manifestações. O Departamento contava com o apoio dos departamentos jurídico, das mulheres e de saúde. Esses encontros eram realizados na Escola Sindical, na Colônia de Férias e também no Centro de Formação, em Guaraqueçaba, estruturas que eram usadas para um trabalho formativo mais intenso. Assim os aposentados metalúrgicos se preparavam para as grandes discussões nacionais. “A gente se preparava bem. Precisávamos conhecer as leis e no que implicava as mudanças nas regras da Previdência”, destaca o ex-diretor do departamento, Roberto Eltermann. Ele nos conta que eram realizadas constantes reuniões aos sábados. “Às vezes vinham tantos aposentados que não cabia na nossa sala de reuniões. Eles tinham muito interesse em saber sobre as questões de saúde, essas coisas”. Nas reuniões todos recebiam atualizações dos assuntos previdenciários. O que estava se discutindo no Congresso Nacional, no próprio INSS, que poderia influenciar suas vidas. “Também aproveitávamos para fazer encontros de lazer. Aproveitavam a oportunidade para rever os amigos. Com isso, permanecíamos unidos”. Pedro Paulo da Silva, conhecido como PP, passou a coordenar o departamento em 2006. PP nos conta que quando assumiu a coordenação o trabalho já estava organizado. “Tínhamos encontros mensais, discutindo temas que variavam desde questões familiares, de saúde, até de conjuntura nacional e meio ambiente”. Ele nos fala que se o aposentado não tinha mais atividade profissional, isso não significava que deveria aposentar sua cidadania. “A gente convocava todos para participarem das assembleias da categoria. Eles acabavam ajudando na mobilização, servindo como exemplo para os outros. Também ajudava na autoestima deles mesmo porquê ainda estavam contribuindo com a categoria”. Ele destaca que o Sindicato fez muitas parcerias com secretarias municipais de saúde e do estado. “Quando não concordávamos com alguma decisão do governo que de uma forma ou outra poderia prejudicar os aposentados, íamos para Brasília protestar, conversar com os deputados. Somos aposentados, mas temos que continuar lutando”. Em 2008 o departamento dos aposentados foi incorporado pelo já existente Sindicato Nacional dos Aposentados, o Sindinapi, que havia sido criado em 2000. Pedro Paulo foi o primeiro presidente no estado. “Tínhamos uma preocupação em trazer discussões na área política. O aposentado precisava ser mais politizado, votar em políticos sensíveis a nossa realidade”.

Osório Delmonego entrou para o sindicato em 1996, logo que ingressou na Britânia. Trabalhou em várias frentes, mas gosta de lembrar o trabalho que foi desenvolvido junto aos aposentados, na subsede de São José dos Pinhais. “Todo último sábado do mês a gente se encontrava para conversar sobre saúde, política, meio ambiente. O encontro era sagrado. Era tão certo que nem precisava convidar”. Osório recorda com orgulho das ações em que os aposentados metalúrgicos tiveram a frente. Lembra das lutas pela preservação do meio ambiente, dos direitos da criança, das mulheres e por emprego. São José dos Pinhais fica na Região Metropolitana de Curitiba, é uma área de preservação ambiental. A instalação das montadoras em São José dos Pinhais necessitou de enormes áreas para a construção das fábricas. Parte delas estava loca-

lizada exatamente dentro dessas áreas de preservação. Muitas dessas áreas eram das nascentes de rios. “Para evitar que fossem destruídas, catalogamos todas e mobilizamos a sociedade”. Ele conta que o sindicato criou a Associação Protetora das Nascentes, exclusivamente para cuidar do meio ambiente. “Os aposentados ajudaram muito nisso. Conseguimos o apoio das centrais sindicais de trabalhadores, de pequenos empresários. Salvamos muitas nascentes”. Ele relata outras lutas que os aposentados metalúrgicos participaram e que foram muito importantes para a sociedade paranaense. A Volvo havia contratado uma empresa para fazer a reciclagem das latas de tinta, com conteúdo tóxico. Porém, estava enterrando o lixo, sem nenhum tratamento, em um terreno em São José dos Pinhais mesmo. O sindicato recebeu a denúncia e o assunto foi levado nas reuniões do departamento dos aposentados, que acionou a associação das Nascentes dos Rios, e a denúncia foi feita. “O resultado é que a Volvo levou todo o material para ser incinerado na fábrica de cimento Votorantin, em Rio Branco do Sul. Resolvemos o problema”. Próximo a Volkswagen foi encontrado um sítio arqueológico importante, com várias ossadas de nativos da região. “Conseguimos que todo esse material fosse preservado”, lembra. A instalação da usina de reciclagem de lixo também foi uma luta vitoriosa do departamento. “Antes da gente começar a brigar por isso, nem se falava desse assunto. Hoje, se temos uma usina de reciclagem em São José dos Pinhais, grande parte dessa conquista se deve aos nossos aposentados”.



Em 1999, no 1º Encontro dos Aposentados Metalúrgicos da Grande Curitiba, foi criado o Departamento dos Aposentados.

Outra luta importante que Osório destaca foi a criação da Associação Pró Emprego, que como o nome já diz, tinha como foco o cadastramento de trabalhadores para o encaminhamento de emprego. “ A gente criou a associação para cadastrar os trabalhadores, com o objetivo de ajudar na conquista do emprego. Se a gente encaminhasse pelo sindicato poderia trazer dificuldades”. Lembra do sucesso que foi esta estratégia do SMC. “Só em uma empresa conseguimos empregar 200 trabalhadores”. Mas o que lembra muito bem foi o dia que uma empresa queria contratar um trabalhador para cargo de chefia. “E nós tínhamos o perfil perfeito para a vaga. O problema é que não era um homem, mas sim uma mulher. Na época existiam poucas mulheres em cargos de direção. A Dionéia, assessora do departamento da Mulher, que trabalhava comigo aqui, entrou em contato com o departamento de recursos humanos e conseguiu convencer a empresa a contratá-la. Ficou vinte anos empregada”. Segundo Osório, a luta dos aposentados junto com a das mulheres e o departamento de saúde fez o SMC entrar em outra “batalha”. Essa em relação aos direitos das crianças e dos adolescentes. O Estatuto da Criança e do Adolescente, criado pela Constituição em 1988, trouxe a possibilidade de egermos pessoas para atuar na defesa dos direitos das crianças, adolescentes e suas famílias. Sua maior atuação é na proteção contra violência que podem ser vítimas. O sindicato passou a dar prioridade também a esse tema e começou a qualificar diretores e assessores da entidade para cuidar dessa questão. “Falo com orgulho que elegemos o companheiro Tatu -Jonair Ferreira- como o primeiro conselheiro tutelar metalúrgico da cidade. Foi o mais votado da história de São José. O cara fez 966 votos. Isso não é brincadeira não”.

Pois bem, Tatu não foi o conselheiro tutelar mais votado da história de São José dos Pinhais por acaso. Ele tem muita história de luta e superação que serve de exemplo e de inspiração. Ele nasceu em Colatina, no Espírito Santo. Quando sua mãe foi registrar os filhos para entrar na escola, ele e seu irmão Genivaldo, não tinham a certidão de nascimento. Havia sido perdida. A mãe ligou para o cartório e descobriu que ele tinha pegado fogo e todos os registros foram perdidos. Tiveram que fazer um novo e foi aí que aconteceu algo inusitado, vamos dizer assim. O cartório decidiu que os registros dos dois não teriam o sobrenome do pai, Marassat, mas Ferreira, sobrenome da mãe. “Na nossa família tem sete irmãos como Marassat e dois com sobrenome Ferreira. Todos filhos do mesmo pai”, diz Jonair. Aos 12 anos veio para Campina da Lagoa, interior do Paraná, cuidar de uma sobrinha. Ele conta que trabalhou muito na roça, mas era “ruim de serviço. Só era bom para puxar água”, conta. Depois de dois anos resolveu vir para Curitiba. Aqui trabalhou fazendo postes de luz, móveis, armações de ferro para viadutos. Daqui foi a São Paulo capital. Mais precisamente na Lapa. “Tinha que ganhar dinheiro para ajudar a família”. Até que em 1980 ele soube que em São José dos Pinhais tinha uma empresa que estava realizando uma obra no Pará. “Rapaz me mandei para o garimpo, na Serra dos Carajás. A empresa só fazia contrato de 90 dias para gente voltar ao Paraná e se vacinar contra a febre amarela. Eram 4 dias de viagem de ônibus. Economizava e deixava quase todo o dinheiro que ganhava com a família”. Mas ele fala que gastava

muito dinheiro com a passagem de ônibus e com a comida na viagem. Foi aí que propôs não voltar ao Paraná ao final dos 90 dias, em contrapartida a empresa pagaria os gastos que ele teria com a viagem. “Sobriria mais dinheiro para eu mandar”, argumenta. Mas nesse caso Jonair foi avisado que o risco era todo dele. “Acabei pegando a doença. Fui levado para o hospital da empresa. Mas o hospital lá era daquele jeito. Não tinha nem banheiro. Tinha que fazer em um balde. Todo mundo que estava internado lá usava o mesmo balde”. Depois de trinta dias, já curado, voltou para Curitiba e noivou.

Com a ajuda do Salvador, entrou na primeira indústria metalúrgica, a Maggio. “Trabalhei cinco anos lá. O Salvador passava toda a semana lá para conversar, para saber como estava o trabalho, se estavam pagando direito. Se tinha problema de acidente de trabalho. Essas coisas”. Saiu da Maggio e entrou na Codimac, também metalúrgica, que fazia carros para a coleta de lixo. Ele conta que o refeitório ficava longe demais, que quando chovia tinha até trabalhador que não ia almoçar. “A gente se sujava todo de barro. Tinha um refeitório para a peãozada e outro para os diretores e RH. A comida deles era boa, a nossa era muito ruim. Não deu para aguentar mais essa situação. Teve um dia que a gente resolveu parar. Greve mesmo”. O que Jonair e seus companheiros não sabiam é que o governador Jaime Lerner tinha marcado uma visita à empresa. “Ele era muito amigo do dono”, ressalta. “O Salvador e o Diamiro foram lá com caminhão de som falando tudo o que acontecia de injustiça. “Resolveram tudo rapidinho. Até transporte colocaram para levar a gente para o refeitório”. Em retaliação, no dia seguinte à greve ele foi mandado embora. “90 dias depois da minha demissão a empresa fechou”. Pouco tempo depois Tatu conseguiu emprego em outra metalúrgica, a Krone. Foi nessa época, em 1992, que Salvador e o Diamiro foram até a casa dele convidá-lo para fazer parte da chapa que iria concorrer à direção da entidade. “Confesso que fiquei meio assustado. A Belmira, minha mulher, perguntou que documentos eles precisavam e entregou tudo na mãe deles”. Conta que o RH avisou que tinha um cara do sindicato chamado Bozo, que queria falar com ele na portaria. Ele tinha ido pegar a assinatura dele para formalizar sua entrada na chapa. “Meia hora depois o dono da empresa me chamou, junto com o RH, ficaram falando duas horas na minha *orelha*. Queriam que eu desistisse de disputar as eleições. Ficaram seis meses me perseguindo. Até segurança colocaram dentro da empresa para ficar me pressionando. Cortaram até minha cesta básica”. Ele disse que começou a ter muitos acidentes de trabalho. Ele viu um amigo, que ele lembra só do primeiro nome, o Renatinho, perder braço. Tatu foi cobrar providências do técnico de segurança da empresa, mas não tomavam providência. “O Núncio me chamou e disse que eu tinha que montar a Cipa. Isso mudou as condições de trabalho para melhor. Ficamos muito tempo sem acidentes. Arrumamos o banheiro que não tinha nem porta. Colocamos até chuveiro. Conseguimos reduzir os problemas com acidente de trabalho em 80%”.

Jonair Ferreira atuava mais na subsede de São José dos Pinhais, “junto com o Osório e a Dionéia”. Como já estava bastante conhecido na cidade, “o sindicato queria que

que eu me qualificasse para disputar as eleições do Conselho Tutelar. “Ele -Butka- queria que o sindicato participasse dos conselhos da saúde, da criança e do meio ambiente. Que a gente se dedicasse a isso também”. Foi assim que começou a trajetória do sindicalista na área da criança e do adolescente. “Tive muita dificuldade no começo. Não conhecia computador. Todos os relatórios que a gente preenchia, era tudo no computador. Tive que me dedicar muito. Mas dei conta. “Fui presidente do Conselho Tutelar por dois mandatos”, fala com orgulho.



1992 - 1º de maio unificado

## Futebol

É impossível falar desse esporte sem o associar à classe operária. Desde a sua chegada ao Brasil, próximo a 1900, acabou sendo facilmente incorporado pelos trabalhadores. Começaram a surgir os times por fábrica. “Em 1920 era difícil imaginar uma fábrica em São Paulo que não tivesse seu próprio time de futebol”, constata Gabriel Perin em seu artigo nesse livro, “O futebol no Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba: Muito Além das quatro linhas”. Foi aí, segundo o autor, que nasce a expressão *vestir a camisa*. Literalmente os operários vestiam a camisa da empresa nos campeonatos de futebol. Em 1920 os comunistas perceberam a importância desse esporte e como estava sendo usado para manipular os operários. A ideia de participar de um time dava um sentido

de família, inclusive com a presença do *patrão*. Foi aí que os sindicatos começaram a organizar seus times e seus próprios campeonatos. “Tudo para fortalecer a luta”, destaca Perin.

Pois no Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos da Grande Curitiba não foi diferente. Salvador Vatrim se associou pela primeira vez ao sindicato em 1970, saiu e voltou em 1980. “Eu me associei por causa do futebol. Depois fui vendo como a coisa funcionava e comecei a entender a importância do Sindicato para o trabalhador”, conta. Foi convidado para participar da diretoria pelo ex-presidente Francisco Gorges, que também era funcionário da Langer. Ele relata que naquela época os metalúrgicos como os trabalhadores em geral não conheciam seus direitos e que isso só começou a mudar quando a entidade passou a ter seus jornais próprios. “Por isso quando a gente ia entregar o nosso jornal, pedíamos para que lessem com atenção. Sempre tinham informações importantes”. Lembra que ele mesmo, antes de entrar para o SMC, pouco sabia dos seus direitos. “Para ter alguma segurança no trabalho a gente mesmo tinha que comprar os EPIS – equipamentos de proteção individual. A empresa não dava nada. Eu sofri um acidente sério na Langer. Era uma fundição e eu trabalhava com ferro derretido. Colocava o ferro numa *panela* grande, o ferro derretia e depois era derramado em outra *panela*. Num dia uma *panela* bateu na outra e todo aquele ferro derretido derramou e entrou na minha bota. Tive uma grave queimadura nos pés. Saiu todo o *couro* dos pés”, relata. Ele conta que toda a semana ocorria um acidente de trabalho e alguns mais sérios. “A cipa não funcionava. A gente trabalhava em um ambiente com temperatura de 2.400 graus. Era um ambiente insalubre”. Salvador relata que quando foi eleito diretor do sindicato não conhecia muito dos direitos que estavam presentes nos acordos coletivos da entidade. “O Butka pediu para eu estudar, que precisava saber dos direitos dos metalúrgicos na ponta da língua”. Ele destaca a ajuda que teve de outro diretor, Dinizar Airton Pan. “Ele me ajudou muito”. Vatrim diz que depois que começou a estudar as convenções coletivas passou a perceber como muita coisa estava errada nas empresas. “Muitas não pagavam hora extra, nem insalubridade. Quando faziam, era por fora (pagamento de forma informal)”. Nas rescisões que fazia na sede do sindicato, quando da demissão do trabalhador, ele constatava muito isso. “O trabalhador perdia muito dinheiro”. Como não era pago junto com o salário, esse valor não incorporava no décimo terceiro, nas férias e nem no FGTS -Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Ele começou a fiscalizar as empresas e cobrar a regularização desses pagamentos. “A gente pedia para um fiscal do trabalho ir junto e a coisa começou a mudar”.

Salvador Vatrim conta que o sindicato ficava sabendo dessas irregularidades na hora da rescisão do contrato, mas na maioria das vezes era conversando com os trabalhadores nos jogos de futebol ou no bar do Keko, que ficava na antiga sede da entidade, na Lamenha Lins. “A gente aproveitava as partidas de futebol para bater um papo. Saber como estava a empresa. Se estava pagando em dia, hora extra e outras coisas. É que para conversar assim na porta de fábrica era difícil. O peão tinha medo de ser mandado embora ou de ficar visado pela empresa. Quem organizava estes torneios de

futebol era geralmente eu, o Butka e o falecido Coca - José Roberto Athayde”. A estratégia era simples, segundo Salvador. “A gente soltava o boletim avisando do início do campeonato e as datas das inscrições. Mas tudo tinha que ser feito no sindicato e só poderia participar o trabalhador que era associado”. Ele destaca que esta era uma importante forma de associar o metalúrgico a entidade. “Chegamos a ter 64 times. Cada time, com jogadores mais comissão técnica, mais ou menos 25 pessoas por time. Isso dava no final perto de 1.600 associados, só em um campeonato”. Fala com orgulho que a organização era muito profissional, inclusive com a presença de árbitros da Federação Paranaense de Futebol. “Pra evitar brigas”, explica.



Campeonato de futebol, entrega de troféu aos vencedores.

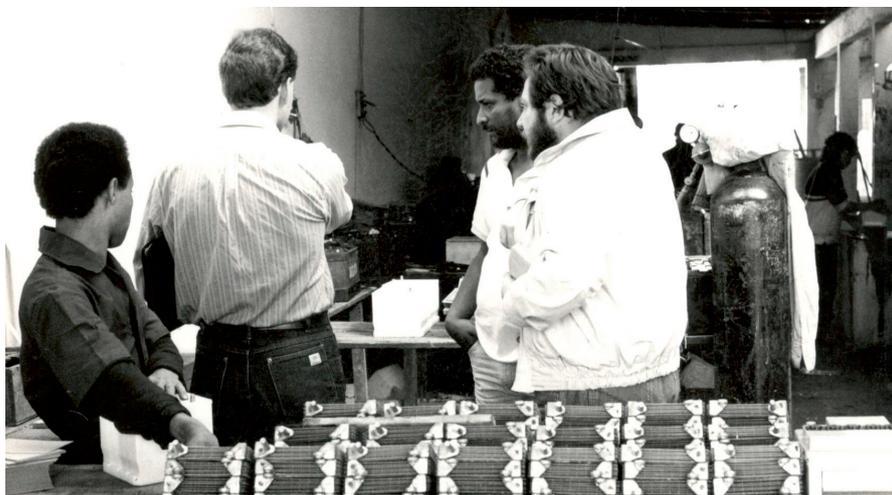
Ele fala que nas pequenas e médias empresas a repercussão dos campeonatos tinha uma importância maior. “É que a gente colocava nos jornais de grande circulação os resultados das partidas, fotos dos times. Não deixava de ser, na visão do empresário, uma propaganda da empresa”. Mas na verdade esse espaço era utilizado para o sindicato se aproximar mais dos trabalhadores e aumentar o número de associados. “Tinha empresa que o trabalhador

não queria saber do sindicato. Acabavam vindo pelo futebol. Aí a gente conversava, se aproximava e íamos aumentando a nossa força”.

Lilico, como é mais conhecido Luis Carlos Marochi, começou a trabalhar na área metalúrgica em 1979, quando foi contratado pela Inepar. Mais tarde ingressou na Volkswagen. Ele é um bom exemplo que a estratégia usada na época pela direção da entidade para se aproximar dos trabalhadores, deu certo. Conta que logo se associou a entidade e passou a frequentar o bar do keko, toda sexta-feira. “Era o ponto de encontro dos metalúrgicos e das metalúrgicas. Sexta-feira era sagrado. A gente ia para lá comer bolinho de carne, coxinha, *carne de onça*, tomar aquela cervejinha gelada”. Conta que tinha um grupo de amigos que davam apoio às ações do sindicato. “Eu, o Butka, Coca, Núncio e o Reginaldo éramos muito unidos. Não perdíamos um campeonato de futebol”. Mas o objetivo não era tanto pelo esporte, mas como uma oportunidade de falar, conversar com o trabalhador. “Era uma forma de unir o povo”. Ele revela que na porta de fábrica era difícil conversar muito com os trabalhadores. As informações importantes que o sindicato necessitava saber, como se a empresa estava pagando em dia, se estava pagando horas extras e sobre ambiente de trabalho, eram facilmente recebidas quando se tinha um dirigente sindical na empresa. “Quando não se tinha representantes na empresa, a gente buscava estas informações dos cipeiros, em nossos cursos. Mas era no futebol, no bar do keko que encontramos mais gente. O cara aproveitava para falar nestes espaços, longe dos chefes e dos seguranças da empresa”.

## Saúde como prioridade

A partir do ano de 1988 o Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba começa a trabalhar numa nova frente. Surgem evidências de que as fábricas de baterias estavam sendo responsáveis pela contaminação de trabalhadores por chumbo, também conhecido como *saturnismo*. Essa contaminação tem como principais sintomas alterações de personalidade, dores de cabeça, perda de sensibilidade, fraqueza, sabor metálico na boca, instabilidade na locomoção, falta de apetite, vômitos, prisão de ventre, fortes cólicas abdominais, dores em ossos ou articulações, hipertensão arterial, anemia e problema renais. Também pode causar perda da libido, infertilidade e, nos homens, pode ocorrer impotência. As vezes surge encefalopatia – a encefalopatia hepática é a deterioração da função cerebral que ocorre em pessoas com doença hepática grave, porque substâncias tóxicas normalmente eliminadas pelo fígado, acumulam-se no sangue e chegam ao cérebro. O médico Zuher Handar trabalhava na entidade, mas na área de consultas. Como tinha formação e interesse em atuar na área da saúde do trabalhador, conversou com o então presidente Francisco Gorges e com o secretário geral, Sérgio Butka. Gorges e Butka aceitaram a proposta e assim teve início a criação do Departamento de Saúde dos Trabalhadores Metalúrgicos da Grande Curitiba. Butka foi o primeiro diretor. Depois vieram José da Silva, Núncio Manalla e Osvaldo Silva Silveira. Além do Sindicato, Zuher também trabalhava no Hospital Evangélico. Numa dessas coincidências da vida, acabou atendendo um trabalhador que se queixava de dores muito fortes no abdômen. Já tinha sido atendido por vários médicos sem que seu problema sequer fosse diagnosticado, quanto mais resolvido. Respondendo à pergunta, acabou revelando que trabalhava numa empresa metalúrgica. Suspeitando de que se tratava de doença de trabalho, Zuher conversou com a direção da entidade que concordou em pagar os exames do trabalhador. Nem Butka e nem Francisco Gorges imaginaram que naquele momento começava a primeira grande luta da entidade em defesa da saúde do trabalhador e do meio ambiente, com reflexos no Brasil inteiro.



Visita à fábrica de Baterias  
Waff em agosto de 1989.

Na época não existiam laboratórios em Curitiba com equipamento para realizar os exames que pudesse medir a quantidade de chumbo no sangue. Só poderiam ser feitos em São Paulo. O Sindicato acabou pagando tudo. Isso significava a coleta de sangue, envio de avião para São Paulo. O laboratório por sua vez enviava o resultado dos exames por fax. Quando os exames voltaram, a contaminação por chumbo se confirmou. O trabalhador estava com quatro vezes mais chumbo no corpo que o tolerável. Pior, o INSS não queria reconhecer o saturnismo como doença de trabalho na área metalúrgica. A partir dessa constatação, o Sindicato então tomou a decisão de realizar exames em todos os trabalhadores e trabalhadoras que apresentavam sintomas de contaminação. Tudo seguiu o mesmo rito. O sangue era coletado e enviado para um laboratório em São Paulo. Os resultados destes exames mostraram uma triste realidade. A contaminação era geral. Devido a gravidade da situação, a entidade buscou articulação com o Ministério Público do Trabalho -MPT-, da Delegacia Regional do Trabalho -DRT- e da Fundacentro, ligada diretamente ao Ministério do Trabalho. Uma peça importante nessa articulação foi a do médico da DRT, Paulo Roberto Andretta. José da Silva, o Negão, assumiu o departamento de saúde e deu continuidade à luta. O departamento de imprensa passou a produzir materiais informativos sobre a contaminação por chumbo, suas consequências e denunciando as péssimas condições de trabalho a que os metalúrgicos estavam submetidos. Essas denúncias acabaram por gerar confrontos com o sindicato patronal que se intensificou com as fiscalizações solicitadas pelo SMC, junto a DRT.

A primeira greve da categoria tendo como foco a saúde do trabalhador não demorou para acontecer, e foi na fábrica de baterias Pfaff. A Guairão Baterias acabou sendo fechada por resistir em fazer as mudanças apontadas pela fiscalização. E depois dessa, várias outras. “Essa luta chamou a atenção do país que não conhecia a gravidade desse problema. Os trabalhadores estavam sendo contaminados no Brasil inteiro e nem sequer eram tratados corretamente. O INSS não queria afastar os trabalhadores. Mudamos essa realidade no Brasil”, lembra Butka. As fiscalizações que a entidade fazia junto com o Ministério do Trabalho e as denúncias vindas do chão de fábrica, mostraram para a direção do sindicato, da necessidade de dar uma atenção ainda maior para o departamento. Assim começaram a ser realizados cursos para cipeiros e seminários na área de saúde do trabalhador. Apoiar e estruturar os cipeiros, que são eleitos para fiscalizar as condições de trabalho, era o objetivo dos cursos. Para tanto foram usadas praticamente toda a estrutura da entidade. A Escola Sindical 1º de Maio, na sede campestre em São José dos Pinhais, a Colônia de Férias em Matinhos e o Centro de Formação Sindical, em Guaraqueçaba, ambas no litoral do Paraná, foram utilizadas também para esse fim.

Nuncio Manalla assumiu o departamento de saúde no ano de 1992. “Nós continuamos o trabalho desenvolvido pelo Butka e pelo Negão. E não teve jeito. Tivemos que continuar interditando as fábricas de bateria. Parte delas eram de ‘fundo de quintal’. Sem as mínimas condições de funcionamento”. Ele destaca uma ação realizada pelo

José da Silva, em Colombo, cidade da Região metropolitana de Curitiba. “Ele chegou na empresa e a situação era tão precária que tinha trabalhador fazendo sua refeição na casinha do cachorro”.



Fachada do FORMAR (Centro de Formação e Qualificação dos Metalúrgicos do Paraná), em Guaraqueçaba, litoral do Paraná.

Lembrou de uma situação que passou na cidade de Quatro Barras, cidade próxima a Curitiba. Ele conta que a fábrica estava registrada como empresa de esquadilhas de alumínio, mas na verdade era uma fábrica de bateria. “Como era uma área de preservação ambiental, ela jamais poderia funcionar ali. Nunca conseguiria autorização de funcionamento”. Pior, a empresa trazia baterias usadas dos EUA, através do porto de Vitória, no Espírito Santo. Essas baterias eram transportadas até Quatro Barras e ali eram recondicionadas. Esse tipo de produção acabava liberando muito material tóxico. A sobra sólida do chumbo era enterrada perto do rio Iraí. Com o tempo, esse material acabou entrando em combustão, contaminando o ar. A outra parte estava contaminando o rio”. A vizinhança acabou avisando o sindicato dessa situação. Rapidamente a entidade organizou uma verdadeira força tarefa para fazer a fiscalização. “Foi um grupo importante, composto pela Secretaria de Saúde do Estado, Secretaria Municipal de Meio de Quatro Barras e da Delegacia Regional do Trabalho”. Nuncio conta que ao chegar no local percebeu que a situação era muito pior do que a descrita pelos moradores. “Não existia filtro. O chumbo era jogado no ar e depois acabava contaminando toda a terra. Muitos animais morreram por conta disso. Muito triste”. Mas o que o diretor do Sindicato não esperava era de ser recebido a tiros pelo proprietário da empresa. “Estávamos no pátio, quando começamos ouvir tiros. Olhei para cima e vi um cidadão mandando bala na gente. O susto foi tão grande, que o secretário de Meio Ambiente acabou quebrando o pé na tentativa de sair da linha de tiro”, conta.

Ele revela, que para “azar” do proprietário da fábrica, naquele exato momento uma equipe da RPC – Rede Paranaense de Televisão – afiliada à Rede Globo, estava filmando tudo de um helicóptero. “Ganharam até um prêmio internacional de jornalismo”. E completa: “É evidente que a fábrica foi fechada”. Ele lembra que as ações durante anos do sindicato denunciando os perigos das fábricas de bateria, acabou virando uma verdadeira política de estado. “Tínhamos uma excelente parceria com o secretário de Saúde do Estado, Dr. Nizan Pereira. Ele teve sensibilidade e entendeu a dimensão do problema”, destaca.

Manalla revela os principais problemas enfrentados pela categoria durante toda a sua gestão. “Depois do saturnismo, vieram os problemas causados pelo barulho excessivo no ambiente de trabalho, a silicose provocada pelo uso dos jatos de areia para limpar peças, o amianto, as mutilações provocadas pelas prensas e dobradeiras e as lesões por esforços repetitivos”, mais conhecidas como LER/DORT. Os problemas derivados dos ruídos, barulhos excessivos no ambiente de trabalho, demandou muito trabalho. Essa é uma das doenças que mais afetam os trabalhadores, segundo ele. Para se entender a gravidade do problema, ruídos por doença ocupacional, ou doença no ambiente de trabalho como é mais conhecido, podem ocasionar irritabilidade, perda auditiva parcial ou total, falta de concentração, cansaço, aumento da pressão arterial, insônia e até problemas neurológicos. Ele revela que a maior dificuldade que enfrentou foi a falta de sensibilidade do INSS, que não reconhecia como doença ocupacional na área metalúrgica. Com isso o trabalhador não tinha direito ao auxílio-doença e nem a aposentadoria por invalidez, explica. Mas graças a pressão dos sindicatos e seguidas denúncias através da imprensa, o governo acabou admitindo e reconhecendo como doença ocupacional. “Para piorar existia uma máfia que atuava nas empresas”, revela. Nuncio conta que certa vez entrou no consultório de um médico do trabalho e acabou se deparando com uma situação “absurda”, mas de que já estava desconfiado. O médico do trabalho contratado pela empresa para fazer exames admissionais e demissionais, fazia os trabalhadores assinarem laudos admissionais em branco. Quando o trabalhador pedia demissão ou era demitido, caso viesse a apresentar perda auditiva, o médico usava o exame assinado em branco que comprovava a perda auditiva, e preenchia com data retroativa. A empresa dizia que o trabalhador já tinha essa perda quando da sua admissão. Com isso o Sindicato ficava com as mãos atadas. Não tinha muito o que fazer”, revela.

Depois de muita denúncia, esta fraude parou de acontecer. Mas a situação começou a mudar mesmo quando o Sindicato dos Metalúrgicos conseguiu vencer na Justiça um processo aberto contra a empresa Krone, uma das que mais apresentava problema nessa área. “Foi a primeira vitória que tivemos na Justiça em relação a ruídos como doença de trabalho na categoria”, diz Butka. Ele conta que o sindicato entrou com ação contra a Krone pedindo indenização para João Edson Basílio. Ele tinha 24 anos de empresa, segundo Nuncio. Ao final do processo a empresa foi condenada a indenizar o trabalhador, garantindo assim a sua aposentadoria. O resultado dessa ação fez com que as empresas

passassem a sentir no bolso o problema. Com isso começaram a modificar o layout, as máquinas e a forma de produção. “Ficou mais caro para os empresários pagar indenizações do que investir em ambientes de trabalho mais saudáveis. Não nos enganemos, a decisão foi pelo dinheiro e não pela ética”.

Sem dúvida nenhuma as mutilações são a face mais visível e cruel da qual um trabalhador pode ser vítima, decorrentes de acidentes com prensas, guilhotinas e dobradeiras. Segundo informações do departamento de saúde do SMC, na década de 90, perto de 5 mil dedos eram decepados por ano em todo o Estado. “Nós tivemos uma ação muito forte organizando as fiscalizações”, revela Núncio. O Sindicato passou a denunciar os acidentes e as empresas que mesmo diante dessas situações, mantinham as máquinas com defeito ou sem nenhuma proteção, funcionando. Foi contratado Mário Freitas, engenheiro de segurança, para ajudar na elaboração de laudos, participar das fiscalizações, e embasar tecnicamente o sindicato que passou a atuar na área de prevenção dos acidentes. Assim o departamento passou a propor mudanças no layout das empresas, bem como a instalação de equipamentos de segurança nas máquinas, impedindo com isso as mutilações. Mas o SMC enfrentava muita resistência por parte do Sindimetal - Sindicato das Indústrias Metalúrgicas Mecânica Material Elétrico do Estado do Paraná-, que representava as maiores vilãs das mutilações. Os jornais produzidos pela assessoria de imprensa e as matérias produzidas pela grande imprensa, geralmente oriundas de denúncias do departamento de saúde, acabaram ajudando na pressão que resultou no primeiro acordo coletivo, especificamente para o setor.

Com a intensidade das fiscalizações e das ações do sindicato na Justiça, as empresas foram percebendo que não tinham muita escolha. Nuncio afirmou que a equipe técnica do sindicato conquistou muita credibilidade e o temor que gerava o potencial das denúncias feitas. Em muitos casos os departamentos de recursos humanos (RHs) dessas empresas acabavam permitindo que o sindicato fiscalizasse, mesmo sem a presença da Delegacia Regional do Trabalho. Algumas empresas começaram a perceber que criando melhores condições de trabalho e equipando as máquinas, garantindo mais segurança para o trabalhador, o ambiente da fábrica fica bem melhor. “Em consequência diminuía consideravelmente o estresse e a produção aumentava”. O departamento de saúde do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos da Grande Curitiba passou a enfrentar outros graves problemas: a silicose e o amianto. Os jatos de areia que serviam para limpar e fundir peças acabam por liberar partículas de sílica. Essas partículas são inspiradas pelos trabalhadores, que acabam se acumulando nos pulmões, formando uma película e dificultando a respiração. Acaba limitando a oxigenação do sangue, causando problemas em outras funções orgânicas, principalmente no coração. Já no pulmão os problemas são irreversíveis. Nos casos mais agudos o transplante de pulmão passa a ser o único recurso. Ele conta que várias empresas metalúrgicas faziam uso da sílica regularmente. “Tinha empresa que *jateava* ao ar livre. Os trabalhadores adquiriam a doença e os médicos da empresa diziam que o problema que estava tendo é porque ele fumava. E não era nada

disso”. Mas o quadro ainda era pior quando essa prática era usada de maneira clandestina. “Fechamos muitos locais clandestinos. Teve caso que até a família do dono já estava doente”. Nuncio fala que após muitos anos de denúncias, a silicose foi banida. “Fomos o primeiro estado do Brasil a proibir a silicose. Trocamos o jato de areia pelo jato de aço”.

Outra grande luta dos metalúrgicos aconteceu por conta do amianto. Margareth Mattos de Carvalho é chefe do Ministério Público do Trabalho no Paraná e uma das pessoas responsáveis pelo banimento do amianto no país. Ela revela que o amianto provoca diversos problemas à saúde como câncer, não só dos trabalhadores que manipulam as fibras, mas também para as pessoas que têm o produto em casa. Ele está presente em telhas, caixas d’água e lonas de freios dos automóveis. “Começamos a compreender a gravidade em 2012”, lembra. Uma das primeiras decisões do Ministério Público do Trabalho foi a criação do Comitê pela Erradicação do Amianto. Ela destaca que o Departamento de Saúde dos Metalúrgicos da Grande Curitiba foi fundamental para que isso ocorresse. Conta que o Sindicato tinha uma articulação nacional na área da saúde e que isso foi fundamental. “Tinham acesso a muitos médicos e pesquisadores que sabiam dos perigos, dos riscos que os trabalhadores estavam submetidos”. Foram organizadas reuniões e seminários sobre os riscos do amianto. “Nós passamos a fiscalizar as empresas com mais intensidade”, revela. Margareth conta que existiam apenas três empresas que usavam fibras de amianto em sua linha de produção aqui no estado. “Mas éramos o segundo em consumo de amianto em todo o Brasil”. O MPT passou a mover ações na Justiça buscando a proibição do uso desse material. “Tínhamos fibras sintéticas que poderiam substituir o amianto e o custo era praticamente o mesmo”, diz. O problema é que a Eternit tinha a única jazida no Brasil. E isso gerava muito dinheiro para a empresa. Para mudar a linha de produção, passando a usar as fibras sintéticas, levaria um tempo, e a Eternit ameaçava parar totalmente o fornecimento de amianto. Isso implicaria na parada de produção total da empresa por meses.

Em 2013 o Comitê organizou uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Paraná. O objetivo era o de criar uma lei pelo banimento do amianto em todo Estado. Ela cita dois parlamentares que se envolveram diretamente na questão. Favorável ao banimento estava o deputado Luis Cláudio Romanelli (MDB), que inclusive era o líder do governo na casa. Do outro lado, o dos empresários contrários ao banimento, estava o deputado estadual Reinhold Stephanes Junior (PSD). Os empresários trouxeram vários ônibus lotados de trabalhadores, convencidos por eles que a proibição do amianto levaria ao desemprego. “Os empresários mentiram para eles. Disseram que não trazia problemas para a saúde e que a proibição causaria o fechamento das empresas. Que perderiam os empregos”. Ela destaca que graças a presença do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos da Grande Curitiba na audiência, o tema conseguiu ser discutido. Assim aconteceu na Câmara Municipal de Curitiba e de São José dos Pinhais. “Em Curitiba conseguimos aprovar lei proibindo a comercialização. Aí as empresas tiveram que se adaptar, a mudar a linha de produção, utilizando fibras sintéticas e não mais o amianto”. Nuncio conta

que através do mandato de Sérgio Butka como vereador em São Jose dos Pinhais, ocorreu a tentativa de se aprovar a proibição de utilização do amianto. “Mas as indústrias eram poderosas e não conseguimos sucesso. O Butka tentou criar a proibição do Amianto. Até foi aprovada, mas depois, devido a articulação dos empresários, acabou sendo derrubada. Os empresários mentiram para os trabalhadores. Disseram que seriam mandados embora”. O banimento só ocorreu após 21 anos de luta. Nessa caminhada o SMC contou com a parceria do departamento de saúde do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Osasco. “Nós nos fortalecemos com essa parceria”, diz Aparecido Clemente, diretor da área na entidade paulista. Já Núncio Manalla destaca uma grande conquista do departamento de saúde do SMC. “Mesmo antes da proibição de comercialização, na Volvo nós eliminamos o amianto na linha de produção. A questão era a seguinte: as montadoras usavam dois tipos de lonas de freios. Uma, com amianto para ser vendido no Brasil e outra lona, sem amianto, para exportação”.

Na década de 90, no governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), o Brasil priorizou a vinda de capital internacional. O Paraná acabou recebendo uma série de empresas, principalmente na área eletroeletrônica. A mão de obra era composta, na sua maioria, por mulheres. Com a globalização se iniciavam novas formas de produção e, em consequência, novas doenças de trabalho. Surgem doenças ósseo musculares e a chamada tenossinovite, lesões por esforços repetitivos – *LER/DORT* (LER, Lesões por Esforços Repetitivos e DORT, Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho). As LER/DORT representam um conjunto de doenças que atingem nervos, tendões, músculos e articulações, causadas por movimentos repetitivos, ritmo de trabalho intenso, exposições a vibrações intensas ou pela utilização de móveis ou equipamentos inadequados.

Centenas de trabalhadores estavam sofrendo com essas doenças. Mas estavam sendo ignorados pelo governo federal. O INSS não reconhecia como uma doença de trabalho na área metalúrgica. Na verdade, só era reconhecida nas categorias dos bancários e dos digitadores. No início de março de 1991 o Sindicato organizou um seminário nacional na Escola Sindical 1º de Maio, na sede campestre, em São José dos Pinhais. O evento teve como objetivo juntar os sindicatos brasileiros nessa luta e chamar a atenção do governo federal para o problema. O sindicato queria mostrar que a tenossinovite estava muito além dos bancários e digitadores. Para tanto, trouxe Romeu Lobianco, diretor nacional do INSS. Outras entidades sindicais e federações de trabalhadores participaram do evento. Os debates foram intensos. As entidades sindicais exigiam o reconhecimento da LER/DORT como doença ocupacional em outras categorias. Entretanto, ele se mostrava irreduzível. Foi então que Diva, uma das organizadoras desse seminário, diante da intransigência do diretor do INSS, colocou em fila indiana uma dúzia de mulheres com lesões ocasionadas pela repetição sistemática. O constrangimento foi enorme. Lobianco não tinha mais como negar o que foi colocado diante de seus olhos. A pressão surtiu efeito.

Pouco tempos depois, finalmente o INSS reconheceu que trabalhadores e trabalhadoras de outras categorias profissionais, também sofriam com essas lesões.

Aparecido Clemente atua na área da saúde do trabalhador há mais de 40 anos, em Osasco, São Paulo. Ele era diretor do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Osasco e foi um dos primeiros sindicalistas brasileiros a se dedicar exclusivamente na defesa da saúde dos trabalhadores. Ele esteve presente nesse evento, na Escola Sindical 1º de Maio e ainda lembra com detalhes desse dia. “Aprendemos muito nesse seminário realizado pelos companheiros de Curitiba. A partir daí organizamos nossa luta aqui em Osasco. Foi uma grande vitória dos trabalhadores”, ressalta. Ele faz questão de lembrar desta parceria que acabou se formando entre os sindicatos de metalúrgicos de Osasco e de Curitiba. “As duas entidades atuavam de maneira muito solidária”. Clemente lembra de uma situação em que precisou da ajuda aqui em Curitiba e que para ele revela a importância dessa unidade. O fato ocorreu em abril de 1993. Três metalúrgicos de Cotia, São Paulo, sofreram graves queimaduras, vítimas de acidente de trabalho. Estavam pintando peças na empresa FERAME em ambiente fechado. Uma faísca acabou gerando uma forte explosão e esses companheiros, que tinham entre 20 e 21 anos, tiveram queimaduras de segundo e terceiro grau, pelo corpo inteiro. “Não tinha mais vaga nos hospitais em São Paulo e a prefeitura de Cotia (onde a empresa estava instalada) mandou os acidentados em três ambulâncias para o hospital Evangélico, aí em Curitiba”. Segundo Clemente, eles foram recebidos como indigentes e por conta disso, ficaram três dias à espera de atendimento, sem receber sequer medicação. “A mãe de um desses meninos nos avisou. Pedimos ajuda para os metalúrgicos de Curitiba, que mandou uma equipe do departamento de imprensa para o hospital. Filmaram tudo. Registraram a situação trágica que estavam submetidos. Entrevistaram o médico. A situação estava tão séria que o médico comparou os jovens a um ‘barril furado’. Segundo ele, os três garotos estavam perdendo 70% dos líquidos que recebiam, todos os dias”. As gravações foram realizadas pelo jornalista Eduardo Pavão, então coordenador do departamento de imprensa do SMC e foram enviadas para Clemente, em Osasco. “Eu mesmo fui buscar. Corri para o jornal e passei para um jornalista. ‘Acidentados Paulistas Esquecidos em Curitiba’ foi a manchete do jornal *Notícias Populares*. Aí em Curitiba os jornais também noticiaram esse absurdo”. Ele destaca que a solidariedade dos metalúrgicos de Curitiba salvou a vida dos três trabalhadores e trouxe mais conforto para seus familiares, que não tinham ideia de como eles estavam sendo tratados. O fato gerou muita indignação em São Paulo. No dia seguinte, após a manchete do jornal, os acidentados passaram a receber remédios. “A secretaria de saúde de Cotia se mexeu e enviou rapidamente para Curitiba”. Mas lamentou que a mãe de um deles estava grávida e devido ao estresse, acabou abortando. Passados tantos anos, Clemente ainda se emociona ao lembrar o fato. “Essas coisas a gente nunca esquece”, completa.

## Lutas nacionais e no estado

A redemocratização trouxe grandes esperanças para os brasileiros. Após 21 anos de ditadura, enfim o Brasil estava prestes a ter seu primeiro presidente civil. Mas as eleições não se davam pelo voto direto, com o brasileiro indo às urnas e escolhendo seu candidato. Ainda acontecia pelo chamado “Colégio Eleitoral”, composto por deputados federais e senadores. O povo mesmo não votava. Ficava apenas assistindo à votação pela tv. Tancredo Neves (PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro) disputou as eleições com Paulo Maluf, governador de São Paulo (PDS – Partido Democrático Social). O PMDB era o partido da resistência democrática e o PDS, que apesar de autointitular *Democrático*, era o partido que deu sustentação à ditadura. Tancredo venceu as eleições tendo como vice José Sarney, também do PMDB. Em 14 de março de 1985, um dia antes de tomar posse, Tancredo é internado com fortes dores no abdômen. Acaba falecendo em 21 de abril daquele mesmo ano, assim Sarney assume a presidência da República. É nesse contexto de comoção pela morte de Tancredo e pela euforia do início da redemocratização do Brasil, que se inicia o governo Sarney. O novo governo não consegue dar respostas aos problemas econômicos que vinham se acumulando. Em 1986 é criado o Plano Cruzado numa tentativa de dar resposta a esses problemas. O país tem uma nova moeda. Sai o *cruzeiro* e entra o *cruzado*. Para tentar segurar a inflação, o plano prevê o congelamento de preços. Mas isso acaba levando ao desabastecimento. Começam a faltar produtos nas prateleiras dos supermercados. Uma forma dos empresários pressionarem o governo para o reajuste de preços. Mas outro fator também ajuda na falta de produtos. A população, com medo do desabastecimento, passa a estocá-los, a comprar muito mais do que necessitava.

Em 1989 a inflação chegou a 1.764% ao ano. As centrais sindicais convocaram para março greve geral em protesto contra a política econômica, contra a recessão e por reajuste mensal dos salários. Uma forma de diminuir as perdas que os trabalhadores estavam tendo devido a inflação. Os metalúrgicos da grande Curitiba participam da organização da greve no estado. “Quando assumimos a presidência do sindicato, foi ficando na diretoria só o pessoal de luta. Com esse novo perfil, aguerrido. Esse pessoal enfrentava a polícia. Não tinha medo de apanhar da polícia em porta de fábrica. Não tinha medo de convencer o trabalhador de que ele tinha que fazer greve”, diz Butka. Conta que nas greves gerais a presença das forças de segurança era muito intensa. “Para organizar essas greves a gente tinha que fazer *malabarismos*. Às vezes a gente tinha que se organizar nas igrejas, nas associações de bairros, nos nossos campeonatos de futebol. Mas tudo era bem planejado para a gente falar com o trabalhador”.

José Assis Meira entrou para a diretoria do sindicato em 1986. Ele conta que quando foi demitido da empresa Moller, em Colombo, região metropolitana de Curitiba, procurou o SMC para saber dos seus direitos. “Foi aí que entendi a importância do sindicato. O Butka e o Francisco Gorges me defenderam. Mostraram que eu tinha direitos. Enfren-

taram a empresa. Gostei da atitude e partir daí comecei a participar das lutas”. Mais tarde ele ingressou na metalúrgica Formighieri, cidade industrial de Curitiba. Lembra das primeiras greves que participou. A mais significativa para ele foi a greve geral de 1989. “Nos reunimos e fizemos uma passeata na Cidade Industrial de Curitiba. Paramos por exemplo a New Holand -atual CNH-, a Volvo... olha apanhamos feito gente grande da polícia militar. Mas continuamos firme. Tinham muitas trabalhadoras com a gente”. Mas o que mais deixava Meira indignado nem era a presença ou a violência que eles empregavam contra os trabalhadores, mas os *fura greve*. “Chamávamos eles de pelegos. Eu não me conformo com o cara saindo correndo do ônibus da empresa, pulando cerca, muro, para entrar para trabalhar em meio a uma paralisação. Estamos ali por ele, para defender o direito dele. É um desrespeito com os colegas que estão ali, lutando”. E acrescenta: “Ainda bem que sempre foram a minoria”.



Metalúrgicos estiveram presentes nas greves gerais.

nem para o ônibus, quanto mais para o lanche. Mas tínhamos que mostrar para o governo a nossa insatisfação”. Conta que o grupo se dividiu para fechar mais empresas. “Nós fomos pra Alps do Brasil, Bosch, Equitel, Inepar e Cid Informática. Mais ou menos umas 40 pessoas cada grupo”. Em certo momento da greve, na Inepar, ela percebeu que estava difícil impedir a entrada dos ônibus que a empresa destinava para o transporte dos trabalhadores. Para garantir que a empresa iria parar suas atividades, ela combinou com os outros grevistas que prestassem atenção porque iria se jogar bem na frente do ônibus. “Prestem atenção que vou me jogar e vou dar um grito. O motorista vai pensar que me atropelou e vocês tratem de abrir as portas dos ônibus para os trabalhadores saírem”. Ela fez o combinado. “O ônibus parou e todo mundo desceu”, comemora. A estratégia foi tão eficaz que repetiu em outra fábrica, a Cid Informática. “Lá deu certo também”. Diva também fez questão de falar da violência policial. “Quando chegamos na Bosch a polícia já estava lá com um monte de cachorros. De lá fomos pra Alps do Brasil, depois na Inepar e Equitel. Na Equitel aconteceu uma covardia. Tinha um cordão de policiais. Bateram numa mulher que estava grávida. Você acredita nisso? Bateram numa mulher que estava grávida. Uma vergonha”.

Diva Lima da Silva também estava nesse movimento junto com outras trabalhadoras. Ela conta que as faixas de apoio às reivindicações foram feitas às escondidas dentro da empresa mesmo. “A gente pegava papel das impressoras dos computadores e escrevia nossos slogans. Saímos da assembleia que definiu pela participação na greve geral já tarde. Não tínhamos dinheiro

Ela lembra de uma frase que uma diretora do sindicato, Angela Temiski, costumava falar. “A mulher é como um elefante. Não tem consciência da força que tem. Se a mulher baixar a cabeça mesmo diante dessa violência, nunca mais se ergue”. Conta que a passeata que se iniciou na Cidade Industrial de Curitiba acabou no Centro Cívico de Curitiba, onde fica a sede do governo do estado, Tribunal de Justiça, assembleia legislativa e prefeitura.

Em todas as outras greves gerais, a de 1986, contra o Plano Cruzado, onde mais de 15 milhões de trabalhadores cruzaram os braços, a de 1987 em protesto contra a ingerência do FMI nas questões internas do Brasil, contra o Plano Verão e o arrocho salarial, a de 1989 narrada acima, o SMC esteve presente. A greve geral de 1991 aconteceu em 22 e 23 de maio, e exigia a reposição das perdas salariais, garantia de emprego, reforma agrária e em protesto contra o reajuste abusivos dos aluguéis e das prestações da casa própria. Nessa foram mais de 19 milhões de trabalhadores em greve. Na greve de 1996, mais de 12 milhões de trabalhadores pararam suas atividades contra o desemprego, por um salário justo, aposentadoria justa e pela manutenção dos benefícios sociais dos trabalhadores. Em maio de 2017 na maior greve geral da história do Brasil, 40 milhões de brasileiros protestaram contra o “assalto dos direitos trabalhistas e contra a reforma da previdência”, proposto pelo governo Temer. Exatamente há 100 anos, em 1917, ocorria a primeira greve geral no Brasil. O governo conseguiu aprovar a reforma trabalhista, mas não conseguiu implementar a reforma da previdência. Mais tarde, o governo Bolsonaro, dando seguimento a proposta de Temer, conseguiu aprovar a reforma da previdência. O Jornal espanhol El País, um dos mais importantes do mundo, destacou que o governo Temer, estava agonizando, “atingido por vários escândalos de corrupção estava arriscando seu futuro na aprovação da reforma da previdência e na trabalhista. Tentativa de recuperar o mínimo de credibilidade”. Temer aprovou a reforma trabalhista, mas seu governo acabou marcado por escândalos de corrupção.

“Não ficamos de fora de nenhuma luta importante desse país”, ressalta Sérgio Butka, se referindo a participação nas greves gerais, inclusive a maior delas, a de 2017. Ele lembra ainda quando era secretário geral e Francisco Gorges presidente, da mobilização durante o processo constituinte, em 1988. As reuniões que o SMC participava junto com uma série de outras entidades sindicais, ocorria na sede da Federação dos Trabalhadores no Comércio, no Centro Cívico, em Curitiba. Quem coordenava as ações no estado era o presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias, Mathias Alenor Martins. Ele era extremamente habilidoso e se movimentava politicamente da esquerda à direita. Iraci Borges lembra que esse movimento foi chamado de “O Trabalhador do Paraná na Constituinte”, e o objetivo era fazer lobby em defesa dos assuntos de interesse dos trabalhadores. O sindicato manteve uma equipe de sindicalistas durante praticamente os 20 meses do processo constituinte. “O que a gente percebeu é que a maioria dos deputados não tinha como estar informado de todos os temas, como por exemplo economia, sistema financeiro, educação, saúde e direitos dos trabalhadores. A gente aproveitava isso e ia para cima deles.

Mostrava o que implicaria na vida do trabalhador e do país se tal coisa fosse aprovada ou não. No final conseguimos aprovar muita coisa em favor da classe trabalhadora”, diz Butka. A *Voz do Metalúrgico*, edição especial de 3 de agosto de 1988, mostrava em manchete a prioridade que o sindicato dava ao tema: “Metalúrgicos de todo Brasil vão entrar nessa casa”, embaixo a foto mostrava a “casa”, que era nada mais nada menos que o Congresso Nacional. Como legenda as bandeiras de lutas da categoria: manter as conquistas do primeiro turno da Constituinte, falar com todos os deputados, e cobrar dos constituintes paranaenses voto com o trabalhador e denunciar todos os traidores.



Sindicato presente nas manifestações contra a reforma trabalhista e da previdência

Nas eleições do sindicato, a chapa 1, que era da situação, cumpriu a promessa e soltou um boletim com o título “Não Vote Nessa Cambada”, denunciando todos os deputados federais do Paraná que votaram contra os direitos dos trabalhadores e que buscavam a reeleição. Esses traidores, segundo a chapa 1, é que formavam a “cambada”. No estado, o sindicato participou de muitas campanhas e movimentos. Foi uma das entidades que contribuiu para mobilizar a sociedade paranaense contra a privatização da Copel. Ajudou a criar no governo de Roberto Requião o *salário mínimo regional*, beneficiando trabalhadores que não tinham acordos coletivos de trabalho, como as empregadas domésticas, zeladores e trabalhadores rurais. Mais efetiva ainda foi a presença no movimento “O Paraná que Queremos”. O jornalista James Albert investigou e passou a denunciar um esquema envolvendo deputados estaduais e funcionários da Assembleia Legislativa do Paraná. No centro da denúncia estavam parlamentares e os chamados funcionários “fantasmas”, que eram contratados, mas não apareciam para trabalhar. O salário eles recebiam uma parte, a outra ficava com o deputado responsável pela sua contratação. O Ministério Público ofereceu

denúncia contra vários envolvidos resultando numa série de prisões. O SMC ajudou a organizar várias manifestações exigindo transparência e pedindo o fim da corrupção.

Mas com certeza uma das lutas mais importantes que o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos da Grande Curitiba atuou foi na resistência ao golpe que retirou Dilma **Rousseff** da presidência da República. “Nós sabíamos que esse golpe não era contra Dilma. Era um golpe contra a classe trabalhadora”, diz Sérgio Butka. Ele afirma que desde o governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB - 1995 a 2003) grandes empresários e banqueiros tentaram aprovar no Congresso Nacional a reforma trabalhista e previdenciária. “Não conseguiram porque os sindicatos se mobilizaram e impediram essa tragédia. Mas não desistiram. Foram minando os setores organizados da sociedade, dentre eles o movimento sindical. Por isso é que eu digo que o golpe foi contra a sociedade, contra os trabalhadores”. Ele lembra que foi no governo de Michel Temer que a reforma trabalhista foi aprovada, apesar das manifestações e protestos pelo país. “O Temer começou a pagar a conta do golpe aí”. No entanto, destaca que não teve força para aprovar a reforma previdenciária. “Foi um dos governos mais impopulares de todos os tempos. Lembro que ele chegou ao fim do governo com 3% de credibilidade”. Jair Bolsonaro assume o governo em 2019, dando continuidade à **política** do governo anterior. Aprovou no Congresso Nacional uma nova reforma trabalhista, retirando ainda mais direitos dos trabalhadores e aprovando a reforma da previdência “tão desejada pelos banqueiros e grandes empresários”, diz Butka.

Nesse período todo o SMC participou ativamente da resistência contra essas mudanças. Jamil D’Avila concorda com Butka. “Esse golpe foi contra os trabalhadores. Eles atacaram o movimento sindical e outros setores organizados da sociedade. Para conseguir aprovar isso tinham que enfraquecer a sociedade. O resultado é esse aí. A fome e o desemprego hoje estão na agenda do país”. Destaca outro personagem da política brasileira que foi importante para a aprovação dessas reformas. “Não podemos esquecer que o Rodrigo Maia era o presidente da Câmara dos Deputados. Ele foi o grande articulador político desse crime contra os trabalhadores”. Lembra do jornal que o sindicato editou, alertando sobre o que iria acontecer com o país após a aprovação dessas medidas. “O governo fez campanha dizendo que as reformas eram a *Ponte Para o Futuro*. No nosso jornal nós denunciávamos isso dizendo que era a Ponte para o **Inferno**. Paulo Pissinini, também diretor da entidade, relata como foram as manifestações contra as reformas. “Nós fizemos muitas manifestações nas portas das fábricas alertando os trabalhadores do que estava por vir. Fomos a Brasília protestar, principalmente contra a reforma trabalhista e previdenciária. “Dos 12 ônibus que saíram de Curitiba para protestar contra o golpe, 4 eram exclusivamente de metalúrgicos”. Ressalta que, para conter as manifestações populares, Temer usou as forças de segurança. “Foi uma reação muito violenta da polícia. Mas isso não nos intimidou. É sempre assim. Os poderosos tentam aprovar medidas contra o povo. Sempre tem reação. Aí eles usam a polícia para garantir seus privilégios”.

## Melhores salários e condições de trabalho

A luta por melhores salários e condições de trabalho acabou gerando uma série de mobilizações na categoria. Em 15 de abril de 1991 ocorreu a primeira greve em 45 anos de existência da Refripar, que fabricava geladeiras e freezers. Bastaram dois dias de paralisação para os trabalhadores e trabalhadoras conquistarem 62,84% de reajuste salarial, dentre outras conquistas. Mas os metalúrgicos iriam pagar um preço muito alto por isso. Numa conversa informal com vários diretores do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos da Grande Curitiba, o proprietário da Refripar, Sérgio Prosdócimo, falecido em 22 de maio de 2018, um dos empresários mais poderosos do estado, avisou que aquela greve teria sérias consequências para a entidade. Não demorou muito e os trabalhadores entenderam bem do que o empresário estava falando. Meses depois da greve, os metalúrgicos e metalúrgicas das empresas do setor de eletro-eletrônico, seriam obrigados por decisão judicial a se associar a outro sindicato recém criado, o Seletroar. “Na assembleia deles (Seletroar) tinham 12 trabalhadores. Na nossa tínhamos 8 mil. E a Justiça decidiu que eles é que representariam o pessoal”, analisa Butka. Essa nova entidade passou a ser chamada de maneira pejorativa de “fantasma” pelos próprios trabalhadores. O Sindicato dos Metalúrgicos, em várias publicações, denunciou esse novo sindicato como sendo criado pelos empresários para impedir a luta dos trabalhadores. Coincidência ou não, após a mudança de representatividade, não se tem notícia de mais nenhuma greve na categoria.



Trabalhadores cruzam os braços em frente à fábrica da Refripar, em greve, no ano de 1991.

Em maio de 1995 trabalhadoras e trabalhadores da Britânia cruzaram os braços. Foi uma das greves mais acirradas da categoria. Nesta empresa a maioria da mão de obra era composta por mulheres. Reivindicação por melhores condições de trabalho e por reajuste salarial foi a motivação do movimento. Durante a paralisação os ânimos foram se acirrando, muito em decorrência das denúncias de assédio trazidas pelas operárias. “Tivemos todo o governo do estado mobilizado contra nós. Inclui-se aí o secretário do Trabalho, Joni Varisco, comandantes da PM e até o próprio governador Jaime Lerner. Daí você percebe o poder do dono da empresa”, constata Manalla. Durante a greve, várias trabalhadoras foram se empoderando e passaram a contar o que acontecia no cotidiano. Elas relataram que eram submetidas a todo tipo de desrespeito e até assédio sexual. Essas denúncias foram publicadas pelos jornais da capital tornando o movimento ainda mais forte. “Eles queriam resolver tudo. Não era mais só uma questão de reajuste salarial. Dignidade passou a ser a palavra de ordem”, fala Butka. A polícia tentou intimidar os grevistas, algemando Clementino Tomaz Vieira, diretor do SMC. “Mas só conseguiram colocar uma algema. O povo não permitiu que colocasse a outra”, fala Núncio mostrando com isso que a ação da empresa em conjunto com o governo do estado, só “ajudou” na radicalização da greve. O movimento só foi encerrado após 14 dias com a conquista de 18% de aumento, inclusive com a demissão de todos os diretores envolvidos nas denúncias de assédio sexual. Mas essa conquista teve um preço. O programa Metalúrgico Repórter, que era transmitido há dois anos pela TV Educativa do Paraná, foi sumariamente tirado do ar, sem qualquer explicação ou justificativa.



Trabalhadores cruzam os braços em frente à fábrica da Britânia, em greve, no ano de 1995.

## “Deus é metalúrgico”

Outra greve que permanece na memória pela violência, foi a da Producta. Ocorreu em 1992. Considerada por muitos diretores da entidade, como a mais violenta dos últimos 40 anos. Foram 16 dias de paralisação. Na tentativa de proteger os trabalhadores, vários diretores e funcionários do SMC foram violentamente agredidos pela Polícia Militar. Os diretores Núncio Mannala e Clementino Tomaz Vieira, tiveram dedos quebrados e escoriações por todo o corpo. O assessor de mobilização, Nelson Custódio da Silva, conhecido como Bozo, também foi violentamente agredido e em consequência ficou cego de um olho. A ação do pelotão de choque da PM foi tão violenta que o governador Roberto Requião criou lei proibindo a Polícia Militar de interferir em greves e conflitos sociais.

Cláudio Gramm foi eleito diretor da Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos do Paraná em 1990. Depois se elegeu para a diretoria do SMC. Tem experiência na área de saúde do trabalhador. Foi eleito para a cipa na Camargo Correia e na New Holand, hoje CNH. Ele lembra dessa greve. “O pessoal parou por reajuste salarial e melhores condições de trabalho. Nem os EPIs -Equipamentos de Proteção Individual- a empresa fornecia”. Cláudio fala que nunca viu tantos policiais numa greve. “O major Justino foi para lá com os policiais. Levaram o canil todo da PM. Tinha farda preta, farda amarela. Com certeza tinha mais policiais que trabalhadores. A PM bateu em todo mundo. Além do Bozo, Núncio, Clementino, o Bira – Ubirair Chaves-, que era nosso funcionário, também apanhou bastante”. Mas o mais grave, segundo Cláudio Gramm, foi o fato de a empresa contratar novos funcionários, mesmo em greve, o que é ilegal. A Producta acabou sendo autuada pelo Ministério Público do Trabalho por isso. “Eles traziam esses trabalhadores em furgões sem ventilação. Não aconteceu uma tragédia por pouco. Esses trabalhadores poderiam ter morrido asfixiado dentro desses furgões”. Wilson Tataren, também diretor do SMC tem a explicação do porquê de tantos policiais. “Os trabalhadores comentavam que o dono da Producta era um coronel aposentado do Exército”. Tataren relata que os trabalhadores pulavam as janelas dos ônibus para não *furar* a greve. “A polícia vinha e descia o cacete nos trabalhadores, querendo obrigá-los a entrar para trabalhar. A gente interferia e eu, por exemplo, acabei preso. Virou uma guerra. Olha, sem exagero, não sei como não morreu ninguém”. Diva Lima da Silva concorda. “É por essas e outras que eu sempre disse: Deus é metalúrgico, com certeza”.



Greve na Producta em 1992.

Wilson Tataren entrou para a diretoria do sindicato em 1985, logo que se associou. A aproximação dele com o SMC se deu de maneira bem peculiar. Ele participava do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Brinquedos de Madeira e havia surgido a oportunidade de trabalhar na Bosch. No dia da sua rescisão de contrato na Federação dos Trabalhadores nas Indústrias, encontrou Iraci Borges, que além de ser advogado do SMC, advogava também para a Federação dos Trabalhadores na Indústria. No meio da conversa com Iraci, acabou revelando que estava ingressando na Bosch. Como Borges já conhecia o trabalho sindical dele, conversou com Sérgio Butka, avisando que estava entrando na categoria uma liderança sindical de luta. Na época o SMC estava com dificuldades de atuação na Bosch devido as ações antisindicalistas da empresa. Butka chamou Tataren para conversar, o associou à entidade e o convidou pra fazer parte da chapa, que acabou vencendo as eleições. Em 1990, aconteceu a primeira greve na empresa. Foram 16 dias de paralisação. “5.400 trabalhadores parados reivindicando melhores salários e condições de trabalho. A empresa não acreditava que a gente poderia organizar a luta. Não quis negociar. Foi intransigente e pagou o preço”. Tataren lembra que na época tínhamos no Brasil uma inflação muito alta e que não dava para esperar a data base para a correção dos salários. Ele foi conversar com a direção da empresa reivindicando um “gatilho” salarial, com a reposição automática dos salários toda vez que a inflação atingisse determinado índice. “O diretor da Bosch não quis negociar. Ofereceu reajuste para o setor de regulação de bombas injetoras. Era o “coração” da Bosch e o setor que eu trabalhava. Nós recusamos. O reajuste tinha que ser para todos. Lembro que disse a ele que a inflação corroía os salários de todo mundo”. Diante da negativa da empresa, não restou outro caminho senão o da greve. Ele conta que teve grande ajuda de outro trabalhador que mais tarde faria parte da direção da entidade ao seu lado. “O Alicate – Jorandir Ferreira – tinha acesso livre em toda a empresa. Ele foi levando as informações, conversando com os trabalhadores. A empresa ficava me vigiando mas esqueceu dele. Foi assim que a mobilização deu certo”. A interferência da Polícia Militar para tentar impedir a continuidade da greve foi ostensiva. Ele acabou sendo preso e levado à delegacia de polícia. “Os policiais estavam forçando os trabalhadores a entrarem na fábrica. Ficavam intimidando e algumas vezes usando de violência”. Cláudio Gramm reforça a fala de Tataren. “Tinha tanto policial militar em frente a empresa que duvido que sobrou alguém para cuidar do quartel”. Segundo ele, a Bosch queria que os metalúrgicos de Curitiba “fossem a *reboque* de Campinas. Cada trabalhador faz a sua história”. Ele avalia que o grande erro da empresa foi menosprezar a capacidade de luta da categoria. Tataren avalia que após a greve o sindicato se fortaleceu muito, “começamos a lutar mais fortemente por melhores condições de trabalho”. Dos problemas mais sérios ele destaca a presença dos óleos lubrificantes inadequados que causavam alergia e até câncer.

O barulho excessivo que gerou perda auditiva em muitos trabalhadores e também a falta de ventilação em setores da fábrica, resultando num calor intenso. “Os trabalhadores chegavam a desmaiar pelo calor excessivo. Tínhamos o Mário Frei-

tas, nosso engenheiro de segurança, que a gente levava para fazer laudos e desmontar os argumentos da empresa”. Ele destaca que a direção da Bosch não admitia os problemas, “mas com mobilização e o respeito que o SMC conquistou após a greve, conseguimos implementar as mudanças”. E completa: “Quando entrei na Bosch o Sindicato tinha 25 associados. Depois destas lutas chegamos a ter 1.400. Acho que isso já diz o que foi o nosso trabalho lá”.

Ele faz questão de destacar dois diretores, já falecidos, que ajudaram muito na sua formação como sindicalista. “Olha o Dini – Dinizar Airton Pan - e o “Véio” – Diamiro Cordeiro da Fonseca - me ajudaram muito. O Dini foi meu professor. Ele sabia tudo de leis trabalhistas e dos nossos acordos coletivos. Qualquer dúvida que surgia, que o trabalhador perguntava e as vezes a gente não sabia responder, era só falar com os dois que eles respondiam”. Destaca essa como a maior dificuldade que ele encontrou na sua história de sindicalista: “São muitas leis, muitos detalhes. Até você conhecer tudo leva um tempo. Percebi que não bastava ter força de vontade. Precisa estudar as leis para gente qualificar nossas lutas”. Ele fala da importância dos cursos de formação e dos seminários que ele participou, promovidos pela entidade. “*Abria* a cabeça da gente no melhor sentido da palavra”.

Jorandir Ferreira, o Alicate, entrou na Bosch e em seguida se associou no sindicato, em 1990. Entrou para a direção em 2008. Faz questão de destacar que antes de entrar para a direção, foi eleito duas vezes como cipeiro. “Sempre fui o mais votado”. Ele lembra da greve citada pelo Tataren. “Foram 16 dias parados. Essa greve ficou para a história. A empresa se recusava sequer em discutir reajuste salarial. A greve aconteceu, os trabalhadores foram firmes e o resultado não poderia ser outro. Conseguimos nossos objetivos”. O sindicalista recorda que a empresa demitiu sumariamente 900 trabalhadores. “A Bosch tinha na época pouco mais de 4 mil funcionários. Imagina só o impacto disso? Simplesmente demitiram 900 de uma vez só”. E acrescenta, “os companheiros trabalharam até as 15 horas. Daqui a pouco encostou um segurança, tiveram que colocar todos os seus pertences dentro de um saco preto e foram levados para fora da empresa. Parecia até que tinham cometido algum crime”. Ele conta que isso gerou traumas em muitos trabalhadores. “Quando soube disso, o sindicato marcou uma assembleia na porta de fábrica com todos os demitidos, para o dia seguinte. Não conseguimos reverter as demissões, mas conquistamos uma série de benefícios que deu mais segurança para os trabalhadores”. Ele fez questão de falar de algumas situações que considera importantes. “Nós conquistamos muita coisa nesses anos. Vale mercado, aumentos acima da inflação, PLRs, redução das jornadas de trabalho para 40 horas semanais. Isso reflete diretamente na qualidade de vida dos trabalhadores”. Hoje a empresa tem perto de 2.600 trabalhadores, mas já chegou a ter 5 mil. “O reconhecimento dessa luta dá para se medir pelo número de associados. Já tivemos 70% do chão de fábrica sindicalizado. Esse índice é bem maior que a média de sindicalização no Brasil”.

Alicate lembra da denúncia feita pelo SMC em novembro de 2014, quando o diretor da entidade, Cristiano Pereira, foi arbitrariamente demitido durante uma greve. “A demissão foi em represália a sua atuação sindical”. Como protesto pela negativa da Bosch em negociar, Cristiano e outros trabalhadores acamparam em frente à sede da empresa exigindo abertura de canal de negociação com o Sindicato. A ação sindical foi rápida. O SMC organizou uma série de ações, inclusive na área de comunicação, para denunciar esta prática internacionalmente. “Criamos um blog com as denúncias. Mais de 130 trabalhadores da Bosch gravaram depoimento, denunciando situações semelhantes de assédio moral”, conta Gláucio Dias, na época coordenador do departamento de marketing e imprensa do sindicato. Conta ainda que foi elaborado um dossiê com mais de 100 páginas em inglês e português, que acabou sendo enviado para o Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, NAW – Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos dos Estados Unidos, para o Comitê Mundial de Trabalhadores da Bosch e IG Metal, na Alemanha. No dossiê, a entidade denunciou a ação antissindical da empresa. Gláucio destaca que esta ação foi um marco de atuação internacional da entidade. “Conseguimos ampliar a visibilidade dessa luta”, afirma. Pedro Lapa, advogado do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos da Grande Curitiba, lembra que dentre as várias situações apontadas, se destacam as advertências e ameaças de demissão que os dirigentes do SMC e os cipeiros eram vítimas, “contrariando a Constituição Federal no seu artigo 8º que garante a livre associação profissional e sindical, e o Artigo 9º como o direito à greve”. Segundo Pedro Lapa, essa é uma prática cotidiana de parte das empresas. “Mas isso não nos intimida. É exatamente nessas empresas com essas práticas de assédio moral que a ação sindical se faz mais necessária”, conclui.

Maciel Custódio de Melo, diretor do SMC, começou a trabalhar aos 16 anos, em uma mercearia. Depois ingressou em uma empresa metalúrgica, em Campo Largo, Região Metropolitana de Curitiba. Foi contratado para trabalhar na Bosch em 2007. Dois anos depois ele e mais 900 trabalhadores foram sumariamente demitidos. Ele lembra bem desse dia das demissões citadas por Alicate. “Eu também entrei nessa leva dos 900. Foi um dos piores dias de minha vida”, conta. Segundo Maciel a empresa começou a pressionar os trabalhadores individualmente para assinarem um documento aceitando a demissão. “O clima estava péssimo, mas foi aí que eu realmente compreendi a importância do Sindicato na vida dos trabalhadores”, revela. Conta que no dia seguinte às demissões, o SMC enviou carta para a casa de cada trabalhador demitido, convocando todos para uma assembleia na porta da empresa. “Conseguimos ampliar o plano de saúde e o pagamento de mais cinco salários para cada um. Não conseguimos reverter as demissões, mas saímos com mais segurança”. Foi recontratado pela Bosch em 2010. E em 2012 se candidatou e foi eleito *delegado de base*. Entrou para a diretoria da entidade em 2014. Maciel destacou outra situação que considerou bastante importante, quando a empresa tentou reduzir os salários em 20%. “Eles marcaram assembleia sem a presença do sindicato. Queriam que a gente assinasse um documento concordando com a redução. A pressão foi grande. Mas o sindicato entrou na jogada e a redução

dos salários não aconteceu. “Sem o sindicato não teríamos como reverter isso. É para isso que existe uma entidade sindical. Para defender os direitos dos trabalhadores”.

“Eu vim a conhecer o que é um sindicato em 1988. Foi quando me associei”, afirma Edson Antônio dos Anjos, admitido na Bosch em 1990. Ele conta que aos 13 anos de idade sofreu um acidente de trabalho e perdeu a perna esquerda. “Morava em Teixeira Soares, interior do Paraná. Aí tive que vir para Curitiba para fazer minha reabilitação, no Centro de Reabilitação do INSS”. Edson era *sócio avulso*. Naquele período não existia desconto em folha. Por isso tinha que pegar ônibus de linha e sair do CIC até o bairro Rebouças, onde ficava a antiga sede, para fazer o pagamento. “E para falar bem a verdade, na época eu tinha meus 17 anos, a gente vinha mais para jogar truco no bar do Keko. Também para tomar uma cervejinha, comer um pastel, coxa de frango, coxinha ou aquele bolinho de carne. O bar era famoso na categoria”. Mas a frequência como aparecia no bar para jogar truco acabou o aproximando de outros diretores e companheiros da categoria. Aí ele foi conhecendo os direitos dos trabalhadores “e as injustiças que aconteciam nas fábricas”. Acabou virando um ativista sindical. “Eu ainda era jovem e já militava no sindicato”. Edson foi demitido da empresa mas não ficou muito tempo sem emprego. Já em 1990 entrou na Bosch e aí sua militância sindical ganhou corpo. Acabou sendo convidado para participar da chapa da situação que disputou as eleições de 1992. A chapa venceu e ele passou a ser delegado de base.

“Eu e o já falecido Gildásio, que era diretor do sindicato, levamos uma suspensão de 5 dias porque organizamos um protesto dentro da empresa”. Era um período de inflação alta, chegou a 365% ano e as perdas salariais eram enormes. Edson e Gildásio Fernandes de Brito, arrastaram uma faixa dentro da empresa: “Plano Bresser e Plano Verão. Por quê discriminação? Campinas recebe e nós não!”. Eles se referiam ao fato de que na outra planta da Bosch, em Campinas, São Paulo, a empresa estava repondo as perdas salariais decorrentes da inflação. Mas não estava fazendo o mesmo com os metalúrgicos de Curitiba. Ele fala que apesar da suspensão, o ato acabou sendo muito positivo porque a Bosch abriu um canal de comunicação com o SMC. “A partir do momento daquela ação que nós fizemos, que levamos cinco dias de suspensão, a Bosch se viu obrigada a abrir um canal de negociação”. Ele relata que foi uma construção. “Foi o início do processo das PLRs. Muitas vezes a gente não conhecia bem o significado das metas. Muitas vezes a empresa colocava metas que a gente não poderia cumprir. Mas foi uma construção de valores. Muitas vezes eram pequenos salários. Isso foi crescendo com a cobrança e exigência dos trabalhadores e foi empoderando o sindicato nessas negociações”. Para Edson, os encontros dos trabalhadores de todas as *plantas* da Bosch no mundo ajudaram na luta em Curitiba. “Foi vendo a realidade lá fora que começamos a exigir aqui também”. Foi assim que os metalúrgicos da Bosch conseguiram a redução da jornada semanal para 40 horas, o que ele considera umas das conquistas mais importantes.

Algacir de Almeida Machado entrou na diretoria do sindicato em 2000. “Minha caminhada começou bem antes. Fui eleito para dois mandatos para a Cipa na CNH”.

Ele nos conta que as mobilizações na empresa começaram mesmo na década de 90, com a implantação dos Planos Bresser e Plano Verão. “O país convivia com uma inflação altíssima. Todo o mês o pessoal tinha perdas em seus salários. Queríamos o *gatilho salarial* para garantir o poder de compra dos trabalhadores. Nós queríamos esse *gatilho*, esse reajuste, a cada três meses. Mas a empresa não queria pagar. Fizemos uma greve de 23 dias por conta disso”. O sindicalista afirma que hoje 60% dos trabalhadores de chão de fábrica são sindicalizados. “Acho que isso mostra a confiança que o metalúrgico tem em seu sindicato”. Lembra que a partir de 2000 as PLRs começaram a ser implantadas graças a luta da categoria.

Cid Cordeiro é economista do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos da Grande Curitiba e explica como se deu a regulamentação da Participação nos Lucros das Empresas. “Estava previsto na Constituição, mas só foi regulamentada em 1994. A partir daí começaram as lutas na categoria para implementá-la. Não basta estar previsto em Lei. Foi preciso muita luta”, argumenta. Ele conta que os empresários brasileiros queriam que as PLRs substituíssem os salários e com isso pagar menos impostos, aumentando seus lucros. “Mas o que ocorreu, graças ao movimento sindical de trabalhadores, foi que acabou virando uma forma de complemento de renda. O trabalhador tem salário, décimo terceiro, férias e mais a PLR. Virou um instrumento de renda do trabalhador”. Ele revela números impressionantes. Por ano, só os metalúrgicos da grande Curitiba recebem ao todo 450 milhões de reais de participação nos lucros. “Esse dinheiro saía do país. Acabava no bolso de investidores internacionais. Agora fica aqui em Curitiba e região metropolitana. Estamos falando de quase 5 bilhões nos últimos dez anos”. Os trabalhadores, afirma Cid, estão “usando esse dinheiro para pagamentos de dívidas, compra da casa própria, carro e até financiando curso ou faculdade”.

Cláudio Gramm também estava nessa luta. “Queríamos a recomposição salarial. Na época tinha a URV -Unidade Real de Valor. A inflação era muito alta. As maiores que tivemos até hoje. Em fevereiro de 1990 a inflação foi de 78%. Em maio pulou para 86%. Isso dava uma inflação anual de 1.800%. Não tinha como o trabalhador ficar sem reajuste”, explicando com isso a necessidade do *gatilho salarial*. E concluiu: “Só a luta garante isso. Não tem lei que obrigue patrão nenhum a dar reajuste”.

“Antes das PLRs a gente tinha os prêmios por produção. Geralmente a gente ganhava meio salário de bonificação. Aí começamos a brigar pela participação nos lucros e os ganhos foram bem maiores”, fala Algacir. A entidade também outras formas de aumentar os ganhos dos trabalhadores, como por exemplo o vale mercado. “Hoje o trabalhador não tem dúvida da importância de um sindicato forte para defender seus direitos. Nossa luta por melhores condições de trabalho é uma prova disso. A prioridade é trabalhar melhor e de forma mais segura. Afinal de contas, saúde não tem preço”. Mas além da luta em sua empresa, Algacir também participou de muitas outras. “Dirigente sindical é pra isso mesmo”. A primeira greve que atuou como diretor, em outra

empresa, foi em 90. “Nessa até o governador Requião foi envolvido. A situação estava tão complicada em matéria de condições de trabalho, que o governo formou um comitê com a empresa, o governo e o nosso sindicato para resolver a questão. Por aí você vai medindo a força dos metalúrgicos”. Outra greve que considerou importante foi a da Volkswagen. “Sabe o que é ficar 37 dias parados! Tem que ter um bom comando, uma boa organização e muita responsabilidade”, argumenta. E assim Algacir vai citando muitas ações. “Teve a da Bosch em 2008, 2009 e 2010. A Neodent, empresa menor, mas nem por isso a luta foi menor. Ficamos parados por 50 dias”. Ele relata que os empresários começaram a reagir quando perceberam o tamanho que o nosso sindicato tinha chegado. “Teve um período que começaram a demitir os associados. O cara se sindicalizava e era demitido. Uma clara ação anti-sindical. Sempre tentando prejudicar a ação do sindicato”. Mas destaca que isso nunca impediu as lutas na categoria. “Pelo contrário. É que o trabalhador sabe que somos uma entidade séria”.

“Hoje se chama CNH, mas quando comecei a trabalhar lá se chamava New Holand”, lembra Francisco de Assis Neves Martins, que entrou para a direção do SMC em 1995. Chico, como é popularmente conhecido, assim como a grande maioria dos outros diretores da entidade, também foi cipeiro. “Fui eleito duas vezes para a cipa. O mais votado, diga-se de passagem”. Foi através da Cipa que começou a se aproximar da entidade. “Naquela época o sindicato *garimpava* os cipeiros. Queriam lideranças que realmente lutavam pelos trabalhadores. Queriam lideranças com compromisso mesmo. E foi assim que cheguei a diretor do SMC”. Ele lembra de uma manifestação bem inusitada realizada em frente a CNH. “Espalhamos um caminhão de milho bem na frente da empresa. Conseguimos chamar a atenção”. Lembra que quando conheceu o sindicato era bem diferente do que é hoje. “Eu me lembro que no começo, na época do Francisco Gorges, quando o Butka estava iniciando, nós tínhamos apenas uma kombi velha para dar conta de toda a base. Hoje temos esta estrutura que dá conta de qualquer luta. Tinha uma coisa muito boa que era a solidariedade da diretoria. Aprendi muito com o José da Silva, o Clementino, o Butka, e o Diamiro. O apoio deles fez uma grande diferença”. Chico também se recorda do dia em que o SMC se filiou à Força Sindical e de imediato assumiu o comando da central no Paraná. A conferência ocorreu em Quatro Barras, Região Metropolitana de Curitiba, no parque de exposições Castelo Branco. Ele relata que o clima estava tenso porque as antigas lideranças não queriam deixar o comando da central no estado. Mas, segundo ele, não fazia sentido o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos da Grande Curitiba entrar para uma central e aceitar ser liderado por dirigentes sindicais que representavam o velho sindicalismo.

Em 1985, Pedro Celso Rosa entrou para a diretoria do Sindicato. “Era para ter entrado em 1989, mas eu era muito novo. Não estava pronto ainda”. Ele se associou em 1980, quando foi contratado na Refripar. Hoje é funcionário da ABS Bombas. Pedro Celso foi mais um diretor da entidade que iniciou sua ação na área sindical através

da Cipa. Ficou interessado no tema vendo as condições de trabalho, a falta de segurança e queria se qualificar para melhorar essa realidade. Foi assim que começou a participar dos cursos para a formação de cipeiros que a entidade realizava. “Foi o Negão – José da Silva – que era meu contato. Ele me convidou para entrar para participar das eleições. Comecei na suplência da diretoria. Depois que fui liberado para trabalhar exclusivamente no sindicato e comecei ajudando no departamento das mulheres”. Mas o sindicalista fala com entusiasmo mesmo da primeira greve ocorrida na CSN - Companhia Siderúrgica Nacional -, em Araucária. “Foram 21 dias parados. Só acabou depois que fizemos uma grande mobilização na BR. Paramos tudo. Até pneu foi queimado para chamar a atenção da sociedade e mostrar para a direção da empresa que não estávamos brincando”. Como algo negativo, destaca a presença da polícia militar do Paraná, que agiu com truculência, tentando intimidar os trabalhadores. “Estavam se metendo em um assunto que não era deles”. Ele fala que essa greve nasceu de maneira não muito usual. “Quando chegamos na CSN o pessoal já estava parado. Ela partiu do pessoal da galvanização. A empresa não queria negociar reajuste de salário, nem PLR, periculosidade, adicional noturno e muito menos pagar corretamente as horas extras”. Segundo ele, até aquela data foi a maior greve da categoria, em matéria de dias parados. O resultado dessa luta foi bem positivo. “Conseguimos arrumar muita coisa que estava errada dentro da empresa. Inclusive, das sedes da CSN no Brasil, a única que paga PLR é a daqui. Graças à luta”.

Desde os 12 anos Célio Padilha de Barros trabalhou na lavoura, no interior do Paraná. Aos 16 anos foi trabalhar em uma mercearia. Era seu primeiro contrato. Ficou lá um ano. “Me enganaram. Era muito jovem e o dono da mercearia pediu para eu assinar a rescisão do contrato de trabalho, sem me pagar”. E nunca mais recebeu. Em 1988 mudou-se para Curitiba. Após três anos foi contratado por uma metalúrgica. “Esse foi meu primeiro contato com um sindicato”. Ele relata que na primeira negociação de data-base e PLR, Núncio Manalla, José da Silva e Claudio Gramm pediram para os trabalhadores elegerem um representante deles para acompanhar as negociações. “Era costume pedirem para alguém da empresa acompanhar essas negociações. Alguém que conhecia os problemas da empresa”. Um trabalhador foi eleito, mas acabou pedindo para sair antes mesmo do fim das negociações. “Ele saiu e eu fui eleito no lugar. O resultado é que não conseguimos chegar em um acordo e fizemos uma greve de dois dias”. Daí em diante, relata, começou a “se enturmar”. “Frequentava sempre o sindicato e participei de vários cursos”. Os metalúrgicos estavam mobilizados e foi assim que conseguiram a redução da jornada de trabalho de maneira gradual, até chegar nas 40 horas semanais. “Conseguimos implementar o vale mercado e a PLR. Mas estas conquistas aconteceram depois de muita luta. O pessoal lá sabia que o sindicato era forte”. Ele relata que antes dessas lutas todas somente 20% dos trabalhadores eram associados. “Depois de todas estas conquistas mais de 80% da fábrica se sindicalizou”. Ele fala de uma greve que aconteceu pela falta de habilidade do responsável pela área dos recursos humanos da SAS, uma fornecedora da Renault. “Fomos para a porta

de fábrica da SAS. Eu, o Núncio e o José da Silva estávamos vendo que, sem pressão, não teríamos um bom acordo. Tentamos de todo o jeito convencer os trabalhadores para *cruzarem os braços*. Não teve jeito. Aí chegou o RH da empresa, todo arrogante dizendo que iriam perder a PLR porque estavam atrasados. Aí eles disseram: Já que perdemos a PLR, vamos para a luta. E foi assim que a greve aconteceu”. Durou 24 horas. Célio conta que em 2004 teve muita mobilização no setor de auto peças por 40 horas semanais, vale mercado e PLRs. “Foi bem puxado mesmo”. Ele relata que essas lutas começaram nas empresas grandes e depois foram se espalhando para as médias e pequenas. Uma das mais difíceis e duras contra os trabalhadores é a SMP, empresa portuguesa com administração americana. “Tinha muita ação anti-sindical. A cultura dos norte americanos é de não respeitar a organização dos trabalhadores”. Mas após as lutas, com ação anti-sindical e tudo, 80% dos trabalhadores eram sindicalizados. “Essa era uma empresa com 570 trabalhadores”.

“Quando eu era criança, com meus 11 anos, aconteceu uma coisa que marcou. Eu e minha mãe tínhamos saído cedo de casa. Quando voltamos, à tardinha, vimos meu pai cortando lenha no quintal. Minha mãe perguntou para ele porque não estava trabalhando. Ele respondeu que tinha levado uma advertência e outros colegas de trabalho tinham sido demitidos. Tudo por conta de uma reivindicação por melhores salários”. Essa foi a primeira vez que Everaldo Carlos Train teve contato com a luta de classes. Aquela cena foi emblemática para ele. Não conseguia entender que “autoridade” era essa que tinha o poder de dar uma advertência para seu pai e demitir tantos outros pais de família.

O tempo foi passando e Everaldo foi compreendendo melhor essa lógica entre capital e trabalho. Na Aker Solutions, empresa que trabalha, tinha um representante sindical. “Ele era amigo meu. Mas estava se sentindo muito pressionado pela empresa. Não aguentou e pediu para sair”. Segundo ele conta, os trabalhadores não estavam sendo representados adequadamente e com isso começaram a sofrer perdas nos salários. Conta que os jornais do sindicato raras vezes chegavam até seu destino final: a mão dos trabalhadores. “Um dia vi um monte de informativos do sindicato em cima de um armário. Eu fui vendo aquilo e achei que tinha que tomar uma atitude”.

“A empresa não queria que a gente se relacionasse com o nosso sindicato. Se eles podem conversar com o sindicato deles, porque nós trabalhadores não poderíamos falar com o nosso?” Segundo ele, a situação na empresa acabou ficando insustentável. Ele conta que como os trabalhadores de diversas empresas acabam conversando e contando como é seu trabalho e remuneração, não demorou muito para o “povo aqui”, perceber que os salários estavam defasados. “A concorrência estava pagando bem mais. A greve acabou acontecendo”. E esse movimento todo dentro da empresa trouxe a necessidade da eleição de uma nova liderança. Relata que acabou não disputando a eleição. “Achei que não era a minha hora”. Uma nova liderança foi eleita, mas não correspondeu às expectativas dos metalúrgicos. “Aí resolvi participar da eleição

da Cipa. Fui eleito”. Everaldo revela que o seu mandato como cipeiro o ajudou muito a compreender a realidade da fábrica. “Passei a ver as dificuldades na empresa e principalmente as reivindicações dos trabalhadores”. Em 2013 foi eleito diretor da entidade. “Mas não foi fácil. Antes da eleição o diretor de RH ficava me cobrando, querendo saber qual era a relação com o sindicato. Pressionando mesmo”. Depois que se elegeu diretor do SMC, Everaldo fala que tudo ficou mais tranquilo de resolver. “Aí não tinha mais jeito né”.

### Instalação das montadoras

No ano de 1998 as montadoras de automóveis começam a se instalar no Paraná e, com elas, a ampliação das perspectivas para o mercado de trabalho e novos desafios para movimento sindical. Jaime Lerner, falecido em 2021, era o governador. Iniciou sua carreira política na ARENA -Aliança Renovadora Nacional -, partido da ditadura militar. Com a redemocratização filiou-se ao PDT -Partido Democrático Trabalhista-, e encerrou sua carreira política no PFL – Partido da Frente Liberal. Governou o Paraná de 1995 a 2003. Seu governo foi bastante questionado por ter seguido a linha de privatizações do governo Fernando Henrique Cardoso, PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira. Na onda surfada por Lerner entrou a privatização do Banco do Estado do Paraná - Banestado. Privatizou várias estradas no estado. Nesses dois casos o tema saiu da política e inundou as páginas policiais, com denúncias de corrupção e muitas autoridades presas. Concedeu ao grupo acionário minoritário francês Dominó, o controle da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar. Tentou privatizar a companhia de energia mais lucrativa do país, a Copel – Companhia Paranaense de Energia. Mas devido à pressão dos sindicatos e movimentos sociais, a Assembleia Legislativa acabou rejeitando. O Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos da Grande Curitiba esteve à frente dessa luta.

Pois bem, foi no governo Lerner que as montadoras se instalaram no estado. A vinda dessas fábricas foi marcada por controvérsias, polêmicas e muitas denúncias de favorecimento. Os contratos entre as fábricas, governo estadual e prefeitura de São José dos Pinhais, ficaram em sigilo por anos. “Podemos considerar como contratos clandestinos”, avalia Butka, tamanha era a falta de informação a respeito. Segundo apurou o então senador pelo Paraná, Roberto Requião (MDB), só a Renault teria recebido U\$ 2 bilhões de dinheiro público. “O valor total é de U\$ 2,0 bilhões, sendo U\$ 1,8 bilhão mais US 200 milhões em investimentos em infraestrutura”. E acrescenta: “A Renault não vai gastar nem um só centavo”. Osmar Dias (PDT), também senador pelo Paraná sugeriu a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito no Senado Federal para investigar “essa negociata”, tamanha era a falta de transparência nesses contratos. Mas Lerner usou outras “armas” para atrair as montadoras. “O governo vendeu a ideia de que o movimento sindical aqui no Paraná não estava organi-

zado. Isso significava menos conflitos e salários mais baixos. As montadoras acreditaram. Mas logo perceberam que isso não era verdade. Nós fizemos planejamento estratégico. Nós temos hoje diretores nas principais empresas. Nós não somos uma entidade que tem medo de fazer sócio para não perder a eleição. Temos hoje 18 mil sócios, mas já tivemos 25 mil. Com a crise e as demissões esse número caiu”, avalia Butka. Explica que esse modelo de atuação sindical, com o “sindicato presente no *chão de fábrica*” acabou gerando campanhas históricas. Cita como exemplo a da década de 90, com a redução de jornada de trabalho para 40 horas semanais. “No ano 2000 nós iniciamos as campanhas pelas PLRs. Em 2010 foram a implantação dos vale mercados, que na verdade são os salários indiretos. Hoje as empresas falam do *Custo Paraná*. Aqui se pagam as maiores PLRs do Brasil, os maiores aumentos reais, mais salários indiretos, além da jornada de trabalho de 40 horas. De 2010 para cá nossos acordos sempre foram maiores que São Paulo”. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos da Grande Curitiba também fez questão de lembrar das “negociatas” entre o governo Lerner e a Chrysler. “Eles vieram pra Campo Largo, aqui pertinho de Curitiba, também com uma série de privilégios. O governo ajudou a criar até um sindicato para os trabalhadores, para não enfrentarem as nossas lutas. Você já viu um negócio desses? Para se instalar aqui a empresa exigiu que fosse criado um sindicato novo. Com o apoio do governo Lerner eles interferiram na organização dos trabalhadores. Queriam um sindicato mais fraco para explorar mais os metalúrgicos”. Butka destaca que a empresa tinha 250 funcionários e acabou fechando as portas em 2001, com apenas três anos de funcionamento. “Isso só comprova o que a gente fala. O que garante a saúde financeira de uma empresa não são os salários baixos dos trabalhadores, mas um bom planejamento, um bom projeto”.

João Guilherme Vargas Netto analisa as diferenças da instalação dessas empresas em São Paulo, por exemplo, e aqui no Paraná. “O movimento sindical brasileiro renovado, ele pressupunha uma separação entre montadoras e fabricantes. Então olha só, São Bernardo, montadora. São Paulo, fabricantes. Dois Sindicatos, duas bases, uma delas especializada na montagem de veículos e a outra dedicada à fabricação. A grande novidade do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba é que em uma única base foram juntados montadoras e fabricantes. Então isso criou uma base estrutural específica que nem São Paulo capital, nem São Bernardo tinham. A estrutura produtiva era completamente distinta. Montadoras e fabricantes. Na Grande Curitiba, montadoras e fabricantes se juntaram numa única base. Esse é o elemento estrutural que para mim caracteriza a experiência dos metalúrgicos de Curitiba”. A outra questão que João destaca é o que aquela renovação sindical acabou gerando. “A produção de uma liderança sindical avançada. Com o foco a partir da conquista dos trabalhadores na empresa. Isso fez com que o Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba seja um ponto fora da curva. Compreende? Quero dizer com isso que estes dois elementos ajudaram a fazer o diferencial”. Isso sem falar, segundo João, na mudança do perfil desses trabalhadores.

“Estas fábricas trouxeram mais empregos e novos desafios para a direção do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos da Grande Curitiba. As montadoras e nem o governo estadual tiveram interesse em ouvir os trabalhadores quando da sua implantação. Foram erguidas sem a mínima preocupação com a saúde do trabalhador”, avalia Butka. Não demorou para que os problemas decorrentes dos ambientes inadequados de trabalho, começassem a fazer suas vítimas. Núncio lembra que as lesões por esforços repetitivos atingiram milhares de metalúrgicos. Osvaldo da Silva Silveira era cipeiro na Haas do Brasil. Em decorrência do seu trabalho na Cipa, em 2006 foi convidado para participar da direção da entidade. Como tinha muita familiaridade no tema, em 2014 assumiu a coordenação das ações na área da saúde do trabalhador. “Nós continuamos o trabalho de formação de cipeiros, na organização das conferências de saúde do Estado e de alguns municípios”, diz. Ele conta que seu trabalho no departamento de saúde foi consequência da formação que o sindicato propiciou. “Segui o mesmo caminho. Prioridade na proteção coletiva, fiscalização dos ambientes de trabalho, organização das Cipas e formação dos cipeiros”.

Na Haas do Brasil os maiores problemas diziam respeito a silicose, usado nos jatos de areia na área de pintura e tratamentos de superfície. Também enfrentaram problemas com solventes e ruídos excessivos, que causam perdas auditivas. O sindicato sempre priorizou proteções coletivas para que o trabalhador não se expusesse. Mas o grande desafio se deu com a instalação das montadoras. Osvaldo fala que o layout das empresas era totalmente inadequado. “Isso vale também para as empresas que vieram junto com as montadoras. Ergueram as fábricas e esqueceram dos trabalhadores”, argumenta. As doenças de trabalho mais comuns sem dúvida foram as lesões por esforços repetitivos – LER/DORT. Sérgio Butka revela que em certo momento a Volkswagen, por exemplo, teve 15% dos trabalhadores afastados em decorrência dessas lesões. “Você tem idéia do que é isso?”.

Jamil D’Avila é funcionário da Volks desde a sua instalação no Paraná, em 1998. Atualmente é secretário geral do Sindicato. Ele faz coro a fala de Butka: “Chegamos a ter 545 trabalhadores afastados por LER/DORT”. Ele destaca que quando da sua implantação, a empresa trouxe máquinas novas, mas tecnologicamente ultrapassadas. “Existiam mais modernas, mas optaram por trazer aquelas com tecnologia inferior”. Ele revela que em outras fábricas fora do Brasil, viu uma forma diferente de produção. “Aqui o peão trabalha embaixo dos carros. Em outras *plantas* o carro vem rodando, como se fosse um grill. O metalúrgico trabalha do lado do carro e não embaixo. Isso resolve muitos problemas de ergonomia”. E conclui: “Nós sabemos que o capitalista investe o dinheiro dele e quer retorno. Mas esse lucro não pode sair da saúde do trabalhador”.

Esses problemas decorrentes das LER/DORT só começaram a ser resolvidas com pressão política que o Sindicato fez junto ao governo do estado. Na época o governador era Roberto Requião. Através de uma intensa articulação política, o SMC conseguiu que seu diretor de saúde, Núncio Manalla assumisse cargo na Secretaria do Trabalho. Era o reconhecimento por parte do Estado da luta dos metalúrgicos da Grande Curitiba

em defesa da saúde dos trabalhadores. Com essa presença no governo foi criado uma comissão tripartite – governo, sindicato e empresa – com o objetivo melhorar as condições de trabalho. “Nosso departamento de saúde passou a entrar nas fábricas e fiscalizar as condições de trabalho”, lembra Butka. Essa fiscalização constatou muitas irregularidades. “As montadoras começaram a fugir das suas responsabilidades. Em vez de resolverem os problemas que geravam as doenças de trabalho, eles convenciam o trabalhador a mudar de setor. Acabavam fazendo um serviço mais tranquilo. Não preenchiam a CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho. Passa o tempo e o trabalhador é demitido. Aí caía a ficha dele que tinha sido enganado pela empresa. Ficava sem direito nenhum. A Renault foi a que mais fez isso”, afirma Manalla. Ele conta que isso se deu de maneira mais intensa no ano de 2010. Devido ao não preenchimento da CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho-, quando demitido ficava difícil para o Sindicato provar que o trabalhador adquiriu aquela doença no trabalho. “O departamento se deparou com trabalhadores com doenças de trabalho na demissão. Quando fazia a rescisão do contrato, tínhamos que fazer laudo para mostrar que era doença de trabalho e encaminhámos para a Previdência”. Para impedir esta ação das empresas, o sindicato realizou várias ações, dentre elas a produção de materiais informativos denunciando a questão e produzindo cursos de formação específicos para os cipeiros. “Isso sem falar nas ações na Justiça garantindo indenização ou reintegração desse trabalhador”, conta.

Daniel de Camargo fez questão de destacar que antes de entrar para a diretoria do sindicato tinha sido eleito duas vezes para a cipa. “A gente percebia que muita coisa poderia ser mudada para aumentar a segurança dos trabalhadores. Aí comecei a me interessar pelo tema”, justificando seu interesse em representar os trabalhadores na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes. Participou de vários cursos promovidos pela entidade e com isso foi se sentindo cada vez mais preparado. Para se ter uma idéia do que Daniel se refere, nos últimos dez anos o SMC promoveu em parceria com a Força Sindical, oitocentos e oitenta e cinco cursos, formando mais de vinte mil metalúrgicos. Foram cursos para a formação de cipeiro, inglês, saúde e segurança no trabalho, direitos trabalhistas, cidadania, interpretação de desenhos mecânicos, matemática básica, eletricidade automotiva, injeção eletrônica, dentre outros. Daniel no caso, fez o de formação para cipeiros. “Esse apoio foi fundamental para o meu mandato”. Daniel nos conta que se associou ao sindicato logo após a greve de 35 dias, a maior de toda a história dos 100 anos dos metalúrgicos. “Antes eu não sabia direito o que era um sindicato, para que servia. Nos meus trabalhos anteriores não tive contato. Vim conhecer aqui na área metalúrgica”. Após seu segundo mandato como cipeiro, Daniel foi eleito para a *comissão de fábrica*. “Acho que foi reflexo do trabalho que desenvolvi na Cipa”. Em 2011 passou a fazer parte da diretoria da entidade. Ele destaca que além dos problemas de ambientes inadequados, lesões por esforços repetitivos, a Volks tinha outros problemas, como por exemplo “trabalhadores fora das suas funções. Começamos a brigar para que todos fossem promovidos e com esse reconhecimento tinham direito de receber mais pelo serviço”.



O Sindicato realizou em parceria com a Força Sindical 885 cursos de qualificação, formando mais de 20 mil trabalhadores.

Gilson Ricardo Santos Batista tem 22 anos de Volkswagen e em 2008 entrou como associado do SMC. Participou de outros sindicatos, mas a experiência não foi boa, por isso no começo não foi muito simpático à idéia de participar da vida sindical. Por sua família pertencer a uma igreja evangélica conservadora, ele não via o sindicalismo como algo “saudável”. Com o tempo foi participando da comissão de fábrica, observando como as coisas funcionavam. “Comecei a ver as injustiças e não podia negar a importância que o sindicato tem na defesa dos direitos dos trabalhadores”. Começou a participar dos cursos que a entidade oferecia e dialogando com os diretores, começou a mudar de opinião. “Olha, eu entrei para a diretoria em 2011. E vou dizer uma coisa, tenho muito orgulho de participar desse grupo”. Ele destaca a importância que os cursos para a formação de cipeiros teve na sua gestão. Fala da greve de 2005, que acabou ocorrendo porque a empresa queria continuar com a prática de pagar um quarto do salário que pagava para os trabalhadores da outra planta, em São Paulo. “Entre numa greve de fome de três dias. Não comia nem bebia nada. Tamanha era a indignação. Fiquei muito debilitado, principalmente pela falta de água”. Conta que a empresa, para tentar desmobilizar os grevistas, acabou contratando seguranças que tinham o intuito de gerar confusão e tumulto. “Acabou gerando uma briga na porta de fábrica por conta das provocações desses seguranças”.

Ele fala que a empresa tentou desmobilizar os trabalhadores, demitindo sem justificar os critérios. “A Volks passou a demitir trabalhadores toda hora. Numa semana foi o fulano, na outra o cicrano e por aí foi”. Gilson fala que a ação da comissão de fábrica e do sindicato mudaram esta realidade. “Conseguimos criar um procedimento contra essas demissões. Agora toda vez que um companheiro vai ser desligado da empresa, eles comunicam a gente. Nós vamos analisar se aquela demissão se justifica ou não. É por isso que somos um dos sindicatos mais combativos do Brasil”. Jamil D’Avila também falou

desse procedimento que passou a ser adotado pela montadora graças a pressão da comissão de fábrica e do sindicato. “Criamos um procedimento sobre as demissões. Muitas vezes os trabalhadores eram desligados e procuravam o Sindicato porque diziam que o desligamento era injusto. Aí fazíamos assembleia na porta de fábrica e alguns desses casos conseguimos reverter. As vezes era medida disciplinar, suspensão de trabalho, não importa, a gente fazia assembleia e a produção acabava parando para discutir aquela questão. E isso começou a gerar muitos problemas para a empresa. Eles acabaram procurando o Sindicato para achar uma alternativa, pois cada vez que tinha uma situação assim, a gente parava a produção”, explica. Segundo Jamil, ficou acertado que toda a vez que a Volks demitisse sem consultar os trabalhadores, a produção parava. “Eles demitiam depois vinham conversar com a gente. Aí não adianta. Se é para ser séria a coisa, eles têm que vir antes conversar com a gente, não é mesmo?” E detalha: “Agora a empresa vem e comunica a comissão de fábrica, que por sua vez vai verificar no local onde o cara trabalhava pra ver se a história está certa, se justifica a demissão. Se tem uma justificativa plausível, tudo bem. Mas se não tem, fazemos assembleia e a empresa pára”. Gilson e Jamil afirmam que depois dessa medida as demissões diminuíram bastante.

Luis Carlos Marochi, o Lilico, que já havia trabalhado em outras empresas metalúrgicas, destaca mais um fator nas lutas da montadora: “Na Volks o trabalhador é mais jovem, tem mais força, mais energia para lutar. Acho que isso também explica nossas conquistas”. Dentre elas destaca a implantação da tabela salarial, PLR, diminuição da jornada de trabalho e melhoria significativa nas condições de trabalho. “Nas outras empresas que trabalhei o pessoal era mais antigo, tinha até um envolvimento pessoal. O trabalhador conhecia o dono da empresa, se duvidar até sua família. Aí fica mais difícil”, analisa. Depois de um período de muitas greves acabaram fazendo um acordo de cinco anos, garantindo emprego para todos.

Embora já tivesse participado da Cipa em outra empresa, na área de transportes, a participação nos cursos de qualificação de cipeiros promovidos pelo SMC ajudaram muito Marcos Antônio da Silva, o Marcão, na luta por melhores condições de trabalho na Volkswagen. Ele conta que eram muitos os problemas. “Quando entrei na cipa, a situação estava muito difícil. As condições de trabalho eram ruins. Tinha muita pressão. Exigiam muita produção. Era comum ver gente machucada na fábrica. Na área que eu trabalhava tinha muito acidente com chapas cortantes, fagulhas de soldas, que causavam queimaduras”. Ele concorda com Butka e o Jamil: “mas o maior problema foram as lesões por esforços repetitivos”. Depois de cumprir seu mandato como cipeiro, Marcão foi eleito para a comissão de fábrica, para ajudar os trabalhadores na solução de problemas do cotidiano. “De cara peguei um trabalho espinhoso. Foi o mais pesado. Um companheiro tinha sido demitido e nós consideramos a atitude da empresa injusta. Foi difícil, desgastante, mas com a ajuda e experiência do Jamil, que representava o sindicato, conseguimos reverter”. Ele fala com emoção de uma greve em 2010. “A gente que é sindicalista não tem muita escolha. Nessa greve eu estava com uma pessoa da família

fazendo uma cirurgia. Não era algo simples. Eu tinha um compromisso com os meus companheiros de fábrica. Saí do hospital e fui direto para a assembleia. A gente tem que estar preparado para tudo”. E faz questão de destacar que “todas as nossas greves foram motivadas por salário, melhorias nas condições de trabalho, redução de jornada de trabalho. Fizemos a primeira greve por PLR da categoria. Isso é motivo de muito orgulho”. Jamil vai além: “Conquistamos aqui algo inédito. É a única *planta* no Brasil que paga PLR para os companheiros afastados pelo INSS. Foi uma luta grande, mas conquistamos. Hoje se o trabalhador está afastado menos de 120 dias recebe cinquenta por cento da PLR. Mais de 120 dias, recebe a PLR integral”. Para o sindicalista não existe conquistas sem lutas. “Em 2011, por exemplo, ficamos 39 dias em greve. Foi a maior greve da história da Volks”.

Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior é trabalhador da Renault e desde a instalação da empresa assumiu uma posição na defesa dos direitos dos trabalhadores. Iniciou na cipa, depois foi eleito delegado de base. Ele conta que quando entrou na cipa, passou a participar dos cursos de formação promovidos pelo departamento de saúde do SMC. Esses cursos tiveram muita importância para sua atuação na fábrica. Primeiro para entender melhor o papel da Cipa e saber lidar com os problemas no ambiente de trabalho e, em segundo lugar, por ser um espaço de aproximação da entidade. “Eu e o Gueter Ferreira, outro delegado de base eleito, não tínhamos estabilidade no emprego. Era no peito e na coragem. A estabilidade era política. O que garantia o nosso emprego era a capacidade de mobilização do nosso sindicato”, revela. Pissinini diz que perdeu as contas de quantas advertências e suspensões ele recebeu devido a sua atividade sindical. “Era difícil”, diz. Em 2003 a estabilidade para o delegado de base foi garantida em acordo coletivo. Segundo ele, o maquinário trazido pela multinacional fazia parte da planta que havia sido fechada na Bélgica. “Foram essas máquinas usadas e ultrapassadas que vieram pra cá”. A luta pela redução da jornada de trabalho também foi fundamental para impedir que o número de afastados por doenças de trabalho fosse tão expressivo como na Volks. “Tivemos no máximo 80 trabalhadores com LER/DORT ... em 2003 reduzimos a jornada de 44 horas para 42 horas. Em 2004 reduzimos para 41 horas e no ano seguinte, reduzimos para 40 horas” e destaca: “Isso foi fruto de muita luta. Muita greve. Sem isso não se conquista nada”.

Derson Gonçalves trabalha na Renault e nos alerta para colocar seu apelido também, além do nome: “Olha se você só colocar Derson ninguém vai saber quem é. Tem que por *Pica Pau*, aí o povo vai saber de quem se trata”. Pois bem, “Pica Pau” entrou no sindicato em 2011. Também iniciou sua militância sindical na Cipa. “Na minha primeira eleição da Cipa pintei meu cabelo de vermelho para me diferenciar dos outros candidatos e para prestarem mais atenção em mim. A estratégia deu certo. Fui eleito”. Ele conta que um ex-cipeiro e ex-diretor do sindicato foi sua referência. “O Jamaica era um sujeito que a gente se espelhava. Ele estudava, sabia o que estava fazendo na Cipa”. Ele diz que sempre soube da importância do sindicato e que tinha consciência

que era combativo. “Fui sócio desde que entrei na empresa. Uma coisa é você ser associado, participar das mobilizações. Outra coisa é estar na direção. Depois que você entra na diretoria você sente a responsabilidade e consegue ver a possibilidade que você tem de lutar”. Ele conta que muitas vezes o trabalhador recebe um benefício e nem tem idéia da luta que teve por trás daquilo. Fala que para conquistar vale-mercado, por exemplo, foram muitos anos de luta. “É difícil. As vezes um grupo quer, mas a maioria não dá importância. Aprendi que o trabalho de convencimento tem que ser contínuo. Todos os dias você tem que falar, mostrar como são as coisas. Numa hora a ficha cai”, brinca. Pica Pau diz que os trabalhadores conquistaram muitas coisas na Renault, mas para isso muitas greves tiveram que acontecer. “É luta em cima de luta. Nada vem fácil”.

Há 23 anos na Renault, Alceu Luiz dos Santos, o Gaúcho, tem orgulho de dizer que foi um dos primeiros sócios do sindicato na empresa. “Entre em 1999 e já me associei. Sempre participei de todas as mobilizações dos trabalhadores na empresa. Segundo ele, foi por isso que em 2003 entrou para a diretoria da entidade. Para ele, ser diretor amplia mais a sua luta e conseqüentemente aumenta a responsabilidade. “Não só da empresa que você trabalha, mas na categoria toda. Aqui é um trabalhador ajudando o outro, independente da fábrica que trabalha”. Neste sentido ele destaca duas grandes greves que marcaram muito a sua vida sindical. “Uma das maiores que eu participei foi a da Volks e a da Bosch. A turma ficou muitos dias parados sem que a empresa apresentasse uma proposta decente. Foi tenso”. A da Bosch, segundo ele, foi mais *pesada* ainda. “Fechou tudo lá, muita violência”. Ele conta que nessa greve ele não pode estar muito presente porque ainda não estava liberado para trabalhar exclusivamente no sindicato. “Eu tinha que bater ponto ... a diretoria da Bosch não queria negociar. Estavam muito intransigentes. O clima foi esquentando. Muitos seguranças e muitos policiais militares intimidando os grevistas. Foi muito violento. Por pouco não acontece uma tragédia”.

Gaúcho conta que em 2010 a Renault parou uma semana reivindicando aumento na PLR. “A nossa PLR era muito baixa. Paramos para garantir um índice mais justo, mais honesto. Conseguimos ampliar de 4,5% para 11% num só ano”. Ele conta que para garantir mais dinheiro no bolso do trabalhador o SMC usou de várias estratégias. “Em 2011 conseguimos a implantação do vale-mercado. E assim vai. Aumento de PLR, vale-mercado, reajuste salarial ... no fim das contas, quando a gente soma tudo vê que é dinheiro no bolso do trabalhador e não do patrão. E isso sem esquecer a luta pela saúde do trabalhador”. Desde 2016 Gaúcho está liberado para trabalhar no sindicato em tempo integral. “Estamos organizando os trabalhadores das empresas menores. É um trabalho mais complicado, mas que precisa ser feito. Umas lutas a gente ganha, outras a gente não tem tantos ganhos. Mas o importante é que estamos lutando”.

Ezequiel Romão Pereira, também conhecido como *Formigão*, começou a trabalhar na Renault 2003. “Antes trabalhava na construção civil”. No mesmo ano que entrou na empresa ocorreu uma greve de cinco dias. “Ano difícil para negociar. Cheguei e já

no início tivemos que encarar uma greve. De lá para cá já participei de sete greves. Mas foi bom para eu sentir como era a pegada”. Ele relata que mesmo com pouco tempo de empresa foi começando a ver muitas injustiças e a compreender a importância do trabalhador estar organizado. “O sindicato começou a cobrar mais intensamente da empresa aumento na representação dos trabalhadores, conhecida como *comissão de fábrica*. Conseguimos esse aumento. Eu me candidatei, como tinha um bom histórico de lutas, acabei sendo eleito”. Ele conta que sempre entendeu como necessária a proximidade dos membros da comissão de fábrica com o SMC. Esta proximidade acabou abrindo espaço para que ele fosse convidado a entrar na chapa das eleições em 2014 e “acabamos sendo eleitos”.

Ezequiel lembra de uma das greves que considera uma das mais importantes que ocorreu na montadora francesa, foi a de 2018. “Fizemos cinco dias de greve. Estávamos lutando pelo aumento na PLR, do vale mercado ... mas estava difícil. A empresa estava, vamos dizer assim, chantageando, as vezes ameaçando o sindicato. Diziam que a empresa iria fechar... esse terrorismo que eles fazem para tentar esvaziar a nossa luta. Mas não deu certo”. Ele destaca o apoio que tiveram de diretores do SMC e de trabalhadores de outras empresas. “Essa solidariedade é muito importante. Nos fortalece. Fortalece nossa luta”. Ele revela que em uma greve, a orientação é para que os trabalhadores grevistas não se exponham muito. “A gente orienta para o trabalhador que se preserve. Deixar a parte mais espinhosa para nós, da diretoria do sindicato. Afinal de contas, nós temos estabilidade no emprego e mais experiência nesses conflitos. O apoio que eles podem e devem dar, é na hora da assembleia, comparecendo e votando”. Ezequiel destaca que o resultado dessa greve foi bem favorável aos trabalhadores. “Conseguimos avançar no INPC que ajudou a melhorar a PLR e vale mercado”.

Mas a greve que ele destaca ocorreu em julho de 2020. Em meio a umas das maiores crises sanitárias que o mundo já vivenciou, a Renault demitiu 747 trabalhadores argumentando reestruturação mundial. “Imediatamente o Sindicato chamou uma assembleia na porta de fábrica e os trabalhadores decidiram pela greve. Foi um dos momentos mais emocionantes e difíceis que já passei em toda minha vida”, diz Ezequiel. Dentre os demitidos estavam trabalhadores com estabilidade no emprego, como cipeiros e dirigentes sindicais. “Demitiram até trabalhadores internados em UTI”, relata Sérgio Butka. O SMC organizou rapidamente uma grande mobilização e conseguiu a solidariedade de todas as centrais sindicais e da sociedade paranaense. Várias manifestações em protesto à decisão da empresa ocorreram em frente às concessionárias Renault. A Assembléia Legislativa do Paraná convocou a pedido do sindicato uma audiência pública com a presença dos parlamentares, membros do judiciário, do ministério público, governo do estado e lideranças sindicais. Em paralelo a isso entrou com ação na Justiça conquistando uma vitória inédita. Por decisão judicial a montadora foi obrigada a reintegrar todos os demitidos e pagar os dias parados. “Essa vitória se deu graças à união dos trabalhadores e seus familiares que estiveram presentes durante toda a greve”, diz Butka. A repercussão dessa luta teve

reflexos positivos no país todo. “Muitas empresas estavam esperando o resultado dessa greve para saber como agir. Se o sindicato perdesse esta batalha, com certeza teríamos uma enxurrada de demissões pelo Brasil afora. Mas como a vitória foi dos trabalhadores, os empresários optaram pela negociação”, analisa o economista Cid Cordeiro.



Butka na greve dos trabalhadores da Renault, no ano de 2020

Há 22 anos trabalhando na Renault, Gilberto Miranda de Oliveira é delegado sindical desde 2002. Gilberto fez questão de lembrar de uma das greves que considerou umas das mais difíceis que participou até hoje. Foi em 2005 e durou vinte dias. “Foi uma greve longa”. O motivo foi a intransigência da montadora referente a participação no lucro das empresas, a PLR e o reajuste da data-base. Segundo ele, os diretores do SMC assumiram o comando do movimento e orientaram os trabalhadores a irem para casa. “Pra evitar de se exporem e depois sofrerem represálias por parte da empresa”. Revela que o trabalhador era chamado para participar das assembleias e decidir no voto. Depois os diretores do sindicato ocupavam a frente da fábrica e as portarias. “Tudo para preservar o trabalhador”.

Gilberto fala que o maior trabalho antecede a greve. “A gente vai conversando com o pessoal. Explicando o que estamos reivindicando e o que a empresa está oferecendo. Atualizando de como andam as negociações e tirando as dúvidas. Trabalho de campo mesmo”. É esse corpo a corpo que ele chama de trabalho de base, que ajuda na hora da greve. “O trabalhador tem que estar consciente. Precisa ter certeza do porquê está lutando”. E completa: “É por isso que a gente tem praticamente 100% dos trabalhadores do nosso lado”. Gilberto Miranda acaba revelando o fator que fez com que a empresa cedesse. “Na época o governador era o Requião. Ele não permitia que a polícia militar fosse na frente das fábricas intimidar os trabalhadores. O assessor especial na Secretaria do Trabalho era o Núncio, que tinha sido diretor do nosso sindicato. Ele foi escolhido em reconhecimento a nossa luta em defesa da saúde dos trabalhadores. Pois ele veio de helicóptero, por ordem do governador, e pousou no pátio da empresa. Após algumas horas de conversa a empresa começou a negociar”. Ele fala que através dessas lutas

do SMC conquistou o respeito dos metalúrgicos. “O trabalhador sabe que a gente está ali, lutando junto. Sabe que pode contar com a gente. Somos um sindicato forte porque somos unidos. É a união da massa”.

Nelson Silva de Souza, mais conhecido no meio sindical e nos movimentos sociais como *Nelsão da Volvo*, começou a trabalhar na empresa em 1980, em uma empresa que prestava serviço à montadora sueca. “Eu entrei como metalúrgico mesmo em 1985. Em 1996 me associei ao sindicato”. Conta que não concordava com a forma que a empresa conduzia as negociações com os trabalhadores. “Eles faziam falsas negociações. Mandavam o que eles queriam que aprovasse para a comissão de fábrica, sem, no entanto, ouvir os trabalhadores. “Teve uma situação que achei muita errada. A empresa queria aprovar um banco de horas. 48 horas antes ela queria comunicar os trabalhadores que deveriam fazer hora extra. A gente tinha que mudar toda a nossa rotina, nossa vida familiar em 48 horas, para atender os interesses da empresa”. Relata que esse assunto foi levado em assembleia pelo sindicato e a comissão de fábrica e ele questionou a empresa. “Fui o único que teve coragem de falar. Acho que isso foi chamando a atenção do sindicato. Pedi explicação para a direção da empresa. Eu achava que isso não estava certo”. Foi assim, se posicionando e enfrentando o que considerava injusto, que Nelsão foi conquistando respeito dos metalúrgicos. “Tanto é que fui eleito duas vezes para a comissão de fábrica”. Ele fez um caminho um pouco diferente dos seus colegas de direção da entidade. “Eu entrei antes na direção da Força Sindical do Paraná. Teve uma convenção no Parque Castelo Branco. O nosso sindicato assumiu a direção da central no estado”. Ele ingressou como vice presidente do SMC em 1999. A relação dele com a direção da montadora nunca foi tranquila. “A Volvo tentou me colocar para fora da comissão de fábrica por várias vezes. Eles queriam que eu pedisse autorização para agir na empresa. Isso não estava certo. Eu tenho um mandato, tinha sido eleito, para defender os interesses dos trabalhadores, não os do patrão”. Foi aí que se aproximou mais do SMC, porque entendia que a linha política sindical era semelhante da que ele imaginava. “A empresa queria que a gente divulgasse o que ela definia, sem diálogo com os trabalhadores. A Comissão de fábrica fazia os informativos que tinham que ser aprovados pela direção da empresa. A comissão de fábrica não tinha independência. Era uma falsa negociação. Eu passava o informativo para o sindicato, eles imprimiam e eu distribuía”. Isso foi gerando uma série de conflitos, inclusive com parte da comissão de fábrica. “Tentaram me tirar da comissão de fábrica. O Núncio Manalla teve que ir lá. Ele me ajudou a resolver isso”. Em 1996 ele tomou a primeira advertência da Volvo, como retaliação a uma manifestação que liderou. “Peguei uma embalagem de espelho dos caminhões, um apito, para chamar a atenção do pessoal. Andei pela fábrica toda defendendo a implantação da PLR. A gente tinha um prêmio de produção. Uma mixaria. Acho que hoje daria uns quinhentos reais. Não deu outra. Os caras me deram uma advertência”. Ao contrário que imaginava a direção da empresa, Nelsão não se intimidou. Se acorrentou na porta da empresa. “Chamaram a polícia para

me tirar de lá. Vieram quatro viaturas. Eu engolia chave e eles tiveram que cortar a corrente. Falei com o Butka e o Cláudio Gramm. Acho que de sacanagem -risos-, o Claudião trouxe uma corrente longa, de uns dez metros, daquelas bem grossas, pesada mesmo. Eu me acorrentei no poste em frente a Volvo. Fiz três dias de greve de fome”. Foi assim que começou a primeira greve na empresa sueca. Foram três dias de paralisação.

“A empresa não queria negociar com o sindicato. Eles esperavam as negociações com o sindicato patronal e depois davam um aumentozinho a mais. Só para dizer que estava dando um aumento maior que sindicato tinha conquistado. Tentando dividir os trabalhadores”. Ele fala que como era a única montadora de automóveis no Paraná, os salários e os benefícios eram maiores que a maioria das outras empresas. “Mas isso não era nada se comparado com as outras montadoras de São Paulo. Aqui a gente não tinha grade de salário, nem PLR e nem 40 horas semanais. E outra, os diretores tinham benefícios que não eram estendidos aos trabalhadores de chão de fábrica. Isso não estava certo”. Certa vez Nelson ficou sabendo que vários trabalhadores seriam demitidos porque, segundo a montadora, teriam apresentado diplomas falsos de conclusão do segundo grau. “Fui para cima deles e descobri que tinha diretores com diploma falso também. Aí é uma questão de igualdade. Se demitir os trabalhadores vai ter que demitir os diretores também”. Ele relata que todas estas lutas valeram a pena. Conquistaram a redução de jornada para 40 horas semanais, além de PLR que chegou a vinte e sete mil reais. “Bem maior que os quinhentos reais de prêmio de produção”.

Leandro Aparecido Guerra tem uma história na área metalúrgica. Trabalhou em Campinas, São Paulo, dos 14 até os 18 anos como guarda mirim. Em 1997 a família veio para Curitiba e ele passou a trabalhar na Bosch. Ficou dois e meio lá. Saiu para trabalhar na Volvo onde se encontra até hoje. Foi eleito quatro vezes para a cipa. Entrou para o sindicato em 2008 como delegado de base. Guerra destaca que os cursos de aperfeiçoamento para cipeiros que o sindicato oferece foram fundamentais para o seu trabalho em defesa da saúde dos trabalhadores. “Esse é um programa do sindicato. Faz parte de uma das suas prioridades. A gente é eleito para cuidar das condições de trabalho e o sindicato dá suporte para que a gente faça um bom trabalho”. Relata uma situação muito marcante que vivenciou. “O problema aconteceu numa talha. Fui e parei a linha de produção. Veio gerentes, coordenadores, questionando a minha ação. Eles queriam continuar produzindo. Eu fui enfático. Enquanto não arrumar o problema a produção não volta. Não dá para produzir assim”. A linha de produção ficou parada. A talha é um equipamento que levanta a cabine do caminhão para que o chassi seja instalado. Ela quebrou um dos seus *braços*. “Tinha que ser soldado. Mas eu disse que também precisaria de um laudo de quem soldou. Preciso da garantia de que isso não vai quebrar e cair na cabeça de um trabalhador aqui embaixo. É preciso que a empresa assuma a responsabilidade”. A produção ficou parada do meio-dia até o final da tarde. Guerra conta que a Volvo começou a fazer todo tipo de pressão para a retomada da produção. “Chegaram a me dizer que meu serviço não era aquele. Diziam que essa não era

minha função. Aí eu respondi na lata. Tinha sido eleito pelos trabalhadores para a cipa. E o que é a cipa? Comissão Interna de Prevenção de Acidentes. Essa não era só minha função como minha obrigação”. Outro fato que faz questão de lembrar diz respeito ao procedimento cotidiano da cipa. “O meu coordenador veio trazer respostas de alguns questionamentos que eu havia colocado na ata das nossas reuniões. Ele me disse, Guerra não precisa colocar esses problemas nas atas. Podemos resolver de outro jeito. Mas o que acontece é que quando você coloca algum questionamento, uma questão de insegurança na ata, você tem como provar que aquele problema que aconteceu com o trabalhador, poderia ter sido evitado. Problema para empresa. Essa é a importância da cipa”. Ele afirma que foi o bom trabalho que ele desempenhou como cipeiro que o credenciou para fazer parte da diretoria do SMC. Ele destaca que só começou a entender de fato toda a dimensão e funcionamento de uma entidade sindical depois que assumiu como delegado de base. “Aí fui começar a aprender o que era sindicato. Eu sempre tive comigo essa coisa de querer ajudar, mas a imensidão do que era um sindicato, principalmente o nosso, só fui entender na luta”. Ele fala da greve de 2019, que para ele “foi o ápice do confronto” entre capital e trabalho. “Durou 24 dias. Foi muito desgastante. De lá para cá não tivemos mais greves”. Para ele a experiência daquela greve serviu para a empresa compreender a força dos metalúrgicos. “Temos conquistados excelentes acordos”.

Sebastião Dirnei Fagundes entrou na Volvo em 1989. Antes tinha trabalhado em posto de gasolina, na agricultura e na construção civil. “Após esse período comecei a trabalhar numa recapadora de pneus e depois disso entrei na Volvo. Entrei na comissão de fábrica em 1999 e fiquei sendo reeleito. Fiquei mais ou menos 15 anos”. Entrou para a direção do SMC em 2016. Destaca dois grandes momentos que participou. “Uma foi em 1992, quando tivemos uma assembleia bastante forte, calorosa, na Lamenha Lins, antiga sede do sindicato. Eu não era da comissão de fábrica ainda. Era para discutir a nossa data-base”. Outro momento da sua vida sindical que marcou em sua trajetória foi a luta para a diminuição da jornada de trabalho. “Foi em 1995. A gente conseguiu reduzir a jornada de trabalho de 220 horas mensais para 200 horas. Foi uma grande conquista”. Sebastião faz parte da representação sindical interna, além de diretor do sindicato. Ele tem duas horas livres por dia para conversar e contribuir com a organização dos trabalhadores. “A gente leva uma discussão de assuntos de interesse dos trabalhadores, junto com os membros da comissão de fábrica. Tratamos assuntos desde transporte coletivo dos funcionários, qualidade das refeições e segurança no trabalho, por exemplo”. Ele nos conta que as discussões que têm a maior participação dos metalúrgicos da Volvo dizem respeito às PLRs. “Nós evoluímos muito nessa questão. Quando eu entrei, em 1989, a gente recebia de 0 a 15% do salário mensal. Mas isso foi aumentando. Chegamos a receber perto de 30 mil reais. Hoje nós estamos discutindo uma PLR que a variável de referência é o volume de produção. Um valor fixo por veículo”. Atualmente Sebastião é suplente da diretoria e isso traz outras responsabilidades, além de cuidar de assuntos da Volvo. “Eu participo de tudo ali. Principalmente das mesas de negociações das PLRs, data base, de outras empresas da categoria”.

▣ *100 anos de lutas e conquistas:*  
*Um convite à História*  
*do Sindicato dos Metalúrgicos*  
*da Grande Curitiba* ▣

Rafael Faraco Benthien<sup>1</sup>

Rosane Kaminski<sup>2</sup>

*Labor omnia vincit*, ou, dito em bom português, “o trabalho vence tudo”! Essas três palavras latinas, hoje tão esquecidas, ganharam destaque há pouco mais de quinhentos anos, época em que foram escolhidas para compor os brasões de uma série de cidades europeias. A maior novidade dessa escolha residia certamente em sua simbologia: trata-se do momento da primeira grande vitória do “trabalho”, uma vitória contra quem lucrava com o esforço alheio e tinha, ao mesmo tempo, uma profunda aversão ao trabalho. De fato, até o final da chamada “Idade Média”, o trabalho era predominantemente visto na Europa sobretudo como marca de sujeição, de servidão e de escravidão. Quem trabalhava era quem não tinha nascido nobre, aristocrata, nome que então se dava aos herdeiros daqueles que haviam ocupado, séculos antes, as terras do continente pela força da espada. Isso tanto é verdade que a própria palavra genérica para designar todo o tipo de atividade surge, em línguas neolatinas como o português (trabalho), o espanhol (*trabajo*) e o francês (*travail*), de outra palavra latina, *tripalium*, que designava originalmente um instrumento de tortura.

A luta contra essa aversão ao trabalho e ao trabalhador não foi fácil e o seu fim não foi devido à boa vontade dos antigos patrões aristocratas. Para se impor, aqueles que trabalhavam tiveram obrigatoriamente de se organizar, exigindo a valorização de suas atividades. No campo, revoltas jamais cessaram de acontecer. Nas cidades, os artesãos, os comerciantes e todos aqueles que exerciam uma profissão começaram a montar as primeiras corporações de ofícios. Os mestres artesãos de uma comunidade – seus sapateiros, seus alfaiates, seus pintores, seus oleiros e assim por diante – discutiam entre si a oferta e a demanda de seus serviços, treinando um bom número de aprendizes,

---

1 Professor adjunto do Departamento de História e membro do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná.

2 Professora associada do Departamento de História e membro do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná.

os quais eram promovidos quando seus mestres se retiravam de atividade, ou quando estes não conseguiam mais atender às demandas que lhes chegavam. A própria Universidade surgiu em meio a esse mesmo processo, permitindo com que os especialistas nas letras e nas ciências organizassem a transmissão de seu conhecimento e a reprodução de seus quadros.

É bem verdade que, em suas lutas pela valorização de suas atividades até os dias de hoje, os trabalhadores foram participando ativamente de processos históricos bastante complexos. Sua atuação foi central durante a Reforma Religiosa, sob influência da qual novas e antigas igrejas cristãs passaram a pregar que o trabalho não era apenas a dura e a inescapável contrapartida ao pecado original, mas também uma das possíveis formas de se entrar em contato com Deus e de render-lhe homenagens (WEBER, 2004). Houve ainda a Revolução Industrial, a qual, iniciada há cerca de duzentos e cinquenta anos, foi marcada pelo aparecimento de uma nova forma de organização do trabalho: a indústria moderna. Com ela, os antigos camponeses, expulsos aos poucos do campo, descobriram-se operários, exercendo uma atividade não mais orientada pelas estações, pelo tempo da sementeira e da colheita, mas sobretudo pela divisão social do trabalho exigida pela linha de montagem (THOMPSON, 1977 e 1998). Ocorreram, enfim, as Revoluções Americana e Francesa, as quais sacramentaram os direitos dos seres humanos e dos cidadãos, indicando que o fato de nascer “nobre”, ser “rentista” ou ser “herdeiro”, não torna um indivíduo superior às leis que devem salvaguardar a dignidade de seus semelhantes. A lei é para todos e todos são iguais perante ela<sup>3</sup>.

No Brasil, o eco desses combates se fez sentir em um cenário já marcado por séculos de lutas organizadas: a dos povos indígenas contra a ocupação e a destruição de seus territórios, a dos escravos contra a expropriação de sua força de trabalho, bem como a dos pequenos camponeses contra a voracidade e a violência dos grandes proprietários. Lutas desiguais, certamente, cuja crueldade deixou cicatrizes em nossa memória, mas que compõem a história da resistência à exploração e da dignificação do trabalho. A partir da segunda metade do século XIX, com a chegada das estradas de ferro, das primeiras fundições e da indústria têxtil, às quais se somaram as primeiras levadas de imigrantes que vieram ao Brasil buscar uma vida melhor, criou-se o bom caldo que levou à organização dos primeiros sindicatos operários propriamente ditos (FOOT HARDMAN e LEONARDI, 1982, p. 109-128).

---

3 É fato que esse belo ideal, embora tenha produzido conquistas a longo prazo, também se prestou a equívocos. Uma importante história dos combates oriundos dele pode ser encontrada em HUNT, 2009. Pensamos que os crimes cometidos em nome das lutas por esses direitos não diminuem sua importância.

## Esboço da história do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba: 100 anos de lutas e conquistas em quatro tempos

Mas, afinal, quando o Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (doravante SMC) passa a participar dessa história?

Ele foi fundado em Curitiba, no dia 28 de janeiro de 1920, logo após uma reunião prévia, com o seguinte nome: *Liga Internacional dos Fundidores do Paraná*. O cenário era muito propício. Fora do Brasil, ao aderirem aos combates da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), os operários europeus e seus representantes políticos exigiram a promulgação das primeiras leis trabalhistas, ainda incipientes perto do que seriam mais tarde. A própria Revolução Russa de 1917, mesmo não sendo uma unanimidade entre as agremiações operárias, acabou favorecendo essa luta por direitos, pois lembrou aos grandes proprietários rurais e aos patrões das indústrias que existem limites para a exploração. É nesse clima de revoluções e de conquistas de direitos que, no Brasil, viveu-se a primeira greve geral (GRUNER & RIBEIRO, 2019). Curitiba foi também palco de mobilizações importantes e foi no aprendizado dessa experiência reivindicatória localmente inédita que a primeira organização do Sindicato ganha inteligibilidade.

Eis aí a primeira fase de vida do Sindicato, a qual dura, a bem dizer, pouco. De fato, acompanhando os cadernos de atas preservados, a primeira *Liga Internacional dos Fundidores do Paraná* durou três anos, encerrando suas atividades em 1923. Nesse ínterim, ela se prestou, de forma espontânea, mas com uma organização improvisada, a organizar tanto manifestações locais quanto levantar recursos para paralizações em outras cidades. É notável, nesse primeiro momento, a presença de um número pequeno de sindicalizados, muito influenciados por ideias anarquistas, socialistas e comunistas.

Em 21 de janeiro de 1931, a *Liga* foi reativada, um ano após o golpe de estado que derrubou a Primeira República (1889-1930) e consagrou Getúlio Vargas. Vemos então surgir um segundo período na história do sindicato. No início de 1932, ele muda de nome, passando a chamar-se *Sindicato dos Fundidores e Metalúrgicos de Curitiba*. O mais significativo, no entanto, parece ser certa convivência entre a solidariedade e a espontaneidade características do primeiro período com o novo enquadramento das organizações representativas dos trabalhadores pelo governo Vargas. Se, de fato, os anos 1930 e 1940 foram marcados por ganhos dos trabalhadores, em particular a consolidação das leis de trabalho (CLT) em 1943, eles também implicaram uma maior vigilância por parte de um Estado bastante repressor e controlador. Surge, enfim, o sindicalismo chamado “pelego”. A palavra tem uma origem e um sentido nada sutis: ela se refere à pele de animal (em geral carneiro) colocada entre a sela e o corpo do cavalo, amaciando o contato entre o cavaleiro e o cavalo. O peleguismo implicava assim um contato direto e algo subserviente das lideranças sindicais com o Ministério do Trabalho, de modo não a promover os interesses dos trabalhadores, mas fazer com que estes se acomodassem

às agendas do próprio governo. O projeto do peleguismo era manter, enfim, as rédeas curtas sobre o trabalhador.

A implementação desse espírito no seio do futuro SMC não foi, contudo, imediata. Esse segundo momento é, de fato, um momento ambíguo, de fortes tensões. Dois fatores parecem ter favorecido, contudo, essa forma de controle sindical ao longo do tempo. Analisando o *Primeiro livro de registro do Sindicato dos Operários Fundidores*, conservado no acervo da instituição, percebe-se que, nos anos 30, os trabalhadores sindicalizados crescem não só em número, mas em divisões internas. Essas divisões são, em primeiro lugar, étnicas e linguísticas. Um número expressivo de operários vem de fora do país. Estão assim presentes muitos italianos, alemães, poloneses e até russos, suíços e suecos. Seu número deve ter sido ainda maior se considerarmos os sobrenomes dos trabalhadores, os quais ou adquiriram a cidadania há pouco tempo, ou parecem ter pertencido à primeira geração de filhos de imigrantes. Se essa diversidade era, por um lado, uma riqueza, ela também acrescentava dificuldades à organização da luta. Havia desde problemas de comunicação, como também questões nada simples relacionadas às querelas internas entre comunidades de migrantes, e aquelas que aproximavam e apartavam essas comunidades dos moradores mais antigos (e, em particular, os antigos escravos libertos e seus descendentes)<sup>4</sup>. Outra diferença notável era a diferença ideológica. Ao cruzarmos os dados desses livros de registros com as fichas individuais do Departamento de Ordem Política e Social (doravante DOPS), a polícia política criada por Vargas, observamos que a base parecia rachada. Ainda havia entre os operários alguns remanescentes dos antigos comunistas, mas muitos trabalhadores aderiram a ideologias de extrema direita, em particular ao integralismo. O resultado foi um arrefecimento do ímpeto combativo da instituição e sua adesão progressiva ao modelo sindical oficial.

Essa foi a tendência que parece predominar entre os anos 1950, 1960 e 1970. Mesmo mudando seu nome para *Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado do Paraná* em 1950, o que a princípio ampliaria a base sindicalizável, o que se via naqueles anos era um sindicato tímido em suas demandas e bastante integrado aos interesses patronais. Para estes, no fundo, o importante era que a instituição, obrigatória para fins legais, mantivesse-se sempre com poucos membros e que estes sequestrassem o nome e as demandas da base. As ações das diretorias sindicais, nesse período, foram muito voltadas a atividades lúdicas e recreativas, contando muitas vezes com a ajuda dos próprios governantes. Talvez o dado mais significativo que resultou disso tenha sido a pouca vigilância que o DOPS fez dos representantes sindicais. No dossiê temático

---

4 Veja-se, para uma visão sobre essas tensões no final do século XIX e começo do XX, SPILER PENA, 1988.

que foi localizado por nosso colega Rodrigo Tavares, o grande medo da polícia política parecia estar mais em vigiar e identificar a oposição dentro do próprio sindicato, justamente a ala mais engajada nas lutas e nos interesses dos trabalhadores<sup>5</sup>.

Com a redemocratização do país, abre-se uma brecha para a mudança. Ela já se anuncia na gestão de Francisco Gorges (1986-1990) e se firma de vez com Sergio Butka (1990-até o presente). É nesse momento que o sindicato, sem descuidar de sua atividade social e recreativa, amplia significativamente a base e inicia uma série de greves duras e bem-sucedidas. Aparece aqui, enfim, um “novo sindicalismo”, não mais sintonizado com os interesses patronais e pautado no resultado. As reações patronais não tardam, contudo, a vir. Assiste-se nesse momento a sucessivas levadas de ataque ao sindicato, sobretudo no sentido de reduzir sua representação junto às várias categorias. É só então que se reduz sua área de ação à Grande Curitiba e que se retiram as várias atividades ligadas aos “materiais elétricos”, que são acomodadas em outros sindicatos. Chegamos, assim, ao nome atual: o *Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba*.

### Um convite para ir além

Esse quadro que acabamos de apresentar é muito geral e fragmentário. Trata-se mais de um enquadramento cronológico provisório, que deve ser revisado e pode vir a orientar futuras pesquisas sobre o tema, aprofundando ainda mais a rica história do SMC. Para ir além do que foi apresentado, e enveredar desde já por caminhos mais profundos e bem trilhados, esta obra oferece ao leitor seis investigações, aqui consolidadas na forma de capítulos. A primeira delas, “História Oral e Memória do Sindicato dos Metalúrgicos de Curitiba”, de autoria do Professor Dr. Marcos Gonçalves, apresenta os resultados do trabalho de resgate da memória dos próprios sindicalizados, dando ênfase ao período que se segue à redemocratização do Brasil. Nesse sentido, o autor explora a recorrência de certos temas nas entrevistas concedidas à equipe de estagiários e aos professores do Departamento de História da UFPR envolvidos nesse projeto de resgate da memória dos 100 anos do SMC, tais como a importância do sindicato para suas vidas, suas trajetórias familiares, bem como as bandeiras que nortearam suas atuações. A riqueza do texto vem ainda do cruzamento que ele propõe entre esses ricos testemunhos com a história recente do Brasil, resgatando episódios e processos complexos que ressurgem com um colorido todo especial através das falas de quem os fez.

---

5      Veja-se, nos arquivos do DOPS, o prontuário temático 1987 – BR PRAPPR.PB004.PT1987.228.

Já o segundo capítulo, de autoria do Professor Dr. Rodrigo Rodrigues Tavares, volta-se à análise das imagens que foram utilizadas pelo SMC em suas comunicações com a base. Em “Saúde, dinheiro e assédio nos desenhos de ‘A Voz do Metalúrgico’ (1986-2020)”, o historiador explora as grandes lutas dos trabalhadores e das trabalhadoras a partir das charges e imagens presentes no principal jornal da entidade. Em um momento em que o velho sindicalismo pelego, incentivado pela ditadura militar, estava perdendo força no Brasil, o autor mostra como os temas da saúde do trabalhador, das campanhas salariais e do assédio são reinventadas em um ambiente de lutas renovadas.

Se o segundo capítulo privilegia as imagens, o terceiro recupera os textos. Em “Os trabalhadores e o tempo presente: o novo sindicalismo nas páginas do jornal ‘A Voz do Metalúrgico’”, o Professor Dr. Clóvis Mendes Gruner destaca mais uma vez a nova organização sindical e sua combatividade. Marcado por um distanciamento das práticas pelegas, o SMC aparece como agente catalizador das demandas por melhores condições de trabalho da classe trabalhadora, bem como toma publicamente posição em uma série de eventos maiores de nossa vida política: a campanha das *Diretas Já*, o massacre de Eldorado dos Carajás, os impedimentos dos presidentes Collor e Dilma, bem como a recente eleição de Jair Bolsonaro.

O quarto capítulo, “Lugar de Mulher é no sindicato: um olhar sobre a história das mulheres no sindicato dos metalúrgicos da grande Curitiba”, de autoria dos graduandos em História Andressa de Oliveira Nascimento e Fabio Wroblewski Filho, discute as relações entre gênero, trabalho e sindicalismo durante as décadas de 1970 a 1990. Partindo dos debates sobre as mulheres e sua posição nas esferas privada (familiar) e pública (trabalhista), analisa-se a inserção feminina no mercado de trabalho e no movimento sindical. Em seguida, apresenta-se a trajetória das organizações e a presença de mulheres no SMC, em especial através da criação do Departamento Feminino. Mais uma vez, explora-se este tema tanto em *A Voz do Metalúrgico* quanto nas entrevistas produzidas com os membros do sindicato. Propõe-se assim apontar para a importância de se olhar a história da sindicalização dos operários através das mulheres e de suas reivindicações.

“O futebol no Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba: muito além das quatro linhas” é o título do quinto capítulo da presente obra, este de autoria do graduando em História Gabriel Brum Perin. O texto inicia apresentando ao leitor uma visão panorâmica da relação umbilical que liga o aparecimento do futebol no Brasil e sua industrialização. Focando em seguida no próprio SMC, ele assinala o aparecimento dessa atividade em meio ao antigo sindicalismo, muito voltado à integração dos trabalhadores em seus momentos de lazer, bem como sua transformação, tanto no sentido de integrar outras categorias (as mulheres, por exemplo) quanto no direcionamento das energias aí despendidas para cimentar a atuação política da classe trabalhadora.

No sexto e derradeiro capítulo, a Professora Dra. Roseli Boschilia propõe-nos uma

reflexão sobre os rituais celebrativos e sua estreita relação com a preservação da memória das pessoas e das instituições. Sempre tendo como fundo a implementação do convênio que deu origem a este livro, ele próprio pautado na salvaguarda e na valorização do patrimônio do agora centenário SMC, ela discute sobre a responsabilidade e os desafios de historiar os fragmentos de memória presentes no acervo documental e nas lembranças dos sindicalizados.

### **Preservar a história para proteger o futuro**

Antes de fecharmos este texto e permitir ao leitor que se aventure nas páginas que se seguem, gostaríamos de lembrar que o presente livro nasceu de um convênio firmado entre o SMC e a Universidade Federal do Paraná (UFPR), por meio de seu Departamento de História (DEHIS).

Desde um primeiro encontro, em abril de 2019, entre o SMC, na pessoa de Gilce Martins, e o DEHIS<sup>6</sup>, representado pelo então Chefe de Departamento, Rafael Benthien, até o final de agosto daquele mesmo ano, discutiu-se e implementou-se a proposta de atuação conjunta dessas duas instituições, com vistas à recuperação da memória histórica do Sindicato e da comemoração do seu centenário<sup>7</sup>. A partir de então, o SMC contratou dez estagiários selecionados entre estudantes dos cursos de História da UFPR, de modo a permitir que estes pudessem, a partir do contato com a rica documentação pertencente ao sindicato, receber um treinamento prático na profissão que escolheram exercer.

Após um rigoroso processo seletivo, foram contratados os seguintes promissores estudantes: Ádila Fernandes, Amanda Gomes Amaral, Amanda Pfitzner Cabral, Andressa de Oliveira Nascimento, Fabio Wroblewski Filho, Francisco Vitelli Maciel, Gabriel Perin Brun, Gabriela Sonda Vieira, Marcus Vinícius Leite e Nathalia Monika Rolinski. Os trabalhos foram iniciados no dia 26 de setembro. Desde então, as suas atividades dentro do SMC vêm sendo coordenadas por Paulo Pedron, e orientadas pelos professores do DEHIS. As suas ações envolvem desde o acondicionamento do acervo, a realização de entrevistas, a produção de um catálogo e outros materiais de pesquisa.

---

6 Devido à pandemia do novo coronavírus, em junho de 2020 o SMC optou pela diminuição da equipe de estagiários, que atualmente conta com quatro estudantes de História da UFPR.

7 Em 20 de agosto de 2019, um documento intitulado “Proposta de Convênio” foi encaminhado pelo DEHIS -UFPR à diretoria do SMC, indicando as possíveis linhas de atuação que a Universidade poderia assumir, que incluíam estratégias de preservação e publicização da história do SMC, na forma de produtos científicos. Este documento foi elaborado por Clóvis Mendes Gruner, José Roberto Braga Portella, Marcos Gonçalves, Rafael Faraco Benthien, Rodrigo Tavarez e Roseli Boschilia. Destacamos ainda a presença da professora Dr. Rosane Kaminski que passou a integrar a equipe do trabalho, na condição de Chefe do Departamento, tão logo se iniciou o afastamento de Rafael Faraco Benthien para estudos pós-doutorais, em fevereiro de 2020.

O trabalho encontra-se avançado, tanto na organização do acervo (sua higienização, catalogação e digitalização) quanto na reflexão produzida a partir dele. Este livro, enfim, materializa o trabalho, a sistematização e a reflexão realizados a partir dessa parceria entre o SMC e a UFPR.

Poder participar deste trabalho é, para nós do DEHIS, uma grande honra e uma enorme responsabilidade. E afirmamos isso não apenas porque a UFPR e o SMC são duas instituições incontornáveis para as histórias de Curitiba e do Paraná, tampouco porque ambas pertencem agora a esse seletivo clube das “instituições centenárias”, mas também, e sobretudo, em função da profunda afinidade entre elas.

Como dissemos no início deste texto, as universidades e os sindicatos surgiram para organizar, para defender e para valorizar o trabalho e os trabalhadores. Essa luta antiga continua atual e, mais que nunca, necessária. A precarização das condições de vida do trabalhador, a substituição de pessoas por máquinas e o avanço do neoliberalismo são fatores que privilegiam poucos e negligenciam a voz da maioria. Contra isso, só a luta organizada pode triunfar.

Aqueles que nos antecederam, por mais que muitos não estejam mais conosco, nem por isso não podem e não devem ser invocados. Cerremos fileiras com nosso passado, fazendo com que ele lance luz sobre nossas lutas do presente e nos ajude a pensar para o futuro algo diferente daquilo que já foi e daquilo que estamos vivendo. Algo diferente porque, enfim, melhor. Se nosso convênio, do qual o presente livro faz parte, puder contribuir com algo nessa direção, ele não terá sido vão.

## Referências

FOOT HARDMAN, Francisco; LEONARDI, Vitor. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Global, 1982.

HUNT, Lynn. **A Invenção dos Direitos Humanos**. Tradução de Rosaura Ichenberg. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

PENA, Eduardo Spiler. Escravos, libertos e imigrantes: fragmentos da transição em Curitiba na segunda metade do século XIX. **História Questões Debates**, Curitiba, v. 9, n.16, p. 83-103, 1988.

THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e Caçadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

▣ *Capítulo 1* ▣  
*História oral e memória  
do Sindicato dos Metalúrgicos  
da Grande Curitiba*

Marcos Gonçalves<sup>1</sup>

**A reconstrução do SMC no pós-ditadura militar**

Em um célebre ensaio no qual discute o conjunto de relações que devem ser pensadas ao empreendermos uma investigação com fontes orais, Alessandro Portelli nos ensina que a história oral, entre outras situações relevantes, diz respeito tanto ao significado histórico da experiência pessoal quanto ao impacto pessoal das questões históricas (PORTELLI, 2016, p. 15). Em uma transposição didática desse argumento, talvez o historiador italiano queira nos fazer compreender que a informação produzida pelo nosso entrevistado, quando seu princípio se relaciona ao campo da história pessoal, privativa ou íntima, pode levar a uma percepção mais refinada de processos amplos e coletivos que interagem com fenômenos observados topicamente, mas que se repetem ou apresentam similaridade; convertendo-se, assim, em fatos históricos mensuráveis e analisáveis. As áreas imprevistas da experiência pessoal tendem a determinar, segundo Portelli, uma maior aproximação de fronteiras móveis e esquivas que existem entre a História e “as histórias”, reforçando uma das relações que torna a história oral significativa. No campo da psicologia social, Ecléa Bosi, em sua densa investigação sobre “lembranças de velhos”, deixou registrada a afirmação de que “uma pesquisa é um compromisso afetivo, um trabalho ombro a ombro com o sujeito da pesquisa” (BOSI, 2007, p. 38). Tanto mais verdadeira essa afirmação, quando nos movimentamos pelas sendas da vida do outro por intermédio da coleta de lembranças fragmentárias<sup>2</sup>

---

1 Professor adjunto do Departamento de História e membro do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. O autor gostaria de especialmente agradecer às acadêmicas Ádila Fernandes, Amanda Pfitzner Cabral e Gabriela Sonda Vieira, e ao acadêmico Gabriel Brum Perin, estudantes do Curso de História da UFPR, aos quais couberam a árdua e complexa tarefa não somente de transcrição das entrevistas realizadas com os sindicalistas do SMC, assim como de acompanharem detidamente cada fase dessas entrevistas.

2 Lembranças fragmentárias porque, como afirma Bosi (2007, p. 39): “A memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento”.

do ontem e do hoje. Assim, tomado como exemplo dotado de sentido, o conjunto de narrativas de pessoas tão intensamente associadas ao mundo sindical e suas respectivas lutas; e a construção parcial de uma memória sobre a experiência de trabalhadores metalúrgicos, com suas conquistas, alegrias, fracassos ou dissabores correspondentes, somente tornou-se possível porque o diálogo travado entre nós e esses trabalhadores teve como premissa poder ouvir alguém que viveu uma experiência marcante e narrável, estando ela no limiar entre o privado e o público e, ao mesmo tempo, poder ouvir esse alguém na condição de aprendiz de quem narra uma história e a combina com a (grande) História. Esta situação de aprendizagem somente se realiza por meio de uma “atitude política” e de intercâmbio de conhecimento tal como é reiterado pela afirmação de Portelli:

Por definição, na verdade, uma troca de conhecimento só tem significado se esse conhecimento não está previamente compartilhado – isto é, se entre os sujeitos envolvidos existe uma diferença significativa e um deles está em situação de aprendizagem. (...). Por fim, um diálogo reflete-se em ambos os lados. Uma entrevista é primordialmente uma situação de aprendizado para o entrevistador, especialmente se a motivação é (de modo amplo) política (PORTELLI, 2016, p. 13, 24).

Neste sentido, o que tivemos ao alcance para minimamente apreender o ponto de partida dessa relação dialógica é o fato de os *history-tellers* que agora emprestam sua voz rememorando histórias passadas, são parte de um grupo geracional que interveio decisivamente para a formulação ou invenção de um contexto de transformações, mudanças, e novas mentalidades na vida centenária do Sindicato dos Metalúrgicos. Este fator não implica, evidentemente, que as resistências internas e externas não se fizeram (ou se fazem) sentir em muitos episódios ou situações narradas. As “novas mentalidades” passam a florescer desde o final da década de 1970 até praticamente o momento atual, e convivem com as expressões sindicais que amadureceram no sombrio período das décadas de 1960 e 1970. Ao final dessa cronologia, é quando a vida sindical dos metalúrgicos em todo o Brasil torna-se o palco de tensões e embates impulsionados por sucessivos contextos problemáticos, e cujo marco inaugural coincide com as fases oscilantes da transição política brasileira, afetando, diretamente, os modelos orientadores do sindicalismo a partir de então. Nessa perspectiva, o aprofundamento da dependência de nossa economia aos países de capitalismo central, a emergência por uma industrialização mais acelerada, e cujo freio desse processo é a hegemonia das políticas neoliberais, ocasionaram crises cíclicas que, forçosamente, repercutiram nas ações e lutas dos sindicatos mais combativos. A vida do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba não foi um mundo à parte, ou exceção a essa regra. Os narradores que aqui difundem suas memórias e histórias vivenciaram diretamente esse período de mutações, e de idas e vindas no qual as sociabilidades operárias tiveram que ser reconstituídas com base em pontos de referência comuns. Ao reconstituírem

o significado de sua experiência, também reconstroem parte do passado/presente da história do sindicalismo brasileiro e, claro, da classe de trabalhadores metalúrgicos.

No final da década de 1970, o discurso sobre a anistia e a “abertura” política, ambos os processos habilmente conduzidos pela ditadura militar, ecoaram, em certa medida, em uma espécie de relaxamento gradativo da repressão dirigida ao movimento de trabalhadores e de suas reivindicações. A expressividade e importância não somente demográfica, mas política dos trabalhadores metalúrgicos, ficou patenteada tanto nos grandes movimentos grevistas que aconteceram de 1978 em diante, como, também, no protagonismo dessa categoria quando da realização de eventos de dimensão histórica impactante para compreendermos os caminhos tomados pelo novo sindicalismo brasileiro. Como destacou o sociólogo Ricardo Antunes (2011, p. 137), depois de vários anos de repressão e controle durante a ditadura militar, deu-se, a partir de 1978, uma mudança de qualidade na luta de oposição no Brasil: ressurgiram as greves operárias com forte pujança, o que levou ao desenvolvimento, em fins da década de 1970, de um novo movimento sindical dos trabalhadores, denominado de novo sindicalismo.

Ora, foi em agosto de 1981, no município de Praia Grande, em São Paulo, durante a realização da 1ª CONCLAT – Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, que muitos dos contornos (e das contradições) do sindicalismo brasileiro passariam a ser definidos, e a definir, igualmente, quais as escolhas sobre estratégias de mobilização eram as mais eficazes; fossem tais escolhas entre um “sindicalismo ideológico” ou um “sindicalismo de resultados”, ou ainda, uma terceira via que conciliasse alguns dos princípios dessa dicotomia. Em termos programáticos, esse momento foi um momento de restauração do ativismo sindical brasileiro, praticamente destruído com a perseguição desencadeada pela ditadura militar desde 1964. O “sindicato que a ditadura queria”, tomando de empréstimo a expressão de Nagasava (2015), seria um órgão voltado para a construção do que se chamava cnicamente “novo trabalhismo”. Para sua formulação, os processos de intervenção do Ministério do Trabalho em Sindicatos se acentuaram desde os primeiros dias do estado de exceção. Como afirma Nagasava (2015, p. 91):

A presença de militares como interventores nos sindicatos não deve ser encarada com surpresa. Muitos deles estavam, inclusive, no imediato pós-golpe, ocupando cadeiras de delegados regionais do trabalho nos estados. Mas a repressão, contudo, não ficou restrita aos sindicalistas, pois os funcionários do próprio Ministério do Trabalho também foram investigados e perseguidos.

Então, foi este o legado cultural a ser rompido pelas pessoas que passaram a atuar dentro dos sindicatos nesse momento de transição, e no qual, a 1ª CONCLAT é um episódio emblemático. O esvaziamento de uma cultura sindical ativista promovido pelas várias gestões do Ministério do Trabalho durante o período de exceção passou a ser encarado

como um dos maiores óbices para aqueles que pretendiam reorientar a política sindical no sentido de maior adesão, e do trabalho de fortalecimento ou construção de uma coesão que permanecera no passado. O Paraná, entre sindicatos rurais, sindicatos urbanos, associações de funcionários públicos, associações diversas, federações rurais e federações urbanas, esteve representado por 195 delegados. Destarte, um dos documentos memoráveis da 1ª CONCLAT foi a sua “Declaração de Princípios” em defesa do direito ao trabalho que, em sua estrutura, abrigava a urgência de um novo posicionamento da classe trabalhadora. Nesse documento era destacado, em primeiro lugar, o fato de que a legislação trabalhista no Brasil não exprimia os interesses da classe trabalhadora, e pelo seu caráter antidemocrático distorcia e contrariava os anseios e conquistas do povo, mantendo e aprofundando a situação de insegurança e miséria que marginalizava milhões de trabalhadores, entretendo, conseqüentemente, sua organização. A solução das questões que interessavam aos trabalhadores dependia “de seu nível de mobilização e organização, implementada por um sindicalismo combativo, autêntico e construído pela base” (1ª CONCLAT, 1981, p. 26). Entre as reivindicações e plataformas de luta e mobilização, os delegados presentes reforçavam a urgência de instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte, seguro-desemprego, salário mínimo unificado, a elaboração de um Código Nacional de Trabalho, fiscalização do trabalho quanto à higiene e segurança, direitos da mulher trabalhadora, entre outras pautas (1ª CONCLAT, 1981, p. 30-31). Um dos representantes paranaenses na 1ª CONCLAT foi o metalúrgico aposentado Roberto Eltermann, que relembra a atmosfera de acaloradas discussões e debates:

Cinco dias. Nós fomos em vários ônibus. Foi levado o pessoal lá também pelos outros sindicatos também, porque na verdade era um encontro de classes trabalhadoras, não era de metalúrgico só. Muita briga, muita discussão, muito entrevero lá, muitos problemas assim. E foi ainda que criou uma abertura também, se expandiu mais, o pessoal já tinha mais liberdade para se expressar também. Fazer um congresso desse, na verdade, já foi uma abertura (ENTREVISTA, 20/11/2019).

Um dos depoimentos que compartilha desta visão é o de Sérgio Butka, atual presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba. Butka observou a realidade extraída da “Declaração de Princípios” da 1ª CONCLAT quando passou a ter relação mais direta com a vida e a militância sindical. O ingresso mais efetivo de Sérgio nesse universo foi movido justamente por uma dupla constatação: o enfraquecimento do movimento de trabalhadores metalúrgicos depois de mais de duas décadas de um processo de desmobilização; e a necessidade de reorganizar a categoria em torno da recuperação de demandas por uma série de direitos. No ano de 1977, quando Sérgio torna-se associado do SMC, o quadro desmobilizador é exponencialmente mais alto do que o horizonte de adesão de trabalhadores, e este cenário prossegue até início da década de 1980:

As tensões mais fortes inicialmente foram com os diretores remanescentes da ditadura. Quando eu me associei em 1977, a primeira vez, e eu me tornei sócio por um ano e meio, depois eu fiquei afastado até 80, e quando eu retornei de novo, nós tínhamos em torno de 350 a 400 sócios naquela época. Uma categoria que eu diria que teria lá uns 30 mil, 35 mil trabalhadores. Então era um número muito pequeno. 30 a 35 mil trabalhadores nós tínhamos lá... 1% de sindicalizados. Lógico, tinha uma história [que] você estava saindo de uma época da ditadura e você estava começando..., mas mesmo assim era muita pouca gente sindicalizada (ENTREVISTA, 21/10/2019).

Outro problema concreto a ser removido pelos sindicalistas metalúrgicos desta geração permeava a representatividade e o significado do sindicalismo paranaense, sobretudo com a expansão das plantas fabris na Cidade Industrial de Curitiba. Reinavam estereótipos difundidos durante as mitificadas gestões do neoliberal Jaime Lerner, seja na prefeitura do município, e mais tarde, no governo do estado, de que o Paraná poderia vir a se transformar em uma espécie de “paraíso” das grandes corporações industriais, em razão de uma suposta ausência de combatividade das organizações sindicais. A primeira resposta a essas mitologias fora dada, ao menos, pelo reconhecimento explícito de que o sindicalismo local e brasileiro, haviam sido continuamente desmantelados pelos agravos cometidos no período da ditadura. A segunda resposta é tão importante quanto a primeira, porque já evidencia o contexto no qual o SMC entrava em processo de revitalização. Vejamos, por exemplo, o testemunho de Sérgio Butka e Roberto Eltermann:

Principalmente o governo Lerner, quando chamou as montadoras para cá, falou que o movimento sindical aqui no Paraná não era organizado, não era mobilizado e aí por diante. E, quando começaram a vir as empresas para cá, começou a se perceber que nós estávamos organizados. Porque nós fizemos um planejamento estratégico (ENTREVISTA, 21/10/2019).

Um representante anterior à geração de Sérgio Butka, porém, não menos combativo ou ciente sobre o papel de arregimentar adesões, e fortalecer a massa sindical frente à realidade de um período de repressão generalizada, foi o metalúrgico aposentado Roberto Eltermann:

Política sindical, eu comecei a acompanhar, apesar que acompanhava sempre as questões da ditadura, eu era curioso. E sabia tudo de perto como estava funcionando as questões porque, na escola [refere-se ao curso técnico do Colégio Técnico Robert Kennedy em Curitiba], onde eu estudei lá, tinha muita conversa sobre isso. Que na época tinha professores que foram penalizados, e coisa assim. Então... foi um período que também tinha

feito cursinho antes, também você tinha muito contato com pessoas diferentes. E aí depois comecei [a] conhecer a questão das... A opressão da ditadura em relação aos sindicatos, aí tinha várias pessoas que tinham sido afastadas já das suas funções, até nosso sindicato já estava assim... Não sobre intervenção, mas já estava sob controle do General Massa. [Nos] anos 80 nós fazíamos assembleia, cinco, seis assembleias de negociação por dia! Ena época fazia tudo no sindicato... então você trabalhava de manhã, quando chegava tinha atividade, quando era de tarde era outra atividade, quando era o período do almoço você ia na porta de fábrica conversar com trabalhador. Era “taco a taco”, chegava lá com a prancheta, o jornalzinho rodado no mimeógrafo, o sindicato não tinha jornalista, não tinha nada, rodava mensagem no mimeógrafo; chegava lá, explicava para ele, sindicalizava e já oferecia o que tem, saúde, convênio, isso, aquilo e médico, dentista. (ENTREVISTA, 20/11/2019).

Podemos inferir que para esses sindicalistas participantes da reconstrução do SMC estava colocado o problema de uma “consciência de classe” a ser forjada no âmbito de um capitalismo que reforçava sua natureza periférica e dependente; ou, no dizer de Antunes, um capitalismo *bifronte*<sup>3</sup>. Objetivamente, no plano das ações internas, tratava-se de lidar com a heterogeneidade de interesses e tendências da categoria, e contornar os efeitos danosos de mais de duas décadas onde resistências intermitentes foram silenciadas. Um vocabulário-chave – planejamento, direitos civis e trabalhistas, proteção social e salubridade, adesão, salário, greve, lazer –, mobilizado na luta cotidiana pela elevação do Sindicato era proposto à classe para que ela pudesse enfrentar um período de reorganização posicionando-se frente aos desmandos políticos que a atingiam e ao imaginário antissindical enraizado na sociedade. No sentido clássico atribuído por Thompson, sujeitos conscientes não derivam de processos mecânicos e independentes à própria vontade: experiências comuns devem ser partilhadas para que certas identidades sobressaíam no contexto de um quadro real de exploração material e subjetiva. Assim, o historiador britânico enfatiza que as pessoas no curso de um processo de lutas descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Explicitamente, Thompson afirma que “a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus” (THOMPSON, 2004, p. 10). Classe e consciência

---

3 Por capitalismo bifronte, Ricardo Antunes (2011, p. 84) entende uma estrutura de bens de consumo duráveis voltados a um mercado interno restrito e seletivo, composto pelas classes dominantes e por parcela significativa das classes médias, especialmente seus estratos mais altos. De outro lado, um polo produtivo voltado para a exportação, não só de produtos primários, mas também de produtos industrializados de consumo.

de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real (THOMPSON, 1991, p. 27). E o lugar social por onde mais bem a classe faz brotar a consciência e a articulação sobre esses processos históricos reais pode estar dado pelo Sindicato; lugar social em que uma série de interesses estão em jogo e devem ser protegidos.

### O lugar social do Sindicato

O Sindicato, de acordo com a descrição que dele nos dá Marcel Van Der Linden, comporta múltiplas definições e significados, obviamente, elementos que compõem um mosaico de valores muito assimétrico entre si ao longo da história. Van Der Linden sugere que a crença disseminada sobre a origem das organizações sindicais estar localizada em fins do século XVIII ou inícios do século XIX pode ser alvo de questionamentos. Por um lado, não podemos determinar exatamente quando o “primeiro” sindicato foi fundado, mas sabemos, por evidências, que: “em 24 de maio de 1345, o capitão da cidade italiana de Florença prendeu o cardador de lã Ciuto Brandini e seus dois filhos” mediante a acusação de que Ciuto pretendia criar uma corporação em Santa Croce, e “reunir-se em facção com outros trabalhadores de Florença” (VAN DER LINDEN, 2013, p. 246). Um salto de quatro séculos permite desembarcarmos na Inglaterra, berço do capitalismo industrial do ocidente contemporâneo, e evocarmos novamente as investigações de Edward Thompson sobre a criação de uma tal *Sociedade Londrina de Correspondência* na década de 1790, composta em sua maioria por artífices e artesãos, com subscrição mensal, veiculação de um pequeno jornal, e cuja reivindicação inicial era exigir uma reforma parlamentar, almejando possuir em sua constituição “um número ilimitado de membros”. O “Sindicato”, como o conhecemos na modernidade, abriga variadas tipologias<sup>4</sup>. Porém, sua resultante mais clara é o envolvimento com as questões políticas, econômicas e sociais que afetam mais diretamente uma comunidade de profissões, normalmente, livres e assalariadas, estabelecendo uma esfera de controle por onde assume responsabilidades com o associado no que respeita à relação bastante desigual entre trabalho e capital.

No Brasil, não há como pensarmos o processo formativo do sindicalismo prescindindo, ao menos, de dois contextos culturais e históricos vitais para essa compreensão: as primeiras associações anarcossindicalistas que datam, aproximadamente, de fins do século XIX; e o período varguista, marcado pela harmonização de interesses e tutela do Estado a partir de meados da década de 1930, quando passa a vicejar o discurso sobre

---

<sup>4</sup> Segundo as tipologias propostas por Van Der Linden (2013, p. 251-253): i) Sindicatos autônomos que têm como principal objetivo a organização de greves; ii) Sindicatos autônomos que não existem apenas para

a “concessão” de direitos trabalhistas e previdenciários do vértice para a base social, atendendo a uma estrutura corporativista e de índole “cupulista”. Sobretudo, em se tratando da aurora do sindicalismo em nosso país, as associações anarcossindicalistas devem muito de sua constituição aos imigrantes da Europa meridional (portugueses, espanhóis, italianos), que, aqui chegados, passaram a fundar jornais, escrever e encenar peças teatrais, produzir narrativas literárias de forte conteúdo social e libertário, assim como, sendo visceralmente perseguidos pelos órgãos estatais e proprietários industriais, apoiados por legislação que previa sumariamente a expulsão de estrangeiros do território nacional. E, como explica Edgar Rodrigues (2010, p. 9), o anarcossindicalismo caracterizou-se como doutrina e método de luta. É um movimento de operários voltado mais para a gerência da produção e do consumo, cujo espaço de ação é limitado, materialista, sem a dimensão e o alcance de filosofia de vida do anarquismo. Mas nem por isso menos autônomo.

Aliás, “autonomia” é termo chave para circunscrevermos e reatualizarmos o papel do SMC. Ou seja, em seus aspectos gerais, o SMC pode ser definido como autônomo em sua configuração tipológica, e ainda que esteja vinculado a uma Central Sindical; sua existência não se justifica apenas para organizar greves ou manter como demarcação um controle unilateral, mas desenvolver atividades plurais, propondo-se a negociar com empregadores uma série de questões. Esta é a característica organizacional do SMC, assim como é a organização característica do “movimento sindical moderno” (VAN DER LINDEN, 2013, p. 252). Portanto, o sindicato é um lugar social que reúne ou associa um grupo de trabalhadores cuja demografia é variável, de mesma ou similar categoria profissional, capacitando esses trabalhadores na proteção de seus interesses, e que demanda certo poder persuasivo para que esses mesmos trabalhadores se sintam representados pela organização.

No início da década de 1980, quando Sérgio Butka é desafiado a arregimentar trabalhadores metalúrgicos com o intuito de participarem de uma Assembleia, repete, em certo sentido, práticas que se tornaram comuns na história do sindicalismo. Entretanto, a complexidade reside no fato de que em suas iniciativas não havia uma vinculação direta ou espontânea entre a arregimentação procedida e a obrigatoriedade de ingresso mecânico dos envolvidos como associados do Sindicato. O convite é formulado tendo em conta outras sociabilidades que não a vida sindical. Por sua vez, isto nos leva a pensar que, nesse contexto específico de reorganização, entre a operação de convocar e arregimentar trabalhadores para uma Assembleia, e a concreta associação com a organização sindical devem existir e funcionar, por dentro, metodologias de convencimento sobre a necessidade de ingresso no sindicato; por fora, a constatação de que

---

organizar greves; iii) Sindicatos heterônomos que não têm como único objetivo a organização de greves; iv) sindicatos heterônomos que nunca ou raramente organizam greves.

o sindicato, entendido no marco de uma tipologia autônoma, é a organização mais credenciada para lutar a favor dos interesses de trabalhadores, e contra as injunções dos empregadores:

Quando a gente começou a trabalhar, a primeira coisa que a gente faz quando você tem um estilo de vida muito parecido com.... de organização, de grupo, é de tentar formar pessoas que convivam que tenham as mesmas tendências e pensamentos que você. E aconteceu naturalmente, a gente começou a conviver inicialmente com o pessoal do futebol. Começamos a conviver com o pessoal da associação da empresa... começamos a conviver com as pessoas de outras entidades e até de outras empresas. E automaticamente, num determinado momento, na minha empresa, eu fui convidado para uma assembleia. E aí... O presidente, que não era nem o presidente atual, era o tesoureiro na época, ele perguntou: “Quantas pessoas você consegue levar à assembleia?”. E a história começou por aí. A gente levou para assembleia umas cem pessoas da minha empresa. Só pelo fato de a gente ter essa característica não sindical. Nós fazíamos um trabalho muito mais voltado com a intenção de dar uma condição diferente de discussão. Não com o pensamento sindical, de puxar campanhas salariais, mas era porque a gente já tinha convivido com isso a vida toda. E como a gente trouxe essas cem pessoas para uma assembleia, lá em 1980, isso era um volume muito grande. Praticamente só tinha os trabalhadores da empresa que eu participava (ENTREVISTA, 21/10/2019).

Ao final da década de 1980 observa-se uma significativa expansão do sindicalismo no Brasil, cujo registro visível é a ampla diversificação em categorias profissionais. Nesse período, segundo Antunes (2011, p. 138), eram 9.833 sindicatos no país, atingindo em meados da década de 1990 aproximadamente 15.972, incluindo “órgãos urbanos e rurais, patronais e de trabalhadores. Somente os sindicatos urbanos somavam 10.779, dos quais 5.621 eram de trabalhadores assalariados”. Como será observado mais adiante pelo depoimento dos entrevistados, essa intensa movimentação sindical fez com que o Brasil ocupasse o topo dos países com as mais altas taxas de greve entre as nações capitalistas (ANTUNES, 2019, p. 183).

Contudo, não é incomum a luta por melhorias nas condições de trabalho poder iniciar estando ausente um vínculo formal com a organização hierárquica do Sindicato. Se é verdade que demandas de trabalhadores são vocalizadas mais sólida e amplamente quando institucionalizadas organicamente, tal premissa não invalida um empenho prévio realizado no chão da fábrica por trabalhadores que irão assumir no futuro um papel de liderança a partir de sua assunção em cargos diretivos do Sindicato. Este parece ser o caso de Jamil D’Ávila, atual secretário-geral do SMC. Na condição de metalúrgico de uma poderosa montadora automobilística multinacional, Jamil foi sensibilizado quando entrou em contato com situações precárias de salubridade no dia-a-dia

de trabalho, assim como tomou conhecimento de atitudes de desrespeito às normas legais por parte da indústria. Em resumo, o metalúrgico constatou anormalidades que iam desde a elementar falta de água para os operários na linha de produção, até o não pagamento por horas extraordinárias cumpridas para o atingimento de metas de produção que favoreciam tão somente o estrato diretor da empresa. À época, Jamil havia construído uma imagem junto aos seus pares de potencial interlocutor entre dirigentes ou supervisores de fábrica e trabalhadores. Assim sendo, tomou para si a incumbência de concorrer ao cargo de representante da Comissão de Fábrica, oficialmente chamada de *Representação Interna de Empregados*, desde que esse pleito fosse referendado por companheiras e companheiros de labuta:

Então, essa Representação Interna de Empregados é que existe para coibir esses abusos que são feitos por empregados da empresa que fazem em nome da empresa. Nessas questões que começaram a surgir, assim, de eu começar a questionar algumas coisas que entendia que estavam erradas com os trabalhadores, é que, de certa forma, quando veio a eleição para Comissão de Fábrica, o meu nome foi indicado para representar os trabalhadores. À época eu tive 80% dos votos. [A Comissão] então não tem vínculo com o Sindicato. Único critério ali é assim, tem que ter pelo menos 1 ano de empresa, de registro em carteira, certo? E ser maior de 18 anos, claro. E aí, qualquer trabalhador nessas condições pode ser candidato. É... existe um acordo coletivo com o Sindicato que institui essa comissão, mas é...institucionalmente a empresa, até depois eu como dirigente sindical - nós até tentamos incluir isso que fosse necessário ser pelo menos associado do Sindicato, mas nem isso a gente conseguiu colocar de que devia ser associado. É realmente dos empregados, independente do Sindicato, embora seja um acordo com o Sindicato que legaliza essa questão. (ENTREVISTA, 06/11/2019).

Será que abusos como a intensificação da atividade laborativa sem contrapartes legais, ou constrangimentos e assédio moral repetidamente cometidos pelas grandes empresas tendem a estreitar os laços do trabalhador com o aparelho sindical? O caso da indústria metalúrgica parece ser notório. As investigações conduzidas pela equipe de sociólogos liderada por Ricardo Antunes identificaram que indústrias automobilísticas e de outros segmentos (como eletroeletrônicos) constituem setores que produzem efeitos altamente danosos para a saúde física e mental do trabalhador. Casos como o da General Motors, citado pelos estudos, acabam por se converter em “engrenagens do aumento da exploração do trabalho, que se apropria do valor criado pelo trabalhador e o descarta quando sua produtividade já não acompanha o ritmo da produção” (ANTUNES, 2019,

p. 127)<sup>5</sup>. Assim, para Jamil e outros como ele, o Sindicato se reveste como lugar de um encontro transformador entre o que é vivido e o que é criado; entre o ser e o fazer. Na luta para coibir abusos e assédios, o árduo trabalho de enfrentamento com os patrões e frequentes conflitos com a polícia despertam ou potencializam a luta pela conscientização, e transformam a imagem do Sindicato em um “aparelho afetivo”. O “aparelho afetivo”, descrito exaustivamente por Pierre Ansart para compreender o vínculo afetivo dos militantes com um partido político, pode equiparar-se ao papel agregador de sentimentos que também o Sindicato desempenha. A despeito das singularidades funcionais e políticas existentes entre um partido e uma organização sindical; esta última oferece aos seus membros muito mais do que um lugar de segurança, senão, produz uma unidade do imaginário e do simbólico (ANSART, 2019, p. 115-116). Assim como em um partido político, participar de um Sindicato comporta importantes gratificações, porque possibilita o abrigo de um grupo, instaura relações fraternas longe das agressões do mundo exterior (ANSART, 2019, p. 118). O Sindicato é, em síntese, esse lugar de produção de uma pedagogia que impulsiona a partilha de uma identidade de reações afetivas.

Muitas das experiências da metalúrgica Diva Lima da Silva se correspondem a essa imagem do Sindicato como um “porto seguro”, no qual os afetos são compartilhados e onde está em jogo a defesa do trabalhador. Quando atuava como operadora de produção na empresa Inepar, Diva foi eleita para integrar a CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) após duas votações controvertidas que esbarraram na questão do tempo de trabalho da metalúrgica:

Na Inepar, eu me lembro que fui participar da CIPA, e as minhas colegas ali insistiam, insistiam, insistindo para eu entrar. E eu acabei entrando na CIPA. Você falou da questão do machismo que impera no nosso país. Então me lembro que eu entrei, “Vamos, Diva, que a gente vota em você”, minhas colegas de trabalho, os meninos. Entrei na CIPA. Com coincidência, gente, ganhei, 1º Lugar. Vice-Presidente. Mas aí existe uma lei que dentro dessa questão, tem aquele tempo mais velho de casa, mais novo, mas eu passei, junto com a turma. E teve uma segunda eleição que foi dentro, dentro dos mais votados. E aí começaram a questionar ali, tal, pelo meu tempo de casa. E eu queria desistir. Queria desistir. Eu fui tão radical na minha desistência que no dia dessa segunda eleição, que era os membros mais votados que iriam indicar, eu não votei em mim, gente, para mi-

---

5 Citando textualmente Ricardo Antunes (2019, p. 126), a partir da evidência de uma operação de constrangimento e assédio moral desencadeada pela área de produção: “A GM também realiza avaliações das equipes de trabalho, cujos resultados são apresentados por meio de bolas coloridas afixadas em quadros próximos de cada equipe: bola verde significa que a produção está normal; bola amarela indica que é preciso melhorar; e bola vermelha quer dizer que a produção está abaixo do esperado”.

nha surpresa, e para de vocês. Eu não votei em mim. Eu votei em outra pessoa. Que eu estava a fim de sair fora. Para minha surpresa, fui a mais votada de novo (ENTREVISTA, 16/12/2019).

Ao ser legitimamente investida na condição de “cipeira” – expressão que é comumente empregada para todas e todos que tomam parte dessa Comissão, Diva ampliou sua compreensão sobre os efetivos problemas que maltratavam, sobretudo, a saúde de trabalhadoras e trabalhadores. E aqui, o papel do Sindicato, como uma instância que ajuda a promover a conscientização assume especial relevo. Ao invés de discursos, Diva optou pela ação. Vejamos sua minuciosa descrição sobre o desenvolvimento do processo:

“Não vou dar discurso”, obrigado pelo apoio de todos, mas o meu discurso vai transformar em trabalho que eu vou fazer. Vocês podem aguardar. E ali foi, e ali eu realmente fui trabalhando, trabalhando, cheguei a paralisar empresa, cheguei lá e pedi, claro que com educação, que eles queriam pintar painéis no meio de todo mundo, todos [os] funcionários que estavam ali fazendo chicote. E a pintura tem que ser para lá. Aí eu cheguei lá e parei, disse “Ou vocês pintam e a gente vai fazer o painel lá fora, ou vocês vão pintar lá fora e nós vamos fazer o painel aqui. Pessoal não pode ficar no meio da tinta.” Quando estava pintando, aquela fumaceira, e assim foi feito, retiraram de lá. Eu fui eleita duas vezes na CIPA, com uma grande importância. E eu... sempre queria assim melhorar muita coisa na área de segurança, que era gente levando marmita para esquentar na pintura, que aquilo ali pega todo o cheiro. A gente conseguiu acabar com isso. Nessa época eu falo que a Inepar era uma... E é uma empresa boa, mas às vezes [há] chefe que pisa na bola. Tinha gente que até fazia suas necessidades no ambiente porque não podia ir no banheiro. (ENTREVISTA, 16/12/2019).

Ao conhecer mais intimamente quais eram as necessidades de companheiras e companheiros, Diva reconhece uma “pedagogia sindical” que está presente em sua voz de metalúrgica. Sem o respaldo dos ensinamentos do Sindicato é algo provável que as suas demandas seriam pouco ouvidas:

Então a gente conseguiu acabar com isso, com muito trabalho. E depois disso, eles pediam para fazer hora extra, e eu vi que aquilo virou uma rotina, e eu já estava entendendo o movimento sindical, gente, que coisa mais... É uma história, eu mesma amo essa história. Me lembro que o Sindicato, a Diretoria, eu sempre estava aqui, eles me ensinavam.... Que isso aqui é uma escola, Paulo, *me ensinavam assim que em vez de fazer hora extra, a empresa deveria contratar mais funcionário*. E eu levava muito a sério isso. E aí eu resolvi, já que não funciona de um jeito, nós vamos fazer de outra forma. Era bem doidinha mesmo, viu, gente. Mas *eu andava com a cartilha do Sindicato no meu bolso*. Quando eu entrei pra CIPA também, eu fui, comprei um livro, de saúde e segurança, eu comprei.

Para ler, para ver, regras, né. Então cada vez que alguém perguntava para mim eu abria lá e ia olhar, né. Quando eu não sabia dar resposta, ou eu ligava aqui, ou então eu vinha para poder levar a resposta. Me lembro que a questão da hora extra eu vim, cheguei, vim ao Sindicato, eu e mais três colegas, que eu escolhi lá a dedo, que uma dela até faleceu (ENTREVISTA, 16/12/2019).

As frases em destaque na fala da metalúrgica Diva sinalizam uma espécie de capacidade estratégica que permite ao Sindicato prescrever elementos legais e simbólicos que aproximam e majoram o nível de confiança do associado à organização. *Andar com a cartilha do Sindicato no bolso* é a constatação de uma confiança mutuamente construída por meio do “ensinar”, do “educar para” ou de uma troca, como se Diva, neste exato contexto, se convertesse em legítima fiadora ou “correia de transmissão” desses ensinamentos produzidos pelo Sindicato visando sensibilizar o grupo de trabalhadores afetado e despertar lealdades. A capacidade estratégica do SMC e seu “repertório de ações coletivas”, acompanhando a terminologia de Marshall Ganz (2000) passaram a ser testados em diversas ocasiões, não sendo somente as sucessivas greves desencadeadas nos anos 1980 e 1990 que vieram colocar à prova tal capacidade. À mesma época, provavelmente, outro dos episódios recorrentes desse processo tem a ver com a opção do SMC em procurar sempre uma não vinculação explícita com partidos políticos. Embora tenha sido cortejado pela poderosa CUT, ligada ao Partido dos Trabalhadores, e sejam reconhecidas a legitimidade e a plena liberdade dos associados em suas preferências ideológicas ou partidárias, a política do SMC vem sendo pautada em práticas que visam não aderir ou carrear plataformas de um partido político específico, ainda que a orientação do Sindicato não abra mão das consignas gerais defendidas pelas organizações de esquerda. Quem expôs tais escolhas estratégicas com suficiente clareza foi o presidente do SMC, Sérgio Butka:

Eu não preciso de um partido político para fazer a transformação. Nós estamos aqui, nós tínhamos 6 ou 8 pessoas, e nós podemos ser a transformação dessa entidade. Foi quando a gente abraçou mais ainda uma proposta de transformação do sindicato sem ter nenhuma ligação partidária. E durante todo esse período que a gente está no sindicato, foi o que a gente sempre defendeu. Nós, ideologicamente, temos a nossa proposta de esquerda, mas evitamos sempre de ter uma ligação forte partidária. Temos aproximação com todos os partidos de esquerda, seja do PT até o PCdoB e aí por diante, né. E eu acho que isso que deu uma certa autonomia, e nos deu a tranquilidade de poder dar um rumo diferente ao sindicato. Talvez a gente não tivesse crescido e evoluído tanto durante esses vinte anos, quase trinta anos, se a gente tivesse um envolvimento partidário, porque daí teria também outras prioridades partidárias que poderiam atrapalhar na organização dos trabalhadores (ENTREVISTA, 21/10/2019).

Afirmaríamos, em conclusão, e baseados na experiência narrativa de Sérgio Butka, que o SMC comungou e difundiu uma série de ideários, orientações históricas, relacionamentos com partidos, governos, lideranças contornando compromissos que pudessem trazer um tipo de solidariedade que não é desejável:

Partidariamente. Exatamente, quer dizer, todos os partidos que desenvolveram, desde o partido do Requião, PMDB, que é nosso padrinho, o Requião para nós é nosso padrinho. A gente nunca teve compromisso, nunca assumimos um compromisso de perder, olha vamos entrar no PMBD, e vamos militar partidariamente. Nunca fizemos isso, porque a prioridade sempre foi a organização sindical. Eu acho que isso é que a gente tem levado até hoje. Não que nós não defendemos também, que alguns dirigentes sindicais participem partidariamente, porque é necessário, mas a gente não quer que o partido macule o alinhamento que a gente tem sindical, porque aí isso atrapalharia (ENTREVISTA, 21/10/2019).

### **Do interior para a capital: em busca de uma colheita de sonhos**

*Sem a memória do trabalho,  
a narração perderia a sua qualidade épica.*  
João Alexandre Barbosa

A vida de quase todo o indivíduo que milita por uma causa, seja política ou sindical, apresenta como amálgama dois termos que, à primeira vista, podem ser móveis de seus ideais de justiça e senso ético: a obstinação para fazer avançar essa causa e as descontinuidades que se sobrepõem no concreto vivido, que é a matéria da experiência. Tratemos, pois, deste segundo termo. A depender de como compreendem as vicissitudes do mundo pessoal e do mundo do trabalho, universos sociais que se complementam, em sua maioria, sobressaem em nossos lembradores, trajetórias pouco lineares que tendem a revelar vidas complexas em termos de escolhas e alternativas possíveis. Ainda que analogias possam ser vistas com certa cautela para as histórias contadas, podemos notar, tal como ocorre em uma trama literária bem urdida, que alguns depoimentos são caracterizados por “elementos de descontinuidade estrutural no que se refere ao tempo da narrativa, que não corresponde à linearidade cronológica” (GINZBURG, 2012, p. 60). São vidas de várias pontas temporais marcadas pelo indeterminismo, e cujas imagens estão dispostas como em um tabuleiro por onde um lance pode significar conquista ou fracasso. No mundo do trabalho, uma greve, uma reivindicação, ou hostilidades mútuas podem significar, em certos contextos, recuos no que

diz respeito à valorização de direitos e a gratificações subjetivas. Em outras ocasiões, os mesmos fenômenos podem resultar em ganhos para os trabalhadores impulsionando-os a ambicionar novos horizontes pessoais e profissionais. De todo modo, esta reflexão nos autoriza a afirmar que os meios de que homens e mulheres percebem ou consideram como sua necessidade de expressão e existência são predominantemente precários, porque dependem da necessidade de expressão e existência de outros homens e mulheres que comungam de ideias e sentimentos comuns, sendo o inverso também verdadeiro, na medida em que uma classe ou grupo coloca-se ou enfrenta-se diante de algo ou alguém. Por exemplo, o percurso de vida de quem “mergulha” no mundo sindical é um longo traçado que muito pode testemunhar sobre suas origens e convicções, e determinar o peso relativo das decisões. São histórias plenas de significados que comportam situações comoventes e alentadoras e que reforçam, no âmbito de atuação de cada pessoa, quais as próximas apostas de vida e os lances a serem jogados.

Em seu inspirado artigo sob título “*Histórias (co) movedoras: História oral e estudos de migração*”, Alistair Thomson (2002) destacou que a evidência oral proporciona um registro essencial da história oculta da migração, e que as pressões de natureza econômica são indícios fundamentais para se compreender motivações que levam pessoas a migrarem, e frequentemente influenciam essas decisões. Porém, há algo mais complexo que não está somente associado às condições econômicas como fator explicativo para o deslocamento de indivíduos ou grupos. Assim, o testemunho pessoal revelaria outros dados que configuram o entrelaçamento de fatores e influências que contribuem para a migração e para os processos de troca de informações e negociação no interior das famílias e das redes sociais (THOMSON, 2002, p. 345). A maioria de nossos depoentes apresenta como marca social distintiva o fato de serem pessoas em mobilidade; isto é, pessoas que muito devem o amadurecimento de suas escolhas aos deslocamentos espaciais que tomaram como medida para atender as necessidades. São marcas distintivas por onde buscaram estabelecer processos de identificação de várias ordens:

Sérgio: quando eu vim lá do interior do Rio Grande do Sul pra Curitiba, a gente veio já no embalo de vir atrás de um antigo padrinho que eu tinha aqui, que é padrinho de batismo... E que também era meu tio. A gente chegou numa grande cidade, e nessa grande cidade a gente encontrou as mesmas dificuldades que se tinha lá desde criança (ENTREVISTA, 21/10/2019).

Roberto: eu sou natural de Presidente Getúlio, Santa Catarina. Sou filho de agricultores, meu pai era imigrante europeu, e quando foi feita as divisões das terras no interior de Santa Catarina, eles foram trazidos para o Alto Vale do Itajaí (ENTREVISTA, 20/11/2019).

Jamil: nasci no interior do Estado, à época município de Jardim Alegre, hoje município de Lidianópolis, a cidade onde nasci foi emancipada em 92 e filho de produtores rurais, pequenos produtores rurais. Trabalhei na lavoura, digamos, de café (ENTREVISTA, 06/11/2019).

Diva: bom, eu sou Diva Lima da Silva, nasci em Minas Gerais. Sou filha de Maria Lima da Silva e Domingos Tiago da Silva, somos uma família de sete irmãos por parte de pai e mãe. Ainda vim criança para o Norte do Paraná, região ali de Ibaiti. Trabalhei na roça. Minha família toda a gente ia para roça cedo, depois a gente ia para aula. Fazia nossa comidinha, nosso saco de pipoca para trocar na escola por pão, que a gente não tinha acesso, né. E a gente ia estudar, voltava, e no dia seguinte sempre a mesma coisa (ENTREVISTA, 16/12/2019).

As migrações podem ser pensadas, ao menos, em dois níveis: como uma espécie de *renúncia* ao local de origem pela busca de melhores condições e oportunidades com a mobilidade para polos intensamente urbanizados; ou em *desenraizamento*, nos termos pensados por Ecléa Bosi. Tal processo implica também na resistência a uma perda referencial do passado para que não se perca a crônica da família e do indivíduo em seu percurso errante (BOSI, 2007, p. 362). De modo que a história oral, quando aplicada a revisitar caminhos tecidos por aqueles que se movimentam no tempo e no espaço, vem a ser um contributo para que os indivíduos possam recobrar o direito contra a espoliação de lembranças.

Os deslocamentos daqueles que seriam futuros sindicalistas abriga uma geração cuja temporalidade está circunscrita entre as décadas de 1960 a 1990. No entanto, muitas vidas estão informadas por um passado de mais profundidade histórica no que se refere às gerações anteriores, de pais ou de avós, que tomaram parte de um vasto e heterogêneo conjunto de grupos imigrantistas. É nos “grandes movimentos populacionais ocorridos entre 1830 e 1930, que caracterizaram a Europa expulsora” (ALVIM, 2008, p. 216) onde podemos localizar a origem geracional de alguns de nossos lembradores. Tomemos como ilustração desse argumento a trajetória de Roberto Eltermann, nascido em 27 de agosto de 1945 em um núcleo colonial de povoamento no Sul do país e filho de pai imigrante europeu. A narrativa de Eltermann, uma vez registrada e reconhecida no papel e na voz, vem a se constituir em resistência face à espoliação de lembranças:

Eu sou um filho do seu Helm Eltermann e Tusnel Eltermann. E nós somos em 18 irmãos, família bem expandida, que na época era interessante produção das lavouras tinha que ser quantos mais filhos tinha, mais fácil era a produção agrícola, né. E isso gerou famílias grandes. Comecei daí minha vida desde criança já na lavoura, trabalhando na agricultura, plantando, colhendo e produzindo. Nós plantávamos lá,

o forte era plantação de mandioca, milho, feijão para subsistência. E criava bichos, criava porcos, vendiam, e era uma agricultura bem primitiva, né. Isso foi até os anos 64, por aí assim. E daí ficava na lavoura, cuidando ali, estudando. Escola era longe, mínimo 4 quilômetros a pé, sem estradas boas, estrada de interior, né. E era tudo difícil. Então, mas a gente sobreviveu. Meu pai nasceu na Rússia mas viveu na Alemanha. Então era migração... Migrou da Alemanha para a Rússia, que era as épocas lá do... início do século. E tinha essa migração, vinha para lá, depois voltava, e quando ele voltou depois pra Alemanha foi introduzido novamente com cidadania alemã lá, e depois veio para o Brasil e ele se naturalizou brasileiro. E eu não consegui dupla cidadania porque ele não era alemão, ele era russo. Daí tinha que ser um processo bem diferente para conseguir cidadania. Mas daí eles viviam lá, minha mãe já é brasileira, filha de alemães, e brasileira já nascida no Brasil. Daí se casaram, e depois a gente viveu lá (ENTREVISTA, 20/11/2019).

Como destacou Ginzburg, e, aliás, como defendemos ao longo deste segmento, as condições em que podemos atribuir sentido ao que vivemos dependem dos movimentos que realizamos no interior dos conflitos concretos dos processos históricos (GINZBURG, 2012, p. 75). Vale dizer que para a questão da memória, quando a parte do passado que é lembrada torna-se sinônimo que expressa a mobilidade/necessidade, o ouvinte/cientista é desafiado pelo memorialista a contornar ou desarmar suas defesas metodológicas e, de algum modo, empenhar-se em converter o abstrato em tangível; mensurar o quanto a produção de lembranças encontra a plasticidade da narrativa, que não raras vezes, torna-se quase impossível de ser relativizada, porque, afinal, lidamos com processos e experiências históricas reais, de onde os fatores explicativos de uma ciência não conseguem emergir ilesos diante das evidências não só da dominação social e de classe, mas da luta contra essa dominação.

Diva Lima da Silva: a gente veio aqui para o Norte do Paraná, e a gente foi trabalhando para comer, para construir, para a gente sobreviver. Logo na sequência, o meu pai faleceu. Minha irmã mais nova ela ficou com 1 mês de idade, e minha mãe com 7 filhos, então todos tinham que ir trabalhar na roça. A gente arrendava terreno do nosso patrão lá e plantava. Então, quando ele faleceu a gente teve que ir para a luta. Ficamos um pouco no sítio, depois uma família acabou convidando eu para trabalhar na casa deles. Fui trabalhar, daí resolveu todo mundo ir para Ibaiti. A minha irmã, mais nova do que eu, trabalhava em outra casa, aí a minha irmã mais nova que perdeu nosso pai com um mês de idade, ela já estava grandinha, então foi trabalhar numa família lá e a família judiava dela. Muito. Humilhava... E aí eu fiz o seguinte: Eu conversei com a minha patroa [...] [*se emociona*] aí levei ela para trabalhar comigo, na mesma casa (ENTREVISTA, 16/12/2019).

Da mesma forma que o relato de Roberto e Diva, a trajetória de Jamil no trabalho começa precocemente na lavoura. Suas lembranças são distintas porque os caminhos que constrói acabam levando-o para uma militância social que inicia na igreja a partir de seu ingresso na Comissão Pastoral da Terra e transforma-se em atuação política na Câmara de Vereadores da recém emancipada Lidianópolis:

Fiz o meu primário em escolas rurais depois na quinta série, aí eu já fui para o ginásio à época, que ficava 10 km da nossa propriedade, os dois primeiros anos de bicicleta - isso estudando de manhã, depois sétima e oitava série estudei a noite. E aí eu concluí a oitava série, o ginásio no ano de 1980 e aí o colégio para fazer a época o chamado segundo grau, ficava 25 km, aí eu parei de estudar e só fiquei trabalhando na roça, eu e meus irmãos. Eu já tinha, assim, uma boa participação na Igreja lá. Comecei como catequista, depois me envolvi na Pastoral da Juventude Rural que era... era envolvida aí comecei a participar de atividades aí da Comissão Pastoral da Terra. [19] 92 teve a primeira eleição da emancipação municipal, me candidatei a vereador na cidade, fiquei de Primeiro Suplente, mas depois de dois meses acabou o prefeito chamando um dos vereadores para ser secretário e eu assumi a Câmara de Vereador, uma cadeira na Câmara de Vereadores...certo. Tinha uma boa participação na comunidade onde eu morava, participava de Associação de Pequenos Produtores Rurais, time de futebol, então a nossa atividade em si era durante a semana, de segunda à sexta-feira, trabalhando na roça. E aí eu assumi o mandato de vereador. No primeiro ano que assumi o mandato de vereador, minha família decidiu vir embora para Curitiba e eu acabei ficando sozinho, digamos, lá na região. Aí eu decidi cumprir meu mandato (ENTREVISTA, 06/11/2019).

Há nessas histórias contadas, porém, inflexões e contrapontos que merecem ser destacados porque traduzem a pluralidade de caminhos tecida pelos envolvidos na atividade sindical. Trajetórias inversas daquelas que foram lembradas até aqui são edificadas por condições de vida diferenciadas, mas nem por isso negligenciáveis do ponto de vista da memória de quem possui uma história a recordar. E todos nós a possuímos, sendo este, ao lado do labor que realizamos durante a vida, o patrimônio a ser legado enquanto condição existencial que é também esteio da memória social, familiar e grupal. Essa observação completa o quadro que tende a salvaguardar a memória dos que escolheram outras armas e ofícios para lutar dentro do mundo sindical. O advogado Iraci da Silva Borges, de longa data, é o profissional responsável pelas demandas jurídicas do Sindicato. Nasceu em Curitiba:

Em 27 de maio de 52, de uma família de classe média. Uma tragédia na minha família fez com que eu tivesse esse nome de Iraci, porque um tio meu foi atropelado na época, em União da Vitória, e faleceu. Meu avô era promotor em União da Vitória. E aconteceu um fato inusitado, eu, logo que deixei de ser amamentado por minha mãe, fui levado para União da Vitó-

ria por meus avós e fui criado até os 4 para 5 anos de idade tendo eles como meus pais de fato. E só com o falecimento do meu avô é que eu vim morar e conviver com meu pai e minha mãe biológicos. E eu acabei fazendo vestibular de direito, e aí entrei no curso de direito em 1972, e com 24 anos, em 76, eu me formei em direito. Eu devo dizer também que jamais tinha pensado em estudar direito, e por outro lado, durante o curso de direito, jamais teria pensado em me dedicar ao direito do trabalho. Acontece que em 1975, eu tinha um professor que foi contratado como advogado da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias, e ele foi na sala de aula e colocou à disposição uma vaga de estagiário. Até que em 1979, em julho de 79, eu acabei sendo convidado para vir para o Sindicato dos Metalúrgicos como assessor da diretoria. Mas como nós tínhamos um grupo de advogados dentro do Sindicato, e havia aquele problema, contratar como assistente da diretoria quando tinha outros que davam plantão para atender trabalhadores, o que fez com que dedicasse a uma atividade dupla. Eu dava o meu plantão no Sindicato, e assessorava a diretoria também. E assim começou minha relação com o Sindicato dos Metalúrgicos (ENTREVISTA, 10/12/2019).

A imagem de cada uma dessas lembranças projeta luzes que auxiliam a compreender razões a justificarem o engajamento ao Sindicato em seus vários momentos conflitivos com as corporações. Feitos e refeitos, os muitos caminhos iniciados em ambientes culturais e econômicos que reafirmam a centralidade do trabalho desde a infância podem bem ressurgir no futuro sob a forma de uma metáfora integradora. A inspiração buscada no passado de lutas, desafios, deslocamentos vários, é mobilizada em períodos nos quais os sindicalistas são exigidos a se posicionarem de modo a radicalizar suas expectativas. A greve é uma das respostas a essa radicalização.

### **A greve como instrumento de luta e reivindicações**

Greves, independentemente de seu desfecho, sempre vieram a provar ser o recurso mais eficaz para que trabalhadores possam enfrentar representantes do capital, sejam estes o patrão ou o Estado. Os sindicatos “existem”, primordialmente, para criar condições de negociação salarial, direitos e condições de trabalho, “sendo a arma da greve seu trunfo de última instância” (VAN DER LINDEN, 2013, p. 250). Porém, na aurora dos movimentos trabalhistas no Brasil, ainda que em número ascendente a partir da década de 1910, as paralisações foram um tanto defensivas em suas reivindicações, e conduzidas por coletivos de trabalhadores muito mais para evitar redução de salários ou aumentos em sua jornada de trabalho (HALL, 2001, p. 304).

O segmento de trabalhadores metalúrgicos, ao lado de ferroviários, operários têxteis, portuários e outros, apareceu de modo recorrente na dianteira dos movimentos grevistas, e, naturalmente, foi alvo de brutalidade e repressão frequentes por parte de empre-

gadores e da corporação policial, que sempre desempenhou o papel de gendarme a escudar as classes privilegiadas e proprietárias. Junto a esse fator, não é equivocado registrar que determinadas faixas dos setores médios da população urbana, ao reproduzirem imaginários e valores dos setores dominantes, apresentaram, e apresentam, inclinação a desqualificar as mobilizações grevistas, alimentando, assim, o mito de uma sociedade convergente ou indene de tensões. Na América Latina, desde o início dos processos flutuantes de industrialização em economias mais complexas (Argentina, Brasil, México), a violência configurou-se como tônica para conter os movimentos grevistas. Ou então, a estratégia empregada era a constituição formal de medidas legais que tinham como objetivo estruturar níveis de violência e atingir, principalmente, trabalhadores urbanos imigrantes, sob a acusação de “subversão estrangeira”, ou mediante a presunção de que esses grupos atentavam contra a ordem nacional. No entanto, como refere Balandier (1997, p. 73), “A desordem lá está subentendida, não mencionada”, mas como latência que, repentinamente, vem a desencobrir e escancarar desigualdades, carência de direitos, tráfico de interesses entre o público e o privado; três elementos de sociedades patriarcais erigidas, invariavelmente, sob o alicerce de uma falsa justiça<sup>6</sup>.

Isto pode ser ilustrado brevemente em um dos episódios mais cruéis a ser recordado na história dos trabalhadores: a Semana Trágica, acontecida em Buenos Aires em janeiro de 1919, e que teve operários metalúrgicos como principais afetados. Segundo Michael Hall:

O maior levante e o mais violento, conhecido pelo nome de *Semana Trágica*, aconteceu em janeiro de 1919. No curso de uma greve de metalúrgicos de uma fábrica de Buenos Aires, confrontos entre os piquetes e a polícia resultaram na morte de quatro trabalhadores. Então, a violência espalhou-se pela cidade e, no enterro dos manifestantes assassinados, a polícia abriu fogo contra a multidão, deixando cerca de 20 mortos. Os trabalhadores responderam com uma greve geral maciça, a primeira realizada em Buenos Aires desde 1910. O exército, a polícia e grupos de vigilância lutaram contra os manifestantes nas ruas, matando pelo menos 200, segundo algumas versões (HALL, 2001, p. 319).

Historicamente nos parece que as grandes concentrações grevistas, fossem

---

6 Em sua crítica à sociedade patriarcal, reafirmamos os argumentos de Ginzburg (2012, p. 77-78): “Cargos políticos, lideranças econômicas e posições sociais decisivas, historicamente, ficam de modo geral nas mãos de homens, brancos, heterossexuais, originários de famílias consideradas dignas, de grupos religiosos dominantes, defensores de valores de interesse de seus próprios segmentos sociais. Mulheres, negros, homossexuais, crianças indígenas, todos os que não estiverem na escala preferencial da sociedade patriarcal têm historicamente se subordinado a critérios de configuração de poder”.

no Brasil ou nos demais países da América Latina, sempre apresentaram essa outra faceta; esse outro “corpo” cuja parte coube aos agentes repressores representados sob duplo perfil: corporações militares e milícias organizadas pelos patrões. Em uma reatualização desse processo, as greves mais contemporâneas em nosso país contaram para mais ou para menos com tais componentes, tornando-se, a partir de determinada época, repressão mais organizada, seletiva, e dispondo de mecanismos técnicos e informacionais cada vez mais refinados como substitutivos das célebres “listas negras” das duas primeiras décadas do século passado. Há um conflito de interesses? Nitidamente. Em termos mais específicos, Van Der Linden (2013, p. 203) define greves como formas de luta, coerção e poder que pressupõem um conflito, uma situação de divergência de interesses, na qual uma das partes coloca forte pressão para obter resultados favoráveis para si, para dar reforço a reivindicações econômicas, sociais e/ou políticas de interesse dos trabalhadores diretamente envolvidos e/ou outros. A história das greves desencadeadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba pode ser caracterizada a partir desses princípios, e mais bem visualizada entre meados da década de 1980 e de 1990 em diante:

Sérgio Butka: Em 85, 86 é... foi quando aconteceram as primeiras greves aqui na categoria que a gente assumiu, e nós criamos aí o departamento de imprensa, e quando a gente foi... conseguiu estimular mais, ter mais comunicação com os trabalhadores. Mas lá nos anos 90, nós tínhamos greve praticamente já toda semana. Era uma época de transformação. Nós tivemos muitas prisões, tivemos muitas sequelas, nós tivemos algumas histórias importantes no sindicato, algumas assembleias e greves, às vezes tinha 10, 20 trabalhadores que eram presos, depois nós tínhamos que botar advogado para tirar. Tivemos aí pessoal do Choque batendo em trabalhador, e aí por diante, né. Mas o pessoal que fez história, que não se intimidava (ENTREVISTA, 1/10/2019).

Sérgio reitera no depoimento a dimensão que o policiamento ostensivo e violento reserva para os grevistas. Além da polícia, como se constata, a atitude antissindical das grandes multinacionais é também um dos grandes desafios a ser superado no momento das paralisações:

Sim, são grandes multinacionais. A Volvo sempre fez um trabalho antissindical. Ela sempre pregava uma coisa, mas em tudo dizia outra. Foi sempre a grande mentora das ações antissindicais na nossa categoria e contra o sindicato. Em todas transformações e as propostas, a gente teve maior dificuldade. E dentro do perfil de montadora é a Volkswagen. Eu acho que é a empresa que a gente mais fez greve na categoria. Se pegarmos todos os dias de greve que nós já paramos na Volkswagen, deu mais de cem meses de parada. A última foi 40 dias, numa greve somente (ENTREVISTA, 21/10/2019).

Na década de 1980, a motivação para as greves da categoria eram as frequentes perdas salariais relacionadas aos altos índices inflacionários. Roberto Eltermann debutou como grevista nesse contexto, ajudando a organizar uma paralisação de grandes dimensões no ano de 1986. Em 1º de julho, metalúrgicos da extinta Müller Irmãos e da Equitel, em número superior a 600 fizeram as máquinas parar: “Inflação muito alta nos anos 80. O Sarney na época era o Sarney. Nós fazíamos assembleia, 5 a 6 assembleias de negociação por dia! ” (ENTREVISTA, 20/11/2019). Eltermann, igualmente, chama a atenção para o protagonismo das mulheres metalúrgicas no comando das greves:

Interessante isso, porque na época daquelas empresas lá, seu departamento pessoal era feminino e o resto era só os homens, na área de indústria não tinha nem oportunidade de mulher trabalhar, era torneiro, ferro pesado e coisa e no sindicato também. No começo era assim, mas depois na área feminina, que você começou o trabalho mais com mulheres, tivemos comando de greves. Aqui tem a primeira greve em 86, já foi na Equitel, só mulheres, foi o forte da greve. Müller Irmãos era só homens, não tinha mulher na época, Müller Irmãos era só homem. Greve grande, com mais de 600 trabalhadores. Equitel praticamente 50% já era mulheres. Depois veio... também, nesse período, logo em seguida veio da greve da Alps, que era só mulheres (ENTREVISTA, 20/11/2019).

Há uma coincidência entre os relatos de Eltermann e Diva Lima da Silva sobre os abusos e assédios cometidos pela multinacional Alps do Brasil (citada no relato acima) no tratamento às trabalhadoras metalúrgicas. Eltermann lembra que esta multinacional japonesa da área de eletroeletrônicos recrutava moças de 14 anos cuja incumbência era o trabalho sistemático de produzir componentes com os dedos enrolados para não causar ferimentos. Já Diva Lima da Silva rememora um quadro lastimável e indigno de violência simbólica e física contra trabalhadoras, gerando denúncias que foram abafadas do público e assim mesmo, desencadearam as greves:

Diva Lima da Silva: E dentro do Sindicato, me lembro da Alps do Brasil, aquela empresa... com maior número de mulher. Para a gente conseguir avançar e organizar aquelas meninas, não foi fácil. Era a maioria menores... mas eles operavam muito aquelas prensinhas que é extremamente perigosa. Tinha muita discriminação, quando alguém levava uma advertência era... tinha que usar uma tarja de uma cor, quando... O entrevistador interrompe a memorialista e pergunta, atônito: Não diga! Ficar marcada?!

Diva: Sim! Gravíssimo, gravíssimo, gente do céu. Sim, fita vermelha, menstruação. A gente ficou sabendo até que tinha tráfico de mulheres... era uma empresa japonesa, a gente não conseguiu comprovar, mas a gente foi para cima. Mulheres e menores. Aquelas meninas assim que, talvez vou pular uma etapa ali, mas eu preciso contar sobre isso. Tão menores e tão inconsequente...vamos chamar assim de falta de... talvez de orientação? Não sei... avoadinhas, mas estavam ali trabalhando para levar seu pão. Talvez eu estou usando um termo ruim para elas,

mas eu não sei definir bem qual era, qual termo que eu devo usar pra esse tipo de coisa, eu posso fazer isso ou não posso. Então, chegava um dia que as meninas...teve uma menina lá que falou: “ó, eu não tô bem, quero ir para casa”, isso e aquilo, e o chefe não deixou. Essa menina foi até perto da portaria, tentando pular a cerca, o guarda não meteu bala nessa menina!?” (ENTREVISTA, 16/12/2019).

O papel das trabalhadoras foi especialmente exaltado pelo presidente Sérgio Butka, enquanto a mulher metalúrgica é amplamente reconhecida como sendo agente promotora de uma espécie de “cultura da greve”:

Historicamente nos primeiros momentos de transformação, nós tivemos um público feminino que fez uma grande diferença nas mobilizações da categoria. Porque toda essa.... Esse setor eletroeletrônico, nós tínhamos um público feminino. E foi onde a gente fez diversas greves que foram as mulheres que puxaram. Então a gente tem uma relação muito grande com as mulheres e, pela.... Pelos problemas serem muito parecidos que são hoje. Salários menores, condições piores, assédio moral, assédio sexual, e aí por diante. A história da mulher na nossa categoria é muito forte. Ela é muito forte. Então, muitas vezes até para ela participar das mobilizações, das organizações do sindicato tem mais dificuldade, nós temos aí um número muito bom de mulheres, eu diria que não é a quantidade... Mas é gente muito preparada, voltada para esse, pra essas questões que são intermináveis. Então, as mulheres elas foram referência (ENTREVISTA, 21/10/2019).

Pesquisadores da história dos movimentos de trabalhadores tendem a sugerir estágios de desenvolvimento de uma greve. É o caso de Marcel Van Der Linden, que parte do pressuposto sobre a existência de quatro estágios marcados pelo início e fim de uma greve: 1) mobilização; 2) preparação; 3) paralisação; 4) desmobilização. Ao nosso olhar, há movimentos dentro desses quatro estágios que podem estar não somente associados, mas devem ser acelerados para que se mantenha certo fervor de adesão à greve, como é o caso da preparação e da mobilização, não raras vezes, identificados como movimentos que representam um só estágio. Uma das greves mais bem-sucedidas dos metalúrgicos, e que parece ter absorvido os quatro estágios sugeridos por Van Der Linden, foi a greve desencadeada na Volkswagen no ano de 2004. O metalúrgico Jamil D’Ávila esteve atuando como um dos organizadores dessa greve, e além de rememorar com exatidão o histórico de greves relacionadas à Volkswagen, concede especial atenção ao ano de 2004:

De [19]99 até 2011, apenas no ano de 2002 e 2003 nós não tivemos greve na Volkswagen e também acho que no ano de 2007, depois todos os outros

anos nós tivemos greves na Volkswagen, certo. A mais longa foi a última que nós fizemos em 2011, que foram 37 dias de greve. E daí uma das greves que nos marcou, foi a greve de 2004. A greve de 2004, nós fizemos uma greve em duas etapas. Nós fizemos uma greve de quatro dias e nesta greve nós estávamos reivindicando o fim do banco de horas da Volkswagen e a jornada de 40 horas semanais, e aí a Volks ajuizou também a greve, e eu lembro que marcado a audiência no TRT ali na Vicente Machado, nós convocamos os trabalhadores para ir assistir a audiência e lotamos o plenário do TRT é... nesse julgamento. E aí, os desembargadores, claro, na hora de fazer o pronunciamento, todos eles querendo, de certa forma, fazer um pouco de moral com os trabalhadores que estavam lá no auditório. E aí, concederam tudo que a gente havia pedido, o TRT concedeu tudo que estava na nossa pauta, considerou a greve legal e realmente a gente respeitou os prazos e tal. Só que aí, quando a gente volta para a fábrica, inclusive tem uma foto lá, tinha lá no sindicato, estava ali no.... no saguão, mas vocês vão encontrar uma foto...que tem uma foto que nós estamos no caminhão de som, e tem uma faixa na frente do caminhão de som escrito assim “Fim do Banco de Horas”. E aí nós colocamos aquele caminhão de som atravessado na Vicente Machado, bloqueamos a Vicente Machado e fizemos ali uma festa, digamos, na Vicente Machado é... em pleno dia útil da semana, comemorando a decisão do TRT (ENTREVISTA, 06/11/2019).

Note-se que podemos extrair do depoimento de Jamil alguns indícios sobre as etapas nas quais ocorreu a greve. Assim como, está marcada com clareza a posição da categoria com referência àquilo que é reivindicado, como sendo momentos de preparação e mobilização que antecedem à paralisação. Tanto legítimo o movimento que a própria montadora multinacional, segundo as palavras de Jamil, também “ajuizou a greve”. E a desmobilização, quando do julgamento da legalidade pelo TRT, foi um processo que ocorreu em meio à comemoração pelo desfecho favorável ao movimento. Convém lembrar que o impacto de uma greve como instrumento de luta e reivindicação, aludindo ao título deste segmento, pode acontecer envolvendo empresas de menores dimensões e formatos produtivos em relação ao poder político e de barganha de uma multinacional expressiva do ramo automobilístico. Portanto, não devemos nos iludir com o fato de que grandes movimentos grevistas somente são disparados contra grandes empregadores em termos de alcance econômico e influência sobre o Estado. Esse argumento, pouco sustentável, não coincide com a experiência desenvolvida pelo Sindicato dos Metalúrgicos. Ao menos, em referência ao número de dias seguidos de paralisação, nenhuma greve dos metalúrgicos de Curitiba pode ser comparada ao movimento disparado entre 2013 e 2014 contra a Maringá Soldas: “Agora, aqui no Sindicato, eu fui um dos coordenadores, digamos, da maior greve que teve aqui da nossa categoria e que não foi em uma grande empresa, foi em uma empresa pequena, Maringá Soldas. Nós tivemos uma greve de 52 dias, ali.” (Jamil D’Ávila, Entrevista, 06/11/2019). Na faixa de 100 trabalhadores, a empresa tem mais de meio século no mercado, e é tradicional fabricante de blocos

para motores, e, à época, acabou sendo necessária a intervenção do presidente Sérgio Butka na negociação com a diretoria da empresa para colocar um termo ao movimento. Durante o período de paralisação nenhuma peça sequer foi produzida, e ambos os lados, trabalhadores e empresa, mostraram-se irredutíveis quanto a concessões ou aberturas no debate sobre as reposições salariais devidas. É sensato observar, portanto, que uma greve dessas dimensões comprova a capacidade de os trabalhadores gerarem um potencial de coesão que, muitas vezes, era desconhecido até pelos diretamente comprometidos com o movimento. Uma greve de trinta, quarenta ou cinquenta dias, configura-se como resposta das mais radicais (ainda que possa parecer não das mais eficazes), porque guarda relação com o alcance de repercussões sobre uma ou mais cadeias produtivas dependentes. Seguindo o raciocínio de Marcel Van Der Linden, em alguns movimentos grevistas, é o próprio sistema econômico hegemônico que se vê abalado quanto às consequências comerciais e às ramificações estabelecidas com fornecedores e clientes, demonstrando, cabalmente, a capacidade de trabalhadores de uma mesma categoria em desestabilizar uma ordem capitalista circunscrita a determinado segmento econômico. Afinal de contas, como lembra Wolfgang Haug (2001, p. 70), o capitalismo funciona também, e principalmente, por mecanismos de sedução estetizando mercadorias; e necessita radicalmente do mundo das aparências. Um movimento contrário a esse simulacro age como “detector social de mentiras”. Uma greve, uma denúncia de assédio, de violência, ou de más condições de trabalho, propendem a uma resistência localizada ao mundo do capital, e resultam em um impulso de negação do trabalhador contra àqueles que violentam sua autonomia relativa e direitos legitimamente conquistados.

## O futuro do sindicalismo

Toda conjuntura capitalista onde há acréscimo de desocupação laboral, naturalmente, dificulta a política organizacional dos sindicatos. Nas últimas três ou quatro décadas, a reestruturação produtiva do capital, acompanhada de medidas agressivas de flexibilização, terceirização, e reformas trabalhistas especialmente danosas para o mundo do trabalho levou especialistas a questionarem pelo futuro, o formato, o alcance e as composições possíveis do sindicalismo. Parte dos estudiosos em sociologia do trabalho no Brasil, expressa fundamentalmente preocupação e críticas aos programas socioeconômicos que revestem deliberadamente sua ideologia de algo chamado “liofilização” da classe trabalhadora, onde imperam modalidades cada vez mais restritivas de direitos, e, conseqüentemente, fazem surgir o que Ricardo Antunes identificou como nova morfologia do trabalho. Neste sentido, a liofilização corresponde a um processo contínuo de desidratação das relações de trabalho, e, por conseguinte, atinge em graus desiguais os mecanismos formais de defesa do trabalhador, destruindo direitos alcançados, e reverberando, pelo menos, em três realidades complementares: 1) aumento do desemprego

formal e explosão sem precedentes da informalização da mão de obra; 2) acréscimo progressivo de contingentes de trabalhadores alocados no inseguro setor terciário, tendo em conta a primazia das políticas de “financeirização” e privatização da economia, em prejuízo das estruturas produtivas de bens de consumo duráveis e bens de capital, e de manutenção ou estabilidade de empregos; 3) neutralização contínua da capacidade de os sindicatos repercutirem as principais demandas e expectativas dos inúmeros segmentos produtivos, com a inevitável redução do potencial reivindicatório, por exemplo, em torno a salários, direitos sociais e previdenciários. Assim, tanto os pesquisadores quanto os dirigentes sindicais parecem chegar à conclusão de que o contexto atual aponta para uma reflexão que deve ser construída com realismo e serenidade, seguida de ações que determinem estimativas sobre qual o futuro aguarda o sindicalismo brasileiro e global.

As preocupações com esse quadro histórico não passam incólumes pelo debate que se desenvolve no Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba, sobretudo porque nos últimos anos as estatísticas do Sindicato sinalizam para baixos índices de adesão, reflexo, sem qualquer dúvida, da expansão das formas de liofilização descritas. O futuro do sindicalismo está sujeito, pois, a muitas variáveis que em certos casos independem de interpretação e domínio pleno por parte dos sindicatos, e, a um só tempo, dizem respeito diretamente a eles.

Sérgio Butka prevê a médio prazo que, para sobreviverem, muitos sindicatos tendam a adotar o modelo norte-americano de sindicalismo, ou, em outra linguagem, os modelos de organização sindical venham a converter tais associações em “sindicatos amarelos”. O termo designa os sindicatos heterônomos que nunca ou raramente organizam greves; e concebidos por empregadores ou por instituições que trabalham a seu favor, com o objetivo de manter a “paz industrial” e funcionando a partir de padrões conciliatórios. De acordo com Marcel Van Der Linden, esses pseudosindicatos são conhecidos por sindicatos amarelos e sua criação remonta às décadas de 1920 e 1930 nos Estados Unidos. Também são denominados “sindicatos de empresa”, e operam através de organizações criadas por multinacionais norte-americanas nos países em desenvolvimento (VAN DER LINDEN, 2013, p. 253). Ao par dessa possibilidade que resultaria em graves prejuízos ao movimento sindical, no depoimento de Sérgio Butka foi visualizado um horizonte de crise que se aprofundou nos últimos quatro anos:

Por isso que eu digo. O movimento sindical, 90% dele, ele vai se acabar. Se vier a pluralidade americana, que é o que o governo quer, e que os americanos querem, vai acabar. Porque nós não estamos preparados para isso. Nós, na nossa categoria, vamos ficar com um terço dela. Uma avaliação minha, crua. Vamos ficar com um terço, esses 20, 25 mil trabalhadores... O resto nós vamos ter dificuldade. Até recuperar isso de novo, vai ser longo prazo. Essa crise recente de quatro anos atrás, onde nós tínhamos aí perto de 80 mil trabalhadores na categoria, caímos para 60 mil trabalhadores em seis meses. Desemprego mesmo, desemprego mesmo. Se pegar as mon-

tadoras que demitiram, as autopeças que demitiram, todas empresas demitiram. E como a economia não cresceu e continua estagnada, nós continuamos com um número de trabalhadores inferior à capacidade que nós temos das empresas hoje no Paraná (ENTREVISTA, 21/10/2019).

Outro quadro pouco otimista e que distingue as relações de poder contemporâneas diz respeito às formas regressivas de política que, direta ou indiretamente, replicam no mundo dos trabalhadores e dos sindicatos. O ocidente passa por um processo político de “direitização” ideológica que se expande globalmente e ramifica-se nas instituições que outrora agiam como salvaguarda democrática. É um processo de tal complexidade que está longe de ser suficientemente compreendido. Nossas reservas de solidariedade, como argumentou recentemente Oliver Nachtwey, parecem esgotadas porque estamos mergulhados em uma espécie de “progressiva modernização regressiva” que encampa o abalo sofrido na autoimagem das sociedades ocidentais, onde, “no âmbito público e político; além de um ódio descarado, sentimentos perigosos, fantasias de violência e mesmo desejos de morte são pronunciados levemente” (NACHTWEY, 2019, p. 215). Nessa perspectiva, devemos entender o avanço da direita no mundo fora dos padrões convencionais de demanda eleitoral que estimulavam alinhamentos partidários baseados tão somente na lealdade a um programa. Na última década, o efeito de contágio da direita deveu muito ao uso massivo das oportunidades ofertadas pela cultura de massa digital, e que burlam facilmente marcos legais, quando estes existem, ao romperem, por assim dizer, a institucionalidade tradicional da política, instaurando o que Pippa Norris definiu como a “política do ressentimento”. Por intermédio de uma narrativa vulgar e de senso comum, intelectualmente obtusa e deliberadamente cruel sobre as realidades sociais, o crescente apoio a uma direita radical e fundamentalista, agora encorpado com o novo ingrediente neoliberal, expressaria, essencialmente, o protesto negativo contra um determinado *status quo* progressista, mais igualitário e plural. Por conseguinte, este ressentimento constitui um indicador do desencanto político em relação à política democrática (NORRIS, p. 193). É este ressentimento que encontra capilaridade em todos os estratos sociais uma das situações a ser vencida e superada à custa de um empenho ativista que desperte novas simbolizações sobre o campo da política sindical, principalmente:

Sérgio Butka: As coisas estão mudando a nível mundial... Essa tendência de direita aí a nível mundial... Estive conversando com o pessoal da delegação belga agora aí recentemente, até sueca, que é um modelo diferente. De que lá também está se mudando isso. E as tendências de direita têm crescido nos parlamentos suecos, nos parlamentos belgas, franceses. Então existe uma direita se organizando a nível mundial. E... Tem aí, tem um ditado do nosso jurídico que diz, nosso assessor jurídico, que para as empresas, o trabalhador tem que ganhar só para comer, porque a hora que ele ganhar mais que para comer, ele começa a pensar. E aí a hora que ele começa a pensar, ele cria mais resistência para as empresas.

Essa é a realidade mundial. As pessoas pensam assim. A política das empresas é assim, para dar o mínimo. Se ele tiver mais do que isso, ele vai pensar diferente, e aí vai criar uma resistência (ENTREVISTA, 21/10/2019).

Se as análises de Sérgio Butka situam no futuro imediato uma presença minoritária das entidades sindicais dentro da realidade de negação da política e intensificação de um imaginário que radicaliza o discurso extremista, uma das indagações seria: como sobreviver? O “novo” sindicato exigiria uma estrutura orgânica robusta alicerçada na experiência militante centenária do SMC, congregando trabalhadores estáveis e informais, e que dialogasse permanentemente com o acervo simbólico de lutas pretéritas funcionando como aprendizado para o presente. E talvez toda a reflexão contida nesse texto possa ser vista como contribuição apontando para a dinâmica passado/presente e que, nas palavras de Iraci Borges, deve “passar para o futuro”:

Iraci Borges: Agora, em relação ao futuro, eu quero te dizer uma coisa: eu advoguei para muitas entidades sindicais, ainda advogo para algumas, mas se com toda essa crise e todo esse ímpeto que o Governo Bolsonaro tem de querer acabar com o movimento sindical - porque ele disse isso textualmente, né, de querer acabar com o movimento sindical -, alguém vai sobreviver é esse sindicato. Eu não coloco a mesma fé em outros congêneres. E não sou eu só que digo isso, mas o presidente da Confederação, que é o presidente dos Metalúrgicos de São Paulo, o Miguel, ele disse, em seu pronunciamento na última posse da diretoria, que esse sindicato é um dos que vai sobreviver e vai passar para o futuro. E fez isso porque sempre se preocupou em se atualizar, sempre se preocupou em não levar o trabalho sindical no oba-oba. Os nossos dirigentes, eles trabalham muito, muito! Se você pegar o pessoal da imprensa e conversar, vocês vão ver que nós temos problema com a imprensa, tivemos reclamação trabalhista na imprensa, porque o nosso expediente começa 4h30/5h da manhã aqui. Nosso expediente é na porta da fábrica, não é na sede. Então, nós fomos o sindicato que acordou para aquilo que o futuro nos reservava e é um sindicato querido pelos trabalhadores e invejado pelos de outras categorias. É um sindicato que o trabalho que ele faz é um trabalho palpável para o trabalhador. Nós nos preparamos para isso, mas nos preparamos para ter o trabalhador junto. Não é um sindicato que poupou dinheiro, que construiu, que fez e esqueceu o trabalhador (ENTREVISTA, 10/12/2019).

A frase “Nós nos preparamos para isso” presente no depoimento de Iraci, implica ser compreendida no âmbito de algumas estratégias empregadas pelo SMC para qualificação dos seus quadros, sobretudo, à espera de uma reforma sindical

que possa vir a enfraquecê-lo perante o Estado e as empresas. Jamil D'Ávila se posiciona da seguinte forma:

Agora, no meu ponto de vista, tendo a Reforma Sindical, vão ficar dois tipos de sindicato: o sindicato atuante e o sindicato que as empresas querem. Porque esses sindicatos, como eu citei aqui, sindicato que alega que não vai fazer greve, esses sindicatos vão continuar existindo, porque as empresas têm interesse em manter esses sindicatos porque então a empresa força os trabalhadores a aceitar aquele sindicato, entendeu? Então esses continuam existindo. Agora se abrir a pluralidade sindical, aí não, aí a tendência é mudar porque daí pode se criar outro sindicato nas bases e aí se os trabalhadores realmente decidirem que querem um outro sindicato mais atuante, de repente pode até acabar esses sindicatos aí ou pelo menos reduzir o poder deles (ENTREVISTA, 06/11/2019).

A sociologia do trabalho no Brasil, ao discutir o futuro do sindicalismo, situa há praticamente duas décadas uma crise que envolve os modelos sindicais em face dos modelos de produtividade frequentemente mutáveis assumidos pelo capitalismo. Segundo Antunes, são equivocadas as teses que afirmam que os sindicatos se mantêm como sempre se mantiveram, ou que perderam o seu sentido. Os sindicatos encontram-se em uma fase que os obriga a se redesenhar, ou se (re) conceber (ANTUNES, 2003, p. 68-69). Sob a compreensão de que a classe trabalhadora, hoje, é uma classe cada vez mais vivendo sob a informalidade, haveria a necessidade de os sindicatos ampliar sua dimensão de representantes, tendo como primeiro desafio imprescindível “romper a barreira social entre trabalhadores estáveis e trabalhadores terceirizados, isto é, instáveis, para não falarmos dos desempregados” (ANTUNES, 2003, p. 69), para que a luta social por direitos, ou pela manutenção de direitos, não se distancie da luta política, mas ambas encontrem uma relação simbiótica para fazer frente ao futuro.

## Entrevistas

Diva Lima da Silva. Entrevista realizada por Marcos Gonçalves e Roseli Boschilia no dia 16 de dezembro de 2019. Duração: 1H56m27s. Local: Sede do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC), Av. Getúlio Vargas, 3692 – Vila Izabel, Curitiba/Pr.

Iraci da Silva Borges. Entrevista realizada por Marcos Gonçalves e Gabriel Brum Perin no dia 10 de dezembro de 2019. Duração: 1H32m14s. Local: Sede do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC), Av. Getúlio Vargas, 3692 – Vila Izabel, Curitiba/Pr.

Jamil D'Ávila. Entrevista realizada por Marcos Gonçalves, Amanda Pfitzner Cabral, Francisco Vitelli e Gabriel Brum Perin no dia 06 de novembro de 2019. Duração: 1H46m19s. Local: Sede do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC), Av. Getúlio Vargas, 3692 – Vila Izabel, Curitiba/Pr.

Roberto Eduardo Eltermann. Entrevista realizada por Marcos Gonçalves, Roseli Boschilia, Gabriel Brum Perin, Francisco Vitelli e Letícia Bail no dia 20 de novembro de 2019. Duração: 2H02m24s. Local: Sede do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC), Av. Getúlio Vargas, 3692 – Vila Izabel, Curitiba/Pr.

Sérgio Butka. Entrevista realizada por Marcos Gonçalves, Gabriel Brum Perin e Ádila Fernandes no dia 21 de outubro de 2019. Duração: 1H28m46s. Local: Sede do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC), Av. Vargas, 3692 – Vila Izabel, Curitiba/Pr.

## Referências

ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: SEVCENKO, Nicolau. (Org.). **História da Vida Privada no Brasil 3 – República: da Belle Époque à Era do Rádio**. 8ª Reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 215-287.

ANSART, Pierre. **A gestão das paixões políticas**. Trad. Jacy Seixas. Curitiba: Editora da UFPR, 2019.

ANTUNES, Ricardo et al. **Sindicatos, cooperativas e socialismo**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003.

ANTUNES, Ricardo. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviço na era digital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

BALANDIER, Georges. **A desordem: elogio do movimento**. Trad. Suzana Martins. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 14ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CONCLAT. **1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora**. São Paulo: Centro de Informação, Documentação e Análise Sindical, 1981.

GANZ, Marshall. **Resources and Resourcefulness: Strategic Capacity in the Unionization**

of California Agriculture. **American Journal of Sociology**, number 105, 1999-2000, p. 1003-1062.

GINZBURG, Jaime. **Literatura, violência e melancolia**. Campinas: Autores Associados, 2012.

HALL, Michael M. A classe trabalhadora urbana e os primeiros movimentos trabalhistas na América Latina, 1880-1930. In: BETHELL, Leslie. (Org.). **História da América Latina – Volume IV – De 1870 a 1930**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p. 283-327.

HAUG, Wolfgang Fritz. **Crítica da estética da mercadoria**. Trad. Erlon José Paschoal. São Paulo: UNESP, 1997.

NAGASAVA, Heliene Chaves. **O sindicato que a ditadura queria: o Ministério do Trabalho no governo Castelo Branco (1964-1967)**. Dissertação de Mestrado em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2015, 202 páginas.

NACHTWEY, Oliver. Descivilização – Sobre tendências regressivas nas sociedades ocidentais. In: APPADURAI, Arjun. **A grande regressão: um debate internacional sobre os novos populismos – e como enfrenta-los**. São Paulo: Estação Liberdade, 2019, p. 215-232.

NORRIS, Pippa. **Derecha Radical: Votantes y partidos políticos em el mercado electoral**. Madrid: Ediciones Akal, 2009.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. Trad. Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

RODRIGUES, Edgar. **História do movimento anarquista no Brasil**. Piracicaba: Ateneu Diego Giménez, 2010.

THOMSON, Alistair. Histórias (co) movedoras: História oral e estudos de migração. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 341-364, 2002.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa – volume I: A árvore da liberdade**. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

THOMPSON, Edward Palmer. **Historia Social, Valencia**, vol. 10, primavera-verano 1991, p. 27-32.

VAN DER LINDEN, Marcel. **Trabalhadores do mundo. Ensaios para uma história global do trabalho**. Trad. Patricia de Queiroz Carvalho Zimbres. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

▣ *Capítulo 2* ▣  
*Saúde, dinheiro e assédio*  
*nos desenhos do “A Voz do Metalúrgico”*  
*(1986-2020)*

Rodrigo Rodrigues Tavares<sup>1</sup>

O jornal *A Voz do Metalúrgico* completa, em 2020, 35 anos de história, defendendo o interesse dos trabalhadores metalúrgicos da grande Curitiba, categoria cada vez mais importante com a expansão do parque automotivo na região. Durante esse percurso, o periódico publicou centenas de desenhos dos mais diversos tipos: charges, caricaturas, histórias em quadrinhos e ilustrações para notícias. Esse conjunto de imagens forma um painel que conta parte da história desse jornal, e dos anseios, reivindicações, ideias e problemas da categoria. Essa iconografia permite um passeio por essas quase 4 décadas de história, permeada de desenhos de nomes como Laerte Coutinho (1951), Carlos Alberto Novinski (1965-2015), Vitor Teixeira (1988), Gilmar Luiz Tatsch (1969), o Tacho, e Carlos Myrria, entre outros.

Os metalúrgicos têm uma tradição de uso de ilustrações em seus jornais a partir da Ditadura Militar (1964-1985), inclusive com a criação de personagens específicos que fazem parte do imaginário da categoria. Henrique de Souza Filho, o Henfil (1944-1988), desenhou para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Jose do Rio Preto o “Dito Bronca” em 1979, cujo nome derivava dos muitos Beneditos presentes no parque fabril somada à “Bronca” a ser dada pelo personagem devido à exploração sofrida. O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC tinha o João Ferrador, criado em 1972 por Laerte Coutinho e pelo chargista Otávio a partir de uma ideia do jornalista Antonio Carlos Felix Nunes para o Tribuna Metalúrgica. Já o Zé Protesto, da mesma época, ganhou vida na imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, entre tantos outros personagens.

Fazendo apenas esse recorte de uma categoria e um período específicos, metalúrgicos e ditadura militar, respectivamente, já é possível localizar uma produção gráfica robusta

---

<sup>1</sup> Professor associado do Departamento de História e membro do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Agradeço os historiadores Flávio de Freitas Pannuti e Sérgio Heuko pelas contribuições feitas ao texto.

de desenhos, produção praticamente ignorada pela historiografia. Se para uma história mais conservadora, a classe operária não deve estar presente senão como força de trabalho ou como ingênua e objeto de manipulação populista, também em uma historiografia voltada para as classes populares esse amplo espectro iconográfico fica relegado a segundo plano.

Trabalhos de pesquisa robustos, com ampla recuperação do jornalismo das classes populares, dos sindicatos, dos partidos/movimentos políticos efêmeros ignoram por completo a presença muitas vezes abundante de caricaturas, charges e ilustrações, como se o texto escrito tivesse primazia, para não dizer exclusividade, como fonte para o conhecimento legítimo da história do movimento operário.

Discussões teóricas são esmuiçadas, enquanto as imagens, desenhos e fotografias, são vistas como mera ilustração de um conhecimento já expresso pelo texto, ou, por serem permeadas pelo humor e/ou pela combatividade, vistas como fontes carentes de profundidade, meras simplificações para consumo efêmero dos trabalhadores.

Elencamos acima alguns dos artistas do traço que permearam essa imprensa operária. No entanto, o recorte é muito recente cronologicamente, e todos os citados tiveram participação posterior ou concomitante em jornais da grande imprensa, o que ajudou a garantir a autoria e a recuperação de sua obra. Se a história gráfica do Brasil ainda está por ser feita, a história gráfica dos classes populares, englobando o jornalismo, mas não só, é um dos temas prementes por serem escritos e vistos. Especificamente os desenhistas dos jornais operários, desde a virada do século, são uma quase incógnita para a historiografia.

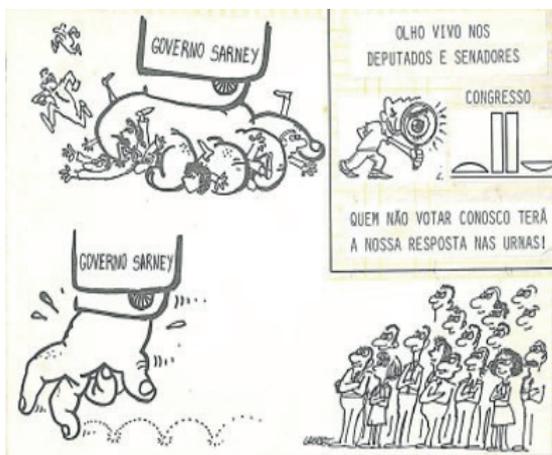
Com relação ao *A Voz do Metalúrgico*, inicialmente, é um boletim quase artesanal impresso em página A4, com a diagramação feita com base no recorte e cola de textos e ilustrações P/B em um boneco para posterior impressão em grande tiragem. Com o tempo, transforma-se em um jornal de produção industrial, de grande formato, colorido, com abundância de fotos, desenhos coloridos, gráficos e impressão profissional.

O acervo disponível do *A Voz do Metalúrgico* é bastante abrangente, mas incompleto, com ausência de exemplares no biênio 1992-1993. Além da edição principal, o periódico possuía diversas tiragens menores voltadas para fábricas e/ou temas específicos, nem todos disponíveis. Ainda assim, o acervo permite um panorama de alguns aspectos desses 35 anos de história.

O primeiro a chamar atenção nesta série é a ausência de políticos representados, com predomínio quase absoluto de personagens de chão de fábrica. Desde 1986, foram eleitos presidentes, governadores, prefeitos, deputados etc., mas a frequência deles nos desenhos do jornal é muito pequena. O foco são as relações de trabalho e o cotidiano dos metalúrgicos.



A Voz do Metalúrgico. Curitiba, agosto de 2011.



A Voz do Metalúrgico. Curitiba, 20 de janeiro de 1989.

A primeira referência encontrada a um governo em particular é uma única citação ao presidente José Sarney (1985 – 1990), quando uma mão gigante nomeada José Sarney amassa personagens populares, que, num segundo momento, unidos, colocam a mão para correr em 20 de janeiro de 1989.

Só em 2011 voltamos a localizar presidentes, no caso, a presidenta Dilma Rousseff (2011 – 2016) que aparece em agosto tentando limpar a sujeira de dois vasos sanitários representando a corrupção e volta a aparecer pegando no colo banqueiros em julho de 2014 ao tomar medidas que os beneficiavam..

Já o presidente Michel Temer aparece em um número maior de charges, algo compreensível, tendo em vista o papel proeminente que teve no desmonte de uma legislação trabalhista vigente desde a década de 1940.

Antes mesmo de tornar-se presidente, ao apresentar um conjunto de propostas intitulada a “Ponte para o futuro”, Temer já ocupa a capa do jornal em 11 de abril de 2016 em um desenho que mostra trabalhadores no meio de uma ponte que desembocava em uma enorme goela aberta, de aparência demoníaca.

Michel Temer aparece ainda em 1º de junho de 2016, moendo o trabalhador frente a empresários satisfeitos; em 13 de maio de 2016, com os metalúrgicos apontando o caminho do crescimento econômico e do emprego para um pequeno Temer, cuja faixa presidencial claramente está sobrando em seu corpo, crítica sutil à sua pequenez e ilegitimidade em ocupar a presidência; em 22 de novembro de 2016, aparece de maneira monstruosa, atacando os trabalhadores em conjunto com os poderes judiciário e o legislativo; em 23 de janeiro de 2017, oferece um “presente”, a reforma trabalhista, que o jornal denuncia como bomba. A figuração de Michel Temer neste desenho é de pele em azul e orelhas pontudas, como um vampiro, alguém sem sangue e alma. Alguns iludidos trabalhadores com as pupilas dilatadas e olhos arredondados ficam maravilhados com o presente, enquanto o jornal denuncia que a reforma é bomba para o trabalhador. Temer, no entanto, é exceção e fora esses poucos presidentes, localizamos somente o ministro da economia, Rubens Ricupero, o ex-prefeito e governador Jaime Lerner e o governador Beto Richa. Claramente, os políticos são exceções em uma produção tão extensa.



A Voz do Metalúrgico. Curitiba, 22 de novembro de 2016.



A Voz do Metalúrgico. Curitiba, 23 de janeiro de 2017.

Nesse sentido, há dois aspectos importantes a serem destacados: o primeiro é que os inimigos, aqueles que os trabalhadores deveriam combater, estavam prioritariamente no chão da fábrica e não na política propriamente dita; o segundo é que a incidência de políticos no jornal também pode ter relação com a produção de desenhos baseados na coleção de Laerte, como veremos. Se o foco não são os políticos, quais personagens e temas permeiam os desenhos desse jornal?

O primeiro número do *A Voz do Metalúrgico*, de 1986, inaugura uma história impressa de mais de 30 anos. O repertório de desenhos publicados nesse periódico é vasto e aponta bandeiras, lutas e silêncios, além de participar do debate político mais amplo e fabril do país e dos metalúrgicos. Nesse primeiro exemplar vemos os personagens característicos do traço de Laerte Coutinho, claramente utilizado como um esboço para o desenvolvimento dos temas do jornal. O caricaturista é a presença mais frequente nos desenhos do periódico, merecendo destaque.

Laerte produziu mais de 1000 desenhos para a imprensa sindical, criando tipos que poderiam ser utilizados livremente para as mais diversas situações. Em 1986, no mesmo ano de fundação do *A Voz do Metalúrgico*, Laerte publicou no livro *A Ilustração Sindical* uma coletânea de ilustrações impressas em jornais, boletins e revistas de entidades sindicais brasileiras, entre 1977 e 1986.

Esse livro colocava em domínio público todos os desenhos, que podiam ser utilizados no todo ou em parte. A capa do livro continha uma faixa na canto com os dizeres “domínio público: xeroque, recorte e use a vontade”. O livro é dividido em capítulos, cada um criando situações modelo, personagens tipo para serem adaptados de acordo com a necessidade de cada entidade sindical, de cada momento específico da luta,

pois os desenhos de Laerte desempenhavam esse papel, de luta, banindo do domínio público os padrões: “excluem-se do domínio público entidades patronais, instituições governamentais, materiais de disputa eleitoral e publicações que visam fins comerciais”. A utilização pelo A Voz do Metalúrgico estava dentro desses propósitos, à exceção de um desenho publicado em 1987, que mostrava um labirinto e afirmava que a oposição ao sindicato estava perdida com a derrota na eleição do ano anterior.

O livro A Ilustração Sindical foi publicado pela editora Oboré e continha os seguintes capítulos, que formam um catálogo importante das ilustrações presentes também neste jornal: “trabalhadores em vinheta de um só personagem”, “padrões, polícia e soldados”, “problemas e lutas dentro da empresa: chefias, acordos discriminação”, “categorias específicas e problemas nacionais”, “Lutas, passeatas, assembleias, reuniões, greves, unidade, sindicato, organização e vitórias”, “família, problemas de casa, bairro, lazer, esporte e horóscopo”, “histórias em quadrinhos”, “símbolos, marcas, vinhetas de secções e mãos”. Esse conjunto de desenhos foi exclusivamente desenhado à mão, em branco e preto e possui um caráter tipológico, modelar, o que talvez explique, em parte, a quase ausência de representação de políticos no período. Esse conjunto arquetípico de desenhos é fundamental para o desenvolvimento da iconografia do A Voz Metalúrgica.

## CIPA e saúde

Já no exemplar de número 1, os desenhos de Laerte ocupam a página inteira, formando uma espécie de história em quadrinhos. O jornal apresenta uma diagramação ainda incipiente e com os personagens com textos e balões visivelmente colocados *a posteriori*, não havendo padronização do tamanho das fontes, com os balões de diálogos bastante assimétricos (linhas finas e grossas, formato ondulado e retilíneo etc.) e é possível notar que o texto foi colado no balão pelo sombreamento visível na imagem, o que pode ser visto claramente quando do manuseio do jornal original impresso. Um dos balões de diálogo chega a se sobrepor a parte do desenho. Ou seja, os desenhos exemplares de Laerte sendo recortados, colados e completados para atender as demandas específicas do sindicato.

Neste número inicial, o símbolo do sindicato dos metalúrgicos é um monograma, sendo substituído posteriormente por uma engrenagem criada por Laerte, que adquire diferentes utilizações ao longo do período: pode virar o escudo do trabalhador, o espelho da mulher metalúrgica etc. O primeiro personagem desenhado nesta história em quadrinhos está atrás de uma mesa e diz: “O que vocês querem aqui?”. A pergunta já coloca os dois personagens do outro lado da mesa, de maneira arrogante, como inadequados para o espaço, alheios à fábrica e à relação idealizada pelos empresários entre patrão e empregado.



A Voz do Metalúrgico. Curitiba, 1986.n.1

Do ponto de vista dos trabalhadores, o representante do sindicato e o do estado aparecem como interlocutores válidos para uma melhor condição de trabalho ao reivindicarem a instalação da CIPA, Comissão Interna de Prevenção de Acidentes. A caracterização do primeiro personagem é claramente a de um burocrata, também alheio ao ambiente fabril, mas um obstáculo àqueles que defendem o trabalhador. Os óculos usados pelo burocrata não mostram o olhar, marcando sua dissimulação: se já se disse que o olhar é a janela da alma, fica visualmente registrado o seu vazio, ele não é capaz de olhar olho no olho. Essa simbologia do olhar vazio aparece reiteradas vezes, como veremos.

A história em quadrinhos fica marcada pelo impasse inicial (é preciso ter CIPA), a conscientização dos trabalhadores por alguém esclarecido sobre as normas (presumivelmente do sindicato), o meio para atingir o fim (o processo democrático da eleição) e, finalmente, a consciência de classe agindo de maneira determinante quando todos, sorrindo, falam em uníssono "... vamos eleger um cipeiro atuante".

A mesma história em quadrinhos ou parte dela, serve para inúmeras situações: utilizando outros textos nos balões ou mudando a manchete, os desenhos ganham sobrevida e são utilizados em outros contextos, possibilitando apropriação múltipla de um recurso limitado para a imprensa dos trabalhadores, o desenho. Colocação do problema, conscientização do problema, meio de solução do problema e resolução do problema: classe unida. Esquema completamente dentro das intenções de Laerte quando disponibilizou os desenhos, mas uma recriação diversa das histórias em quadrinhos originais. A partir dessa história em quadrinhos inicial, gostaríamos de abordar a questão da CIPA e, de maneira mais abrangente, da saúde dos trabalhadores.

Em 13 de outubro de 1988, uma página inteira do periódico aborda a CIPA, incluindo dois desenhos. No primeiro, sob um fundo do símbolo da Cruz Vermelha, vemos um homem de avental votando em uma urna para eleger o cipeiro, enquanto abaixo, vemos uma tirinha de dois quadros em que um trabalhador vestindo toda uma parafernália que claramente dificulta seu trabalho, ou mesmo impossibilita, escuta do patrão, novamente com olhos vazados, "você está pronto para o trabalho". A roupa, claramente exagerada, faz com que a própria voz do trabalhador seja fraca,

e o suor seja visível mesmo sem estar trabalhando. A resposta do trabalhador é “seria mais fácil melhorar esse ambiente de trabalho”, apontando para máquinas disformes e para a fumaça abundante no ambiente fabril.

Nesse desenho o trabalhador deixa de ser humano para ser um robô, única maneira de se adaptar a um ambiente industrial como aquele. A luta pela melhora do ambiente de trabalho é, também, a luta pela humanização do trabalhador, que precisa de proteção apropriada, mas sem perder seus traços humanos. Os equipamentos de proteção individual apropriados para o trabalho fabril podem ser vistos, depois de muita luta dos metalúrgicos, no desenho publicado em novembro de 2014, por exemplo. Nele, um feliz metalúrgico usa capacete, luva, protetor auricular e óculos.



A Voz do Metalúrgico.  
Curitiba, 1986.n.1



A Voz do Metalúrgico.  
Curitiba, 7 de agosto de 1989.



A Voz do Metalúrgico.  
Curitiba, 13 de outubro de 1988

A Voz do Metalúrgico.  
Curitiba, 20 de junho de 1989



Em 20 de junho de 1989, um empresário com um sorriso forçado bloqueia a porta de acesso ao ambiente fabril, que está prestes a explodir, com fumaça e líquidos tóxicos saindo pela suas frestas. Em 18 de julho de 1995, a personagem da morte, vestida de preto e com sua foice específica, o gadanho, entrega o troféu para um homem na cadeira de rodas. O troféu macabro ocorre porque no Hospital Evangélico de Curitiba os acidentes de trabalho já superavam os acidentes de carro. Em 7 de agosto de 1989, um trabalhador de joelhos e com as mãos em oração pede a uma máquina claramente superaquecida para não explodir e comprometer sua vida, além de temer que sua morte fosse atribuída à sua exclusiva iniciativa, como se fosse um “suicídio”. Em 13 de novembro de 1995, há um desenho para um questão específica da categoria, a surdez: um rosto fica metade humano e metade caveira, após um estrondo. O desenho seguinte na mesma página mostra um empresário escrevendo envergonhado repetidas vezes na lousa como um aluno que não sabe a lição: “melhores condições de trabalho, melhores...” sob o olhar vigilante de um trabalhador que afirma “escreveu não leu o pau comeu”. Em vez da régua, um porrete para as palmadas no patrão desobediente.

Em 11 de maio de 1997, esses desenhos anteriores de humor, com traços particulares de Laerte, dão lugar a uma reprodução realista e médica do braço e antebraço para explicar diversos testes a serem feitos para diagnosticar uma doença que avançava nas fábricas: a Lesão por Esforço Repetitivo - LER. Em 12 de fevereiro de 2013, um trabalhador na linha de montagem multiplica os braços para atender a velocidade da produção, a manchete alerta os trabalhadores da Nilko sobre o aumento dos casos de LER. Na mesma data, uma mesma edição replica o alerta para a fábrica Fermax.

Em 25 de abril de 2005, um trabalhador feliz, com um ambiente de trabalho iluminado, máquina nova e organizada e equipamentos de proteção como luva, calçado, protetor auricular e óculos remete seu bem-estar à CIPA, presente no cartaz ao fundo do ambiente de trabalho. Nesse espaço higienizado, moderno e ideal do trabalhador, não há, inclusive, espaço para o patrão, para o gerente, encarregado etc. Em 5 de dezembro de 2005 aparece uma matéria de página inteira sobre a CIPA e ilustrações são mostradas para destacar seu objetivo. O peso das montadoras na categoria metalúrgica neste período fica bem delimitado, pois elas são citadas em metade dos 6 desenhos: há crítica ao ritmo de trabalho e às lesões como LER e, aparentemente, dores nas costas e braços.

Em 21 de janeiro de 2005, *A Voz do Metalúrgico* informa que a empresa “Bosch se compromete a melhorar as condições de segurança na fábrica” e vemos um desenho de uma mesa de negociação em que, de um lado há o burocrata/patrão e do outro o trabalhador, em um ambiente completamente tomado pela fumaça. O patrão, tossindo muito, reconhece que os trabalhadores têm razão. Em setembro do mesmo ano acontece um encontro de cipeiros, o “Cipão”, e *A Voz do Metalúrgico* dá espaço para diversos personagens unidos, carregando cartazes com os dizeres, “CIPA”, “Saúde”, “bem-estar”, “Prevenção de acidentes”, “Segurança”, entre outros.

Em 25 de agosto de 2006, no exemplar especial destinado à fábrica da Renault, há uma crítica ao plano de saúde da empresa. Um metalúrgico caído no chão e com a perna decepada recebe atendimento precário de uma enfermeira de mau humor. Em 25 de maio de 2006, um trabalhador no centro de um círculo, o que aumenta o caráter repetitivo do processo, se desdobra em várias mãos e pés para dar conta de acionar, apertar e usar todos os equipamentos e ferramentas sob sua responsabilidade.

Um desenho de 29 de março de 2006 mostra o descompasso entre o conjunto de desenhos de Laerte, disponíveis no livro *Ilustração Sindical*, e a realidade específica de parte das fábricas naquele momento. No desenho, dois enfermeiros carregam um trabalhador machucado e o texto que o acompanha afirma “Bosch proíbe ginástica laboral para não prejudicar horário de trabalho.” O desenho claramente faz referência a algum acidente no local de trabalho, com o metalúrgico precisando de substituição imediata e saindo de maca, uma analogia evidente com o futebol, e não a uma lesão crônica, como a LER. No primeiro caso, o maquinário moderno era necessário, no segundo, ele não era suficiente e os trabalhadores demandam ginástica laboral para evitar o surgimento da LER.

Em fevereiro de 2008, no traço de Carlos Noviski, há um empresário sorridente com o símbolo da Volkswagen na cartola e um troféu de ouro representado pelo rosto de um trabalhador rachado, língua de fora e uma chave de boca atravessando os ouvidos. O troféu é o “Lesão 2007”. Vale comparar com o desenho anterior, em que aparece a personagem da morte e o Paraná é o campeão em acidentes de trabalho. Claramente, no passado o risco maior era o de acidente, enquanto o ritmo de trabalho atual caminhava cada vez mais para a exploração intensiva do trabalho, acarretando lesões e problemas crônicos, de diagnóstico mais “invisíveis”, por assim dizer.

Neste desenho de Noviski, o trabalhador também vira um robô, com dois cifrões substituindo os olhos, voltados exclusivamente para o dinheiro e vidrados na hora extra que compromete a sua saúde. Uma mão animalesca, com dedos diabólicos, dá corda nesse robozinho. Na mesma página há 12 pequenas ilustrações mostrando os muitos problemas de saúde ocasionados pela hora extra. Só um deles contempla a questão física propriamente dita, a perda de algum membro por acidente de trabalho, as demais abordam problemas psicológicos como stress, depressão etc. Significativamente, o símbolo da morte aparece em março de 2010, relacionado às questões de saúde e ele é incorporado ao relógio das horas extras, com braços como ponteiros: é o relógio da intensificação do trabalho, que contribui para o desgaste e a chegada da morte do trabalhador, ao contrário de um cenário do passado recente, em que aparentemente era a perda de parte do corpo ou da própria vida que representava o temor.

Em março de 2013, um trabalhador perde o braço e um patrão de chicote na mão afirma “Ritmo alucinante? Imagina! pegue o seu braço e produza”. Ainda que o acidente esteja relatado na charge como uma amputação, é o ritmo de trabalho frenético que causa o acidente.

Há uma mudança de padrão, inicialmente, o ambiente é inapropriado, com gases tóxicos, altas temperaturas, maquinário precário/obsoleto, que compromete a saúde do trabalhador. Com o tempo, os desenhos podem enfatizar questões de saúde específicas de algumas empresas que não atendem as normas, como a Bosch e a Renault, desenhos descritos acima, mas a maior parte dos desenhos mostra ambientes limpos, higienizados, com maquinário moderno, cujo impacto na saúde do trabalhador ainda assim é maléfico, pela intensificação do trabalho, comprometendo o corpo e a mente dos metalúrgicos.

Para efeito de comparação, vale retroceder na cronologia que estamos seguindo para ressaltar o desenho de Laerte sobre a hora extra, publicado em 22 de junho de 1995: a manchete diz que ela é arrocho e mostra um trabalhador com sono batendo ponto e tendo que se equilibrar para pagar moradia, transporte, criação dos filhos, alimentos para a casa etc. Ou seja, a ênfase maior é no salário e não nas doenças advindas da hora extra. Dez anos depois, a intensificação do trabalho é uma questão tão importante que a própria redução da jornada é tema de capa do jornal, com uma serpente da hora

extra esmagando o trabalhador, em desenho de Noviski. Um ambiente de trabalho digno, com um fluxo de produção compatível com o ser humano e com equipamentos adequados é uma demanda importante dos metalúrgicos, talvez tão importante quanto o salário.

## Dinheiro

Além da questão da saúde, um tema fundamental presente nas charges de maneira direta e indireta é o dinheiro. O conflito entre patrões e empregados está colocado nos desenhos do jornal com características próprias. Na tradição marxista da luta de classes, como trabalhadores e os capitalistas estão em polos diametralmente opostos, só a revolução e a destruição do sistema como um todo, ou seja, com a vitória dos trabalhadores sobre os capitalistas é que aqueles encontrariam a redenção, a construção de um mundo mais justo. Recuando um pouco mais na cronologia da história do movimento operário no Brasil, a tradição anarquista também tinha como horizonte a luta dicotômica e uma mudança revolucionária com a destruição do sistema.

No *A Voz do Metalúrgico*, ainda que alguns personagens contêm traços característicos da representação tradicional dos capitalistas na imprensa operária, fraque, cartola, charuto, obesidade etc., eles são denominados predominantemente de patrões. É esta denominação, inclusive, que aparece no livro já citado *Ilustração Sindical*, de Laerte. No capítulo respectivo a esses personagens, o título é “patrões, polícia e soldados”, marcado como estava pelo contexto da repressão da ditadura militar. Ainda que dialoguem com a representação tradicional dos capitalistas, ao serem denominados desta maneira fica estabelecido, inclusive, o objetivo de luta e a relação entre dinheiro, trabalhadores, metalúrgicos e os patrões. Para analisar essa relação, vale fazer um levantamento dos desenhos em que o dinheiro está presente, tentando caracterizar a sua utilização pelo jornal.

Em desenho de 1987, um patrão dá um tapinha nas costas do trabalhador com uma das mãos e diz “fala amigão” enquanto, sorratamente, estica o outro braço e tira notas do bolso do trabalhador, desenho repetido em muitos outros momentos. Em 5 de abril de 1989, trabalhadores e patrões conversam em uma mesa de negociação e estes reclamam que a empresa está a beira da falência, sem dinheiro, justificando assim a impossibilidade de aumento de salário para os operários. No entanto, o trabalhador vai ao banheiro e, ao abrir a porta, é surpreendido por uma avalanche de moedas escondidas.

Em 27 de julho de 1994, a insólita cena de um metalúrgico com um carrinho de compras, lendo um jornal que mancheteava “fique ligado” e complementava apelando para a fiscalização de preços durante o plano real. Um plano que visava acabar com a inflação mas que o título do jornal ressaltava “fiscalize o real” com notas caindo em conjunto com a manchete. Em 14 de setembro de 1994, sob o título “Abono não! Nossas perdas são reais”, o então ministro da Economia Rubens Ricupero comanda um empresário-marionete que dá uma moeda para o trabalhador, sob a justificativa de que “aumento

de salário gera inflação”. Em 25 de setembro de 1994 um patrão gordo de cartola e fraque senta em uma pilha de dinheiro, representado por milhares de moedas e sacos de moedas. Em 1º de agosto de 1995, um obeso patrão dá um maço de notas para um feliz operário que de mãos espalmadas recebe.

Em 15 de agosto de 1995, o trabalhador anda enquanto as notas de dinheiro com asas voam do seu bolso. Em 24 de julho de 1995, um trabalhador segura uma nota de dinheiro na mão, que é cortada com uma tesoura por um patrão. Em 28 de junho, em duas manchetes diferentes, respectivamente, “Cadê o salário?” e “O rato comeu”, vê-se um trabalhador perdendo o salário roubado pelos dedos de um patrão, enquanto abaixo um rato gordo tem um cifrão desenhado na barriga e está comendo em frente a um saco de dinheiro em moedas. Em 13 de março de 1995, em desenho de Noviski, um trabalhador carrega nas costas um patrão, com feições animalizadas de porco, que leva na mão um saco de moedas com um cifrão. O porco/patrão utiliza uma vara de pescar com uma isca, uma nota de dinheiro, que, pela manchete, fica claro que é o real. Em 17 de julho de 1996, um trabalhador mostra os dois bolsos vazios na manchete “dois anos de real: recessão e desemprego.” A nota valorizada de real, que acabou com a inflação, não está presente no bolso do trabalhador.



A Voz do Metalúrgico. Curitiba, dezembro de 1987



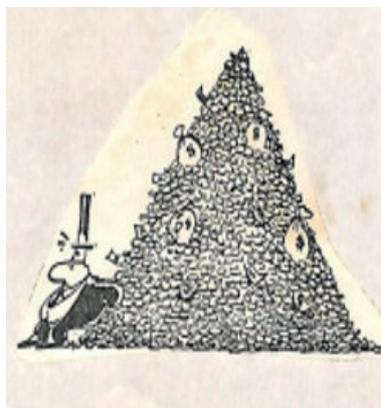
A Voz do Metalúrgico. Curitiba, 17 de julho de 1996



A Voz do Metalúrgico. Curitiba, 24 de junho de 1995



A Voz do Metalúrgico. Curitiba, 13 de março de 1995



A Voz do Metalúrgico. Curitiba, 25 de setembro de 1994.

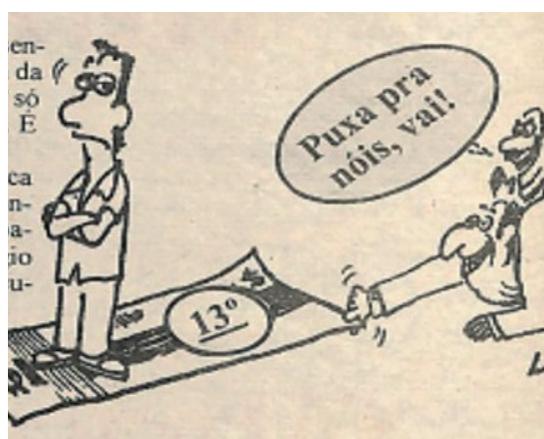


A Voz do Metalúrgico. Curitiba, 15 de agosto de 1995.

Em 2 de setembro de 1996, os patrões vão puxar o tapete do operário. Esse tapete é uma nota de dinheiro que representa a hora extra. Em 19 de março de 2003, um patrão em forma de saco de moedas mostra ironicamente os bolsos vazios, sendo retrucado pelo trabalhador que diz “tadinho dele”. Em 6 de dezembro de 2004, um metalúrgico e uma metalúrgica correm atrás de um patrão, que deixa cair notas, que são dos trabalhadores: “vamos correr atrás do que é nosso”. O patrão corre como um animal, como um quadrúpede, enquanto os trabalhadores, de maneira ativa, buscam o que lhes é de direito.



A Voz do Metalúrgico. Curitiba, 24 de junho de 1995.



A Voz do Metalúrgico. Curitiba, 19 de novembro de 1996.



Voz do Metalúrgico. Curitiba, 1 de abril de 2005.



A Voz do Metalúrgico. Curitiba, 19 de março de 2003.

Já em 24 de novembro de 2004, um trabalhador ergue o punho em triunfo, com o bolso cheio de notas, ante a manchete que o valor do piso salarial aumenta 15%. O mesmo desenho é usado em 15 de fevereiro de 2015 na comemoração por um avanço de 21% da Participação dos Lucros e Resultados – PLR em relação ao ano anterior. Em setembro de 2015, um trabalhador leva um carrinho de mão cheio de notas e algumas poucas moedas e assobia cantarolando uma música, enquanto uma moeda cai desse carrinho de mão, sem causar abalo no trabalhador, que carrega abaixo do braço o jornal

A Voz, presumivelmente a dos metalúrgicos. O mesmo desenho aparece em 16 de maio de 2005, enaltecendo o crescimento da PLR de uma fábrica específica. Em 8 de dezembro de 2005, três trabalhadores de braços cruzados chutam uma moeda oferecida por um obeso e corcunda patrão, negando veementemente a oferta dele. Em 9 de dezembro de 2005, dois patrões torcem literalmente um trabalhador como uma toalha até tirarem as últimas moedas para encher o saco de dinheiro deles, situado logo abaixo do trabalhador. Em 1º de fevereiro de 2005, três patrões em uma mesa de negociação, sentados em sacos de moedas, choram frente a um trabalhador, alegando estarem sem dinheiro.



A Voz do Metalúrgico. Curitiba,  
novembro de 2005

O conjunto extenso de desenhos envolvendo trabalhadores e patrões, a partir de um recorte em que o dinheiro aparece em dois formatos, notas e moedas, é importante para entender a visão de mundo e os objetivos expressos nessas ilustrações. Há um primeiro aspecto a ser levado em consideração: o dinheiro não é demonizado, não é um símbolo unívoco da exploração capitalista, da ganância dos patrões, mas sim um símbolo complexo, que possui sentido diverso, dependendo da classe que o detém. Isso acarreta, inclusive, formato diferente de representação iconográfica. Basicamente, na relação acima, as moedas, em abundância, são dos patrões, enquanto as notas são dos trabalhadores. Essa diferença aparentemente sutil envolve uma gama importante de significados.

O dinheiro do trabalhador fica majoritariamente em notas na mão ou no bolso, enquanto o do patrão fica na barriga, simbolizado pela sua obesidade, ou nas nádegas, numa acumulação deformante, quando o patrão está reiteradamente sentado em um saco de moedas ou numa pilha delas. O patrão abocanha o resultado do trabalho, do esforço alheio, engordando, sem contribuir com o esforço físico de gerar riqueza. Uma repartição justa do dinheiro não deixaria os patrões obesos, mas eles entesouram o dinheiro, o lucro, simbolicamente, na barriga, ou sentando em moedas ou sacos de moeda. A moeda aqui, claramente, faz referência a excrementos, é como se os patrões, ao não contribuírem com a construção do mundo material, via trabalho físico, chafurdassem nos próprios excrementos, que é o que representa o dinheiro, após a apropriação do trabalho alheio:

fica estabelecido um percurso, exploração do trabalho-obesidade-evacuação-moedas e também um trinômio comida/poder/dinheiro. Daí as moedas estarem frequentemente próximas das nádegas dos patrões. Ao sentarem nelas, eventualmente dentro de sacos, os patrões também reforçam a injustiça da situação, pois eles não vão manipular esse dinheiro, não vão utilizá-lo, servindo apenas para o inútil acúmulo. Patrão acumula, não reparte, não faz o dinheiro circular, entesoura. Quando o dinheiro está na mão dos patrões, está dentro de saco, difícil de ser manipulado, ou na forma de moeda para dar “esmola”, ao trabalhador, como veremos.

Já com os trabalhadores, a moeda é repelida por eles quando oferecida pelos patrões, por ser associada a esmola, a meros tostões. Quando o trabalhador passeia com um carrinho de mão cheio de notas e algumas moedas, ele deixa cair distraidamente uma moeda, mas não se preocupa, pois não é ganancioso. Na mão do metalúrgico, o dinheiro adquire dignidade, é o resultado do esforço do seu trabalho, de alguém que contribui para a construção material do mundo, contribuiu para a produção, e merece salário, representado pelas notas, não moedas, não esmola. As notas, presentes na mão ou no bolso, são facilmente manipuladas pelos dedos que ajudaram na construção da riqueza via trabalho. Há dignidade em contar notas, selecionar, utilizá-las para comprar os produtos necessários para os metalúrgicos e suas famílias, assim como para pagar as despesas ordinárias, fazendo o dinheiro circular pela economia. As moedas dos patrões são uniformes, entesouradas, desprezíveis e não foram feitas para serem manipuladas por um órgão digno como as mãos do trabalhador.

A representação do metalúrgico, do trabalhador, nas páginas do jornal, tem relação antagônica com o patronato, mas possui certas particularidades. Como o metalúrgico é um ser ativo, ele não é obeso, mas também não é um personagem idealizado com músculos proeminentes e biótipo avantajado, como acontece em outras tradições iconográficas operárias, em que fica dicotomicamente configurado uma classe decadente versus uma classe saudável que a substituirá. Os personagens do *A Voz do Metalúrgico* não seguem um biótipo, são os mais variados, não seguem modelo, têm características físicas diversas, sendo permitido, inclusive, uma leve barriguinha em alguns homens. Esse retrato mais, digamos, “humanizado e realista” da classe trabalhadora, sem dúvida, também aproximava o leitor do jornal, pois aquele se via mais bem representado neste. A ressalva a ser feita dentro dessa diversidade é reconhecer que há uma quase exclusividade de personagens masculinos brancos, são raros os personagens negros. Localizamos poucos negros nos desenhos consultados, e, com protagonismo, só o que detalharemos na sequência.

Já com relação à mulher, que voltaremos a discutir, seu protagonismo tem realce no jornal: há um desenho que acompanha um artigo intitulado “as origens do machismo”, em que uma mulher é amarrada, vendada e silenciada com um esparadrapo, em desenho de março de 1988. Já em 12 de setembro de 1994, uma mulher metalúrgica leva uma bandeira com o símbolo do sindicato. Na mesma edição a palavra respeito é escrita

e a letra “t” é desenhada por batom e o símbolo dos metalúrgicos acima forma claramente a referência ao símbolo grego para o feminino, o espelho. O símbolo do sindicato também é transformado em um espelho na edição de setembro de 2005. Além dessa incorporação de elementos visuais referentes às mulheres, há também presença delas ao lado dos homens como metalúrgicas, embora em menor frequência, como no desenho já citado com essas características, em que um homem e uma mulher correm atrás do patrão buscando dinheiro. Se há um realce para os problemas das mulheres e a incorporação delas na luta, só encontramos um único desenho, repetido algumas vezes, em que homens brancos e negros, e mulheres aparecem juntos com protagonismo. Unidos, com as mãos sobrepostas liderando a massa dos trabalhadores, eles aparecem na capa do exemplar de dezembro de 2005.

Esses personagens representando os metalúrgicos disputavam uma luta nas páginas do *A Voz Operária*, que não visava primordialmente mudar o sistema ou fazer disputa eleitoral, mas sim melhorar a distribuição de riqueza gerada pelos metalúrgicos e apropriada pelos patrões. Daí ser frequente um conjunto de símbolos que visam prioritariamente ressaltar a importância da negociação entre esses dois polos, forçando a situação para que cada vez mais moedas virassem notas, saíssem do “traseiro” e da “barriga” dos patrões para a mão dos trabalhadores, ganhando dignidade. Essa disputa é tão importante que são vários os símbolos usados para ressaltar dois aspectos básicos.

O primeiro é a necessidade de negociação entre as classes e o segundo é a necessidade de união entre os trabalhadores.

Começando pelo primeiro, os símbolos usados são principalmente a mesa onde patrões (ou seus representantes) discutem com os trabalhadores e o cabo de guerra. Vários desenhos de Laerte reproduzem mesas de negociação, um *locus* de resolução de conflitos. Em 23 de janeiro de 1989, ativos trabalhadores de braços cruzados recebem representantes dos patrões e ironicamente um deles pergunta “Seu dono não pode vir?”. Os representantes não são submissos apenas porque estão literalmente na coleira dos patrões, mas também por carregarem uma pasta, supostamente com propostas, mas, de maneira mais ampla, com trabalho burocrático, enquanto os trabalhadores, cruzam os braços. Uma variação desse desenho não mostra os representantes, o banco fica vazio e o trabalhador pergunta onde está a “patrãozada”, enquanto vemos o rabo de um rato sair da porta dos patrões. Ou seja, o anseio dos trabalhadores é negociar, preferencialmente frente a frente com os patrões, que covardemente se esquivam de enfrentá-los. Em maio de 2009, em desenho de Noviski, a manchete diz “queremos acordo já” e, nesse momento, não tem como foco o salário, mas sim a PLR, que as grandes empresas demoram para negociar. Neste desenho não há a mesa e, no traço de Noviski, colorido, há um personagem representando o SMC como intermediário dessa negociação.

**Cad a PLR do tRabal adOR?**

**QUEREMOS ACORDO JÁ!**

**DEMORA** | Enquanto várias empresas de menor porte já fecharam acordo com o Sindicato, as "grandes" Volks, Renault, Volvo, New Holland e Bosch ainda não definiram a PLR 2009. Trabalhador exige respostas!



A Voz do Metalúrgico. Curitiba, maio de 2009.

**Sindicato e metalúrgicos da Renault conquistam maior acordo já negociado no Brasil**

Conquista na Renault para os anos de 2011, 2012 e 2013 vai garantir aos trabalhadores até 20,19% de aumento real, R\$ 61.500,00 de PLR e abono, além de aumento na tabela salarial



Simplesmente excelente! Não existe outra palavra para expressar a satisfação dos trabalhadores com o acordo negociado com a Renault. O acordo garante aos trabalhadores um aumento real de 20,19% e um abono de R\$ 61.500,00. Além disso, a Renault vai aumentar a tabela salarial dos trabalhadores em 2011, 2012 e 2013. Isso garante aos trabalhadores uma maior competitividade no mercado nacional e internacional.

A Voz do Metalúrgico. Curitiba, agosto de 2011.



A Voz do Metalúrgico. Curitiba, 13 de novembro de 1995.



A Voz do Metalúrgico. Curitiba, 23 de janeiro de 1989.

Aqui, o patrão que fecha o acordo com o trabalhador, embora de terno e ainda sem olhos visíveis, é claramente humanizado, enquanto os patrões das grandes empresas representados na parte de cima do desenho, com os braços cruzados, em ostensiva posição de recusa, mostram feições desumanizadas e maléficas. A negociação também mostra reiteradamente um cabo de guerra em que patrões puxam a corda para um lado, mas se todos os trabalhadores estiverem do lado certo da luta, a vitória é certa. Em 10 de maio de 1988, em desenho repetido muitas vezes, vários trabalhadores puxam a corda contra 3 patrões aflitos e claramente inadequados para a tarefa física de puxar corda, fica claro para o leitor-operário quem vai vencer a luta.



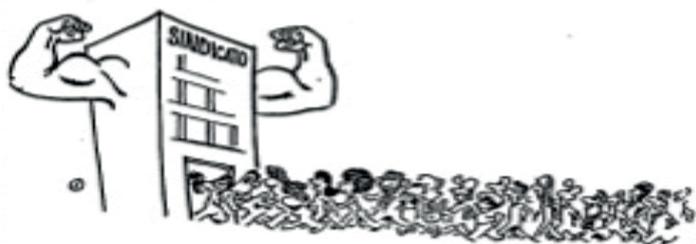
A Voz do Metalúrgico.  
Curitiba, 1988



A Voz do Metalúrgico. Curitiba,  
10 de maio de 1988.

Nesse conjunto de símbolos da negociação é comum a denúncia de que o lado patronal engana e mente, seja com setas cheias de curvas, seja com a denúncia de que eles “cascateiam” frequentemente, ou seja, fazem promessas, falam bonito, mas não colocam as propostas no papel. Colocar o acordo no papel, assinar os acordos, tem uma ênfase muito grande nas imagens. Um desenho de fevereiro de 1988 mostra uma reunião de empresários, todos de terno e óculos, sem ser possível ver seus olhos, o que aumenta a impressão de dissimulação. O patrão é elogiado pelos comparsas pelo dom de ludibriar com falsas promessas “ele cascadeia divinamente”. Aparece reiteradamente a ideia de que, apesar do temor de ser enganado nos embates com os empresários, o trabalhador consciente não se deixa levar. O mesmo personagem, em 11 de janeiro de 1988, em vez de falar, vomita em cascata “você não são metalúrgicos” tendo dois metalúrgicos se opondo “que cascata”. O desenho com a fala “sem enrolação” de um trabalhador que aponta o dedo em riste também está presente em 8 de junho de 2005, com uma seta cheia de curvas, símbolo do sinuoso discurso patronal.

100 ANOS DE LUTAS |  
HISTÓRIAS DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DA GRANDE CURITIBA



A Voz do Metalúrgico. Curitiba, 1987.



A Voz do Metalúrgico. Curitiba,  
11 de janeiro de 1988.



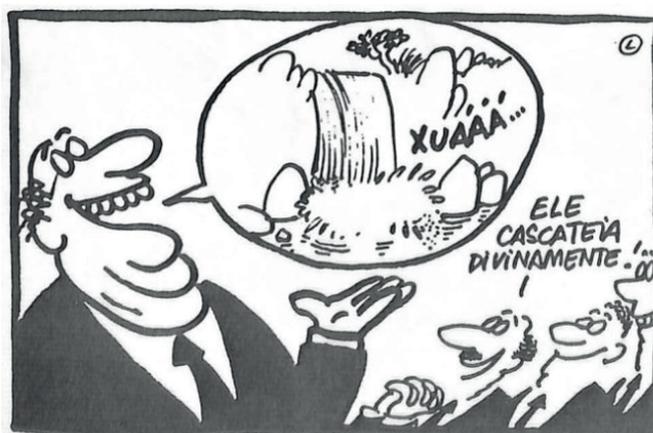
A Voz do Metalúrgico. Curitiba, 11 de julho de 1988.



A Voz do Metalúrgico. Curitiba,  
5 de abril de 1989.



A Voz do Metalúrgico. Curitiba,  
20 de novembro de 2005.



A Voz do Metalúrgico. Curitiba, fevereiro de 1988.

Já o segundo aspecto importante é a união e está presente em muitos desenhos que apelavam para a presença no sindicato, para a entrada em greve, por unidade, por passeatas, etc. O desenho mais representativo desse repertório, repetido várias vezes com pequenas mudanças, mostra um prédio com o nome sindicato e um afluxo grande de pessoas para o seu interior. Quanto mais gente no sindicato, mais forte a categoria, mais ganhos para o trabalhador. Em um dos desenhos o prédio se humaniza, ganha braços e mostra os bíceps como sinal de força, publicado em 1987. Em outro, o sinal dos novos tempos é dado por um sol surgindo no horizonte do sindicato, em desenho publicado em 11 de julho de 1988.

Subjacente a todo esse repertório gráfico que apela para a união e visualmente mostra os trabalhadores unidos, há denúncia de divisões. Como no desenho publicado em 5 de abril de 1989, em que o filho conta orgulhoso ao amigo que o pai não fura greve, ou no desenho de 1988 em que trabalhadores estão do lado do patrão no cabo de força. Aspecto importante nos desenhos, e especialmente naqueles produzidos por Laerte, é que essa união, essa unidade, tem caráter festivo, é uma mobilização alegre. Não é uma representação que denote ódio, raiva (de classe ou não), pesar e/ou sisudez pelo esfoço de dedicar tempo ao sindicato e à mobilização: é sim uma celebração do grupo de trabalhadores. Localizamos apenas um desenho em que um metalúrgico se irrita, e rasga a fantasia de palhaço, devido à enrolação patronal, mas, em geral, mesmo no confronto com os patrões, só vemos, eventualmente, caras feias e braços cruzados.

Os desenhos pretendem retratar que se a negociação é bem sucedida e os trabalhadores estão unidos, os ganhos para a classe ocorrem na forma de mais e mais notas. É o trabalhador ficando, literalmente, com uma fatia do bolo (de dinheiro), que ele pode comer, celebrando a conquista de um aumento de salário, mas, especialmente, das Participações em Lucros e Resultados (PLR). O dinheiro extra é algo a ser celebrado, como um aniversário, como uma festa. O bolo é um símbolo porque um “bolo de dinheiro” é algo que o trabalhador nunca tem, mas, em momentos específicos, ele consegue abocanhar uma fatia dele, que considera justa. Ao mesmo tempo, representa uma celebração que sai de uma “dieta” mais restritiva do dia a dia.

Em 4 março de 2005, o cabo de força entre trabalhadores e patrões tem a seguinte manchete: “o tamanho do nosso acordo depende do tamanho da nossa mobilização”. Esse é um ponto chave. Na ausência de uma mudança radical da sociedade, o tema mais recorrente nos desenhos, explícita ou implicitamente, é a união dos trabalhadores no sindicato, como forma de conseguir os objetivos de melhores condições de trabalho e ganhos financeiros, seja em salários ou em participação nos lucros. Laerte dedica um capítulo inteiro do seu livro a esse tema, e é esse o mais presente, das mais diversas formas, mostrando a força dos trabalhadores quando unidos: são manifestações, caminhadas, passeatas etc., mostrando que os trabalhadores são maioria e a economia precisa deles.

Em 30 de agosto de 2006, numa edição especial para os trabalhadores das montadoras, o trabalhador espreme uma laranja usando uma cartola nomeada montadoras e dá a dica: “espreme que sai mais”. Em fevereiro de 2006, na capa do *A Voz do Metalúrgico*, um personagem representando o sindicato, dá uma fatia de bolo ao feliz metalúrgico, o bolo é verde, com cifrões e tem a PLR escrita. O bolo cresceu e o sindicato ajudou a trabalhador a ter a sua fatia. Em fevereiro de 2006, a PLR é servida por uma pessoa do sindicato ao metalúrgico, um bolo, literalmente verde, com símbolos de dinheiro.

Desenho de Noviski de agosto de 2008, também mostra três metalúrgicos de braços cruzados e insatisfeitos frente a três patrões cínicos, sentados no dinheiro, sob o texto que revela as vendas e produção recorde de carros.

Em desenho de Noviski em agosto de 2011, e sob o fundo do mapa do Brasil, um cifrão enorme mostrando os anos de 2011, 2012 e 2013 tem acima o personagem do sindicato dos metalúrgicos sendo saudado por diversos metalúrgicos sob a manchete “O melhor acordo do Brasil”. Em 3 de outubro de 2017 é publicada uma pesquisa que compara o ganho do trabalhador sindicalizado e do não sindicalizado, com uma comparação visual também. O desenho de cima representa o trabalhador com o braço erquido e o bolso com dinheiro, comemorando a conquista financeira, enquanto abaixo há a representação de um trabalhador não sindicalizado, com calças remendadas, magro e abatido. De certa maneira, ainda que em campos antagônicos, os trabalhadores desejam o crescimento da empresa para conseguir sua parte, sua fatia no bolo. Se esse é o cenário no andar de cima, qual a situação no local de trabalho? E aqui vamos abordar o tema do assédio entre os metalúrgicos.

## Assédio



A Voz do Metalúrgico. Curitiba, 2 de agosto de 2005.



A Voz do Metalúrgico. Curitiba, 22 de fevereiro de 2005.



A Voz do Metalúrgico. Curitiba, novembro de 2012.

Embora a relação de trabalho entre patrões e metalúrgicos esteja estabelecida primordialmente pela propriedade dos meios de produção, das fábricas, é no local de trabalho que a assimetria é exercida por um chefe, burocrata, encarregado, gerente etc. Dessa maneira, essa relação está desenhada no jornal, seja na forma de pressão para incremento da produção, como já vimos, seja como pressão/assédio sobre os/as metalúrgicos/as.

Vale descrever alguns dos desenhos com essa temática. Em 12 de agosto de 2005, uma mulher aparentemente datilografando toma um susto com um grito de um chefe que lhe aponta um dedo ameaçador. Em 22 de fevereiro de 2005, é um supervisor que olha feio para um metalúrgico em seu ambiente de trabalho, novamente o olho do supervisor

não tem pupila, enquanto o trabalhador tem um olhar receoso. O desenho com os dizeres “Sorria, você está sendo assediado” aparece em novembro de 2012 e mostra um metalúrgico na linha de montagem sendo filmado pelo olho mecânico da câmera do patrão.

O conjunto de desenhos mostra claramente uma primeira diferenciação entre as tarefas de homens e mulheres, aqueles no ambiente fabril, em contato com a máquina, aquelas na função mais burocrática, administrativa, como secretárias. Embora mulheres também participem da categoria e estejam presentes nos desenhos como tais, elas aparecem sendo inicialmente assediadas como secretárias, enquanto os homens no ambiente de transformação, que é a fábrica. A função de secretária na fábrica é função acessória, não primordial para a metalurgia. O assédio sexual e a pressão, efetivamente, estão presentes.

No desenho em que o homem grita com a mulher, ela é silenciada pela voz masculina, impondo não só o recorte de mando na fábrica, mas também o poder de gênero, machista. O assédio/pressão ocorre entre o homem que grita e aponta, diante da mulher/secretária calada, que se assusta. Já em 2005, novembro, sob o título “luta contra o assédio sexual e o assédio moral” há uma mudança na representação da mulher, pois ela aparece sendo assediada enquanto metalúrgica, mas empoderada, carrega um cartaz “respeito”, frente a um patrão muito mais baixo que ela. Já a pressão sobre o homem no ambiente de fábrica é uma pressão de vigilância, de alguém de braços cruzados, próximo visualmente do operário, mas que, ao exercer a vigilância e a pressão pelo incremento do lucro, trabalha para o outro lado.

A charge citada de 2012 mostra uma diferença substancial no tratamento da questão do assédio. O local é claramente identificado como das montadoras automobilísticas e o assédio é feito pela vigilância das câmeras, não mais do chefe, e sim do patrão, identificado como uma cartola acima da câmera. O olhar agora é onipresente e é mecânico. A charge ironiza a situação com os dizeres abaixo “sorria, você está sendo assediado”. A impessoalidade está claramente marcada nessa situação, predominante no ambiente fabril e indício claro das alterações na indústria.

*A Voz do Metalúrgico* começou com uma edição baseada no recorta e cola de textos e desenhos, especialmente de Laerte e passa a ter, já no fim do período que estamos analisando, um referencial importante na internet. A diferença pode ser vista a partir de duas edições de épocas distintas. O exemplar número 6, de 1986, expõe uma das estratégias do sindicato para a construção da participação dos trabalhadores, a campanha salarial que teve empenho decisivo dos trabalhadores que poderiam escolher qual seria seu tema, através do preenchimento de um formulário que acompanhava o jornal. A história em quadrinhos que permeia as páginas do jornal é ilustrativa desta fase em que *A Voz do Metalúrgico* é construído, a partir de um conjunto de desenhos de Laerte. Os desenhos mostram os trabalhadores indo unidos para a assembleia e, depois dos debates, saem ainda unidos para a campanha salarial. Durante essa caminhada dos trabalhadores, um preocupado burocrata sua para tentar ampliar as horas extras e pede para os trabalhadores abandonarem a assembleia e voltarem ao trabalho.

Os trabalhadores carregam uma seta na direção correta e, frente a isso, há claro desencontro entre os adversários, com setas que apontam para caminhos opostos. A história em quadrinhos é interessante pois contém 4 assinaturas de Laerte. Claramente as imagens foram montadas a partir de vários desenhos diferentes do livro *Ilustração Sindical* e as assinaturas ficaram redundantes.

Paulatinamente, em conjunto com desenhos, passam a fazer parte do jornal referências mais frequentes a um repertório de imagens da internet, dos aplicativos de mensagem, das redes sociais, etc. Em novembro de 2019, a edição tem um emoji, um QR Code e um burro de desenho animado. Em janeiro de 2019, acima de um desenho de Noviski que mostra o trabalhador sendo esfaqueado pelo legislativo, há também um QR Code. Há indícios e um engajamento maior dos metalúrgicos para além do espaço fabril, ocupando também as redes sociais, transmitindo informações e consumindo informações para além do jornal impresso. Essa é uma tendência ainda se delineando, uma história ainda sendo feita e que deverá ser avaliada pelos futuros historiadores.

Esse panorama do *A Voz do Metalúrgico* mostra algumas facetas de sua história, outras ainda estão por vir. Laerte, ao comentar sobre seus desenhos, disse que denunciavam “a exploração, a miséria, as ofensas sobre o trabalhador brasileiro” e desejou que no futuro seus desenhos fossem “substituídos por outros, retrato de um povo livre e feliz”. O desejo de Laerte ainda está pendente, assim como o futuro, construção do *A Voz dos Metalúrgicos* e de todos nós.

## Referências

COUTINHO, Laerte. *Ilustração Sindical do Laerte*. São Paulo, Oboré, 5ª edição, 1988.

MIANI, Rozinaldo Antonio. Coletâneas de charges da imprensa sindical: fontes visuais para uma história a contrapelo. *Revista Tempo e Argumento*, [S.l.], v. 8, n. 18, p. 249 - 267, ago. 2016. ISSN 2175-1803. Disponível em: <<http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180308182016249>>. Acesso em: 5 jul. 2020.

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC. *Tribuna Metalúrgica: 20 anos ilustrada*. São Bernardo do Campo, SP: Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, 1998.

▣ *Capítulo 3* ▣  
*Os Trabalhadores e o tempo presente:  
O novo sindicalismo nas páginas do Jornal  
“A Voz do Metalúrgico”*

Clovis Gruner<sup>1</sup>

Uma foto aérea do imponente prédio histórico da UFPR cercado por uma multidão, cerca de 20 mil pessoas. Acima da imagem, a manchete, em letras maiúsculas, “ELE NÃO!”. Ao pé da página, a pergunta, “POR QUE ELE NÃO?” e as respostas: “Quer o fim do 13º”; “Quer aumentar impostos”; “Quer o fim da aposentadoria”; “Quer o fim das férias”; “Quer menos direitos para as mulheres”; “Quer aumentar Imposto de Renda” e “Ele quer uma Carteira de Trabalho sem direitos”, acompanhadas, cada uma delas, de breves explicações.

Essa foi a capa da edição de número 889 do jornal *A Voz do Metalúrgico*. Corria o mês de outubro de 2018, a poucos dias do segundo turno das eleições presidenciais. No final do mês anterior – portanto, antes ainda da votação de primeiro turno –, milhares de pessoas foram às ruas do país em um movimento, liderado por grupos feministas, para “dar o recado de que não aceitam quem não respeita os direitos do povo brasileiro”<sup>2</sup>.

Uma capa emblemática por diferentes razões, a começar pelo fato de que aquela era a última vez que o jornal circulava em mídia impressa – a tiragem da edição foi de 40 mil exemplares. A partir do número seguinte, o periódico, porta-voz do sindicato e dos metalúrgicos de Curitiba e região metropolitana, passaria a ser publicado apenas em versão on-line, hospedado no site do SMC.

Mas é o tema, principalmente, o que chama a atenção. Enquanto muitos insistiam que se tratava de uma “escolha difícil”, frente a candidaturas tão distintas – a de Jair Bolsonaro, então no PSL e afinal eleito na votação de 28 de outubro; e Fernando Haddad, do PT – o SMC deixou claro, por meio de seu veículo, qual sua opção.

---

1 Professor associado do Departamento de História e membro do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná.

2 ELE NÃO!!!. *A Voz do Metalúrgico*, n. 889, out. 2018.

Uma escolha reiterada nas páginas internas, em coluna assinada pelo presidente Sérgio Butka, sugestivamente intitulada “Apoiar quem tá com a gente e atacar quem tá contra”, e que conclamava os associados a não se omitirem “neste momento tão importante para a Democracia brasileira”<sup>3</sup>.

Essa tomada de posição não era novidade. Desde o “número zero”, em setembro de 1986, *A Voz do Metalúrgico* se constituiu como um veículo que, além de informar sobre a rotina mais estritamente sindical, aproximando a entidade de seus associados, deveria exercer também um papel político fundamental, o de servir como mediador entre seus leitores – a primeira tiragem foi de 15 mil exemplares – e o contexto, principalmente político, mais amplo. Postura que, por sua vez, expressava uma mudança no próprio modo como os sindicatos brasileiros emergiram, renovados, ao final da ditadura, entre fins dos anos de 1970 e o início da década de 80.

Este capítulo pretende discutir brevemente como as mudanças no sindicalismo e, mais particularmente, no SMC, repercutiram nas páginas do que é, ainda, seu principal e mais tradicional veículo de informação. Para isso, analisa brevemente o chamado “novo sindicalismo” e suas repercussões no SMC e o papel da imprensa sindical nesse processo, antes de voltar ao *A Voz do Metalúrgico* e alguns dos temas que mereceram sua atenção em seus mais de 30 anos de existência.

### **Novo sindicalismo, novos personagens em cena**

Na literatura sobre o sindicalismo brasileiro, é praticamente um consenso de que foram os anos finais da década de 1970 o ponto de inflexão na trajetória e organização das entidades sindicais. A conjuntura do período, marcada de um lado pelo início da crise econômica e do chamado “milagre brasileiro” e, de outro, pelo desgaste da ditadura civil-militar iniciada com o golpe de 1964, deu início à abertura “lenta, gradual e segura”, nas palavras do general Ernesto Geisel, o penúltimo ditador, que presidiu o país entre 1974 e 1978.

Foi nesse ambiente de distensão política que eclodiram as greves dos metalúrgicos do ABC paulista. Mas ainda que as paralisações em São Paulo tenham sido fundamentais no ressurgimento e reorganização dos sindicatos, é preciso levar em conta também as especificidades de cada região. Em Curitiba, a realidade enfrentada pelo SMC era um pouco distinta. Embora já fosse uma categoria numerosa, com cerca de 35 mil metalúrgicos, uma parcela muito pequena desse contingente, aproximadamente 1%,

---

3 PALAVRA DO PRESIDENTE. *A Voz do Metalúrgico*, n. 889, out. 2018.

era filiada ao sindicato – ou seja, algo entre 350 a 400 trabalhadores<sup>4</sup>. No caso do SMC, portanto, o impacto do “novo sindicalismo” aconteceu concomitantemente, e em certa medida o influenciou, ao processo de fortalecimento, inclusive quantitativo, do sindicato, desde a base.

### **Mas de que se trata, afinal, o “novo sindicalismo”?**

Surgido em pleno processo de transição à democracia após duas décadas de ditadura, ele responde igualmente a um novo contexto econômico; em linhas gerais, a reestruturação das atividades produtivas, resultado do fortalecimento da economia industrial da inserção dependente do país na economia capitalista mundial (ALVES, 2000). A soma desses dois fatores – o declínio do regime autoritário, com o desmonte gradual do aparato repressivo, e o avanço de uma economia industrial e urbana – favoreceram amplamente a criação de novas estratégias de gestão não apenas de sindicatos, mas dos movimentos sociais e populares em um sentido mais amplo.

Na prática sindical, essa entrada de novos personagens em cena, na feliz expressão do sociólogo Eder Sader (1995), implicou, entre outras coisas, em uma mudança nos modos de organização dos sindicatos, com o fortalecimento, por exemplo, da presença das entidades nos locais de trabalho e o fortalecimento de organismos como as comissões ou conselhos de fábrica. A função principal dessas instâncias era aproximar, ao máximo, o sindicato e sua direção das bases, facilitando a comunicação e ampliando a inserção e a proximidade do sindicato entre os trabalhadores.

Novos modos de organização, mas também novas estratégias de atuação. Se a greve segue sendo um instrumento de luta imprescindível, suas feições ganham, paulatinamente, novos contornos, com paralisações mais amplas, por categoria, parcialmente substituídas por interrupções locais e que atendiam demandas específicas de um determinado grupo de trabalhadores, além de outras formas de reivindicação. E isso implica, também, uma nova forma de inserção política.

Sem renunciar ao caráter combativo e, logo, político da atuação sindical, o que emerge da experiência do período é uma nova forma de politização. De novo, em linhas gerais, trata-se igualmente de uma mudança, uma transição do sindicalismo de confronto, característico das décadas anteriores e herança dos primeiros anos do século XX, para um sindicalismo de resultados, de cunho mais propositivo e pautado pelo que Giovani Alves chamou de “cooperação conflitiva”.

---

4 SÉRGIO BUTKA. Entrevista concedida a Marcos Gonçalves, Gabriel Peri e Adila Fernandes em 21/10/2019.

\* \* \*

A comunicação acompanhou essas mudanças. Em seu estudo sobre a imprensa alternativa no Brasil, o jornalista Bernardo Kucinski mostra como, a partir dos anos de 1970, o jornalismo engajado e militante passou a ocupar um espaço cada vez mais significativo como porta-voz de demandas e aspirações democráticas. Tomando como modelo o tipo de jornalismo praticado nos anos de 1960-70, de oposição à ditadura, os novos periódicos, no entanto, se diferenciam por privilegiar uma linguagem que facilitava uma espécie de comunicação direta entre o veículo e seu público, em que “as bases populares são ao mesmo tempo o sujeito da comunicação e seu próprio agente” (KUCINSKI, 1990, p. 80).

Mas é também um jornalismo que se distingue da experiência pregressa pela sua filiação a movimentos populares, como associações de moradores e as comunidades eclesiais de base, por exemplo, além dos próprios sindicatos. A orientação editorial, nesse novo contexto, é menos “intelectualizada” e programática, porque a finalidade é praticar um periodismo que sirva como um instrumento de luta à disposição desses novos movimentos sociais. É preciso, então, falar uma linguagem que seja a do seu público leitor, capaz de criar uma identificação entre, no caso dos sindicatos, o trabalhador e a entidade, tendo o produto jornalístico como mediador.

Trata-se, portanto, de uma “nova imprensa sindical” coerente com os desafios do “novo sindicalismo”. Distinta, certamente, da imprensa comercial – porque não pretende a simples “venda de notícias”, senão a propagação de informações e ideias (CARVALHO, 2013). Mas diferente também, como já dito, da imprensa alternativa de oposição à ditadura. Ela mantém, dessa, seu caráter político e o engajamento, mas não mais como um meio, uma alternativa, de construir a revolução (tomando a palavra aqui em um sentido bastante amplo), e sim como instrumento de luta contra a exploração econômica, um “chamado à ação e à reflexão”.

## Os primeiros anos e a transição democrática

A criação d’*A Voz do Metalúrgico* foi, nesse sentido, parte de uma iniciativa de lideranças sindicais e jornalistas que, de forma coordenada, passaram a atuar, ainda nos primeiros anos da década de 1980, no sentido de imprimir um caráter mais profissional ao jornalismo sindical. Contemporâneos ao jornal do SMC, veículos similares foram criados em sindicatos do país inteiro<sup>5</sup>, uma estratégia desenhada principalmente a partir

---

5 Mais ou menos contemporâneos ao “*A Voz do Metalúrgico*” surgem, entre o final dos anos de 1970 até a primeira metade da década seguinte, entre outros, a “*Folha Bancária*”, o “*Sindiluta*”, “*Metalúrgicos em Família*” e o “*Tribuna Metalúrgica do ABC*”; este último chegou a ter tiragens de até 120 mil exemplares.

do I Encontro Brasileiro de Profissionais da Imprensa Sindical, realizado em São Paulo, no mesmo ano, 1986, em que começa a circular *A Voz do Metalúrgico*.

Embora o jornal tenha representado uma inovação nas ferramentas de comunicação do SMC, ele não foi a primeira iniciativa nesse sentido. Pelo menos desde o começo da década, boletins informativos como *O Toque* e o *Informetal*, já cumpriam esse papel, embora de modo bastante distinto, e pode-se dizer mesmo, mais rudimentar. *O Toque* era um boletim interno à diretoria, um clipping diário que reunia matérias de interesse publicadas na imprensa local e nacional. O *Informetal* era confeccionado pelos próprios membros da diretoria e entregue, “taco a taco”, aos trabalhadores, como explica um dos dirigentes desse período, Roberto Eduardo Eltermann<sup>6</sup>. É ele quem lembra também que “o sindicato não tinha jornalista, não tinha nada, rodava mensagem no mimeógrafo; chegava lá, explicava para ele, sindicalizava e já oferecia o que tem, saúde, convênio, isso, aquilo e médico, dentista”.

Em um certo sentido, *A Voz do Metalúrgico* reuniu esses dois serviços em um único veículo. Mas, além disso, o fez também criando um canal de comunicação produzido a partir de critérios, além de políticos, profissionais. A criação do departamento de imprensa, assessorada pelo jornalista Sérgio Gomes<sup>7</sup>, foi o momento em que se percebeu que, se a comunicação era, além de um meio de produzir informação, um canal de educação e conscientização popular, que ocupava um “lugar central e estratégico na definição do caráter e da atuação [das] entidades e redes” sindicais, profissionalizá-la era uma necessidade política (CRUZ, 2013).

A escolha da data para o lançamento do novo jornal não poderia ser, nesse sentido, mais oportuna. O número zero, de setembro de 1986, além de uma ampla cobertura sobre a campanha salarial, trazia na página dois um texto alertando para a importância das eleições legislativas daquele ano. Sob o título “Constituinte: é a sua vez” a coluna, ilustrada por uma charge do cartunista Laerte, lembrava que aquela não seria “uma eleição qualquer”, já que das urnas sairiam os deputados responsáveis por “elaborar uma nova Constituição para o Brasil”<sup>8</sup>.

Didática e sucintamente, o texto explica por que a Constituinte é importante e como ela afeta a vida dos trabalhadores, já que a Assembleia Constituinte discutiria

---

6 ROBERTO EDUARDO ELTERMANN. Entrevista concedida a Marcos Gonçalves, Roseli Boschilia, Gabriel Perin, Francisco Vitelli e Letícia Bail em 20/11/2019.

7 Jornalista formado pela USP, onde também lecionou as disciplinas de Jornalismo Sindical, Comunitário e Popular, Sérgio Gomes é um dos precursores da imprensa sindical no Brasil. Ex-militante do PCB, preso político durante a ditadura militar, ele fundou, ainda no final dos anos de 1970, a Oboré Editorial, que prestou consultoria editorial e de comunicação a sindicatos e movimentos sociais e populares. Atualmente, integra do Instituto Vladimir Herzog e coordena o Projeto Repórter do Futuro. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/sergio-gomes/>. Acesso em 20/07/2020.

8 CONSTITUINTE: É A SUA VEZ! *A Voz do Metalúrgico*, número zero, set. 1986.

e votaria temas como “lei de greve, direitos do trabalhador, estabilidade, etc.” Daí que, “agora mais do que nunca, é preciso escolher certo. Devemos eleger um candidato comprometido com os interesses dos trabalhadores”. O apelo ao “voto consciente” é retomado à frente, e encerra o artigo: “O futuro da Constituinte e do país depende do nosso voto. Precisamos escolher um representante digno dos nossos interesses, que esteja comprometido com nossa luta e disposto a lutar por nós”.

Essa não foi a única vez que a Constituinte aparece nas páginas de *A Voz do Metalúrgico*. Em sua pesquisa sobre o tema, o historiador Ozias Paese Neves mostra que o esforço de popularizar o assunto foi parte de um trabalho coordenado e articulado por diferentes entidades (NEVES, 2017). Abrigados no “Movimento Pró-Participação Popular na Constituinte”, o MPPC, um grupo bastante heterogêneo, que incluía entidades de classe como a OAB, partidos políticos, movimentos populares e sociais e sindicatos, entendia que a Constituinte era, a um só tempo, um “remédio contra a ditadura” e “instrumento de abertura”, uma forma de consolidar a transição à democracia. No entanto, a tarefa não se realizaria por si; era preciso construí-la garantindo a participação popular, daí o lema do MPPC, “Constituinte sem o povo não cria nada de novo”.

Consonante a esse propósito, desde eventos em associações de moradores, igrejas e sindicatos, até a impressão e distribuição de material gráfico, cartilhas principalmente, uma séria de ações foram desenvolvidas no sentido de aproximar uma discussão, normalmente limitada ao campo do Direito e ao parlamento, à esfera pública. A imprensa sindical cumpriu um papel muito parecido com os das cartilhas estudadas pelo historiador Ozias Neves. “Em seu caráter pedagógico”, diz ele, “as cartilhas [e a imprensa sindical] tentam atuar como porta-vozes do MPPC (...) buscando converter a visão de mundo de atores alheios ou avessos ao direito (...) para uma ferramenta de busca de reconhecimento e transformação social” (NEVES, 2017, p. 82). Como instrumentos de “intermediação cultural”, esses veículos atuaram no sentido de “decodificar o processo constituinte” na tentativa de torná-lo compreensível e acessível a setores mais amplos, instrumentalizando e franqueando a participação de movimentos sociais e populares.

Nos dois anos seguintes até a promulgação da nova Constituição, o tema apareceria nas páginas de *A Voz do Metalúrgico* inúmeras outras vezes. Seja informando as ações do SMC e do Movimento Intersindical Pró-Constituinte do Paraná<sup>9</sup>, lamentando derrotas<sup>10</sup> ou comemorando conquistas<sup>11</sup>, o tom é sempre o mesmo: o de mobilização, conclamando a categoria a permanecer vigilante. A mesma vigilância que o sindicato demanda em relação ao governo Sarney e, mais particularmente, aos seguidos planos econômicos editados ao longo dos seus cinco anos de administração. O ex-ministro da Economia,

---

9        COMO VENCER NO SEGUNDO TURNO. *A Voz do Metalúrgico*, n. 07, jun. 1988

10      COMO VENCER NO SEGUNDO TURNO. *A Voz do Metalúrgico*, n. 07, jun. 1988.

11      VENCEMOS. *A Voz do Metalúrgico*, n. 58, out. 1988.

Bresser Pereira, aliás, é figura carimbada nas páginas do jornal durante o ano de 1987. Critica-se as seguidas tentativas de, sob o pretexto de controlar a inflação, arrochar ainda mais salários já defasados, e a escolha em contornar a recessão fragilizando ainda mais os trabalhadores sem enfrentar, por exemplo, o “monstro” da dívida externa<sup>12</sup>.

Apesar da oposição ao governo Sarney e do alinhamento à Central Única dos Trabalhadores, a CUT, nas eleições de 1989 o SMC não declarou apoio aberto à candidatura do também metalúrgico e sindicalista Lula. Em edição de novembro daquele ano, *A Voz do Metalúrgico* recomendava que seus associados votassem com consciência, pensando na melhoria do país: “Agora, só com dois candidatos, ficou mais fácil para você analisar o passado e as propostas de cada um. (...) Informe-se ao máximo sobre os dois candidatos e procure votar naquele que tem um trabalho mais voltado para a classe trabalhadora”<sup>13</sup>.

Apesar de não apoiar explicitamente uma candidatura, a mensagem é clara, e não há nela nenhum indício de neutralidade, mas, tão somente, a decisão de não “interferir na sua [do trabalhador] escolha”, deixando o associado livre para “eleger quem achar melhor”. Uma resolução, no entanto, que não impediria o SMC de, pouco mais de dois anos depois, ir às ruas, junto com outras entidades sindicais e estudantis, apoiar o impeachment de Fernando Collor, o escolhido naquela que foi a primeira eleição direta para presidente após o fim da ditadura.

## O avanço neoliberal e os anos de crise

Se a virada dos anos de 1970 para os 80 significou a emergência do “novo sindicalismo”, a década de 1990 mergulhou as entidades sindicais em um impasse; há quem afirme mesmo que o período representou a “crise do sindicalismo” brasileiro, depois de um intervalo intenso de reorganização e lutas. Principalmente depois do sucesso, principalmente midiático, do Plano Real, e do relativo consenso estabelecido por diferentes setores da burguesia nacional em torno à candidatura e ao governo de FHC, é difícil negar que os sindicatos – e não apenas eles, mas os movimentos sociais e populares a um nível mais amplo –, viveram anos, se não de estagnação, de adversidades distintas das da década anterior.

As dificuldades não eram pontuais, mas fruto de uma conjuntura significativamente nova. De um lado, a herança da recessão e do desemprego herdados dos governos Sarney e Collor e, de outro, o avanço do processo de mundialização do capital e do projeto neolibe-

---

12 NOSSAS PALAVRAS. *A Voz do Metalúrgico*, n. 374, jul. 1987.

13 O FUTURO DO PAÍS EM NOSSAS MÃOS. *A Voz do Metalúrgico*, n. 121, nov. 1989.

ral no país, legaram um ambiente de instabilidade e incertezas às classes trabalhadoras, antes e depois da decretação do Plano Real e da eleição de FHC (ALVES, 2000, p. 111-124)<sup>14</sup>. Com a ameaça da flexibilização das relações trabalhistas e o espectro da precarização, os sindicatos perderam parte da força que marcou sua trajetória nos anos anteriores.

O ambiente político não era mais alvissareiro, já que mesmo as promessas democráticas pós-ditadura não se cumpriram plenamente. Na abertura de seu “Imobilismo em movimento”, o filósofo Marcos Nobre se refere à redemocratização do país chamando a atenção para o fato de que, a consolidação da democracia em seus aspectos formais não corresponde, necessariamente, “a uma vida política substantivamente democratizada”, ou, em outros termos, uma “cultura política pluralista, organizando o próprio cotidiano das relações entre as pessoas” (NOBRE, 2013, p. 9). Nesse sentido, sustenta o autor, a abertura política e o processo de retomada democrática que a seguiu foram insuficientes para superar as muitas experiências autoritárias anteriores, forjando as condições para uma democracia mais plena.

Essa dupla frustração, econômica e política, repercutiu negativamente nos sindicatos. Um indício: estudos mostram que, principalmente na segunda metade da década, o número de greves e de grevistas teve um refluxo significativo em relação aos movimentos paredistas dos anos de 1980. Em parte, claro, esse decréscimo é um sintoma dos altos índices de desemprego, mas não apenas. Porque mesmo entre a mão-de-obra empregada, a vulnerabilidade era um fator de desagregação.

As críticas ao Plano Real não demoraram a aparecer. Na edição de julho de 1994, cinco meses após sua promulgação, ele é chamado de “politiqueiro” em editorial assinado pelo presidente do SMC, Sérgio Butka<sup>15</sup>. O teor do artigo é bastante claro ao denunciar as perdas salariais e o aumento dos lucros dos “grandes empresários e banqueiros”, mesmo tom do adotado na edição de setembro, quando FHC é tratado, jocosamente, de “Fernando, o Herdeiro de Collor”<sup>16</sup>. A palavra greve, se não desaparece completamente das páginas do jornal, é utilizada com parcimônia cada vez maior, e as notícias sobre campanhas e negociações salariais são, frequentemente, descritas como “difíceis” e “duras”<sup>17</sup>.

\*\*\*

Isso não significa, no entanto, que *A Voz do Metalúrgico* tenha renunciado à sua dimensão crítica e política. Em abril de 1996 a capa trazia a manchete “Chega de matança”, alusão ao massacre de Eldorado de Carajás. No dia 17 de abril daquele ano, 19 trabalhadores ligados ao Movimento dos Trabalhadores sem Terra, o MST, foram

---

14 Sobre o período, ver também: MARTINS e RODRIGUES, 1999.

15 FISCALIZE ESTE REAL. *A Voz do Metalúrgico*, n. 505, jul. 1994.

16 RICUPERO ENTREGA O OURO. *A Voz do Metalúrgico*, n. 510, set. 1994.

17 CADÊ O SALÁRIO? O RATO COMEU! *A Voz do Metalúrgico*, n. 374, jun. 1995.

brutalmente assassinados após uma ação repressiva da Polícia Militar do Pará, que tentava impedir que o grupo chegasse até Belém, capital do estado, onde pretendia exigir do governo a desapropriação da fazenda Macaxeira, ocupada por 3,5 mil famílias sem-terra. Outros dois trabalhadores sem-terra feridos durante o confronto, morreram alguns dias depois.

No texto, escrito ainda no calor dos acontecimentos – o jornal circula com data de 23 de abril, poucos dias após o massacre –, o SMC defende a Reforma Agrária mas, principalmente, mostra que a violência policial, braço armado do Estado, não era exceção, mas regra, resquício da ditadura em uma democracia ainda recém-conquista: “É assim no Pará, é assim no Paraná e em boa parte do Brasil, onde a polícia não tem preparo para lidar com manifestações populares e os comandantes se julgam acima da lei para mandarseushomensdispararemcontraamultidão. Ontem o massacre foi em uma disputa por terra, amanhã pode ser na porta de uma fábrica”<sup>18</sup>.

O Massacre de Eldorado de Carajás chegou a arranhar a imagem do governo, mas o dano foi superficial e passageiro. Até o final da década, a blindagem de parte da mídia seguiria sendo um dificultador à mobilização dos movimentos sociais. Ainda que isso tenha mudado ao longo do segundo mandato, com os índices de aprovação de FHC sucumbindo a mais uma crise econômica e aos altos índices de desemprego, no caso dos sindicatos um novo direcionamento, novas formas de atuação, surgiram no período, em parte como uma resposta possível à intransigência do governo e dos patrões.

O novo sindicalismo, como vimos anteriormente, mesmo que sem renunciar inteiramente a estratégias como greves e outras mobilizações de massa, apostou também na ampliação da intervenção sindical, de cunho mais propositivo, um “sindicalismo de resultados”. Nos anos de 1990, assistimos ao emergir do que XXX (nome do autor) chamou de “sindicalismo de concertação social”, cuja ênfase residia, principalmente, na defesa dos ganhos salariais e no uso do aparato sindical no desenvolvimento e gestão de serviços básicos, tais como cursos de alfabetização ou de formação e aperfeiçoamento profissional; ou de caráter assistencial e recreativo que, se não eram inteiramente novos, ganham uma atenção e uma centralidade maiores (MIANI, 2016).

Esse “sindicalismo cidadão” está presente nas páginas de *A Voz do Metalúrgico* na cobertura de eventos festivos, que celebram as redes de sociabilidade entre os trabalhadores da categoria, como é o caso da *MetalFest*; nas pequenas notas que anunciam os serviços de assistência médica, entre outros, oferecidos pelo SMC, ou ainda, no “listão de preços” que, sob o título “Valorize o seu salário”<sup>19</sup>, informava aos leitores onde comprar mais barato produtos de primeira necessidade, mapeando uma dezena

---

18 CHEGA DE MATANÇA. *A Voz do Metalúrgico*, n. 584, abr. 1996.

19 VALORIZE SEU SALÁRIO. *A Voz do Metalúrgico*, n. 505, jul. 1994.

de mercados de Curitiba e região metropolitana. Sinais de novos tempos? Necessidade de pensar em novas estratégias de legitimação frente à categoria? Meios de assegurar a sobrevivência da entidade ante à crise algo generalizada do sindicalismo em meio ao avanço das políticas neoliberais?

Talvez sim. De todo modo, elas não foram provisórias, pois permaneceram sendo uma das marcas do jornal na tripla virada – da década, do século e do milênio. Nos anos subsequentes ao fim do governo FHC, *A Voz do Metalúrgico* redesenhou, uma vez mais, seu lugar nas estratégias de comunicação do SMC. Embora preserve essa dimensão “cidadã” retoma, por outro lado, seu caráter mais abertamente combativo.

Mas, não menos importante, já consolidado como porta-voz do Sindicato e canal privilegiado de informação entre os metalúrgicos, o jornal se permite ampliar sua linha editorial incorporando temas que, embora não direta e estreitamente afeitos à categoria, dizem respeito e afetam, em algum grau, sua realidade. Além disso, pouco a pouco novas dinâmicas e meios de comunicação se impõem paulatinamente, obrigando a pensar novos meios e suportes de informação. Os anos 2000, enfim, chegam trazendo novidades.

### **Considerações finais: “A Voz do Metalúrgico” e o novo milênio**

Em uma das últimas edições de 2002, *A Voz do Metalúrgico* comemorava, em uma breve nota, a eleição de Lula à presidência: “Pela primeira vez desde a declaração da independência do Brasil, o país será governado por um homem proveniente da classe trabalhadora. É mais importante ainda para nossa categoria, por um trabalhador metalúrgico como nós. É uma vitória da democracia e do povo brasileiro”<sup>20</sup>. Três meses depois, em janeiro de 2003, o jornal noticiava a diplomação de Sérgio Butka como suplente de deputado federal – o presidente do SMC obteve, nas eleições do ano anterior, um pouco mais de 27 mil votos<sup>21</sup>.

Os novos ares, e as novas conquistas, inspiram os responsáveis pelo jornal a ampliar as pautas e a cobertura política, em parte porque o ambiente nos primeiros anos de governo petista sinalizava, positivamente, para uma retomada do diálogo entre sindicatos e governo. Um sinal dessa mudança são as matérias sobre as propostas levadas pela Força Sindical, central a qual o SMC estava filiado desde há alguns anos, ao presidente Lula, como a redução da jornada de trabalho para

---

20 METALÚRGICO CHEGA AO MAIS IMPORTANTE CARGO POLÍTICO DA NAÇÃO. *A Voz do Metalúrgico*, Edição Especial Bosch, out. 2002.

21 METALÚRGICOS PARANAENSES CONQUISTAM SUPLÊNCIA NA CÂMARA FEDERAL. *A Voz do Metalúrgico*, n. 711, 1ª quinzena/jan. 2003.

40 horas semanais<sup>22</sup>, e as reuniões com os ministros do governo para discutir a Reforma da Previdência<sup>23</sup>.

Mas não se depreenda daí um alinhamento automático com à administração petista. O jornal se manifestou criticamente quando estourou o escândalo do Mensalão, em 2005, inclusive com um duro editorial assinado pelo presidente, onde se lia que “bombardeios sequenciais de escândalos contra integrantes do Governo Federal na mídia vão pouco a pouco minando a confiança de milhões de trabalhadores”<sup>24</sup>. Dois anos depois, em 2007, alertou para os riscos aos trabalhadores se a Reforma Trabalhista, então em discussão, pendesse apenas para o lado da “flexibilização” das garantias e direitos e alterassem conquistas históricas celebradas na CLT<sup>25</sup>.

O posicionamento crítico e independente, no entanto, não impediu o SMC de, por meio do seu jornal, apoiar a candidatura de Dilma Rousseff em 2014<sup>26</sup> mesmo que, pouco mais de um ano antes, tenha festejado como um acontecimento positivo as chamadas Jornadas de Junho<sup>27</sup>, um posicionamento distinto a de muitos setores e entidades do chamado campo progressista, que adotaram um posicionamento crítico às manifestações. No fatídico ano de 2016, a capa e duas das quatro páginas de uma das edições de abril, foram dedicadas ao processo de impeachment contra a presidente, apresentado como “a política do rabo preso com o patronal”, que “entregou de bandeja o país para a direitona”<sup>28</sup>. Naquele momento não era possível saber, talvez nem mesmo imaginar, mas a subida de Michel Temer ao poder era apenas o começo da entrega do Brasil à “direitona”.

Pouco mais de dois anos depois, era preciso uma vez mais mobilizar as bases contra a ameaça e o avanço da direita. A capa que abre esse capítulo, de apoio ao movimento “Ele Não”, surge como mais uma evidência de que, em se tratando da imprensa sindical, a informação caminha *pari passu* à construção da cidadania e a defesa de democracia.

\*\*\*

Após mais de três décadas de circulação ininterrupta, e apesar das mudanças que alteraram, desde o padrão gráfico à sua linha editorial, *A Voz do Metalúrgico*

- 
- 22 CONSTRUINDO UM NOVO PROJETO PARA O BRASIL A Voz do Metalúrgico, n. 711, 1ª quinzena/jan. 2003.  
23 BUTKA REÚNE-SE COM MINISTRO DA PREVIDÊNCIA PARA DISCUTIREM REFORMA. A Voz do Metalúrgico, n. 712, fev. 2003.  
24 NOVAS DENÚNCIAS DE CORRUPÇÃO DECEPCIONAM BRASILEIROS. A Voz do Metalúrgico, n. 743, jun. 2005.  
25 EM DISCURSO, LULA VOLTA A DEFENDER A REFORMA TRABALHISTA. A Voz do Metalúrgico, Edição Especial Renault, mai. 2007.  
26 ELEIÇÕES 2014: BRASIL DECIDIU CONTINUAR AVANÇANDO. A Voz do Metalúrgico, n. 847, nov. 2014.  
27 O POVO ACORDOU E VOCÊ? A Voz do Metalúrgico, n. 837, jun. 2013.  
28 ENTREGARAM O BRASIL PRA DIREITA. A Voz do Metalúrgico, n. 863, abr. 2016.

mantém-se como um veículo de informação e, não menos importante, um canal de diálogo e um instrumento de formação imprescindível à categoria. Folhear e, mais recentemente, navegar por suas páginas, é vislumbrar um pedaço da história recente do SMC, mas também do país e mesmo do mundo<sup>29</sup>, de uma perspectiva crítica, militante e dialógica.

A proposta de se contrapor à visão hegemônica da chamada grande imprensa, oferecendo uma alternativa ao monopólio dos meios de comunicação é, hoje, facilitada e amplificada pela tecnologia e, mais particularmente, a internet. Mas as experiências coevas tiveram, na imprensa alternativa das décadas finais do século XX, de que o jornalismo sindical toma parte, um momento seminal. Não é possível entender os combates de hoje por uma comunicação democrática e cidadã, sem conhecermos as lutas travadas no nosso passado recente.

Por outro lado, o jornalismo sindical, e não é diferente na história do SMC, tampouco permaneceu estagnado. Nos últimos anos, somaram-se ao jornal uma gama de outras iniciativas e projetos de comunicação, usando principalmente as muitas e variadas plataformas digitais à disposição. A capacidade de produzir informação acompanhou a aceleração de um mundo cada dia mais veloz. Mesmo *A Voz do Metalúrgico*, que chegou a ter tiragens de até 55 mil exemplares, hoje “circula” como parte de um conjunto de estratégias comunicacionais em rede – canal no YouTube, blogs, rádio, boletins e informativos digitais, cursos e palestras on-line etc.

No papel ou na tela, no entanto, o mais antigo veículo de comunicação e informação do SMC segue sendo uma testemunha ativa de seu tempo e um instrumento de organização, mobilização e conscientização política crucial à luta dos trabalhadores.

## Referências

- ALVES, Giovani. Do “novo sindicalismo” à “concertação social”: ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, n. 15, nov. 2000, pp. 111-124.
- CARVALHO, Guilherme. Muito além do jornal: a nova imprensa sindical. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, vol. 10, n. 1, Jan./Jun. 2013, pp. 256-273.
- CRUZ, Heloísa Faria. Comunicação popular e trabalhadores: redes de comunicação e impressos dos movimentos sindicais e populares de São Paulo – 1970/1990. *Projeto História*, São Paulo, n. 48, dez. 2013.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Página Aberta, 1991.

---

29 Em duas edições, o jornal traz notícias sobre a crise econômica de 2008, cf.: CENTRAIS SUGEREM AÇÕES PARA COMBATER CRISE MUNDIAL. *A Voz do Metalúrgico*, n. 790, dez. 2008;

MARTINS, Heloísa de Souza; RODRIGUES, Iram Jácome. O sindicalismo brasileiro na segunda metade dos anos 90. **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, v. 11, n. 2, out. 1999, pp. 155-182.

MIANI, Rozinaldo Antonio. O sindicato cidadão nas páginas da imprensa sindical. **Cultura e Mídia**. Revista de Comunicação Midiática. Bauru/Sp, v.11, n.3, set./dez. 2016 pp. 69-89.

NEVES, Ozias Paese. **Imaginários e utopias na passagem entre ditadura e redemocratização: o momento Constituinte em cartilhas (1985-1988)**. Tese de doutorado em História, Curitiba, UFPR, 2017.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e luta dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

▣ *Capítulo 4* ▣  
*Lugar de Mulher é no Sindicato:  
Um olhar sobre a história das Mulheres  
no Sindicato dos Metalúrgicos  
da Grande Curitiba*

Andressa de Oliveira Nascimento<sup>1</sup>

Fabio Wroblewski Filho <sup>2</sup>

A indústria está distante do que é considerado feminino no imaginário coletivo. Os estereótipos da mulher enquanto dona de casa cujo marido trabalha se fazem presentes na construção de um ideal de feminilidade, frágil e resguardada ao ambiente doméstico. Contudo, desde a Revolução Industrial, mulheres reivindicaram o espaço fabril e sua inserção no mundo do trabalho. Embora as lutas passadas tenham resultado em mudanças profundas no papel social feminino, ainda no presente mulheres continuam a demandar novos espaços e exercer sua “agência”<sup>3</sup> em novas esferas. Os sindicatos se inserem nesse contexto, uma vez que são instituições de mobilização por direitos trabalhistas, direitos estes que foram e continuam sendo fundamentais para o movimento das mulheres. Sendo assim, o estudo da presença feminina nos sindicatos pode ajudar na compreensão dos rumos que não apenas as mulheres, mas que a sociedade como um todo percorreu ao longo do século XX, mais precisamente nas décadas de 1970 a 1990 que são o recorte temporal do presente estudo.

No contexto brasileiro, como aponta Souza-Lobo (2011), a questão feminina se desenvolve mais ativamente a partir da década de 1970, quando o número de mulheres nas indústrias passa a aumentar significativamente. Este processo ocorre não apenas nos ramos considerados tradicionalmente femininos como têxtil e vestuário,

---

1 Graduanda em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e estagiária do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC).

2 Graduando em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e estagiário do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC).

3 O termo agência aqui se refere à participação ativa de mulheres, diferenciando-se da simples presença feminina. Não basta que as mulheres ocupem espaços de liderança ou políticos, mas elas devem possuir também voz ativa na tomada de decisões destas diferentes esferas.

mas de forma generalizada, incluindo as indústrias de material elétrico e metalúrgica. No entanto, a renovada presença das mulheres era ainda acompanhada por direitos atrasados que implicavam em condições desfavoráveis de trabalho, como o estrutural desequilíbrio salarial que favorecia o trabalho masculino em detrimento do feminino. Com a emergência de movimentos sociais de direitos da mulher e o desenvolvimento do pensamento feminista como fatores imateriais, tem-se o início das lutas por direitos especificamente femininos nos ambientes de trabalho, acarretando na presença mais ativa de mulheres em sindicatos.

Utilizar o gênero como condicionante na pesquisa histórica abre novas possibilidades de estudos. Longe de ser um campo específico que concerne somente às mulheres, Perrot (1996, p. 199) afirma que “a história das mulheres é também a história dos homens, a história da relação entre os dois”. Dessa forma, o conceito de gênero apresenta um sentido relacional no qual a história das mulheres só pode ser compreendida em sua interação com os homens e vice-versa. O passado das esferas trabalhista e sindical ganha assim uma nova perspectiva que possibilita a inserção histórica de sujeitos nem sempre considerados nesse campo específico.

Os sindicatos se apresentam como organizações de atuação política, portanto a agência feminina neste espaço adquire importância ampla. Sendo mais próximo da vida cotidiana das trabalhadoras, essas organizações representam um campo de atuação mais acessível para as mulheres e cujo impacto pode ser medido de forma mais direta em suas vidas. Estudar as relações de gênero no universo sindical é também estudar relações de poder, pois, segundo Scott (1995), gênero e política estabelecem entre si um elo de reciprocidade, ou seja, um faz parte da construção do outro.

Em vista do apresentado, o presente artigo se propõe a refletir acerca das relações entre gênero, trabalho e sindicalismo. Partindo de discussões sobre as mulheres e sua posição nas esferas privada (familiar) e pública (trabalhista), são analisadas questões sobre a inserção feminina no mundo do trabalho e no universo sindical. Em seguida, é apresentada uma trajetória das organizações e presença de mulheres no Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC)<sup>4</sup>, desde o fim da década de 1970 até a década de 1990. Para tanto, foram utilizados como fontes, sobretudo, periódicos internos do Sindicato, principalmente *A Voz do Metalúrgico*, produzidos e publicados nesse período. Também será apresentada brevemente a trajetória de Diva Lima da Silva, uma das principais lideranças femininas do SMC, partindo de uma entrevista realizada com ela.

---

4 O nome e os ramos industriais cobertos pelo SMC mudaram ao longo de sua história. Neste artigo, a instituição será referida por sua denominação atual, dado que que tais alterações não são relevantes para a presente discussão.

## Sobre a relação entre o mercado de trabalho e as demandas de gênero

O presente capítulo parte da relação entre o universo familiar e o mundo do trabalho para posteriormente apresentar as estratégias e mecanismos de luta das mulheres trabalhadoras dentro dos Sindicatos, em especial nos boletins informativos do *Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba* (SMC) entre as décadas de 1970 e 1990.

Partindo da afirmação de Perrot (1996, p.193), segundo a qual a compreensão do trabalho da mulher deve passar pela reaproximação entre família e trabalho, buscaremos identificar em primeiro lugar os mecanismos existentes que excluem/isolam as mulheres de modo a apontar as principais pautas de reivindicação que marcaram o início de suas lutas por direitos e igualdade.

O período de redemocratização no Brasil foi amplamente marcado pela reestruturação dos movimentos sociais e políticos, revalorizados como mecanismos capazes de modificar a sociedade e democratizar as relações sociais. Por décadas os sindicatos foram limitados pelas estruturas de governo, tratavam-se de organizações subordinadas aos interesses do Estado que, sobretudo durante o Regime Militar, impunha legislações de controle aos movimentos trabalhistas. Contudo, com o fim do AI-5 e com os movimentos organizados por trabalhadores no ABC paulista<sup>5</sup>, os sindicatos assumiram uma nova posição frente ao empresariado, assim como novas formas de organização. É o nascimento do Novo Sindicalismo: em oposição ao velho sindicalismo, marcado pelo controle estatal e pelo peleguismo<sup>6</sup>, o novo sindicalismo busca a democratização das relações sindicais, revalorizando a representação direta através da expressão da resistência operária e popular (BERTOLIN; KAMADA, 2012). Esse sindicalismo, feito a partir das bases, passou a fazer uso de greves a fim de pressionar as classes patronais, desafiando legislações e perseguições políticas realizadas nos anos anteriores.

Neste mesmo contexto, não apenas as organizações sindicais assumiram seu espaço no debate político, mas também as organizações da sociedade civil passaram

---

5 Trata-se da série de greves e lutas por direitos trabalhistas que tiveram espaço em mais de 40 empresas no ABC paulista entre os anos de 1978 e 1980. Essa experiência de mobilizações operárias ficou marcada na memória do país, resultando em uma nova dimensão da atuação proletária. Greves tornaram-se uma ferramenta recorrente de negociação nas próximas décadas e partidos políticos formados pela base foram fundados, como por exemplo o PT (Partido dos Trabalhadores) (ver MOURA, 2010). Conforme analisado por Pazzanese (2018), as mulheres foram componentes fundamentais desses movimentos, ainda que suas reivindicações específicas de gênero tenham sido deixadas de lado. Através do trabalho filmico a autora identificou certo apagamento deste fato no imaginário social, devido sobretudo a discursos que defendiam incorporação do feminino nas lutas proletárias em um processo de unificação, ao invés do reconhecimento das diferenças.

6 Refere-se à forma com que as entidades sindicais se relacionavam com o poder, atendendo aos interesses estatais ou patronais em detrimento dos interesses da classe trabalhadora.

a se manifestar de forma mais enfática. Entre estes movimentos estavam incluídos movimentos de mulheres que reivindicavam seus direitos e criticavam as estruturas sociais. Sardenberg (2004, p.34) aponta que esse quadro coincide com uma grande expansão industrial no Brasil, que leva à reestruturação do mercado de trabalho e à incorporação em massa de mulheres brasileiras nesse mercado. Daí que a luta das mulheres tenha começado a ganhar espaço dentro do Novo sindicalismo através da inserção do debate de gênero e da construção de uma identidade política das mulheres. Segundo Souza-Lobo, “teria sido na condição de mães, esposas, irmãs de prisioneiros políticos ou de desaparecidos que as mulheres participaram do movimento pela anistia ou das lutas pela democratização. Assim, na origem da mobilização das mulheres estariam suas identidades tradicionais” (1991, p. 8).

Os anos 1970 no Brasil viram também nascer os primeiros jornais feministas feitos por e para mulheres. Essa imprensa foi fundamental para o desenvolvimento de um pensamento crítico sobre as condições sociais da mulher brasileira e, portanto, constituem um escopo extremamente importante de fontes de análise que auxiliam a compreender o papel ativo das mulheres nos movimentos políticos e sociais no período. Se inicialmente essa imprensa retratava a luta feminista como uma luta unida de homens e mulheres, posteriormente há a percepção de que as causas das mulheres não eram compartilhadas pelos homens como questões de classe. Havia, portanto, num primeiro momento, um processo de apagamento do gênero, suas questões “eram tratadas como secundárias ou, mesmo desconsideradas” (ALVAREZ apud PAZZANESE, 2018, p. 122).

Esses novos sujeitos coletivos, as feministas, criam seu **próprio espaço de representação** e favorecem com sua militância o debate das questões relacionadas com o convívio familiar, pais e filhos, etc, introduzindo-as no movimento popular. É importante marcar esta presença e o significado desta relação: **mulheres que se auto-organizam nas periferias, em busca da garantia de direitos sociais, e as feministas preocupadas com a emancipação feminina, a discriminação, a sexualidade, o poder, reinventando uma nova forma de fazer política junto com a luta reivindicativa das classes populares. Papel desempenhado pela imprensa feminista (grifos nossos)** (LEITE, 2020).

Os dois principais jornais deste primeiro momento são o *Jornal Brasil Mulher* (primeiro jornal feminista feito no Brasil pela *Sociedade Brasil Mulher*, de 1975 a 1980) e o *Jornal Nós Mulheres* (publicado pela Associação de Mulheres, circulou de 1976 a 1978). Seus editoriais eram direcionados a defender a emancipação feminina na política e a produção de relações igualitárias entre homens e mulheres como pautas de luta por uma sociedade mais justa (PAZZANESE, 2018, p. 131). Esses jornais são testemunhos femininos do período, como produções oficiais de organizações de mulheres auxiliam

a entender como eram feitas as pautas feministas e de que forma elas eram divulgadas. Assim como aparece na primeira edição do *Jornal Brasil Mulher* de 1975: “Queremos falar dos problemas que são comuns a todas as mulheres do mundo. Queremos falar também das soluções encontradas aqui e em lugares distantes; no entanto, queremos discuti-las em função de nossa realidade brasileira e latino-americana”. A imprensa feminista tem um papel de extrema importância na luta por direito das mulheres a partir da década de 1970, o excerto apresentado anteriormente nos permite, também, apontar que existia um processo de localização de realidade: quais eram as reivindicações das mulheres brasileiras e latino-americanas?

Esse processo de organização política das mulheres toma a forma de um sujeito coletivo e, assim, cada vez mais, via-se em pauta as reivindicações não apenas das mulheres, mas das mulheres trabalhadoras, formulando anseios coletivos que visavam a construção de uma ampla gama de direitos. Assim, o desenvolvimento do pensamento feminista também ecoou dentro do mundo do trabalho e as mulheres começaram a se organizar dentro dos sindicatos.

Embora as mulheres estivessem adentrando nos sindicatos, estes ainda eram compreendidos como espaços marcadamente masculinos. Logo, é necessário desconstruir a visão social da estrutura sindical e a imagem-modelo do operário metalúrgico, diferenciando-se o que se entende por *unidade operária e identidade operária*. Ambos os conceitos estiveram, conforme aponta Cappellin (1994, p. 272), intimamente ligados à imagem social do movimento operário e dos sindicatos – produtores de uma imagem homogênea do trabalhador, tradicionalmente masculina. De acordo com Pazzanese (2018), essa imagem era reforçada por homens que participavam do movimento operário que não viam, conforme apontamos anteriormente, as pautas das mulheres como parte da agenda de classe, contribuindo para o apagamento do gênero dentro do movimento sindical. A ideia de unidade operária, portanto, apagava as diferenças existentes na classe trabalhadora enquanto atribuía a ela uma identidade homogênea (SOUZA-LOBO apud BERTOLIN; KAMADA, 2012, p. 35). Daí que as feministas e as militantes dos movimentos sociais apontam a necessidade de se integrar as lutas da classe operária, sem deixar de lado questões próprias das relações de gênero que são de extrema importância para a manutenção das mulheres no mundo do trabalho. Ou seja, o reconhecimento da heterogeneidade e a desconstrução do mito da unidade operária é fundamental para alterar as condições de trabalho dos homens e, principalmente, das mulheres. A partir de então, as mulheres inseridas no movimento sindical começam a buscar o desenvolvimento de uma ação sindical que incluía tanto as relações produtivas de trabalho, quanto as reprodutivas. É necessário, nesse cenário, ampliar a noção de classe trabalhadora através de mecanismos como gênero e raça. A união do movimento de mulheres e o movimento sindical, segundo Cappellin (1994, p.287) tinha por objetivo introduzir as pautas das mulheres,

apontando as especificidades do trabalho realizado por elas. Como também buscavam a afirmação das trabalhadoras como sujeitos políticos. Sardenberg (2004, p. 111) aponta que entre 1970 e 1978 a participação sindical das mulheres cresceu cerca de 176% e a dos homens 87%, momento que coincide com a articulação do feminismo e do movimento sindical brasileiro.

Para o capital, o uso da mão-de-obra feminina era visto – e, infelizmente, continua sendo visto em alguns setores – como desperdício de dinheiro, devido, principalmente, às demandas atreladas a imagem social da mulher, tal como a necessidade de creches, licença e auxílio maternidade. Nossa sociedade ainda tem um longo caminho a percorrer para atribuir a criação de filhos e o cuidado do lar aos homens. De acordo com Sardenberg (2004, p. 97), as estruturas de gênero sustentam o modelo de família tradicional, dificultando a dissociação entre a mulher e as atividades relacionadas à reprodução. Essa divisão sexual do trabalho foi uma das temáticas mais discutidas pelo nascente movimento feminista brasileiro na década de 1970. Como coloca Scott (1989, p. 22): “um mercado de trabalho sexualmente segregado faz parte de um processo de construção do gênero”. O gênero é, portanto, visto como uma construção social articulada sobre o sexo biológico do ser humano, é a partir dele que se cria a identidade de um sujeito. No mundo do trabalho, o gênero cria áreas consideradas “femininas” e “masculinas”. Daí que se aponte a dupla jornada de trabalho como principal obstáculo à participação feminina nos movimentos sindicais. Enquanto o mercado formal de trabalho era associado aos homens, o mundo privado - o trabalho doméstico e cuidado dos filhos - era de domínio feminino. Em consequência, apesar do avanço da participação das mulheres na população economicamente ativa, elas devem lidar com o acúmulo de tarefas da esfera privada (do lar) e da esfera pública (fora do lar), gerando sobrecarga de trabalho. É importante situar que o trabalho doméstico, inserido no mundo privado é desqualificado de valor (tanto monetário quanto social) e invisibilizado.

Desta forma, os movimentos pelos direitos das mulheres trabalhadoras atentavam-se a esses padrões de divisão do trabalho e do poder não apenas no mercado de trabalho, mas também no universo familiar (SARDENBERG, 2004, p. 31). Ou seja, as pautas de licença-maternidade, creches, intervalo de amamentação e as demandas pela reestruturação da divisão sexual do trabalho doméstico podem ser apontadas como a base de construção da entrada das mulheres no mercado de trabalho. Em outras palavras, era necessário que se diminuísse a carga da dupla jornada e que se reconfigurasse a noção de família para que a mulher tivesse liberdade de atuar política e socialmente dentro dos Sindicatos e de outros espaços políticos. Como afirma Bruschini (apud SARDENBERG, 2004, p.31):

A manutenção de um modelo de família segundo o qual cabem a elas [as mulheres] as responsabilidades domésticas e socializadoras, bem como a persistência de uma identidade construída em torno do mundo doméstico, condicionam a participação da mulher no mercado de trabalho a outros fatores além daqueles que se referem à sua qualificação e à oferta de emprego, como no caso dos homens.

Tomando por base essa construção do gênero e as reflexões sobre a realidade da mulher trabalhadora brasileira, é que o movimento feminista e o movimento sindical iniciam o processo de modificação da tradicional estrutura sindical em favor da plurificação de demandas e formação de um pensar coletivo. Através da percepção das relações assimétricas de poder, as feministas introduzem em seus debates um novo símbolo de análise: o machismo. Questiona-se então os papéis sociais atribuídos aos homens e as mulheres, muda-se a percepção do núcleo familiar e coloca-se em pauta as dificuldades de articular o mercado de trabalho e a família. Esse quadro levou a reestruturação da família e demandas por divisão do trabalho doméstico por parte das mulheres (CAPPELLIN, 1994).

Souza-Lobo (2011) fala sobre a oposição entre o trabalho assalariado e a maternidade. Segundo ela, se de um lado a lei legitima o direito das trabalhadoras à maternidade, por outro as decisões patronais tentam controlar cada vez mais a fertilidade das mulheres. A taxa de fertilidade no Brasil no início dos anos 1970 era de 4,97 filhos por mulher, em 1980 de 4,04 e em 1990 de 2,90. Essa taxa diminui paralelamente ao crescimento da presença feminina no mercado de trabalho. É interessante apontar outro dado, se no início as mulheres presentes no mercado de trabalho eram em sua maioria jovens solteiras e sem filhos, a partir da década de 1980-90, esse cenário muda e começa a incorporar, cada vez mais, mulheres mais velhas e com filhos (SARDENBERG, 2004, p. 33), o que nos leva a considerar a existência de uma crescente estabilidade no emprego fruto das reivindicações dos movimentos de mulheres, em especial as demandas ligadas à maternidade.

O novo estatuto da mulher trabalhadora constrói, de início, a “condição jurídica da trabalhadora, subordinando-a sobretudo a dois papéis face à sociedade: de esposa e de mãe” (CAPPELLIN, 1994, 273). A constituição de 1988 avançou no reconhecimento dos direitos das mulheres mães e trabalhadoras, proporcionando estabilidade no emprego para a trabalhadora gestante. Souza-Lobo (1991, p. 11) resume esse processo: “A problemática das mulheres como sujeito coletivo, diferente, mas não específico, corresponde em muito a uma tentativa de conceituação da diferença construída a partir de um questionamento das desigualdades e do papel da maternidade”.

O *Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba* (SMC) teve um papel ativo na luta pelas reivindicações das mulheres que levariam ao texto constitucional em 1988.

Essas reivindicações aparecem como pauta da campanha salarial do SMC, no jornal sindical *A Voz do Metalúrgico*, na 1ª edição de 19867. A pauta ainda inclui a reivindicação por tempo livre para amamentação. Segundo consta no próprio jornal: essas pautas representam “a vontade dos metalúrgicos do Paraná”, aprovada por unanimidade na Assembleia.

- 25 - CRECHE: Todas as empresas devem ter uma creche ou manter convênios com creches para atender as necessidades das mães que trabalham
- [...] 32 - ESTABILIDADE DA GESTANTE: Mais de 60 dias após a licença do INPS. E 30 minutos de intervalo, em cada turno, para amamentar a criança

Segundo Cappellin, no processo de construção da Constituição houve a seleção de um determinado conjunto de medidas das demandas das mulheres (1994, p. 283). Em especial, essas demandas estavam ligadas à maternidade e ao mundo do trabalho formal. A Constituição de 1988 instituiu um avanço significativo na determinação de direitos da mulher gestante e da mulher no mercado de trabalho. Essas demandas estavam permeadas pela perspectiva de gênero, elas levavam em conta a realidade das mulheres e buscavam o empoderamento destas dentro do mundo do trabalho. Levando esse quadro em conta, o SMC avançou de forma significativa na articulação de um forte movimento em prol das demandas femininas.



Figura 1:  
Jornal “A Voz do Metalúrgico”, julho de 1989. Acervo SMC - Roberto Etermann, código 2019041/1.

Em edição de julho de 1989<sup>8</sup>, o jornal sindical *A Voz do Metalúrgico* (figura 1) apresenta de maneira detalhada as conquistas das mulheres trabalhadoras referentes a creche gratuita e espaço para amamentação. O texto constitucional apresenta no artigo 7º, inciso XXV: “Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas”<sup>9</sup>. O jornal acusa empresários e o Estado de não cumprirem o texto da nova Constituição e firmam a posição de luta para que as demandas sejam cumpridas. Apresenta ainda uma chamada às mulheres, homens e respectivas famílias para a campanha “Creche já”, cujo objetivo é fazer valer a Constituição na prática da vida cotidiana da categoria metalúrgica. Segundo consta no próprio jornal, as creches são um direito assegurado pela CLT e reiterado pela Constituição de 1988, assim como o direito de um intervalo para amamentação. Conforme consta na *Consolidação das Leis de Trabalho* (CLT), artigo 389, inciso I: “Os estabelecimentos em que trabalham pelo menos trinta mulheres com mais de dezesseis anos de idade terão local apropriado onde será permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período de amamentação”<sup>10</sup>.

As conquistas das feministas, das militantes dos movimentos de mulheres e do movimento sindical na Constituição de 1988 foi o resultado de intensa mobilização e luta. Os exemplares de *A Voz do Metalúrgico* analisadas para esse artigo ilustram esse quadro<sup>11</sup>. A mobilização pela pauta de creches gratuitas aparece diversas vezes. Na 15ª edição, de setembro de 1989<sup>12</sup>, a sessão O que eles falam de nós apresenta depoimentos sobre o SMC. Nela, o então Deputado Federal Nelson Friedrich, do PSDB-PR, diz o seguinte:

O Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba vem crescendo no movimento sindical brasileiro em razão da luta em torno dos interesses da categoria. Esteve presente nas discussões da Constituinte, além de promover vários encontros, seminários como o da “Proteção do Mercado de Trabalho para a Mulher” e o “Direito de Creche” [...]

---

8 A Voz do Metalúrgico, número 14, julho de 1989, Acervo SMC - doação de Roberto Eltermann, código 2019041/1.

9 Consultar em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 23/05/2020.

10 Consultar em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10722348/artigo-389-do-decreto-lei-n-5452-de-01-de-maio-de-1943>>. Acesso em: 23/05/2020.

11 Ao todo nós utilizamos 38 exemplares do jornal *A voz do Metalúrgico* e 1 exemplar do periódico *Informetal*. Embora sejam pequenas amostras quando comparadas às dezenas de números do acervo completo, é possível perceber como questões relacionadas especificamente às mulheres estão presentes de diferentes formas. Enquanto algumas edições dedicam apenas pequenos trechos, outras são inteiramente concernentes às mulheres.

12 A Voz do Metalúrgico, número 15, ano IV, setembro de 1989, Acervo SMC, có. 201901/1-89, p.8.

Como afirmamos anteriormente, as medidas de proteção à maternidade acompanham a entrada da mulher no mercado de trabalho, tanto incentivando quanto mantendo a mulher empregada. Na *Consolidação das Leis de Trabalho* (CLT, artigo 392), da década de 1940, estabeleceu-se a licença maternidade de 90 dias, a Constituição de 1988 estende para 120 dias, sem prejuízo de trabalho ou salário da trabalhadora (Artigo 7º, inciso XVIII).

O seguinte excerto foi retirado de um exemplar do *A Voz do Metalúrgico*<sup>13</sup>, de 17 de maio de 1995:

EXAMES ADMISSIONAIS: Conforme Lei 9.029, as discriminações devem acabar dentro das fábricas, principalmente no que se refere às mulheres grávidas, que agora não mais podem ser obrigadas a fazerem exames de gravidez antes de serem admitidas no emprego. Mas como Lei geralmente não é cumprida, principalmente no país em que vivemos, é preciso que você denuncie no Sindicato os abusos que a sua empresa comete.

O artigo 391 da CLT torna ilegal a rescisão do contrato de trabalho da mulher por motivo de casamento ou gestação. O inciso XVIII (artigo 7º) da *Constituição Federal* de 1988 reitera essa ilegalidade. Ainda mais, a Convenção nº 103, da *Organização Internacional do Trabalho* (OIT), promulgada em julho de 1966, ainda vigente no Brasil, estabelece o pagamento de auxílio às gestantes:

As prestações em espécie e a assistência médica serão concedidas quer nos moldes de um sistema de seguro obrigatório, quer mediante pagamento efetuados por fundos públicos, em ambos os casos serão concedidos de pleno direito a todas as mulheres que preencham as condições estipuladas<sup>14</sup>.

É importante realçar as conquistas das mulheres e do movimento sindical. Não apenas as leis, mas os movimentos de demanda, as cobranças e as denúncias que estes realizavam. Daí que seja interessante apontar a realização, durante o ano de 1995, do *IV Encontro da Mulher Metalúrgica*<sup>15</sup>. Neste evento, houve a presença da advogada Ilda Helena Gurkewicz, que discutiu e sanou as dúvidas das mulheres presentes sobre

---

13 A Voz do Metalúrgico, número 543, ano X, maio de 1995, Acervo interno SMC, código 2019011-2-9.

14 Consultar em: <[http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/LEGIS/CLT/OIT/OIT\\_103.html](http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/LEGIS/CLT/OIT/OIT_103.html)>, acesso em 23/05/2020.

15 Informação retirada do jornal *A Voz do Metalúrgico*, número 556, ano X, agosto de 1995, Acervo SMC, código 2019011/2-23.

as questões ligadas ao direito da família. Isso demonstra que as mulheres continuavam na década de 1990 a ser “interlocutoras visíveis” e que seu movimento no sindicato não se limitava a reivindicar, mas tomava como responsabilidade tornar de conhecimento geral seus direitos e a discutir novas demandas que continuassem a estimular e a manter as mulheres no mercado de trabalho e no movimento sindical (SOUZA-LOBO, 1991, p. 12).

Via-se, assim, concretizar em leis as demandas coletivas dos movimentos de mulheres. Contudo, na prática era necessário que as mulheres continuassem a lutar para ver seus direitos realizados. As articulações apresentadas através do jornal sindical do SMC tinham esse objetivo, não só frisavam as conquistas das mulheres, como apontavam que a luta ainda nem tinha começado. O Sindicato deixava aos poucos de olhar o mundo do trabalho por uma ótica exclusivamente masculina, buscando dar fim a ideia de que “Sindicato não é lugar de mulher”<sup>16</sup>.

### Lugar de mulher é no sindicato: o *Departamento Feminino* do SMC

A principal forma encontrada para inserir as questões femininas dentro da esfera sindical foi a criação dos Departamentos Femininos. Segundo Cappellin (1994, p. 279) “a constituição dos Departamentos Femininos responde a múltiplas necessidades: introduzir a reflexão sobre as discriminações nas relações de trabalho e exigir a ampliação do direito de poder associar-se e de ser votada como representante sindical”. Dessa forma, a função destes departamentos é dupla: está na promoção de discussões acerca da especificidade feminina frente ao mundo do trabalho e na introdução de mulheres nos quadros sindicais, oferecendo a elas uma plataforma poderosa de reivindicação de direitos.

No SMC a inclinação a favor da criação de um espaço para mulheres está presente desde 1981<sup>17</sup>. Na quarta edição do boletim informativo *Informetal* há menção da criação de um departamento feminino que realizaria cursos e palestras para a associada. O público alvo, segundo a publicação, é a “mulher moderna”, ou seja, uma mulher que já não se limita ao âmbito doméstico, mas trabalha e luta por seus direitos. Os planos de criação deste departamento também aparecem nas atas da diretoria do mesmo ano<sup>18</sup>. Na reunião de 30 de janeiro de 1981, uma companheira, Maria L. F. Almeida, se oferece para colaborar nesse processo. No entanto, apesar das menções em periódicos e no livro de atas, fontes posteriores levam a pensar que o departamento feminino do sindicato não foi criado nesse momento, mas somente em 1988. O motivo da existência desse período

16 Informação retirada do jornal A Voz do Metalúrgico, em “Agora é com vocês, mulheres!”, número 51, ano III, 29/03, Acervo SMC-, sob código 2019041/1.

17 Informetal, número 4, ano 2. Acervo SMC, código 2019041/1.

18 Atas da diretoria 1976-1996, acervo SMC.

entre o primeiro anúncio e a efetiva criação é incerto e não pôde ser investigado nas fontes disponíveis.

Por meio de duas edições extra do jornal *A Voz do Metalúrgico*, dedicado às mulheres e publicadas em março de 1988, é anunciada a efetiva criação do Departamento Feminino do SMC<sup>19</sup>.

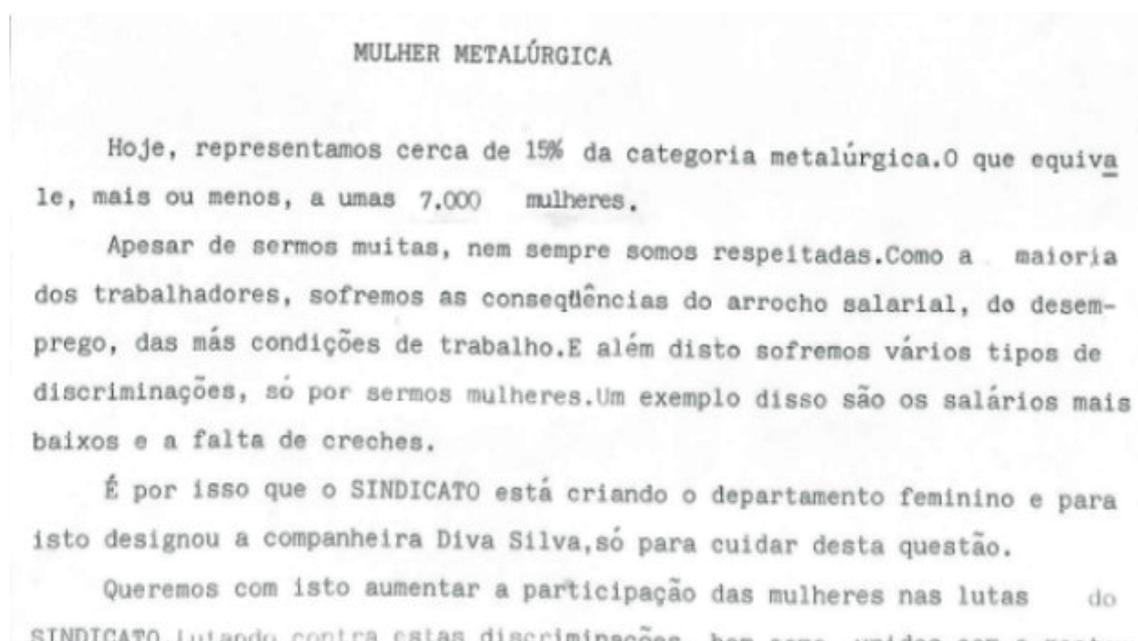


Figura 2: Jornal “A Voz do Metalúrgico”, março de 1988. Acervo SMC, código 2019041/1.

O primeiro jornal (figura 2), sem data precisa do dia de publicação, celebra o dia 8 de março, dia internacional da mulher, promovendo reflexões acerca do papel feminino ao longo da história e da opressão masculina em um sistema capitalista. Ademais, informa que o sindicato está criando um departamento feminino. A edição do dia 29 (figura 3), por sua vez, informa da criação da organização voltada à “mulher metalúrgica” que é a trabalhadora sindicalizada, mas também a esposa e a filha do trabalhador, pois estas compartilham da mesma forma a luta da classe proletária. Tem início também a “Programação Mulher/88” que incluirá diferentes atividades e espaços de interesse feminino. A exibição de filmes é uma das atividades desenvolvidas nesta programação. Os filmes têm por objetivo informar as mulheres sobre as lutas que já ocorreram. Tão importante quanto informar do passado é também motivar visando ao futuro, sendo assim os títulos escolhidos para exibição apresentam narrativas de trabalhadoras que superaram obstáculos de gênero e classe ao reivindicar seu espaço

19 A Voz do Metalúrgico, número 49, ano 3, março de 88. Acervo SMC, código 2019041/1; A Voz do Metalúrgico, número 51, ano 3, 29 de março de 88, acervo SMC - doação de Roberto Eltermann, código 20191041/1.

e seus direitos. Um exemplo é o longa *Norma Rae*, vencedor do Oscar em 1980, que retrata a história de uma trabalhadora da indústria têxtil que após ouvir um discurso inspirador, auxilia na sindicalização de suas companheiras e lidera um movimento por melhores condições de trabalho<sup>20</sup>.



Figura 2: Jornal "A Voz do Metalúrgico", março de 1988. Acervo Externo SMC - Roberto Eltermann, código, 2019041/1.

Na programação iniciada junto com a criação do *Departamento Feminino*, está presente um ciclo de debates que promoverá um encontro por mês. O primeiro debate é sobre a saúde da mulher, sendo ministrado por um médico ginecologista. Concomitantemente, o sindicato promove um curso para gestantes, que também parte da programação especial voltada às mulheres. A escolha de temas da saúde feminina e da gravidez enfatizam a necessidade, como argumentamos anteriormente, do debate acerca do papel reprodutor feminino associado ao trabalho. Pensar na gestação das trabalhadoras e como conciliar essas duas funções é o que marca a "mulher moderna" que o sindicato denunciava em suas publicações, uma mulher que embora ainda seja a mãe, é também parte da classe trabalhadora. A função materna não mais oprime e limita as mulheres a seus lares, tendo em vista que elas também são provedoras da família.

Os debates seguintes terão seus temas e horários definidos pelas próprias mulheres

que participam das reuniões. No periódico há um espaço de pesquisa que, além de apresentar opções de votação, também permite que a trabalhadora escreva quais palestras ou cursos gostaria que fossem realizados no sindicato. Entre os temas que podem ser escolhidos estão: o trabalho doméstico, direitos da mulher trabalhadora, mulheres negras, amor, educação e violência contra a mulher. A análise dos temas nos permite compreender quais assuntos são do interesse feminino, ou ao menos, quais temas as representantes do sindicato acreditavam que seriam pertinentes. Como sugere Souza-Lobo (2011), importância do cotidiano é visível no que concerne a presença feminina nas indústrias, refletindo sua singularidade e é reflexo das divisões sexual e social do trabalho.

O segundo debate teve como mote a discriminação da mulher negra no ambiente fabril. Sendo este debate, o primeiro cuja escolha foi feita diretamente pelas mulheres, cabe refletir sobre a importância da intersecção entre marcadores de gênero, raça e classe na vivência prática das trabalhadoras. No entanto, mais significativo para o momento histórico referido é o tema do terceiro encontro: os direitos da mulher na constituinte. A constituinte foi formada por contribuições de políticos e juristas assim como por demandas da sociedade como um todo. O SMC tomou parte da discussão por meio do Movimento Intersindical Pró-Constituinte do Paraná<sup>21</sup>. A participação do Sindicato demonstra sua importância enquanto instituição social, uma vez que as reivindicações neste caso não estão limitadas a negociações particulares entre empresas e funcionários, mas se estendem ao documento jurídico de maior importância no país. Como reflete Cappellin (1994), durante a formação da constituição de 1988 as mulheres tomaram parte ativa, tanto por meio de movimentos populares<sup>22</sup>, quanto por meio das instituições sindicais. Assim, o sindicato se apresenta como uma esfera política na qual mulheres podem se manifestar com apoio institucional, para além dos espaços da política tradicional.

Nas pautas defendidas pelo Sindicato para a constituinte se encontram algumas de interesse prioritariamente feminino. Por exemplo, há a presença da licença maternidade de 120 dias, acompanhada da licença paternidade de 5 dias, ambas defendidas pela instituição sindical no segundo turno de votações<sup>23</sup>. Outrossim, com a Constituição

---

21 Informações referentes aos temas do segundo e terceiro debates e envolvimento do Sindicato no Movimento Intersindical Pró-Constituinte do Paraná presentes em *A Voz do Metalúrgico*, número 07, ano 3, junho de 88. Acervo SMC - código 2019041/1.

22 Um documento que sintetiza as demandas femininas frente à formação da constituinte é a Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes, de agosto de 1986. Há na carta uma seção dedicada ao trabalho, na qual as reivindicações estão alinhadas àquelas defendidas pelo Sindicato, indicando como a esfera sindical está em sintonia com a sociedade e vice-versa. Estão presentes, por exemplo, o estabelecimento da igualdade salarial entre homens e mulheres em trabalhos iguais, a estabilidade para a mulher gestante e licença para o pai.

23 Informações presentes em *A Voz do Metalúrgico*, número 07, ano 3, junho de 88. Acervo SMC - código 2019111-1-25; *A Voz do Metalúrgico*, número 57, ano 3, 19 de setembro de 88. Acervo interno SMC código 2019011/1-41.

de 1988 já pronta, o Sindicato se compromete a defender os direitos conquistados. Como explicado anteriormente, no ano de 1989 é criada a campanha “Creche Já” cujo objetivo é garantir a escolarização de filhos e dependentes de trabalhadores em creches e pré-escolas, que embora garantida constitucionalmente não estava ocorrendo na prática<sup>24</sup>. Os periódicos aqui analisados reconhecem a importância dos movimentos de mulheres, dentro e fora dos sindicatos ao longo de mais de dez anos, para essa conquista. Sendo assim, foi dentro das discussões do I Encontro da Mulher Metalúrgica, de setembro de 1988, que a questão do auxílio creche ganhou força e foi incluída nas pautas da campanha salarial negociadas com os patrões. Entretanto, ainda que presente na Constituição, essa reivindicação foi descartada por falta de outras leis que a detalhassem, segundo o Sindicato. Dessa forma, a campanha “Creche Já” seria uma forma de pressionar a classe patronal a cumprir a legislação.

A voz feminina, contudo, não é ouvida no sindicato somente quando a constituinte estava em processo de escrita. Na formação das pautas adotadas na campanha salarial de cada ano as mulheres também se fazem presentes, reivindicando e defendendo suas necessidades. Em 1986, em uma das primeiras edições de *A Voz do Metalúrgico*, são anunciadas as pautas da campanha salarial que foram aprovadas em votação direta por uma assembleia composta por mais de 400 “companheiros e companheiras”<sup>25</sup>. Entre as pautas estão: equiparação salarial (“trabalho igual tem que ter o mesmo salário”), creches (nas empresas ou em convênios) e estabilidade da gestante (com tempo para amamentação). Esse não é um caso específico. Em uma edição de novembro de 1989 são apresentadas as pautas da campanha aprovadas naquele ano, também por eleição direta<sup>26</sup>. Novamente encontra-se a questão das creches, que como visto anteriormente, embora aprovada na constituição, não foi posta em prática, e a equiparação salarial.

Nos exemplos anteriores as mulheres se manifestaram de forma individual, por meio de eleições diretas. Entretanto, a maneira pela qual as pautas da campanha salarial são escolhidas sofreu alterações com o passar do tempo. No ano de 1994 foram realizados diversos encontros e palestras a fim de definir as reivindicações que seriam defendidas, privilegiando assim não apenas a ação individual, mas também as mulheres enquanto grupo. Em setembro deste ano metalúrgicas de diferentes indústrias são convocadas por boletins especiais feitos especificamente para seus locais de trabalho (Cidade Industrial de Curitiba, Pinhais, São José dos Pinhais) para um encontro nos dias 17 e 18 daquele mês<sup>27</sup>. No dia 24 de setembro foi realizado um seminário

---

24 A Voz do Metalúrgico, número 14, ano 4, julho de 89. Acervo SMC - código 2019011/1-41.

25 A Voz do Metalúrgico, número 1, ano 1, outubro de 86. Acervo SMC - código 2019041/1.

26 A Voz do Metalúrgico, número 16, ano 4, novembro de 89. Acervo SMC - código 2019011/1-96.

27 A Voz do Metalúrgico, número 507, ano 9, 12 de setembro de 94. Acervo SMC cód. 2019011/1-111.

geral que visava articular as diferentes propostas dos diferentes setores, incluindo o departamento das mulheres<sup>28</sup>. Esse processo que se repetirá em 1995<sup>29</sup> favorece a organização feminina dentro do Sindicato, pois assim as mulheres criam suas próprias pautas de forma independente, pautas que refletem urgências particulares à sua presença nas indústrias e nos sindicatos. A possibilidade destas reivindicações serem suprimidas por pautas mais gerais é minimizada e a voz feminina se faz ouvida com mais força.

Desde muito cedo o *Departamento Feminino* teve seu trabalho reconhecido, dentro e fora do Sindicato. Em 1989, apenas um ano depois da criação do departamento, foi publicada uma edição d'A *Voz do Metalúrgico* voltada à prestação de contas dos trabalhos realizados pela diretoria<sup>30</sup>. Nesta edição, são apresentados comentários de pessoas exteriores ao Sindicato, entre elas está Nair Goulart, do *Departamento Feminino da Central Única dos Trabalhadores Nacional*, que elogia o departamento feminino do SMC por seu trabalho organizado e sua "Programação Mulher 88/89".

Nos anos seguintes à sua criação e elogiada programação, o Departamento Feminino continua a promover palestras e encontros com o objetivo de instruir as mulheres sobre suas especificidades no mundo do trabalho e na sociedade como um todo. O IV Encontro da Mulher Metalúrgica, realizado durante dois dias do ano de 1995, tratou dos "direitos das mulheres no trabalho e na sociedade". Para aprofundar a discussão estiveram presentes duas advogadas, Ione Regis Slivian e Ilda Helena Gurkewicz. Ilda palestrou primeiro tirando dúvidas sobre direito da família, enquanto Ione discutiu posteriormente o direito trabalhista. Gilce Martins, assessora de comunicação do Sindicato, também fez uma apresentação neste evento, discutindo acerca da perplexidade do homem frente à mulher do fim do século. Na mesma ocasião, é anunciada a programação *Mulher & Informação* que ocorreria todo fim de mês, trazendo palestras, debates e exposições de filmes<sup>31</sup>. A primeira reunião do projeto teve como atração a exibição do filme *Tomates Verdes Fritos* cuja história de duas mulheres superando suas dificuldades deveria servir de ânimo para as companheiras lutarem por seus próprios direitos<sup>32</sup>.

O Departamento Feminino passa por uma reestruturação em 1996, anunciada em uma edição d'A *Voz do Metalúrgico* que tratava do dia 8 março daquele ano<sup>33</sup>.

---

28 A Voz do Metalúrgico, número 510, ano 9, 14 de setembro de 94. Acervo SMC código 2019011/1-112.

29 A Voz do Metalúrgico, número 562, ano 10, 20 de setembro de 95. Acervo SMC código 2019011/2-29.

30 A Voz do Metalúrgico, número 15, ano 4, setembro de 89. Acervo SMC - código 2019041/1.

31 Informações referentes ao IV Encontro da Mulher Metalúrgica e anúncio do projeto "Mulher & Informação" presentes em: A voz do Metalúrgico, número 554, ano 10, 24 de julho de 95. Acervo SMC código 2019011/2-20; A voz do Metalúrgico, número 555, ano 10, 01 de agosto de 95. Acervo SMC código 2019011/2-21; A Voz do Metalúrgico, número 556, ano 10, 08 de agosto de 95. Acervo SMC código 2019011/2-22.

32 Sobre a primeira reunião: A Voz do Metalúrgico, número 558, ano 10, 22 de agosto de 95. Acervo SMC código 2019011/2-25.

33 A Voz do Metalúrgico, número 578, ano 10, 05 de março de 96. Acervo SMC - código 2019011/2-43.

A edição em questão afirma que a situação da mulher não melhorou muito apesar do tempo de luta, estando ainda mais complicada naquele momento por causa da conjuntura resultante do Plano Real. Sendo assim, mudanças estariam sendo feitas visando maior organização e força na ação sindical. Em maio do mesmo ano as alterações são anunciadas, sendo a principal novidade a direção de Rosa e Eunice<sup>34</sup>. As realizações de 1996, todavia, são mais detalhadas na edição d'*A Voz do Metalúrgico* do dia 8 de março do ano seguinte, cujo tom é muito mais otimista<sup>35</sup>. Segundo esta publicação, no ano de 1996 o *Departamento Feminino*, com o movimento *Mulher Metalúrgica*, avançou na luta das mulheres realizando diversas atividades, entre as quais estão atividades recreativas e palestras com temas que variam desde direitos na fábrica, na família e na sociedade, sexualidade, globalização à modernização da economia.

Em reconhecimento da importância destas atividades o Conselho Estadual da Condição Feminina entrega uma homenagem ao *Departamento Feminino* na *Assembleia Legislativa*, por meio da companheira Gilce Martins. Ademais, é organizada uma programação para comemorar o dia 8 de março de 1997 que inclui a pré-estreia de uma peça de teatro chamada *Filho não é brinquedo, meu lar é a rua*, que aborda assuntos da sexualidade e de direitos, e o 1º Torneio de Voleibol feminino “8 de março - Mulher Metalúrgica”.

O estudo da história das mulheres no SMC, mais especificamente pela história de seu *Departamento Feminino* entre as décadas de 1980 e 1990, demonstra um trajeto de lutas e conquistas apesar das inúmeras barreiras encontradas ao longo do caminho. Da atuação em eventos intrassindicais ao envolvimento com as votações da constituinte, o Sindicato e as companheiras sindicalizadas tiveram êxito em promover a atuação feminina sempre visando à paridade com os seus companheiros homens.

### “Era bem doidinha mesmo, viu, gente”

Diva Lima da Silva é uma figura singular na história do *Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba*. Embora raramente citada nos periódicos dos quais tratamos anteriormente, sua presença no sindicato desde a década de 1980 foi decisiva não apenas para as mulheres trabalhadoras, Diva lutou pela saúde e pelos trabalhadores sempre que pôde. Uma entrevista concedida<sup>36</sup> por ela será objeto de breves reflexões sobre sua vida sindical e, de forma mais geral, os caminhos de uma mulher dentro do Sindicato.

---

34 A Voz do Metalúrgico, número 585, ano 10, 07 de maio de 96. Acervo SMC código 2019011/2-47.

35 A Voz do Metalúrgico, número 605, ano 11, 03 de março de 97. Acervo SMC código 2019011/2-63.

36 SILVA, Diva Lima da. Entrevista concedida a Roseli Boschilia e Marcos Gonçalves. Curitiba, dez. 2019.

De acordo com o que contou Diva, ela sempre foi “boca dura”, uma qualidade não muito apreciada por patrões que esperam funcionárias dóceis para poder explorar. O encontro de Diva com o SMC se deu quando ela trabalhava na Inepar, durante os anos 1980 aproximadamente, indústria na qual trabalhou por cerca de 10 anos. Por meio de um colega a trabalhadora conheceu a estrutura do Sindicato. Sua luta começa com o ingresso na CIPA (*Comissão Interna de Prevenção de Acidentes*), uma eleição que Diva venceu sendo a mais votada. A partir de então foram inúmeras as lutas das quais participou ativamente, liderando e dando exemplo para trabalhadores e trabalhadoras.

A primeira greve citada por Diva teve largas proporções, a companheira menciona que poderia ser mesmo a primeira greve nacional do país, com o SMC organizando os movimentos a nível regional. Decidiu-se por paralisar a Inepar impedindo que um caminhão com frutas e que o ônibus que transportava os trabalhadores tivesse acesso à fábrica. Para tanto, Diva afirma que estendeu sua mão em direção ao ônibus, cujo motorista tremia frente ao grupo de trabalhadores descontentes, e deitou-se diante do veículo, sendo seguida pelos outros companheiros. Por seus direitos, Diva fez do corpo uma arma política. E, por fim, ela relata que o resultado foi positivo, a greve conseguiu o aumento salarial tão buscado.

Posteriormente, Diva Lima da Silva ingressou no *Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba*, envolvendo-se nos assuntos relativos às mulheres, a convite dos diretores. Assim, a atuação dela deixa de ser somente como sindicalizada e assume um caráter institucional. Diva comenta as inúmeras discriminações sofridas pelas trabalhadoras mulheres no ambiente fabril contra as quais lutava o SMC, por exemplo, ela lembra-se que em determinada empresa, composta majoritariamente por mulheres, quando uma trabalhadora levava uma advertência devia usar uma fita de determinada cor. O mais grave, contudo, é que quando uma trabalhadora estava em seu período menstrual ela deveria ter uma fita vermelha sempre consigo, expondo as intimidades de seu próprio corpo. A constituinte também é lembrada em seu relato. A companheira afirma que esteve muito envolvida nas discussões acerca da escrita da constituinte, pois “tinha muita coisa para reivindicar na área da mulher [...]” (SILVA, 2019).

A participação de Diva no Sindicato é lembrada por todos que a conhecem. Sua luta não ficou no passado, pelo contrário, no tempo atual ela continua a se mobilizar em prol dos direitos das mulheres e trabalhistas. Assim, a sua trajetória é um exemplo das possibilidades de uma mulher no mundo sindical, das lutas empreendidas por trabalhadoras que buscam direitos básicos e das conquistas já alcançadas. Podemos ver em Diva uma figura que ilumina um passado recente do sindicalismo e aponta para um futuro mais brilhante.

## Considerações Finais

O *Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba* teve um papel ativo na reivindicação dos direitos das mulheres trabalhadoras. Os exemplares do jornal sindical *A Voz do Metalúrgico* analisados apontam não apenas a criação de mecanismos de lutas dentro do sindicato, como também a articulação da classe em torno de movimentos de cobrança de patrões e do Estado pela aplicação dos direitos conquistados.

Buscamos em um primeiro momento, demonstrar que a base de entrada das mulheres no mercado de trabalho se deu através da vinculação entre trabalho e demandas próprias das relações de gênero. Ou seja, as pautas de licença-maternidade, creches, intervalo de amamentação e as demandas pela reestruturação da divisão sexual do trabalho doméstico. São essas as pautas que mais aparecem e que demonstram a articulação mulheres-sindicatos em prol da modificação da visão masculinizada da estrutura sindical e em favor da multiplicação de demandas que externe a heterogeneidade da identidade operária.

Essa articulação entre o movimento de mulheres e o SMC produziu resultados para as trabalhadoras do século XX. Elas viram suas demandas em pauta e foram parte ativa desse processo. O século XXI nos mostra que essa articulação criou fortes resultados, mas também que a luta das mulheres (que é também a luta dos homens e de toda a sociedade) ainda não acabou. Essa é uma luta constante e exige que as políticas de gênero tomem cada vez mais um espaço maior dentro do sindicalismo.

## Referências

BERTOLIN, P. T. M.; KAMADA, F. L. "AUSENTES OU INVISÍVEIS? A participação das mulheres nos sindicatos". *Caderno Espaço Feminino* - Uberlândia-MG - v. 25, n. 1 - Jan./Jun. 2012 – ISSN online 1981-3082.

CAPPELLIN, P. "Viver o sindicalismo no feminino". *Revista Estudos Feministas*, 1994, pp. 271-290.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 234-241, junho 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2003000100014&lng=en&nrm=i-so](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2003000100014&lng=en&nrm=i-so)>. Acesso em junho de 2020.

MOURA, A. "Movimento operário do ABC paulista (1978-2010): contestação, intermediação e colaboracionismo". *Aurora*, ano IV, número 6, 2010.

PEREIRA, L.; LIMA, M. S. A. de. "Da proteção à promoção do trabalho da mulher". 2007. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-45/da-protecao-a-promocao-do-trabalho-da-mulher/>>. Acesso em maio de 2020.

PAZZANESE, R. F. E. Segundo Ato: um olhar de gênero, do filme ao extrafilme. In:\_\_\_\_\_. **Fotogramas operários no documentário paulistano: uma análise sobre as representações das classes populares na luta política e sindical brasileira dos anos 1970**. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

PERROT, Michelle. A história feita de greves, excluídos & mulheres (entrevista). **Tempo Social**, S. Paulo, 8(2), outubro de 1996, pp. 191-200.

SARDENBERG, C. M. B (Org.). **A face feminina do complexo metal-mecânico: Mulheres metalúrgicas**. Salvador: UFBA/FFCH/NEIM; REDOR; São Paulo; CNM/CUT, 2004.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Tradução Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. New York: Columbia University Press, 1989.

SILVA, Diva Lima da. Entrevista concedida a Roseli Boschilia e Marcos Gonçalves. Curitiba, dez. 2019.

SOUZA-LOBO, E..”O gênero da representação: movimento de mulheres e representação política no Brasil (1980-1990). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Associação nacional de pós-graduação e pesquisa em ciências sociais. Nº 17, ano 5, outubro de 1991.

SOUZA-LOBO, E.. **A classe operária tem dois sexos: dominação, trabalho e resistência**. 2ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

CARTA DAS MULHERES AOS CONSTITUINTES. 1987. Disponível em: <[https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao-cidada/a-constituente-e-as-mulheres](https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/a-constituente-e-as-mulheres)>. Acesso em: maio de 2020.

▣ *Capítulo 5* ▣  
*O futebol no Sindicato  
dos Metalúrgicos da Grande Curitiba:  
Muito Além das Quatro Linhas*

Gabriel Brum Perin<sup>1</sup>

### Primeiras relações entre futebol e classe trabalhadora

Quem quer que já tenha participado de uma Assembleia do *Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba* (SMC) sabe o peso que o futebol tem entre os operários curitibanos. Os velhos e os novos resultados dos clubes dão coesão aos vários grupos que se formam espontaneamente na provocação fraterna entre os colegas. Eles ainda sedimentam, junto com o vínculo a certa montadora, a criação de times e grupos nos eventos festivos promovidos pelo Sindicato. Mas por que essa relação com o futebol é, assim, tão forte, tão visceral? Para respondermos a essa pergunta, vale lembrar alguns pontos sobre a história do futebol no Brasil e seu vínculo com a classe trabalhadora.

Com efeito, a introdução do futebol no Brasil se deu ao mesmo tempo em que a classe operária se formava e se consolidava – fim do séc. XIX e início do séc. XX. Foi, inclusive, através de uma fábrica que o esporte chegou ao país, na figura do engenheiro Charles Miller, que após completar seus estudos na Inglaterra, voltou ao Brasil em 1894 para trabalhar na *São Paulo Railway* - empresa ferroviária -, trazendo consigo duas bolas usadas, uma bomba para enchê-las, um par de chuteiras, uniformes usados e um livro com as regras do futebol. Além disso, carregava também a experiência de já ter jogado o esporte na escola onde estudou em Hampshire.

Isso nos mostra que, desde sua gênese em nosso país, o futebol esteve associado ao mundo fabril. Sua prática era comum nas empresas, sendo ela mais restrita a altos funcionários, de origem estrangeira (ingleses, em particular), com o intuito de diversão nas horas de folga. Estava assim, de início, ligado às classes mais favorecidas economicamente. Um dos primeiros sinais de mudança desse panorama, ligado à incorporação

---

<sup>1</sup> Graduando em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e estagiário do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC).

da classe operária nesse contexto ocorreu no Rio de Janeiro – maior centro fabril do país, que concentrava 24% do operariado brasileiro, segundo o censo de 1907. A localização da fábrica carioca *Cia. Progresso Industrial* – em um bairro suburbano, Bangu, distante das demais - dificultava a realização de partidas entre seus funcionários e os compatriotas ingleses de outras companhias. A solução foi recorrer aos operários da tecelagem da própria fábrica para que conseguissem formar dois times.

O clube do episódio em questão é o *The Bangu Athletic Club*, fundado em 1904 e existente até hoje. Não era surpresa que as fábricas tivessem seus times próprios. Foi assim, aliás, que foram criados vários dos times que hoje ocupam o cenário do futebol. A novidade em relação ao Bangu foi o de ser um dos primeiros que desde sua inauguração contou com a participação de operários, e também de negros. Esse caso tornou-se mais conhecido também pelo fato de o Bangu rapidamente ter se projetado para as divisões principais, disputando pelepas com os já grandes Flamengo, Fluminense e Botafogo.

Com o crescimento da classe trabalhadora observado nesse período, cresciam também suas demandas, o que a colocava muitas vezes em conflito com seus patrões. A exemplo disso, de 1900 a 1920, foram registradas 369 greves em todo o país, número muito maior em relação aos anos anteriores (HARDMANN e LEONARDI, 1982, p. 263). Nesse contexto se proliferaram as entidades que buscavam uma maior organização da classe trabalhadora - as Uniões Operárias, Ligas, Confederações, Associações, Sindicatos, etc. É equivocado pensar que nesses anos iniciais, com esse cenário, o futebol teve ampla e fácil aceitação por parte da sociedade. Não foram raras as manifestações contrárias ao esporte que desembarcava em nossas terras e dava seus passos iniciais. Nomes importantes levantaram suas vozes contra o futebol, como os escritores Lima Barreto e Graciliano Ramos, que deram uma bola fora ao profetizarem erroneamente que o Futebol não ganharia popularidade no Brasil. As lideranças sindicais, inicialmente, também não o viram com bons olhos. Associavam o futebol a um “esporte burguês”, capaz de prejudicar a união e organização de classe, e que estaria desviando a atenção dos trabalhadores.

Um dos motivos para isso estava no uso que os patrões faziam do esporte. À medida que sua prática ia se popularizando entre os funcionários, tornava-se cada mais comum que cada fábrica tivesse seu time, como era o caso do já citado Bangu. Na década de 1920, era difícil apontar alguma indústria de São Paulo que não possuísse seu time (KUPPER, 2018, p. 6). Tal circunstância ocorreu pelo fato de os empregadores verem no futebol uma oportunidade de divulgação, de propaganda. Os funcionários, literalmente, “vestiam a camisa da empresa”, aumentando o prestígio da companhia quando venciam em campo. A vitória dava aos trabalhadores orgulho pelo time e pela fábrica dos quais faziam parte. Criava-se, assim, uma identificação clube-empresa, fazendo surgir laços afetivos entre empregados e empregadores (ANTUNES, 1994, p. 106). Como isso era bom para a imagem da fábrica, os donos das empresas davam apoio formal à iniciativa, cedendo terrenos para o campo e a sede do clube, comprando bolas de futebol,

materiais esportivos, etc. Criaram-se, inclusive, diretorias com o objetivo específico de gerenciar e financiar as atividades desportivas, cujos membros eram advindos dos próprios quadros burocráticos das empresas. Em sinal de agradecimento, tornou-se comum que fossem concedidos a altos funcionários e donos das empresas títulos de “presidente de honra” dos clubes (KUPPER, 2018, p. 8).

Diante disso, os donos de fábrica passaram a valorizar operários que tivessem um bom desempenho nos gramados. Por vezes, isso se sobrepunha ao seu trabalho no chão de fábrica e lhes rendia benefícios, como dispensas para treinamentos, trabalhos mais leves e possibilidade de promoção mais rápida. Assim nascia a figura do operário-jogador. Talvez o caso mais notório seja o de Garrincha, jogador campeão mundial pelo Brasil em 1958 e 1962. Quando operário, colecionava atos de indisciplina e infrações, mas não era despedido por conta de seu ótimo desempenho no *S.C. Pau Grande*, time da fábrica carioca em que trabalhava. Esse episódio ocorreu no fim da década de 1940, vários anos depois do contexto que tratávamos anteriormente – início do século XX. De certo modo, o fato de ter acontecido tanto tempo depois indica como estava presente essa herança histórica, e mostra também como é importante estudarmos o surgimento do futebol no Brasil para entendermos como ele se relacionou com a classe trabalhadora ao longo de todo o século XX.

Além de ver nos times de fábrica um potencial de divulgação de suas marcas, os empresários usavam-nos como uma forma de trazer para si o trabalhador e afastá-lo do movimento sindical. Isso se dava com a criação de uma identificação clube-empresa, como já citada, em que o trabalhador se sentia em uma família da qual seu patrão também fazia parte. Nos estatutos de várias associações esportivas patrocinadas por empresas, havia a proibição de tratar de assuntos políticos em sua sede, o que evitava discussões sindicais (KUPPER, 2018, p. 7). Isso tornava menor a probabilidade que, em um embate entre um sindicato e uma empresa, por exemplo, os operários dessa fábrica se colocassem em confronto com seus patrões - que ajudavam a financiar seus chutes pelos gramados. Essa relação nos ajuda a entender o posicionamento contrário à prática do futebol, nessa época, por parte de lideranças das organizações da classe trabalhadora.

Esse quadro começa a mudar entre o fim da década de 1920 e o início da década de 1930. Alguns grupos de tendência comunista, visando a evitar o uso e manipulação dos clubes de futebol por parte dos burgueses, passaram a defender uma campanha de “Proletarização do esporte”. Isso se daria através da aproximação dos sindicatos com as atividades esportivas, estimulando o comparecimento dos trabalhadores na organização, e lutando para que eles estivessem presentes nas direções de clubes de várzea e centros esportivos (DECCA, 1987, p. 121). Um trecho de um jornal operário de 1928 nos mostra esse discurso:

A necessidade do esporte para a juventude é um fato incontestável. A burguesia se aproveita desse fato para canalizar todos os jovens das fá-

bricas para os seus clubes. (...) Todo operário “footballer” deve ingressar nos clubes proletários. (...) No mundo obreiro ninguém mais ignora que o esporte bretão tem sido útil ao capitalismo para desviar a atenção das massas trabalhadoras dos seus sindicatos profissionais. (O Trabalhador Gráfico, 25/05/1928 apud DECCA, 1987, p. 121 - 122)

Ao mesmo tempo em que denunciavam o uso do futebol pelos donos de fábricas, as lideranças sindicais propunham que os trabalhadores integrassem também os clubes operários. Era fato que, caso não tivessem contato com a prática esportiva nos sindicatos, teriam fora deles. Frente a isso, o futebol devia ser mobilizado em prol de sua luta, para que ele não fosse utilizado pelos patrões como instrumento de manobra.

A partir desse momento, começou-se a delinear uma mudança na relação do futebol com o movimento operário. Se, de início, as lideranças sindicais eram contrárias à prática do futebol, depois de um tempo passaram a incorporá-la em seus quadros. Esse foi um movimento lento, que se desenvolveu ao longo de todo o século. Podemos observar, no *Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba*, características desse processo, tanto na segunda metade do século XX quanto no século XXI.

## O futebol no SMC

Os primeiros registros de atividades do SMC relacionadas ao Futebol – tanto escritos quanto fotográficos - datam da década de 1960. Em uma reunião ordinária de 28 de abril de 1967, a Diretoria mostra preocupação em organizar e treinar uma equipe para a disputa do “tradicional torneio intersindical de Futebol” (ATA, 28/04/1967. p. 17). Apesar de nos arquivos do SMC só termos registros desse torneio a partir desse ano, ele já ocorria antes disso. A própria denominação “tradicional” nos indica isso, e podemos confirmar através de jornais dessa época que ele acontecia desde, pelo menos, 1961 (DIÁRIO DO PARANÁ, 28/04/1961). O torneio fazia parte das festividades do 1º de Maio, dia do trabalhador, e estava inserido numa série de atividades promovidas pelo Governo do Estado, contando com a participação de em torno de 17 sindicatos. Era realizado em campos de outros clubes da cidade, como o antigo Estádio Orestes Thá, do E.C. Água Verde, ou até mesmo no SESI.

Cerca de um mês após a realização do primeiro torneio de que temos registro, em uma reunião ordinária de maio de 1967, a Diretoria do Sindicato exalta os resultados obtidos pelo time, que ficou em 3º lugar e foi representado pela Metalúrgica Eletro Dinamo:

(...) semelhantes feitos devem repetir-se, pois trazem êles o indispensável incentivo a sindicalização da ala jovem da categoria, que esperamos num futuro bem próximo, possam como nós, cerrar fileiras na luta

pelas mais justas reivindicações do trabalhador, e pela paz social da família brasileira (ATA, 26/05/1967).

Esse trecho mostra como as lideranças sindicais viam no esporte uma forma de aproximação com o trabalhador. Nos anos seguintes são várias as menções a assuntos relacionados ao Futebol, quando ele passa a ganhar maior destaque. Nesse contexto, formou-se uma comissão específica para tratar dos esportes, da qual fazia parte inclusive o Presidente da entidade à época. O time do SMC começou a realizar amistosos com sindicatos e empresas – até mesmo de outras cidades e estados - a fim de se manter treinado e em forma para eventuais torneios. À semelhança dos diretores que financiavam as equipes de suas fábricas no início do século, essa comissão bancava as despesas que o Sindicato tinha com o futebol – alimentação, deslocamento, e até mesmo jantas que eram prometidas em caso de 1º lugar no Campeonato. A criação dessa comissão ocorreu em março de 1968. Coincidência ou não, nos dois torneios intersindicais seguintes, em 1968 e 1969, o SMC se sagrou campeão.



Time do SMC campeão do Torneio Intersindical, representado pela Eletro Dinamo. 1968 ou 1969. Fonte: Acervo SMC, Fundo Roberto Eltermann 2019041/1.

A partir daí, o futebol se fez cada vez mais presente no cotidiano do Sindicato. Nesse fim da década de 1960 e primeira metade da década de 1970, isso se deu através da disputa do Torneio Intersindical. Em 1977, porém, houve o começo de uma mudança

que viria a se concretizar na década seguinte. Temos, nesse ano, o primeiro registro de um torneio disputado não mais entre sindicatos, mas entre empresas filiadas à entidade. Ele ocorreu no 1º de Maio, mesma data em que era disputado o *Torneio Intersindical*, e contou com a participação de onze equipes. Com isso o Sindicato buscava se aproximar do trabalhador de sua categoria e incentivar sua sindicalização. Exemplo disso é o fato de ter sido adquirida, em 1982, uma sede campestre, com o fim de promover o lazer entre os associados, oferecendo-lhes esse espaço onde pudessem passar o fim de semana com suas famílias, por exemplo.

Roberto Eltermann, metalúrgico aposentado, que já ocupou cargos como o de Vice-Presidente, 2º Tesoureiro e está há mais de 40 anos no SMC, conta como se iniciou esse processo:

Em [19]82 compramos lá a área da terra, fazer o lazer pro trabalhador. Já tinha um cantinho lá, foi construído alguma coisa de piscina e coisa pra dar lazer pro trabalhador também; campinho de futebol pra brincar. Sábado de manhã isso é sagrado. Sábado de manhã você pegava assim, nós tínhamos um time nosso pra jogar futebol com as empresas também, né. Pra mexer com trabalhadores de pequena empresa, né (ENTREVISTA, 20/11/2019).

(...) foi a necessidade, né, foi o momento que o Sindicato precisava ter o espaço, e como o SESI tinha um espaço pra... e tudo caía lá no SESI, então achou-se um meio do Sindicato investir nessa área, ter o próprio espaço para que ter um campo, para o pessoal ter um lazer, e também ter uma parte de esporte, próprio futebol lá. (...) Nós tínhamos que inventar uma coisa pro trabalhador gostar da nossa associação, sabe. Então nós tínhamos que inventar e fazer essas coisas boa pra ele chegar (ENTREVISTA, 30/06/2020).

O campeonato de futebol entre metalúrgicos se consolidou em 1983, tendo, desde então, ocorrido em todos os anos, tanto com a modalidade masculina quanto a feminina. As partidas do campeonato aconteciam, geralmente, aos domingos, durante vários meses. Nas primeiras edições, ele tinha início no começo do ano e estava programado para ter sua partida final junto às festividades do Primeiro de Maio – que eram realizadas na chácara do SMC; hoje em dia o campeonato tem início na metade do ano e termina em dezembro. A partir da institucionalização do campeonato entre metalúrgicos, o futebol ganhou cada vez mais espaço na entidade.

Nesse mesmo período, o sindicalismo passava por profundas mudanças, tanto a nível nacional quanto regional. Após mais de vinte anos de uma ditadura civil-militar que desmantelou e buscou enfraquecer o movimento sindical – através de intervenções tanto no *Ministério do Trabalho quanto nas Delegacias Regionais do Trabalho* –,

na segunda metade da década de 1980, e na década de 1990, o sindicalismo entrou em uma nova fase de expansão e de maior combatividade. Entre o fim da década de 1980 e meados da década de 1990, houve um aumento de mais de 60% no número de sindicatos existentes no Brasil, passando de 9.833 para 15.972 (ANTUNES, 2011, p. 138). Isso significou mais reivindicações e, conseqüentemente, mais greves<sup>2</sup>. O SMC esteve inserido nesse processo, como nos conta Sérgio Butka, Presidente da entidade desde 1990:



Times de trabalhadoras metalúrgicas na inauguração da chácara do SMC. 1983. Nota-se ao fundo a grande quantidade de trabalhadores.  
Fonte: Acervo SMC.

Então já era um modelo novo, um pessoal novo, um sindicato novo... Nós já tínhamos muitos movimentos da categoria. É... Em 85 foram as primeiras greves que a gente fez, mas lá nos anos 90, nós tínhamos greve praticamente já toda semana. Era uma época de transformação. (...) nós já tínhamos aí... Dentro daquela conjuntura que a gente tem de evolução, de organização, criado um novo perfil de movimento sindical no Paraná. E... Nós sempre tivemos uma resistência do meio empresarial em relação a esse novo perfil. Como aconteceram muitas greves naquele período de 90, final de 89, 90... (ENTREVISTA, 21/10/2019).

Essa resistência ao novo perfil sindical que emergia pode ser observada na repressão às greves e à presença do Sindicato nas fábricas. A repressão era também, em parte, uma herança da ditadura militar. Algo que ilustra isso, como nos afirma Sérgio Butka, é o fato de que em várias empresas a segurança era feita por militares aposentados.

---

2      Veja-se o capítulo 1 da presente obra.

A empresa sempre tinha polícia lá. As empresas, nos anos [19]80 até os anos 2000, elas eram... A segurança delas era administrada por ex-policiais e ex-capitães do exército. O exército estava dentro das empresas. (...) nós tínhamos que enfrentar polícia todo dia em porta de fábrica, pra entregar um jornal. Se botasse um carro de som lá nós tínhamos que estar apanhando de polícia muitas vezes. Pra falar com o trabalhador tinha que fazer malabarismo, então era difícil. Às vezes você tinha que se organizar na igreja, se organizar no bairro, jogar futebol lá com o cara. Tudo era muito bem planejado, de maneira que você pudesse estar falando com o trabalhador. Nós não tínhamos a liberdade que hoje, de ir numa porta de fábrica, botar um carro de som e falar com o trabalhador. Naquela época, pra falar com o trabalhador, nós tínhamos que buscar outras alternativas (ENTREVISTA, 21/10/2019).

O futebol entra nesse contexto como sendo uma das “alternativas” para chegar ao trabalhador metalúrgico. Além dos jogos do campeonato, realizados aos domingos, havia também a prática do futebol aos sábados, que se dava da seguinte forma: membros do Sindicato procuravam funcionários das empresas para que fossem realizados jogos isolados, com uma confraternização entre eles. Nesse contexto, criava-se um ambiente confortável, de descontração, em que o trabalhador se sentia à vontade para falar sobre seus problemas e os problemas de sua fábrica. O futebol se apresentava, assim, como uma forma de aproximação com o operário, uma vez que na porta de fábrica muitas vezes havia certo receio em contar o que acontecia na empresa. Esse era, inclusive, um dos critérios que o Sindicato usava para procurar as empresas com as quais seriam realizadas essas partidas - que seus empregados estivessem com algum problema no trabalho e precisassem de orientação -, como nos conta Roberto Eltermann:

Conversar mais, se a gente descobria algum problema ou até pra trazer o pessoal, divulgar mais, e também, com esse futebol você descobria os problemas que tinha na fábrica. Com esse futebol você descobria os problemas que tem porque lá o pessoal ia lá daí conversava, porque como falo, você chegar na porta de fábrica, às vezes o cara queria começar a falar mas aí tinha um colega do lado que não devia saber o que que ele vai falar (...). [No futebol] Falava de todos assunto, você discutia os problema do trabalho... E tinha a oportunidade de discutir o problema do trabalho, conversava com ele pra ver como tá a fábrica dele. E nós tinha depois dos anos [19]80 a gente começou fazer muito porta de fábrica também. Divulgar o futebol, divulgar o Sindicato, e lá no Futebol às vezes o companheiro tinha mais liberdade de falar sobre problema da empresa dele, você às vezes tinha que anotar os problemas na fábrica dele pra você no outro dia... (ENTREVISTA, 30/06/2020).



Confraternização entre membros da Diretoria e trabalhadores após uma partida. 1990. Da esquerda para direita: não identificado, não identificado, não identificado, Roberto Eltermann, Vitor Pereira, Diamiro Cordeiro, Nuncio Mannala, Sérgio Butka. Fonte: Arquivo SMC.

O futebol, então, apresentou-se como um novo espaço de sociabilidade entre dirigentes sindicais e trabalhadores, onde esses se sentiam mais livres para relatar suas experiências do chão de fábrica. Era um lugar em que, além de debater os problemas que já eram de conhecimento do Sindicato, surgiam novas questões, que dificilmente teriam sido mencionadas no ambiente da empresa. O esporte, dessa forma, não estava alheio aos problemas enfrentados pelos metalúrgicos em seus postos de trabalho. Pelo contrário, era um meio pelo qual o Sindicato tomava conhecimento de suas demandas, e passava a reivindicá-las junto a seus empregadores. Essa estratégia adotada pelo SMC teve êxito tanto em relação a conhecer melhor os trabalhadores já sindicalizados, quanto em fazer novos sócios.

Um dos requisitos para participar dos campeonatos metalúrgicos realizados pelo Sindicato era ser associado. Com isso, muitos trabalhadores se sindicalizavam em primeiro lugar para participar das atividades esportivas, e, posteriormente, passavam a conhecer melhor outras áreas da entidade. A partir do momento em que o futebol passou a ser mais praticado, o número de sócios cresceu significativamente. Segundo livros de registros de associados, de 1983 - ano do primeiro campeonato metalúrgico, e ano de inauguração da chácara - a 1990, mais de 20 mil trabalhadores se sindicalizaram no SMC. Entre esses novos associados, havia casos de quem não se interessava pelo Sindicato ou até mesmo tinha certo preconceito em relação ao mundo sindical. Para essas pessoas, o futebol foi a porta de entrada no SMC e, ao mesmo tempo, um meio pelo qual mudaram sua visão em relação aos sindicatos de modo geral. Exemplo disso é o fato de que muitos metalúrgicos, os quais posteriormente se tornariam membros da diretoria e lideranças sindicais, tiveram seu primeiro contato com a organização através dos gramados. A fala de Roberto Eltermann ilustra esse movimento:

Aumentou muito, né [o número de associados]. Nossa, foi o carro-chefe o futebol foi nosso carro-chefe pra sindicalizar, como já falei no início. Foi o carro chefe pra você chegar, conversar com trabalhador, promover, falar, mostrar que você tem e coisa, no futebol então sempre foi o carro-chefe para você ter o trabalhador contigo. Procurava você durante a semana pra organizar um futebolzinho, procurava você durante a semana pra bater um papo sobre futebol, procurava e com isso sindicalizava. Porque esse era o praxe, né, pra poder jogar. Até hoje é assim, tem que ser sócio sindicalizado. Então às vezes o cara “Ah, não gosto do Sindicato, não quero nem saber dessa coisa aí”, “Não, pera aí mas você gostava de futebol, então vem, você vai gostar. Se sindicaliza aqui, você vai jogar bola”, e assim ficava sócio e até desenvolvia e virava um, como digo, um dirigente sindical, uma liderança de fábrica, né (ENTREVISTA, 30/06/2020).

Criou-se, assim, uma relação mais estreita dos trabalhadores com o SMC, que envolvia, também, suas próprias famílias. Nos jogos de campeonato era muito comum que na arquibancada estivessem presentes familiares dos jogadores e das jogadoras – esposas, maridos, filhos, entre outros parentes -, como podemos observar na imagem:



Arquibancada do campeonato metalúrgico de 1991. Fonte: Acervo SMC.

Essa ligação do SMC com a família do associado se intensificou nesse período, com a aquisição da sede campestre, através do futebol e outras atividades. O Sindicato passou a não ser mais visto como um lugar em que apenas eram tratados assuntos de trabalho, mas também como um espaço de lazer. Um espaço do qual o sócio podia desfrutar com sua família e com seus companheiros de fábrica. Mostrar isso à categoria, segundo Roberto Eltermann, foi essencial ao SMC para se aproximar do trabalhador e aumentar significativamente o número de sócios.

Família dos jogadores, torcida... Familiares tudo, né, vinha com esposas, filhos. E isso foi um entrosamento muito grande para a sociedade também, né. Crescimento do Sindicato melhorou bastante, e foi evoluindo, né. (...)

Então o pessoal não ia só pra jogar um futebol. Pessoa ia pra jogar uma bola, pra ficar também com a família na chácara, no clube, tomar banho de piscina, isso, aquilo. Então isso incentivou mais, e onde aumentou até o volume de times se inscrevendo para o campeonato. (...) Então isso incentiva, porque pessoal vai, tinha um espaço pra ficar com a família, espaço pra bater uma bolinha, espaço pra depois pra se divertir, pra aproveitar, tudo isso (ENTREVISTA, 30/06/2020).

Além de compartilhar suas experiências sobre como o esporte foi introduzido no SMC e como se desenvolveu ao longo dos anos, Roberto Eltermann também fala sobre como é o papel do futebol hoje em dia e como, segundo ele, deveria ser no futuro. Defende que haja mais investimento no esporte, e que o futebol seja visto como ele o descreve em vários momentos: o “carro-chefe” do Sindicato para se aproximar do trabalhador. No atual contexto, de uma pandemia de Covid-19, várias das grandes empresas do ramo metalúrgico, como as montadoras, estão demitindo uma grande leva de funcionários. Consequentemente, o Sindicato também sofre esse impacto, com a diminuição de associados e de arrecadação. Nesse momento, faz falta o trabalhador das pequenas empresas, diz ele. Uma forma de alcançá-lo seria pelo futebol, afirma Roberto Eltermann:

A parte de esporte sempre era motivo pra você chegar mais próximo do trabalhador. Era o motivo. E se você organizar o esporte pra ele, ele tinha mais motivo pra você ficar perto. Por causa disso sempre foi importante o Sindicato investir no esporte. Fazer as coisas acontecerem, financiar a coisa pra acontecer. (...) Eu acho que o Sindicato deve investir um pouco mais no futebol agora. Eu acho que isso o Sindicato devia começar a investir outra vez, pra ele ficar mais perto do trabalhador das pequenas empresas... (...) Então acho que isso tá faltando hoje no nosso Sindicato aqui, tá fazendo falta hoje, porque... Que nem uma crise, que nem agora, bate na porta das grandes, também bate na porta do Sindicato já de cara, porque se for, perdemos sócio das grandes (...) Tá fazendo falta agora pra nós os sócio das pequenas empresas (ENTREVISTA, 30/06/2020).

Essa definição de Roberto Eltermann, do esporte como um meio da entidade ficar mais próxima do seu sócio, nos mostra como entender melhor a relação do futebol com o Sindicato. Desde que começou a ser praticado na entidade, passou por mudanças, transformações e ressignificações. Buscamos, aqui, compreender e explicar uma parte do que foi esse processo. Podemos concluir que a prática do futebol no SMC deve ser pensada não como apenas um jogo entre dois times sem nenhuma conexão com o mundo do trabalho, mas sim como um espaço de sociabilidade que aproxima dirigentes sindicais e trabalhadores para muito além das quatro linhas.

## Referências

ANTUNES, Fatima Martin Rodrigues Ferreira. O futebol nas fábricas. *Revista USP*. São Paulo, v. 22, p. 102-109, 1994.

ANTUNES, Ricardo. *O continente do labor*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

CASTRO, Ruy. *Estrela solitária: um brasileiro chamado Garrincha*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

DECCA, Maria Auxiliador Guzzo. *A Vida Fora das Fábricas*. Cotidiano Operário em São Paulo (1920 – 1934). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FERREIRA, Fernando da Costa. Futebol de classe: a importância dos times de fábrica nos primeiros anos do século XX. *Lecturas: Educación Física y Deportes*. Buenos Aires, n. 90, 2005.

HARDMAN, Foot; LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1982.

KUPPER, Agnaldo. Futebol e Movimento Operário Brasileiro: uma peleja desigual. In: *Anais Eletrônicos – XVI ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA – Tempos de transição*. Ponta Grossa, 2018. Disponível em: [http://www.encontro2018.pr.anpuh.org/site/anaiscomplementares2?ARE-A=6#php2go\\_top](http://www.encontro2018.pr.anpuh.org/site/anaiscomplementares2?ARE-A=6#php2go_top). Acesso em: 8 jul. 2020.

## Entrevistas

Sérgio Butka. Entrevista realizada por Marcos Gonçalves, Gabriel Brum Perin e Ádila Fernandes no dia 21 de outubro de 2019. Duração: 1h28m46s. Local: Sede do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC), Avenida Getúlio Vargas, 3692 – Vila Izabel, Curitiba/Pr.

Roberto Eduardo Eltermann. Entrevista realizada por Marcos Gonçalves, Roseli Boschilia, Gabriel Brum Perin, Francisco Vitelli e Letícia Bail no dia 20 de novembro de 2019. Duração: 2h02min24s. Local: Sede do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC), Avenida Getúlio Vargas, 3692 – Vila Izabel, Curitiba/Pr.

Roberto Eduardo Eltermann. Entrevista realizada por Gabriel Brum Perin no dia 30 de junho de 2020. Duração: 1h09min04s. Local: Sede do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC), Avenida Getúlio Vargas, 3692 – Vila Izabel, Curitiba/Pr.

## Atas

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DA GRANDE CURITIBA. Livro de Atas de Reuniões e Assembleias Gerais. Curitiba: 1965 – 1976. 200 p.

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DA GRANDE CURITIBA. Livro de Atas de Reuniões e Assembleias Gerais. Curitiba: 1976 – 1996. 200 p.

## Jornais

Diversas festividades cívicas assinalarão a passagem do “1º de Maio”. *Diário do Paraná*, Curitiba, ano VII, n. 1801, p. 8, 28 abr. 1961.

## Fotos

Todas as fotos aqui utilizadas pertencem ao acervo do SMC e estão em fase de catalogação.

## ▣ *Capítulo 6* ▣ *Rituais celebrativos e as liturgias da recordação*

Roseli Boschilia<sup>1</sup>

Articular historicamente algo passado não significa reconhecê-lo “como ele efetivamente foi”. Significa captar uma lembrança como ela fulgura no instante do perigo (BENJAMIN, 1991, p. 156)

### **Introdução**

Ao praticar seu ofício, o historiador é visto muitas vezes como o “ogro da lenda”, pois na sua ânsia de aproximar-se das experiências dos sujeitos, ele necessita “ir em busca de sua caça”. Essa metáfora, utilizada por Marc Bloch na antológica obra “A apologia da história ou O ofício do historiador”, serve para mostrar que no exercício de seu métier, o historiador deve estar permanentemente atento às pistas que poderão ajudá-lo a encontrar marcas residuais das ações de homens e mulheres no passado. Passado este que já não existe, mas que tentamos reconstruir a partir de um emaranhado de vestígios materiais e imateriais, que são selecionados e decifrados de acordo com as nossas percepções do tempo presente.

Nesse sentido, um dos desafios com o qual pesquisadores e pesquisadoras da área de História se deparam permanentemente reside no fato do passado se constituir como algo que não se pode acessar de modo direto, simplesmente com base na observação ou na experimentação, o que suscita incertezas sobre o seu conhecimento, alimentando o ceticismo em relação à produção histórica, pois como já afirmou o historiador da arte George Kubler (1962, p.19), “conhecer o passado é façanha tão extraordinária quanto conhecer as estrelas”. Desse modo, para tentar decifrar os mistérios que circundam os acontecimentos do passado, a capacidade intelectual, a motivação e a perseverança, qualidades imprescindíveis para um pesquisador, não bastam. Para além da curiosidade ou do fascínio que determinados temas suscitam, o historiador necessita adotar

---

<sup>1</sup> Professora associada do Departamento de História e membro do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná.

procedimentos e fazer uso de ferramentas adequadas de modo a percorrer com maior segurança o território no qual pretende se aventurar, evitando assim cair nas armadilhas que rondam aqueles que acreditam na possibilidade de se resgatar o passado tal qual ele existiu.

Vale lembrar, entretanto, que para além da formação específica na área de conhecimento e o do domínio dos referenciais teórico-metodológicos que o trabalho de investigação em história exige, os profissionais dessa área dependem de um recurso indispensável para subsidiar suas análises, que são os documentos. Pedra angular no trabalho historiográfico, os documentos, que por longo tempo foram considerados apenas na sua versão escrita, hoje, numa concepção mais alargada, abrangem todo e qualquer fragmento/vestigio material ou imaterial que homens e mulheres deixaram como testemunho de sua experiência em diferentes lugares<sup>2</sup>.

Em que pesem os avanços epistemológicos alcançados no campo da teoria da história no que se refere à ampliação do conceito de documento, a localização de acervos documentais que forneçam subsídios para responder questões previamente levantadas sobre um determinado tema de pesquisa constituem ainda hoje um desafio para historiadores e historiadoras. Assim, retomando a metáfora que abre este texto, vale destacar que a operação historiográfica exige que historiadores e historiadoras estejam sempre atentos à existência de traços/vestígios que permitam a aproximação, ainda que ilusória, com as experiências dos sujeitos no passado.

Sabemos também, como argumenta Lowenthal (1998, p. 149), que “nenhum objeto ou vestígio físico são guias autônomos para acessar épocas remotas”. Pelo contrário, estes apenas iluminam o passado, necessitando que os historiadores tenham interesse em transformá-los em monumentos (LE GOFF, 1990, p. 85-6). Nesta perspectiva, se levarmos em conta que o que sobrevive do passado é fruto das nossas escolhas e que a memória e a história, do mesmo modo que os fragmentos, apenas oferecem caminhos de acesso nessa direção, os historiadores terão mais sucesso nas ações de aproximação com os acontecimentos do tempo pretérito, quando estes três elementos estiverem interligados (LOWENTHAL, 1998, p. 166). Esta mediação, de acordo com as colocações de Catroga (2001, p. 46), contribui para minimizar os problemas que decorrem do caráter seletivo não só da memória mas também da história e cuja característica mais visível são os “buracos negros deixados pelo esquecimento”.

Ancorada nestes pressupostos, uma equipe de professores e alunos do Curso de História da UFPR, assumiu a tarefa de organizar a documentação existente no arquivo do SMC, bem como de construir um acervo de fontes orais, com o objetivo

---

2 Na experiência, de acordo com Koselleck, “se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento” (KOSELLECK, 2006, p. 309).

de disponibilizá-lo para pesquisadores, pesquisadoras e demais pessoas interessadas em analisar documentos que possibilitem a construção de conhecimento sobre a história do movimento sindical paranaense.

Fruto de uma parceria estabelecida entre o SMC e a UFPR, a implementação desse projeto se deve, em grande parte, à iniciativa da diretoria daquela entidade sindical, que, “diante do perigo” de ver desaparecer os vestígios que foram guardados pela instituição, ao longo de sua existência, buscou o apoio de profissionais capacitados, com o objetivo de salvaguardar diferentes suportes que ao re-presentificar um passado, que sabidamente não mais existe, possibilitem o compartilhamento de experiências acerca do seu percurso institucional.

Em razão do interesse evidenciado pela própria entidade de elencar o projeto de inventário do seu acervo documental, como uma das metas a serem atingidas durante as celebrações da efeméride, o contato da equipe de pesquisadores ao acervo do SMC se deu de modo pouco usual. Isto porque, ao invés de precisar ir em busca da documentação para realizar o trabalho de pesquisa, como em geral ocorre, os historiadores foram convidados a aproximar-se dela.

Nessa perspectiva, convém lembrar que o convênio estabelecido entre o Sindicato e a Universidade, para além de cumprir papel relevante no que tange à preservação do acervo documental da entidade, teve outro desdobramento não menos importante que foi permitir a à equipe envolvida no projeto a possibilidade de exercitar o olhar sobre a potencialidade que os arquivos documentais oferecem. Como afirma a historiadora Arlette Farge (2009), “o arquivo nasce da desordem”, e por esse motivo “é pouco legível a olhos mal exercitados”. Ao penetrar nesse universo enigmático repleto de fragmentos do passado, no qual o conhecimento e a incerteza se misturam e muitas vezes apenas a textura, a coloração e o odor dos documentos “servem de balizas para um mundo iniciático” (FARGE, 2009, p. 55), o grupo inserido no projeto teve a oportunidade de fazer um percurso em busca de vestígios que, de algum modo, podem iluminar o passado.

Por fim, cabe lembrar que a parceria estabelecida entre o Departamento de História da UFPR e o SMC, resultou ainda na produção de vários artigos que compõem essa coletânea. Dentre os diversos temas elencados para compor esta publicação, escolhi refletir sobre questões relacionadas aos fragmentos da memória e da história e a sua articulação com o comemoracionismo, prática esta que, de acordo com as reflexões de Catroga pode ser interpretada como uma “liturgia de recordação”, que procura se contrapor ao fluxo inexorável do tempo.

## Comemoracionismo: da mitologia à memória coletiva

A celebração de datas comemorativas, uma prática recorrente no mundo contemporâneo, seja por questões religiosas, culturais ou históricas, faz parte dos dispositivos a partir dos quais os indivíduos organizam a sua existência, tanto no espaço público quanto no espaço privado. O evento memorizado é um elemento crucial não só para a organização de uma narrativa sobre o passado, mas especialmente para a constituição de representações do passado no tempo presente. Desse modo, como argumenta Candau (2012, p. 99), as celebrações de acontecimentos pretéritos podem ser entendidas como atos memoriais que têm uma dimensão teleológica e cuja função principal seria a de garantir a boa gestão da identidade de um grupo, de uma instituição ou de uma nação.

Assim, acompanhando o raciocínio do referido antropólogo francês, poderíamos dizer que o constante exercício de apelo ao passado, realizado por meio das datas comemorativas, seria uma fórmula bem sucedida de construção de uma técnica de persuasão, ou melhor dizendo, de um “retórica holística”, capaz de assegurar uma memória coletiva que pode ser traduzida pelo compartilhamento de determinado sistema de valores, crenças e representações semânticas (CANDAUI, 2012, p. 39).

Em que pesem as maiores evidências em relação à celebração de eventos do passado na sociedade contemporânea, especialmente a partir da Revolução Francesa, é importante destacar que vestígios dessa prática, como um mecanismo eficaz no sentido de orientar as ações humanas no âmbito da vida pública e cotidiana, podem ser localizados em diferentes sociedades desde que foram criados os primeiros instrumentos de contagem do tempo, como bem apontou o historiador Jacques Le Goff (1990, p. 478).

Destarte, os diversos sistemas de medida e divisão do tempo, a exemplo dos relógios solares, dos calendários, das efemérides e das tábuas astronômicas, são fortes indicativos não só da utilização de mecanismos visando o controle e o uso pragmático do tempo, mas também da tentativa de estabelecer critérios que permitissem verificar a recorrência de ciclos da natureza ou a previsão de fenômenos climáticos.

Os monumentos deixados por antigas civilizações sugerem que os conhecimentos relacionados à observação astronômica contribuíram para a percepção da existência de sincronias entre o movimento dos astros celestes e os ciclos naturais de seu ambiente (SILVA, 2014, p. 28). A constatação da regularidade destes fenômenos, certamente influenciou a escolha de determinados eventos astronômicos como mais propícios para a celebração de determinados rituais. Dentre esses vestígios, que também podem ser interpretados como “lugares de memória”, um dos mais conhecidos é Stonehenge, na Inglaterra. Todavia, vale lembrar que a península ibérica abriga um dos monumentos megalíticos mais antigos do mundo – o Cromleque dos Almendres -, construído há cerca de sete mil anos. Entre os conjuntos megalíticos mais importantes localizados no continente americano

estão Ollantaytambo, Sacsayhuaman e Qorikancha, no Peru e Puma Punku e Tiahuanaco, na Bolívia.

A existência de locais estratégicos para a realização de rituais celebrativos, que obedeciam a uma periodicidade, pautada na sincronia entre as estações climáticas e eventos astronômicos, contribuiu não só para o estabelecimento de parâmetros que definiam o final e o início de um novo ciclo, se configurando também como um elemento essencial para a preservação da memória individual e coletiva.

Ademais, foi a partir do conhecimento acumulado, através da empiria, acerca da regularidade da duração de determinados ciclos que os sumérios puderam desenvolver, por volta 2700 a. C., um sistema de datação, que mais tarde seria conhecido como calendário. Essa mesma experiência acumulada também permitiu que os chineses e os egípcios construíssem posteriormente instrumentos de medição do tempo, baseados nos movimentos do sol e da lua, bem como de outros corpos celestes, que pudessem orientá-los especialmente em relação às épocas mais adequadas para o plantio.

Nas sociedades camponesas, era comum que após a jornada exigida para o preparo da terra e, na sequência, para o plantio - que deveria ser feito na época adequada - , o período subsequente à colheita se configurasse como um momento de intervalo. Assim, de modo geral, esse período era dedicado a celebrações, em agradecimento às dádivas recebidas da natureza enquanto se aguardava o início do próximo ciclo. Na maior parte destes rituais celebrativos, de acordo com vários autores<sup>3</sup>, o fogo era um elemento central, pois além de estar associado à luz e à claridade, presentes nas estações do verão e da primavera, também simbolizava o calor, sem o qual era difícil sobreviver nos períodos do outono e do inverno.

A presença do fogo em algumas celebrações religiosas, como ocorre hodiernamente nas festas de São João - que têm a fogueira como um de seus principais símbolos -, traz indícios da apropriação feita pelo cristianismo, de festividades profanas que tradicionalmente eram realizadas por diferentes sociedades europeias, durante o período do solstício de verão<sup>4</sup>.

Vestígios desse processo de ressignificação feito pela Igreja Católica<sup>5</sup>, bem como das tensões existentes entre a cultura popular e as práticas religiosas, podem ser percebidos em diversos documentos, nos quais são colocados em evidência traços comuns entre aquela festa religiosa e os fenômenos astronômicos. Como exemplo, destacamos um documento

---

3 Sobre o assunto consultar FERREIRA, 2013 e SILVA, 2014.

4 Fenômeno que no hemisfério norte ocorre por volta do dia 21 de junho, quando o posicionamento entre o sol e a terra levam a uma maior incidência de luz que resulta na duração mais longa do dia.

5 As primeiras representações sobre a figura de São João Batista aparecem a partir do século V.

divulgado pelo escritor Jacob Grimm (1883, p. 619), que fora publicado na cidade de Nuremberg, na Alemanha, em meados do século XVII, no qual se alertava a população acerca dos perigos de incêndio que poderiam ser provocados por ocasião das festas em homenagem ao santo católico:

No dia de São João em cada ano no país, bem como em cidades e vilas, jovens pegam dinheiro e madeira para criar o chamado *sonnenwendt* [solstício] ou fogo *zimmet* [canela] e dançam sobre o referido fogo, saltando sobre o mesmo, com a queima de ervas diversas e flores [...].

Apesar do evidente esforço da Igreja Católica no sentido de vincular a celebração em homenagem a São João Batista exclusivamente ao dia do seu nascimento, em algumas sociedades camponesas do norte da Europa, ainda hoje persistem crenças e costumes populares, como, por exemplo, de que esse dia é particularmente favorável para a colheita de determinadas ervas ou ainda, que saltar a fogueira ajuda a afastar demônios que, além de causar doenças e danos ao gado, podem trazer infelicidade às crianças infelizes. Desse modo, é possível afirmar que essa celebração, longe de ter sido uma invenção do cristianismo, traz resquícios de práticas culturais de civilizações anteriores<sup>6</sup>.

### **Entre a memória e a história: a rememoração de eventos do passado**

Le Goff nos lembra que o calendário deve ser compreendido como produto e expressão da história, pois além de traduzir o esforço realizado por diferentes sociedades humanas no sentido de domesticar o tempo natural, se revela como um artefato cultural associado “às origens míticas e religiosas da humanidade (festas), aos progressos tecnológicos e científicos (medida do tempo), à evolução econômica, social e cultural (tempo do trabalho e tempo de lazer)” (LE GOFF, 1990, p. 4 e 8).

Como já referido anteriormente, as celebrações mais antigas das quais se tem vestígios estão diretamente atreladas aos ciclos da natureza. Todavia, conforme argumenta Norbert Elias (1989), à medida que homens e mulheres passaram a compreender o tempo como uma construção social imbricada às noções de espaço e de natureza, este, para além das funções de orientação, passou a exercer papel preponderante na regulação da convivência humana, deixando de ser visto como algo envolvido em mistérios, enigmas e poderes sobrenaturais (ELIAS, 1989, p. 12). Nesse sentido, a preocupação mais

---

6 Outro exemplo são as comemorações associadas ao dia dos mortos (Finados) que tem origem nos festivais que na cultura celta eram conhecidos como Samhain [fim do verão], e cuja celebração ocorria no final do mês de outubro.

acentuada com a regulação do tempo, motivou a criação de instrumentos para a sua medição, diminuindo, em contraposição, a dependência dos indivíduos em relação aos sinais baseados nos fenômenos da natureza. Ainda, de acordo com Norbert Elias (1989, p. 15) “o calendário resulta como um meio de se orientar no grande e mutável continuum do mundo, ao mesmo tempo natural e social [no interior do qual] os dias e meses do calendário constituem o modelo repetível da sequência irrepitível de eventos”.

Nessa perspectiva, vale lembrar que já na sociedade grega, os calendários deixaram de ter como foco principal os ciclos agrícolas, priorizando as festas religiosas. Além disso, na Grécia Antiga, as dezenas de festivais, jogos e desfiles realizados em homenagem aos deuses, ainda que obedecessem a um sistema de marcação do tempo, baseado nos meses lunares e no ano solar, eram compostos por um sistema que contemplava intervalos de tempo diferenciados, sendo alguns mais curtos (festividades anuais) e outros mais longos (como as olimpíadas, que ocorriam a cada quatro anos). Ou seja, enquanto as festas anuais celebravam a passagem das estações climáticas, reforçando o sentimento de renovação, as festividades realizadas num intervalo mais alargado, tinham o propósito de rememorar grandes eventos do passado, veiculando entre a sociedade grega as ideias de continuidade e de experiência, elementos importantes para a manutenção do sentimento de pertencimento<sup>7</sup>.

Cabe destacar ainda que entre os gregos, desde Tucídides, já é perceptível a preocupação com as efemérides, ou seja, com o registro de fatos, associada à ideia de registro histórico. No texto “Efemérides de Alexandre”, no qual Plutarco faz o relato dos fatos da vida do rei, percebe-se a intenção do autor de salvaguardar informações consideradas relevantes acerca da trajetória política do soberano, especialmente no que se referia as suas conquistas, cujos triunfos deveriam ser futuramente comemorados.

Essa preocupação torna-se cada vez mais perceptível na sociedade romana, na qual as práticas de comemoração e de perpetuação da lembrança estão presentes “nos templos, cemitérios, praças e avenidas das cidades” (LE GOFF, 1990, p. 373).

Se deslocarmos o foco para o continente americano, vale destacar, que a sociedade maia também fazia uso de refinado sistema de calendários e almanaques, que, a grosso modo, era constituído pela combinação de dias, meses e anos, que funcionavam de modo sincronizado e interligado, dando origem a ciclos adicionais mais extensos, como aqueles que diziam respeito ao intervalo de um século. A recorrência de fenômenos verificados em mais de um destes ciclos ou o término de um deles era motivo de comemorações que podiam incluir rituais religiosos e festividades e não raro deixavam um monumento como testemunho.

---

<sup>7</sup> Sobre o assunto consultar MARTINS, 2020, p. 66 e FERRO PIQUÉ, 1998.

De igual maneira, na tradição judaica, o interesse em celebrar datas relacionadas com a passagem do tempo cronológico também está presente. O termo jubileu, que em latim (*jubilare*) significa “gritar de alegria”, na língua hebraica estaria associado à ideia de “trazer de volta”, ou melhor dizendo, de retorno, devendo ser celebrado, de acordo com a Torá, a cada cinquenta anos. Além do jubileu, os judeus também comemoram o *shemitá* (libertação, em hebraico), ou ano sabático, que compreende o sétimo ano do ciclo de sete anos da agricultura ordenado pela Torá, para o povo de Israel.

Entre os cristãos, entretanto, a utilização do termo jubileu para celebrar efemérides é bem mais tardio, ocorrendo somente a partir do período medieval, contexto no qual a sociedade subordinada ao tempo da Igreja, e no qual existia uma relação simbiótica entre o tempo da natureza, do trabalho e das efemérides religiosas. Durante o período medieval, os prazos para a cobrança do imposto senhorial sobre as colheitas, como destaca Le Goff (1990, p. 428), coincidia com grandes datas comemorativas, como a festa de São Miguel, no início do outono, ou de São Martinho, às vésperas do inverno. Aqui, mais uma vez, é possível perceber a apropriação feita pela igreja católica em relação às datas que já eram tradicionalmente celebradas pelas sociedades camponesas.

De acordo com Le Goff (1990, p. 46), “o cristianismo marcou uma viragem na história e na maneira de escrever história, porque combinou pelo menos três tempos: o tempo circular da liturgia, ligado às estações e recuperando o calendário pagão; o tempo cronológico linear, homogêneo e neutro, medido pelo relógio, e o tempo linear teleológico, o tempo escatológico”<sup>8</sup>.

Todavia, cabe lembrar que durante o período medieval, a imbricação entre o tempo do calendário e os fenômenos astronômicos se manteve como parte integrante do cotidiano das sociedades camponesas, visando especialmente fazer prognósticos em relação ao futuro. Foi somente no final desse período que a sociedade medieval passou a ter contato com as primeiras tábuas ou tabelas astronômicas<sup>9</sup>, instrumentos que, para além de subsidiar o trabalho dos astrônomos, passaram a ser exploradas pelos astrólogos para o cálculo das efemérides necessárias à feitura dos horóscopos (BONALDO, 2014, p. 170).

Assim, no início da idade moderna, o interesse da população no poder da astrologia, considerada uma forma de conhecimento capaz de prever o futuro, motivou Gutenberg

---

8 Sabemos, entretanto, que somente a partir dos métodos experimentais de Galileu e, mais tarde, de Newton, que uma nova concepção de tempo, como algo uniforme, absoluto e mensurável, será forjada.

9 Fruto de estudos realizados a partir dos avanços obtidos na área da matemática e da astronomia, desde Pitágoras, Euclides e Ptolomeu, essas tábuas tinham como objetivo indicar a posição dos corpos celestes, fornecendo elementos para calcular a posição do Sol, da lua e dos planetas, em determinado espaço de tempo ou posição geográfica. Cabe lembrar que as tábuas ou tabelas astronômicas mais conhecidas são as de Toledo e as Afonsinas, elaboradas no século XIII.

a publicar, em 1472, o primeiro exemplar de uma efeméride astrológica (BONALDO, 2014, p.175). Iniciativas como esta contribuíram para a popularização dos calendários e dos almanaques, que se configuraram como veículos privilegiados para o encontro entre a cultura erudita e a cultura popular (LE GOFF, 1990, p. 455-56). Neste contexto, conforme aponta Le Goff (1990, p. 372), “a escrita permite à memória coletiva um duplo progresso, o desenvolvimento de duas formas de memória.” A primeira delas ligada aos monumentos, que constituem marcos de registro e informação, e a segunda vinculada ao registro escrito propriamente dito.

Como exemplo desse esforço, podemos citar as hagiografias, gênero discursivo religioso, que despontou no século XVII, com o objetivo promover a edificação de figuras exemplares do passado. A hagiografia, da mesma maneira que as narrativas orais - incluindo-se aí os provérbios e os ditos da sabedoria popular -, não está subordinada ao jugo da assinatura autoral. Entretanto, conforme defende Discini (2012), esse gênero literário adquire autoridade para servir de marco referencial para uma modalidade de escrita que, ancorada na memória, procura estabelecer vínculos com o passado. Neste sentido, a narrativa hagiográfica pode ser caracterizada como uma prática de “liturgia de recordação”, que, além de garantir que figuras relevantes para a Igreja não caíssem no esquecimento, disseminassem a ideia de um dever de memória dos fiéis para com os santos (SANTOS; DUARTE, 2010).

Essa prática iniciada pelos jesuítas, de recorrer à escrita como veículo para difundir as virtudes de indivíduos, cujas ações fossem consideradas exemplares, serviu, mais tarde, de modelo para biógrafos que assumiam a tarefa de transformar as narrativas de vida de personagens considerados ilustres em monumentos comemorativos.

Mas é no século XVIII, e mais especialmente a partir da Revolução Francesa que as comemorações de datas não associadas a eventos religiosos ou à glorificação de governantes passaram a ter maior visibilidade na historiografia, legitimando o “tempo dos acontecimentos”<sup>10</sup>. Ao contrário de celebrações de caráter político, que anteriormente estavam mais voltadas à rememoração de vitórias alcançadas pelas tropas, subordinadas a reis ou imperadores, o primeiro aniversário da queda da Bastilha, em 1790, foi um ato político comemorado com grande pompa, pelos cidadãos e cidadãs francesas. Como é sabido, a manifestação foi uma das pedras angulares para a construção de um novo imaginário nacional, que potencializou os sentimentos e ressentimentos das camadas populares. O envolvimento da população nas comemorações ocorridos nos anos subsequentes à Revolução e a revalorização de “lugares de memória” que simbolizavam aquele acontecimento, foram determinantes para que a data da festa revolucionária

---

10 O termo, de acordo com Le Goff, foi utilizado por Benveniste, que distingue o tempo físico do cronológico, na medida em que este último, ao ser socializado, reveste os eventos de significado (LE GOFF, 1990, p. 30).

fosse suprimida do calendário durante o governo de Napoleão, reaparecendo somente a partir de 1880, quando uma nova lei, proposta por Benjamim Raspail, reconheceu as festas nacionais como uma prática que permitia a aproximação do povo com as instituições políticas existentes (LE GOFF, 1990, p. 399).

Destarte, pode-se sustentar que a comemoração de datas históricas é um fenômeno que está diretamente associada a um trabalho de enquadramento da memória, efetivado a partir de interesses políticos de grupos que se mobilizam, visando que as narrativas sobre determinados eventos, personagens ou instituições, não caiam no esquecimento. Nessa perspectiva, a ocorrência desta modalidade de evento, traz no seu bojo um objetivo que ultrapassa a mera celebração festiva, na medida em que os rituais de comemoração devem incluir os traços, ou melhor dizendo, os vestígios materiais e imateriais deixados pelo acontecimento, pessoa, grupo ou a instituição que está sendo homenageada. Desse modo, podemos afirmar que as comemorações de caráter histórico cumprem dois objetivos distintos: celebrar o acontecimento passado, realimentando as recordações em torno dele, e, ao mesmo tempo, dar significação a esse passado, através da materialização de vestígios, pois, como já alertava Collingwood, “somente o passado residualmente preservado no presente pode ser cognoscível” (*apud* LOWENTHAL, 1998, p. 67).

### **Fragmentos da memória e da história: as celebrações do centenário do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba**

Após refletir sobre a prática do comemoracionismo, retomo a questão inicial que motivou a escrita deste texto, com o intuito de fazer algumas considerações acerca do contexto histórico cultural no qual a entidade foi fundada e, na sequência, buscar fazer uma interlocução com o tempo presente, destacando alguns aspectos relacionados à comemoração do seu centenário.

A comemoração da passagem de um século de existência de uma entidade sindical, cuja origem remonta às primeiras décadas do século XX, é antes de mais nada uma justa homenagem ao protagonismo de sujeitos históricos que, em janeiro de 1920, tomaram a iniciativa de fundar uma associação de trabalhadores que recebeu o nome de *Liga Internacional dos Fundidores do Paraná*.

Estes trabalhadores, em sua maioria de origem europeia, estavam ligados à Fundação Mueller, fundada na segunda metade do século XIX pelo imigrante suíço Gottlieb Mueller, e cuja produção atendia as demandas de uma sociedade voltada prioritariamente às atividades rurais. No contexto das primeiras décadas do século XX, no qual a produção de erva mate, o beneficiamento da madeira e a agricultura de subsistência envolviam a maior parte da população paranaense, a antiga ferraria Mueller, construída

em 1878, já havia se transformado em indústria de fundição, voltada à produção de máquinas e utensílios agrícolas. O trabalho de fundição, como se sabe, é uma atividade especializada que consiste na modelagem e construção de peças em metal, o que exige do fundidor não só conhecimento na área de metalurgia e usinagem, mas também habilidade no manuseio de máquinas e ferramentas. Assim, os fundidores paranaenses faziam parte de uma categoria bastante específica e isso talvez justifique em certa medida o fato deste grupo ter se filiado a uma organização internacional, a *Liga de Trabalhadores Europeus*.

Para além do caráter internacional da entidade, também é curioso verificar que uma das primeiras Ligas de Fundidores tenha sido criada fora do eixo Rio-São Paulo, áreas urbanas que, no contexto da segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX, absorviam a maior parte dos trabalhadores brasileiros<sup>11</sup>. No que diz respeito exclusivamente a categoria dos fundidores, os estudos realizados por Bispo Neto (2019), mostram que dentre as mais de duas centenas de estabelecimentos metalúrgicos que estavam em atividade no Rio de Janeiro, em 1874, vinte e nove empregavam especificamente fundidores, maquinistas e bombeiros. Também é importante lembrar que, durante a greve de 1903, conforme observa Goldmacher (2009, p. 115), os grevistas cariocas contaram com o apoio do *Centro Protetor dos Fundidores e Classes Anexas*, entidade sediada no Rio de Janeiro. No que diz respeito ao estado de São Paulo, Marson (2015, p. 19), atesta que em meados da década de 1910 havia 62 fundições distribuídas pela capital e pelo interior.

Contudo, como lembra Batalha (1999, p. 52), para além de destacar a concentração de organizações de trabalhadores fora de grandes centros industriais da época, é preciso considerar algumas especificidades regionais. Nesse sentido, o historiador refere alguns exemplos que evidenciam projetos de nascentes organizações vinculadas ao trabalho fora do eixo Rio - São Paulo, como a *Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais* de Recife, fundada em 1841, o *Club Democrático Internacional Filhos do Trabalho* de São José do Rio Pardo (SP), fundado em 1900 e a *Liga Operária de Goiás*, fundada em 1914 (BATALHA, 1999, p. 48-55). De igual maneira, os estudos da socióloga Beatriz Loner sobre as ligas operárias no Rio Grande do Sul, mostram que desde o final do século XIX havia associações operárias em cidades como Pelotas, Santa Maria, Uruguaiana e Livramento (LONER, 2010, p. 130).

Assim, em que pese o caráter heterogêneo das organizações criadas com o objetivo de defender os interesses dos trabalhadores, durante o período inicial da industrialização brasileira, pode-se afirmar que a criação da Liga dos Fundidores do Paraná ocorreu no interior de um contexto no qual ainda estavam presentes nas organizações de caráter

---

11 Para ser uma ideia da representatividade da cidade do Rio de Janeiro como mercado de trabalho naquele período, basta lembrar que, entre 1835 e 1899, foram criadas na antiga sede da Corte 46 sociedades de trabalhadores (BATALHA, 1999, p. 57).

corporativo “elementos de continuidade entre as sociedades mutualistas do século XIX e as sociedades de resistência do início do século XX” (BATALHA, 1999, p. 49), pauta dos em grande medida nos exemplos vindos da Europa (LONER, 2010, p. 116).

No Paraná, ademais como em outros estados da região Sul, a forte presença de imigrantes europeus a frente de oficinas e estabelecimentos fabris foi uma característica marcante nas diferentes etapas da industrialização do estado, desde a segunda metade do século XIX. Neste cenário, muitas associações mutualistas foram criadas por iniciativa dos próprios patrões que, além de exigir a participação compulsória de seus empregados, não raro “impunham restrições de ordem política, moral e religiosa ao ingresso do associado” (LUCA, 1990, p. 10). O objetivo destas associações era tão somente garantir que os empregados, através de contribuições mensais, pudessem contar com o auxílio financeiro da entidade no momento em que, em virtude de problemas de saúde, estivessem sem condições de trabalho ou em caso de morte, a família não ficasse totalmente desamparada.

O imigrante Gottlieb Mueller, de acordo com uma reportagem produzida a partir de narrativas familiares (Jornal ESTADO DO PARANÁ (1978), teria sido uma dos primeiros empresários a criar uma Caixa Mútua, visando proporcionar “aos funcionários e operários de sua empresa assistência médica e dentária, remédios a preço de custo, empréstimos, auxílio funeral e outras vantagens, mediante um pequeno desconto da folha do operário, ficando o restante a cargo da empresa” (*apud* CAMINHOS Históricos de Curitiba)<sup>12</sup>.

A insatisfação dos trabalhadores em relação aos serviços oferecidos pelas associações de auxílio mútuo, somada à ausência de um espaço no qual pudessem discutir questões ligadas às condições de trabalho propriamente ditas, como carga horária, direito à férias, descanso semanal e pagamento de hora-extra, provavelmente foi o que motivou os integrantes da *Liga de Fundidores* a fazerem parte do contingente de trabalhadores curitibanos que, desde a greve de 1906, estava cada vez mais atento à necessidade de filiar-se a organizações nas quais o operariado tivesse maior autonomia na luta por melhores condições de vida e de trabalho.

Vale lembrar que no contexto econômico em que a *Liga de Fundidores* foi criada, Curitiba era uma cidade com aproximadamente 80 mil habitantes que abrigava mais de uma centena estabelecimentos industriais, onde trabalhavam cerca de dois mil operários. Este contingente de trabalhadores atuava não só nas áreas da construção civil e ferroviária que absorviam parcela significativa mão de obra disponível na capital paranaense - ,

---

12 Ainda que a veracidade desta informação não tenha sido confirmada a partir de registros contábeis, é comum encontrar referências ao protagonismo dos imigrantes na criação destas associações na cidade de Curitiba, em diversos documentos, como ocorre, por exemplo, nos Estatutos da Sociedade Portuguesa Beneficente Primeiro de Dezembro (BOSCHILIA, 2008, p. 343-344).

mas também nos diversos engenhos de mate e dezenas de outros espaços fabris ligados à produção de fósforos, porcelanas, vidros, cordas, vassouras, velas, fitas, cerveja, balas e bolachas.

Em que pese um primeiro movimento de reivindicação dos trabalhadores curitibanos na greve de 1906, é a partir da greve de 1917 que se percebe a mobilização mais efetiva de operários e operárias, desta vez já sob a liderança de entidades criadas com o intuito de defender os interesses da classe trabalhadora<sup>13</sup>. Após a participação do operariado curitibano na greve de 1919, três organizações paranaenses foram convidadas a participar do 3º Congresso Operário Brasileiro, que ocorreu no Rio de Janeiro, em 1920<sup>14</sup>.

Assim, do nosso ponto de vista, a constituição da *Liga dos Fundidores*, que ocorre no contexto imediatamente após os conflitos grevistas de 1917 e 1919, está inserida num cenário sociopolítico mais amplo que, ao romper com o modelo mutualista, buscava a formulação de novos projetos organizacionais que garantissem a autonomia dos trabalhadores na defesa de seus direitos.

\*\*\*

Por fim, nos parece oportuno restabelecer os laços com o tempo presente e elencar alguns aspectos associados às comemorações do Centenário do SMC. Do mesmo modo que há um século, um grupo de trabalhadores da Fundação Mueller acreditou na possibilidade de criar uma organização que visava a defesa dos interesses da sua categoria profissional, a atual diretoria do SMC se mobilizou em torno de um projeto de salvaguarda do patrimônio material e imaterial da entidade como forma de celebrar essa efeméride, com o claro objetivo de deixar marcas menos tênues do que aquelas que comumente restam de eventos comemorativos preocupados exclusivamente com os registros dos acontecimentos do tempo presente.

Nesse sentido, a inclusão de ações ligadas à conservação e preservação do acervo documental do SMC no programa de festividades do centenário da entidade, também pode ser vista como uma iniciativa singular, sobretudo no atual contexto político, em que a sociedade brasileira se depara com a ausência de políticas de preservação, diante da perda do patrimônio histórico e cultural de instituições públicas e privadas.

---

13 Sobre o assunto consultar FONSECA e CALEB (1996); RIBEIRO e GRUNER (2019).

14 Neste Congresso, o Paraná esteve representado por lideranças ligadas a três organizações de trabalhadores: o Sindicato da Construção Civil, a União Ferroviária e a Internacional Operária de Southern Brazilian Railway (PAULA, 2011, p. 117).

Essa iniciativa, como já foi apontado anteriormente, se deveu, em grande medida, à constatação de que o acervo documental sob a guarda da entidade necessitava receber tratamento adequado para continuar cumprindo suas funções de possibilitar o acesso às pessoas interessadas em estudar o processo de construção do movimento sindical no Brasil.

O acervo do SMC, vale destacar, pode ser inserido no conjunto de Centros de Documentação existentes no país que tem grande potencial para viabilizar a escrita da história do sindicalismo no Brasil. Composto de diferentes tipologias de fontes que vão dos documentos de caráter jurídico ou institucional a outros, de natureza diversa<sup>15</sup>, o acervo passou, ao longo de 12 meses por um processo de arrolamento, higienização, identificação e digitalização das fontes. Essa importante empreitada teve como objetivo não só a seleção de documentos que pudessem ajudar a tecer a história do centenário do sindicato, mas sobretudo a salvaguarda de marcas residuais que possam fornecer pistas aos pesquisadores que desejam aproximar-se da experiência de sujeitos que testemunharam o processo de constituição daquela entidade e da gênese do movimento sindical no Paraná.

Assim, além das intervenções feitas no âmbito do patrimônio material, alguns membros da equipe envolvida no projeto do Centenário do SMC, dedicaram-se à tarefa de ampliar o acervo histórico da instituição, visando salvaguardar igualmente parte do seu patrimônio imaterial. Nesse sentido, atentos às reflexões de Walter Benjamin (1985, p. 155) de que “o cronista que se põe a contar os acontecimentos sem distinguir pequenos e grandes presta tributo à verdade de que nada do que alguma vez tenha acontecido pode ser considerado perdido para a história”, os pesquisadores foram atrás de vestígios que ainda permanecem latentes nas recordações de homens e mulheres que, em algum momento de sua trajetória de vida, estabeleceram vínculos com a entidade. Desse modo, durante esta etapa do projeto, implementada com o propósito de construir um banco de entrevistas coletadas a partir da metodologia da história oral, a equipe, tal como o “ogro da lenda”, procurou ir em busca das marcas residuais que emergiram nas narrativas desses agentes que se dispuseram a colaborar na feitura desse trabalho.

A constituição do acervo de fontes orais veio somar-se à documentação já existente na sede do SMC, abrindo novas perspectivas de análise no que diz respeito à ação política do Sindicato, bem como em relação às experiências da classe operária curitibana, a partir do ponto de vista de homens e mulheres que participaram desse processo histórico.

Desse modo, pode-se afirmar que o programa de comemorações alusivas

---

15 O acervo do SMC é composto de Atas, Estatutos, Regimentos, fichas cadastrais de associados, correspondências, panfletos, notícias de jornais, convites, selos, fotografias, diplomas, troféus, medalhas e flâmulas, dentre outros artefatos.

ao Centenário do SMC, para além de promover uma série de eventos celebrativos em torno de uma data simbólica e de divulgar materiais que servirão de testemunho desse “tempo de acontecimentos”, contemplou um aspecto crucial no que diz respeito à preservação e socialização de seu acervo histórico. Ao investir na política de preservação do seu acervo documental, a entidade cumpre importante papel no sentido de garantir não só que outros centenários possam ser comemorados, mas sobretudo que novas reflexões acerca do movimento sindical no Brasil emergjam.

## Referências

BATALHA, Cláudio. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cad. AEL*, v.6, n.10/11, 1999. Disponível em <file:///D:/Arquivos%20de%20Usuario/Desktop/2478-Texto%20do%20artigo-6732-1-10-20161122.pdf>. Acesso jun 2020.

BENJAMIN, Walter. *Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo: Ática, 1991.

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas*, volume 1: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BISPO NETO, Antonio Ramos. Estabelecimentos metalúrgicos na Corte: trabalho e espaço em uma cidade escravista (1843-1874). In: SPERANZA, Clarice Gontarski; SCHEER, Micaele (Orgs.) *Trabalho, democracia e direitos*, volume 1: trabalho livre e escravizado [recurso eletrônico] / Clarice Gontarski Speranza; Micaele Scheer (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/199661/001102463.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso jun.2020.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2001.

BONALDO, Rodrigo Braggio. *Comemorações e efemérides: ensaio episódico sobre a história de dois paralelos*. Tese. Porto Alegre: UFRS, 2014.

FUNDIÇÃO MUELLER. *Caminhos Históricos de Curitiba. Estrada do Assungui*. Disponível em <http://estradaoassungui.blogspot.com/2012/06/fundicao-mueller.html?>. Acesso em junho de 2020.

CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2012.

CATROGA, Fernando. Memória e História. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre, RS: Ed. Universidade/ UFRGS, 2001. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/52874592/Fernando-Catropa-Memoria-e-Historia>. Acesso em fev. de 2020.

DISCINI, Norma. Para o estilo de um gênero. *Bakhtiniana*, São Paulo, 7 (2): 75-94, Jul./Dez. 2012. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/bak/v7n2/06.pdf>. Acesso em abril de 2020.

ELIAS, Norbert. *Sobre el tiempo*. México-Madrid-Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 1989.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

FERREIRA, Rui Manuel Gomes. **As festas de São João em Braga: raízes, história e potencial turístico**. Dissertação. Coimbra/Portugal: Universidade do Minho, 2013. Disponível em <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/28271/1/ruiferreiraPG18738.pdf>>. Acesso em maio de 2020.

FERRO PIQUÉ, Jorge. **A tragédia grega e seu contexto**. Letras, Curitiba, n. 49, p. 201-219. 1998. Editora da UFPR. Disponível em <<http://www.humanas.ufpr.br/defi/tragedia/pique.htm>>. Acesso em maio de 2020.

FONSECA, Ricardo Marcelo; GALEB, Maurício. **A greve geral de 1917 em Curitiba: resgate da memória operária**. Curitiba: IBERT, 1996.

GOLDMACHER, Marcela. **A “greve geral de 1903” O Rio de Janeiro nas décadas de 1890 a 1910**. Tese. Niterói, UFF, 2009. Disponível em <<https://www.historia.uff.br/stricto/td/1152.pdf>>. Acesso jun.2020.

GRIMM, Jacob. **Teutonic Mythology**. Volume 2. [S.I]: George Bell & Sons. p. 619.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.

KOTHE, Flávio R. (org). **Walter Benjamin**. São Paulo: Ática, 1985.

KUBLER, George. **The Shape of Time: remarks on the history of things**. New Haven: Yale University Press, 1962.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas/ SP: Editora da UNICAMP, 1990. Disponível em <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4594598/mod\\_resource/content/1/LE\\_GOFF\\_HistoriaE-Memoria.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4594598/mod_resource/content/1/LE_GOFF_HistoriaE-Memoria.pdf)> Acesso em maio de 2020.

LONER, Beatriz Ana. O projeto das ligas operárias do Rio Grande do Sul no início da República. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 17, n. 31, p. 111-143, jul. 2010. Disponível em <<file:///D:/Arquivos%20de%20Usuario/Desktop/Texto%20sobre%20ligas%20oper%C3%A1rias%20no%20Rio%20Grande%20do%20sul.pdf>>

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Projeto História (17)**. São Paulo: EDUC, 1998. p. 63-201.

LUCA, Tânia R. de. **O sonho do futuro assegurado: o mutualismo em São Paulo**. São Paulo: Contexto, 1990.

MARSON, Michel Deliberali. Comércio, indústria e empresas no estado de São Paulo, 1911-1920. In: **XI Congresso Brasileiro de História Econômica**. Vitória, ES, 2015. Disponível em <<https://silo.tips/download/comercio-industria-e-empresas-no-estado-de-sao-paulo-michel-deliberali-marson-1>>. Acesso jun. 2020.

MARTINS, Camilla Miranda. **O imaginário antigo e as ânforas panatenaicas do Museu Nacional de Atenas**. Tese. Curitiba: UFPR, 2020.

PAULA, Amir El Hakim de. **A relação entre o Estado e os Sindicatos sob uma perspectiva territorial**. Tese. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP, 2011. Disponível em <<https://teses>>.

usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-29052012-155722/publico/2011\_AmirElHakimDePaula\_VO-rig.pdf. Acesso em maio 2020>.

RIBEIRO, Luiz Carlos; GRUNER, Clóvis (Org.). **Utopias e experiências operárias. Ecos da greve de 1917**. 1. ed. São Paulo: Intermeios, 2019.

SANTOS, Márcia Pereira dos; DUARTE, Teresinha Maria. A escrita hagiográfica medieval e a formação da memória dos santos e santas católicos. **Fazendo Gênero: 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos** 23 a 26 de agosto de 2010. Disponível em <[http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278263189\\_ARQUIVO\\_Textocompletofaz.genero.versaofinal.pdf](http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278263189_ARQUIVO_Textocompletofaz.genero.versaofinal.pdf)>. Acesso em mar 2020.

SILVA, Daniella Maria Cunha. **Saberes ambientais e estações do ano**. Dissertação. UFRN. Natal, 2014. Disponível em <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/16114/1/DaniellaM-CS DISSERT.pdf>>. Acesso em março de 2020.

| 100 ANOS DE LUTAS |  
HISTÓRIAS DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DA GRANDE CURITIBA

**DIRETORIA DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DA GRANDE CURITIBA**

Gestão: 07/01/2020 a 06/01/2024

**Diretoria Executiva:**

Presidente - Sérgio Butka  
Vice-presidente - Nelson Silva de Souza  
2º Vice-presidente - Alceu Luiz dos Santos  
Secretário Geral - Jamil Dávila  
1º Secretário - Leandro Aparecido Guerra  
2º Secretário - Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior  
Tesoureiro Geral - Francisco de Assis Neves Martins  
1º Tesoureiro - Ezequiel Romão Pereira  
2º Tesoureiro - Daniel de Camargo  
Diretor administrativo - Cláudio Gramm  
Diretor administrativo - Osvaldo da Silva Silveira  
Diretor administrativo - Edson Antônio dos Anjos  
Diretor administrativo - Gerson Luiz Tainha Vuicik  
Diretor administrativo - Jorandir Ferreira  
Diretor administrativo - Algacir de Almeida Machado  
Diretor administrativo - Pedro Celso Rosa

**Diretoria Executiva – Suplentes:**

Nuncio Manalla  
Gilson Ricardo Santos Batista  
Marco Antônio da Silva  
Edson Ristow  
Everaldo Carlos Train  
Carlos Eduardo dos Santos  
Celio Padilha de Barros  
Daniele Aparecida Gonçalves Marcão  
Derson Gonçalves dos Reis  
Honeire Rutana de Castro  
Joselia Gomes Sampaio  
Maciel Custódio de Melo  
Olário Krieger  
Rogerio Schembergue dos Santos  
Sebastião Dirnei Fagundes

**Conselho Fiscal:**

Laertes Carvalho  
Pedro Paulo da Silva  
João Maria da Luz  
Adilson Luiz dos Santos  
Darla Daiane Druszcz Cabrera  
Orides Ramos Nunes

**Delegados Representantes da Fetim:**

Sérgio Butka  
Andréia de Fatima Ferreira Costa  
Roberto Eduardo Eltermann  
Wilson Tataren

**Delegados de Base:**

Ademar de Oliveira Kuerten Junior  
Adriano José Dawies  
Aguinaldo Verica  
Altamir José Pereira  
Anderson Alves Carneiro  
Anildo de Andrade  
Antônio Gomes Ferreira  
Carlos Alberto Antônio  
Claudio Bernades Cunha  
Claudio Luciano Muziol  
Cleversom Gonçalves  
Daniele de Oliveira  
Denilson Nogueira de Oliveira  
Dirceu Paulista da Silva  
Diva Lima da Silva  
Douglas da Silva Queiroz  
Edilson Luiz Martins  
Edson Ruela de Oliveira  
Eluir Marcio Romero  
Emerson Carlos Pereira  
Emerson Ribeiro Pereira  
Emerson Teixeira de Freitas  
Emerson Vieira  
Everton Eder Santana  
Everton Machado

Fabiano Everaldo Sartori  
Francis de Paula Diaz  
Francisco Aparecido de Souza Santos  
Francisco dos Santos Filho  
Gilberto Brasílio Pereira  
Gilberto Fernandes Correa  
Gilberto Miranda de Oliveira  
Helton Antunes da Silva  
Helton Luiz Santafosta  
Ildo Martin  
Ilson Antônio Estacio dos Santos  
Irineu Carvalho da Cruz  
Ismael Luiz dos Santos  
Jair Peixinho de Oliveira  
Jairo Raimundo Santos Mendes  
Jalmir de Souza Soares  
Jefferson Ferreira Alves  
João Antônio Batista  
João da Silva  
João Eleonor Antunes da Silva  
João Maria Padilha Junior  
João Paulo Nogueira  
Jonair Ferreira  
José Carlos Fagundes Bernal  
José Guilherme Gorisch  
José Manoel de Oliveira  
José Marcos Domingos Silva  
Joseval Lucio Ferrarezi  
Juarez Sobral Arcoverde Alves Teixeira  
Julio Cesar Reis da Costa  
Julio Cezar Cardoso Slavinski  
Laércio Marques de Souza  
Leandro Caron  
Leandro Jose Silva Divino  
Leonildes Calisario  
Luis Fernando Rodrigues Lenzi  
Luiz Carlos Camargo Santos  
Luiz Carlos Marochi  
Luiz Carlos Santos  
Lyndsen de Andrade Gabardo  
Marcio dos Santos

| 100 ANOS DE LUTAS |  
HISTÓRIAS DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DA GRANDE CURITIBA

Marcos Paulo de Faria  
Marilne Zachetko Guermandi  
Marins Alves de Oliveira  
Mario Cesar Dutra  
Mario Moreira dos Santos  
Mateus do Carmo Pires Falavinha  
Michael Ragner Borges Landes  
Miguel Antônio Calisario  
Natalicio Gonçalves da Silva  
Olimpio Nunes Pereira Soares  
Osmar Gruber  
Paulo Cesar da Silva Pinto  
Paulo Renauer  
Paulo Sérgio da Silva  
Pedro Ferreira de Moraes  
Pedro João dos Santos  
Reginaldo de Araujo Marcondes  
Rhuam Carlos Pereira da Silva  
Ricardo Tadeu Rodrigues Makoski  
Rivair Antônio Narcizo  
Roberto da Costa Xavier  
Rogério Gonçalves de Carvalho  
Rogério Muller Gomes  
Romildo Correa Brasilino  
Ronieverson dos Santos  
Rubens Viana  
Samuel Ribeiro  
Sebastião Vanderlei de Almeida  
Sérgio Marassati  
Silvio Bochi de Mattos  
Solismar Cechin  
Thiago Alexandre Hubie  
Valfredo Horstmann  
Valmir Leite  
Valter Pereira Torres  
Waldir Jose Rolim



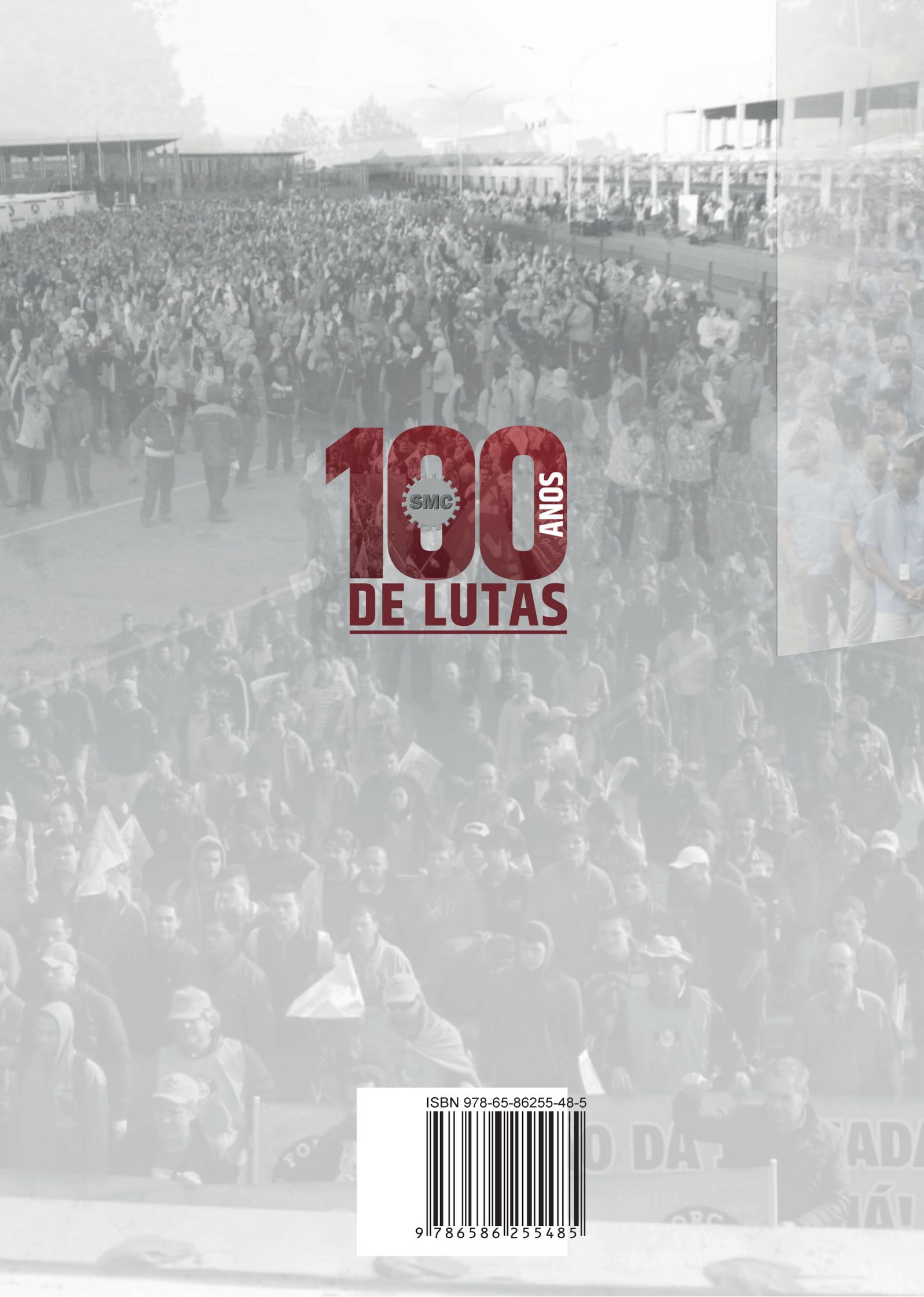
Sede do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba,  
localizada em Curitiba-PR

| 100 ANOS DE LUTAS |  
HISTÓRIAS DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DA GRANDE CURITIBA



intermeios  
CASA DE ARTES E LIVROS





# 100 ANOS DE LUTAS

ISBN 978-65-86255-48-5



9 786586 255485